

SOLANGE SOUZA ARAÚJO

Tipomorfologia das Praças e Largos de Salvador



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

Salvador 2006

Tipomorfologia das Praças e Largos de Salvador

Intervenções em espaços do centro antigo
(1980-2005)

Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof.^a Doutora Ana Fernandes

Salvador
2006

Faculdade de Arquitetura - Biblioteca

Araújo, Solange Souza.

__A663 Tipomorfologia das Praças e Largos de Salvador – Intervenções em espaços do centro antigo (1980-2005) / por Solange Souza Araújo. – 2006. 331f. : il.

Orientador: Professora Doutora Ana Fernandes.

Doutorado (Tese) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2006.

1. Paisagem urbana. 2. Tipomorfologia. 3. Espaços Públicos – Salvador (BA). 4. Praças e largos.I. Título.

CDU: 712.25.

A
meus pais por terem despertado em mim a importância da busca do saber, e a meus
filhos, pelo estímulo e confiança sempre presentes nesta construção.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me ter permitido dar mais este passo na construção do conhecimento; sem a sua participação nada seria possível...

À minha família: Geraldo, Chico, Dany e Lucas pelo companheirismo, pelas reflexões desenvolvidas em conjunto, pela compreensão das ausências impostas pelo processo e pelo apoio fundamental na infraestrutura doméstica.

À Professora Ana Fernandes, minha orientadora, presença fundamental neste processo, sempre tão preocupada em alinhar a pesquisa, assinalar e encontrar as palavras certas para cada circunstância.

À colega e amiga Vânia Hemb, pelo apoio, incentivo, sugestões sistemáticas e revisão do texto.

Aos Professores designados pelo PPGAU para examinar este trabalho, pela disponibilidade e pelas relevantes contribuições nas etapas de discussão: Ana Fernandes, Antônio Heliódório Lima Sampaio, Eugênio de Ávila Lins, Isaías de Carvalho Santos Neto e Maria Aruane Garzedin.

Aos amigos Eugênio de Ávila Lins, Maria Berthilde Moura e Marcelo Almeida pelo apoio, troca de experiências e companheirismo durante a minha estada em Portugal.

Aos colegas e amigos da Universidade de Évora, Portugal, pelo acolhimento, apoio e troca de experiências na construção inicial deste processo, destacando os professores Virgolino Ferreira Jorge, Maria do Céu Tereno, Marízia Menezes Pereira, Sofia Capelo e José Manuel de Mascarenhas, e os técnicos administrativos Antonio Galvoeira, Maria Elisa Joaquina Mira, Maria da Conceição Charrua, Maria Manoela Serrano e Maria Etelvina Balsinha.

A muitos outros colegas, dentre os quais destaco Eloísa Petti, Chico Senna, Chango, Susana, Anete, Christina, Renata, Neilton, Floriano. A todos aqueles que entrevistei, por me emprestarem o seu tempo, pelas discussões e referências. Enfim a todos que acreditaram e que, direta ou indiretamente, contribuíram para o processo.

A Chico e Alexânia, a Marco e Tiago de Paula, Daniel Soto, Jorge Getúlio e Alice Albuquerque, Alessandro Maciel, Dany, Lucas e Fernanda, pelos sistemáticos socorros no instrumental da informática e pela colaboração na qualificação e montagem de alguns painéis fotográficos.

Aos funcionários da Biblioteca da Faufba; aos técnicos e bibliotecários da Seplan / FML e Fundação Gregório de Mattos, pela disponibilização de material bibliográfico; aos funcionários da PPG, pelo apoio sempre presente; dentre esses destaco: Marieta, Didi, Evanda, Elias e Nilson, Nilza, Jandira, Silvandira e Élvio.

Ao Programa de Pós-graduação da Faufba, à Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - e à Universidade de Évora, pela oportunidade concedida em prol da rica experiência no processo de doutoramento.

RESUMO

Esta investigação procura entender os processos de produção do espaço urbano especificamente as praças e largos e o seu papel na constituição da paisagem na cidade de Salvador. Sem perder de vista os processos históricos que ao longo do tempo desenharam esses espaços, gerando a matriz da cidade atual, consideram-se as questões conceituais presentes no pensamento que gerou tais concepções o caráter que assume o sítio do ponto de vista tipomorfológico e as ações desprendidas para o seu desenvolvimento e transformação. Assim, o trabalho considera a constituição dos espaços urbanos na evolução da cidade matriz e as principais transformações ocorridas por força das chamadas “cirurgias urbanas”, principalmente nas três primeiras décadas do século XX, onde as alterações aconteceram com maior veemência, traduzindo ações governamentais movidas pela sede de converter a “acanhada cidade” em “metrópole moderna”. À luz dos acontecimentos nas grandes cidades do mundo, ocorrem eventos em Salvador, como a primeira semana de Urbanismo (1935) e a criação do Epucs (1948), com a organização de um plano diretor “moderno” para a Cidade do Salvador, que deram suporte a intervenções realizadas durante quase todo o restante do século XX, misturando a visão global funcionalista à orgânica culturalista. Mais para o final do século XX, percebe-se uma mudança de postura nas ações públicas, com o retorno da atenção a elementos da arquitetura clássica e às questões do lugar, à requalificação dos antigos centros assim como às intervenções que visam atender a demandas do mercado do turismo, da moda e de propagandas eleitoreiras. Nesse sentido, são retomados os espaços da área de estudo contemplados por tais reformulações, como forma de entender os artificios a que foram submetidos, e as formas de interação entre o processo de evolução e transformação e a proposta contemporânea.

Palavras chave: paisagem urbana, tipomorfologia, espaço público, lugar, praças e largos, reabilitação.

ABSTRACT

This study aims at understanding the urban landscape production processes, the squares in specific, and their role in defining Salvador's landscape. Not forgetting the historical processes that have defined those places and the starting points for the city we have nowadays, the study takes into consideration the concept questions behind the used approach, the typomorphological aspects of the studied sites and the taken actions that led to their development and transformations. The study considers the constitution of such sites through the development of Salvador and its main changes after the so called "urban surgeries", mainly the ones performed in the first three decades of the twentieth century, when there was a direct interference of the government that aimed at converting the "small town" into a "great metropolis". This process followed events that were taking place in other great cities worldwide. In 1935, Salvador hosted the First Urbanism Week and, following that, the EPUCS Plan was performed in 1948, when it was developed as a "modern" director plan for the city that supported most urban interventions through the rest of the twentieth century. The global functionalist principle was mixed then to the organic culturalist. Near the end of the twentieth century, it can be noticed a change in the position of the government that returns its attention to the elements of classical architecture, the concerns of the urban sites, the rehabilitation of the historical centers, and changes that aim at the demands generated by tourism, fashion, and propaganda. The studied sites are viewed under this historical background as a means of understanding the reasons why they were modified and the tools used in this process. This is an approach that searches for the interaction between the evolution of the urban landscape and the contemporary thought.

Keywords: urban landscape, typomorphology, public space, site, squares, rehabilitation.

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa procura entender como têm acontecido as intervenções no centro antigo da cidade do Salvador, em um recorte de tempo entre os anos de 1980 e 2005, tendo como objeto principal de estudo os espaços de praças e largos. A seleção dos lugares teve como base as transformações sofridas na cidade no período destacado, usando como referência as investigações desenvolvidas na Faculdade de Arquitetura através dos seus núcleos de pesquisa, como o Ceab, e trabalhos de pós-graduação, que em muito contribuíram para a definição dos limites de preservação do Centro Histórico de Salvador e que, em conjunto com o Ipac – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia e o Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional foram consolidados pela Lei 3289/83. Mais recentemente, em 1999, a Seplan - Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Salvador desenvolveu o que denominou Polígono de Identidade da cidade, dentre outros estudos.

O presente trabalho foi organizado em três capítulos principais, estruturados de forma a permitir a construção de um desenvolvimento lógico e sequenciado, como definido a seguir: Instrumental de Análise e sua Abrangência; Antecedentes Históricos – praças e largos de Salvador; Intervenções contemporâneas em Salvador (1980 – 2005).

O Instrumental de Análise é o capítulo que embasa todo o processo analítico e desenvolve o pensamento de diversos autores que trabalham questões de percepção, da morfologia, da tipologia e, por agregação, da tipomorfologia, como instrumentos fundamentais ao processo de leitura e análise e como indicativo para novas propostas no espaço urbano público. Grande parte dos argumentos desenvolvidos, dos critérios de análise dos espaços e dos elementos estruturantes da paisagem, são apropriados no trabalho sob o ponto de vista da tipomorfologia, que considera a ação cultural sobre os recursos supostamente naturais e as transformações sofridas pelo território, consolidado ou não.

Os Antecedentes Históricos apresentam o desenvolvimento organizacional da cidade desde as suas origens, com destaque para as questões do lugar, os traços de caráter, os usos, os eixos de expansão e as estratégias utilizadas na criação de cada espaço público. A cada período, consoante a um ideário específico, esses elementos são ajustados, renovados ou destruídos, constituindo as evoluções e transformações da matriz original. Tais fatos, historicamente, constituem a cidade atual, em processo contínuo de transformação.

Fica nessa referência o entendimento de que a estratégia de definição do lugar escolhido para fundar a cidade deixa resquícios, e que, após diversas alterações e consolidações sofridas durante quase quinhentos anos, permanecem algumas relações iniciais, intrínsecas à cidade, como a sua relação com a água, com o relevo, o clima, a vegetação típica, entre outras. São questões que levam ao entendimento de que a apropriação resulta de uma postura inicial, mas também de ações diversas inerentes a culturas pré-existentes ou que a partir daí se instalaram.

A análise sobre as intervenções contemporâneas parte de um projeto maior de revitalização para a área central do Salvador onde são consideradas, dentro do recorte deste trabalho, dez praças objeto de modificações recentes. Tal análise objetiva entender os artifícios a que foram submetidas na recente modificação, inter-relacionando o processo de evolução e transformação acontecido ao longo de sua história ao contexto atual e à proposta contemporânea para, de forma mais acurada, perceber os princípios definidores da intervenção e os resultados produzidos pela alteração.

Nesse conjunto encontram-se espaços compreendidos em vários períodos de geração de praças e largos em Salvador. À sua feição inicial acrescentaram-se as transformações subsequentes, consideradas fundamentais ao processo de organização da cidade moderna, incorporando cinco etapas principais na gênese desses sítios.

Os espaços de estudo, organizados de acordo com o padrão urbanístico de ocupação da cidade no seu processo de expansão e evolução, são apresentados em sequência e por relações de proximidade que lhes conferem, em muitas situações, áreas comuns de entorno, servindo, portanto, de pano de

fundo, mirante ou padrão de referência, de uns para os outros. Assim, organizam-se em dois grupos. Entre as praças do primeiro grupo estão a Praça Municipal ou Tomé de Souza, a Praça da Sé, o Largo do Pelourinho, a Praça Deodoro da Fonseca, a Praça da Inglaterra. No segundo grupo está o outro conjunto constituído pela Praça da Piedade, o Largo 2 de Julho, o Largo dos Afritos, o Campo Grande e a Praça Almeida Couto ou Jardim de Nazaré.

Tais espaços são trabalhados segundo o agrupamento acima constituído, inseridos no seu contexto específico, sempre considerando a possibilidade de estabelecer referências comuns.

Por fim, entende-se que os resultados alcançados devem constituir o objetivo principal deste trabalho, no caso específico, um olhar sobre os espaços públicos – as praças e largos da cidade do Salvador, entendendo-os como patrimônio coletivo, portanto, lugar a ser trabalhado de forma criteriosa e ética, em ação reflexo de compromisso social.

Siglas Utilizadas

AECB – Associação dos Empregados do Comércio da Bahia
Amach – Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico
BNH – Banco Nacional de Habitação
CAB – Centro Administrativo da Bahia
Ceab – Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia
Ceafo – Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA
CIA – Centro Industrial de Aratu
Ciam – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
Codeba – Companhia de Docas do Estado da Bahia
Conder – Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador
DTA – Empresa de Impacto Ambiental
Desenbanco – Banco de Desenvolvimento do Estado
Embratur – Empresa Brasileira de Turismo
Epucs – Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador
Eust – Estudo de Uso do Solo e Transportes
Faufba – Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia
FCE – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia
FGM – Fundação Gregório de Mattos
Finep – Financiamento de Estudos e Projetos
FMLF – Fundação Mário Leal Ferreira
IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil
Ipac – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia
Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
ISP – Centro de Estudos Interdisciplinares
Lous – Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo
MEC – Ministério de Educação e Cultura
Oceplan – Órgão Central de Planejamento
PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
Plandep – Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia
Plandurb – Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador
PMS – Prefeitura Municipal de Salvador
Seplan – Secretaria de Planejamento (PMS)

Sesc – Serviço Social do Comércio

SPJ – Superintendência de Parques e Jardins da Capital

Surcap – Superintendência de Urbanização da Capital

TCBR – Empresa de Consultoria Brasileira

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

Ucsal – Universidade Católica do Salvador

Ufba – Universidade Federal da Bahia

Lista de figuras e Fontes

Capítulo II: Antecedentes Históricos – Formação das Praças e Largos

- Fig.01. a), b) Evolução Física de Salvador e a primeira casa dos Governadores, p.66 e p.67, fonte X e E, respectivamente.
e c)
- Fig.02. Gravura sobre a evolução física de Salvador (1638), p.71, fonte B.
- Fig.03. Praça dos Governadores e suas principais edificações: Casa de Câmara, Casa dos Governadores, Casa da Relação e Casa a Moeda, (segunda metade do século XVII) p.73, fonte N.
- Fig.04. a), b) Palácio dos Governadores e Casa de Câmara e Cadeia (1660), respectivamente, p.73, fonte B.
- Fig.05. Salvador, planta do Brigadeiro Massé (1715), p.76 fonte X.
- Fig.06. Igreja de São Pedro, século XVIII, p.79, fonte V.
- Fig.07. Largo do Teatro (1860), p.82, fonte B.
- Fig.08. Salvador, planta de Carlos A. Weill (1851), p.83, fonte B e D.
- Fig.09. a), b) Elevador da Conceição e Praça Riachuelo com o seu obelisco (1885), respectivamente, p.85, fonte B.
- Fig.10. Terreiro de Jesus, segunda metade do século XIX, p.86, fonte B.
- Fig.11. a), b) Praça da Piedade, meados e finais do século XIX, p.88, fonte B e V.
- Fig.12. Planta de Salvador, pelo Engenheiro Adolfo Morales de Los Rios (1894), p.88, fonte V.
- Fig.13. Trecho da Cidade Baixa entre a Conceição e a Praça São João, entre séculos XIX / XX, p.92, fonte Q.
- Fig.14. a), b) Praça da Inglaterra e monumento ao Riachuelo, fragmentados pela Avenida Estados Unidos, respectivamente, anos 1920 p.93, Fonte O.
- Fig.15. Palácio dos Governadores, 1900, p.94, fonte B.
- Fig.16. Biblioteca Pública e Imprensa Oficial, anos 1930, p.95, fonte B.
- Fig.17. Rua Direita do Palácio, antes e depois da reforma Seabra, início do XX, p.96, fonte B.
- Fig.18. Praça da Piedade, antes da reforma Seabra, e Largo de São Pedro, após a reforma Seabra, p.97, fonte B.
- Fig.19. Passeio Público de Salvador com o Obelisco comemorativo à chegada da Família Real no Brasil (1860), p.98, fonte W1.
- Fig.20. Busto do Conselheiro Almeida Couto, Nazaré, p.99, fonte U.
- Fig.21. Área da antiga Sé e das quadras residenciais, demolidas na administração Seabra, (1933), p.100, fonte N.

- Fig.22. Praça das Nações no aterro do Comércio. Semana de Urbanismo, 1935, p.103, fonte U.
- Fig.23. Park-ways, Semana de Urbanismo, 1935, p.103, fonte U.
- Fig.24. Rua Direita de Santo Antônio e Avenida Sete de Setembro. Semana de Urbanismo, 1935, p.104, fonte U.
- Fig.25. Esculturas: Castro Alves, Cristo Redentor, Visconde de Cairu, (Semana de Urbanismo - 1935), p.104, fonte U.
- Fig.26. Praça Cairu, 2ª torre do Elevador Lacerda e casario da encosta, p.106, fonte A.
- Fig.27. Os limites da cidade do Epucs, p.107, fonte N.
- Fig.28. a), b) Modelo Radial concêntrico do Epucs, p.108; e proposta do Epucs ajustado à morfologia de Salvador, p.109, fonte M.
- Fig.29. Campo Grande, acréscimos de pérgulas e adornos, anos 30 / 40, p.110, fonte L1.
- Fig.30. Avenida Parque do Dique, anos 1950, p.111, fonte M1.
- Fig.31. Praça Municipal, "Cemitério de Sucupira", 1972, p.113, fonte V.
- Fig.32. Áreas verdes, espaços abertos do Plandurb / 1978, p.114, fonte M2.

Capítulo III: INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS EM SALVADOR – SUAS PRAÇAS E LARGOS.

- Fig.33. Base Sicar Salvador, p.121, fonte F e D.
- Fig.34. Lei 3289/83 (Planta Nº 3 (PMS / Seplam / FMLF / Gerin). Delimitação das áreas de preservação cultural e paisagística da Salvador, p.125.
- Fig.35. a), b) Tipologias edificadas nas áreas da Sé, Largo 2 de Julho e Comércio, p.126 e 127, fonte D.
- Fig.36. Mapeamento de gabaritos na área de estudo, p.128, fonte F.
- Fig. 37.a), b). Tipologia do casario colonial do Pelourinho, p.129-130, fonte D.
- Fig.38. Tipologia do casario do Comércio, no Séc. XIX, e frontispício da cidade, no mesmo período, p.131, fonte N e X, respectivamente.
- Fig.39. Vista de edificações do alto do Santo Antônio, desde o Mercado do Ouro, p.133, fonte D.
- Fig.40 a) e b) Planta de Localização e Ortofoto (2005) da Praça Municipal, com arredores, p.135 e 136, fonte F e K, respectivamente.
- Fig. 41. Tipomorfologia do espaço da Praça da Sé com seus edifícios: Casa de Câmara e Cadeia, Palácio Rio Branco, Palácio Tomé de Souza e Elevador Lacerda p.138, fonte C, D e I.

- Fig.42 a), b) Edifícios: Palácio Tomé de Souza, Câmara Municipal do Salvador e a Santa Casa de Misericórdia, respectivamente, e c). p.140, fonte D.
- Fig.43.a), b). Palácio Tomé de Souza, vistas laterais, p.143, fonte D.
- Fig. 44. Lateral do Palácio Tomé de Souza, Palácio Rio Branco ao fundo, p.143, fonte D.
- Fig.45. Proposta de intervenção da Praça Municipal (2005), p.144, fonte C, D e I.
- Fig.46. a), b). Estátua de Tomé de Souza, em frente à Câmara Municipal. p.145, e iluminação dos edifícios do elevador Lacerda e Câmara Municipal, p.146, fonte D.
- Fig.47a) e b). Adro da antiga Sé e ao fundo passadiço entre a Igreja e a casa do Arcebispo, e planta de Salvador de Los Rios (1894), com espaços que originaram a Praça da Sé e o seu Belvedere, p.149, fonte B e V, respectivamente.
- Fig.48 a), b), Tentativas de manutenção da Igreja da Sé com demolições de c). c). quarteirões para circulação de bondes, p.150 e 151, fonte D1 / Y.
- Fig.49. a), b), A Praça da Sé, espaço para a circulação de bondes e c), d), f), g), Terminal de Transportes Urbanos, suas transformações entre h), i) j). 1936 e 1997, p.151 -155, fontes: B, D1/Y, B, B, B, Y, Y, D3/Y, D1/Y e D1/Y, respectivamente.
- Fig. 49 e Busto de Pero Vaz de Sardinha, marcando local do altar da antiga Sé, p.153, fonte D1/Y.
- Fig.50. Planta de Situação e Ortofoto da Praça da Sé e imediações, p.156, fontes F e K, respectivamente.
- Fig.51. Tipomorfologia do espaço: a Praça da Sé e os seus edifícios de entorno (1998-2005), p.157, fonte C, D e I respectivamente.
- Fig.52. A Praça da Sé e a sua dinâmica, p.159, fonte P.
- Fig.53. A proposta de intervenção para a Praça da Sé com adaptações, projeto original arquiteto Assis Reis, p.161, fonte C, D e I.
- Fig.54 a), b) Primeira, segunda e terceiras propostas de intervenção para a e c). Praça da Sé pelo arquiteto Assis Reis, não executadas na sua
- Fig.55 a) e b) íntegra, p.162-163, fonte D1/Y.
- Memorial de Lina Bo Bardi e Mirante da Cruz Caída, p.164, fontes B e D, respectivamente.
- Fig.56 a), b) Escavações sobre os alicerces do antigo Colégio dos Jesuítas e c). e vista superior de parte da Praça da Sé, p.165. Fonte P.
- Fig.57 a), b), Mobiliário e iluminação da Praça da Sé, p.166-167, fonte D(a) c), d) e) f). e P para as restantes.
- Fig.58. Largo do Pelourinho, trecho da planta de Los Rios (1894),

- p.172, fonte V.
- Fig.59a e b. Ortofoto e Planta de Situação do trecho Pelourinho, p.173, fontes G e K.
- Fig.60. Tipomorfologia de ruas do Pelourinho, p.174, fonte D.
- Fig.61. Tipomorfologia do Largo do Pelourinho e suas edificações de entorno, p.175, fonte D e I.
- Fig.62. Fachadas no Pelourinho nas suas relações de proporção, simetrias e composição de marcações ritmadas, p.176, fonte I.
- Fig.63. Descontinuidade rítmica das fachadas na constituição da Praça do Reggae, p.170, fonte I.
- Fig.64. Vista aérea de quarteirão do Pelourinho, antes da reforma, p.179, fonte Z, (in Muñoz, 2001).
- Fig.65. Antigos quintais transformados, atualmente chamados de “praças”, p.180, fonte D.
- Fig.66. Praça do Reggae, no Pelourinho, p.181, fonte D.
- Fig.67. a), b), Croquis do Palco Móvel para o Largo do Pelourinho, p.182 e c). 185, fonte D2.
- Fig.68. Antiga Praça São João, Praça da Inglaterra, anos 1930, p.186, fontes Q e O, respectivamente.
- Fig.69. a), b), Praça da Inglaterra: a) e b) anos 1950, fonte W1; e em c) e d) c), d). estátua a Rodrigues Lima, substituída pela atual de J. J. Seabra p.187, fontes U e D, respectivamente.
- Fig.70. Desenho da Praça da Inglaterra, nos anos 1980, p.188, fonte C.
- Fig.71. a), b) Planta de Situação e Ortofoto da Praça da Inglaterra, p.188, fontes F e K, respectivamente.
- Fig.72. Entorno da Praça da Inglaterra, p.189, fonte C, D, e I.
- Fig.73. Edifício da antiga Rede Ferroviária, p.190, fonte D.
- Fig.74. Primeira e atual Praça da Inglaterra, ao fundo edifício do Banco Econômico, atual Faculdade da Cidade do Salvador, p.191, fonte P.
- Fig.75. Tipologias de fachadas no entorno da Praça da Inglaterra (2005), p.192, fonte D.
- Fig.76. Projeto de intervenção da Praça da Inglaterra (1997), p.193, fonte C.
- Fig.77. Espaços da Praça da Inglaterra: mobiliário e iluminação geral, p.195, fontes P e D, respectivamente.
- Fig.78. Antigo Cais do Ouro, Praça Deodoro (1957), p.198, fonte V.
- Fig.79. Largo do Ouro, meados do século XX, p.199, fonte A.
- Fig.80. Desenho da Praça Marechal Deodoro, anos 1950, p.200, fonte O.
- Fig.81. Planta de situação e foto aérea, trecho Largo Marechal

- Deodoro (1970/80), p.200, fontes K.
- Fig.82. Planta de situação e aerofoto da Praça Deodoro (2005), p.201, fontes F e K.
- Fig.83. Planta do entorno da Praça Deodoro, Arquiteto Daniel Colina e entorno, p.203, fonte C, D e I.
- Fig.84. Mercado do Ouro e vista parcial superior do Santo Antônio, p.203, fonte D.
- Fig.85. Mercado do Ouro, frente para a Praça e frente para a Avenida Jequitaia, p.204, fonte D.
- Fig.86. Projeto de intervenção na Praça Marechal Deodoro, p.205, fonte C, D e I.
- Fig.87. Espaços da Praça Deodoro, ao fundo o Mercado do Ouro, p.206, fonte D.
- Fig.88. a), b), c), d) Espaços da Praça Deodoro: iluminação, escultura, ao fundo ocupação da encosta do Pilar / Santo Antônio, mobiliário e espaços de alimentação, p.208, fonte D.
- Fig.89. Tipologia edificada na Rua do Sodré, p.213, fonte D.
- Fig.90. Gravura da Igreja e Largo da Piedade, finais século XVIII, p.216, fonte P.
- Fig.91. Planta da Praça da Piedade de Los Rios (1894), e edifício do Senado, início do século XX, p.217, fonte V e B, respectivamente.
- Fig.92. a), b), c) Praça da Piedade, metade do século XX; (a) ao fundo edifício de Segurança Pública; (b) Avenida Sete de Setembro com os seus edifícios; (c) iluminação da praça comemorativa do quarto centenário da cidade. P.218, fonte A e W1.
- Fig.93. a), b) Planta de Situação e Ortofoto da Praça da Piedade, p.218, fonte G e H, respectivamente.
- Fig.94. Tipomorfologia da Praça da Piedade e seus edifícios de entorno, p.219, fonte C, D, I e P.
- Fig.95. Secretaria de Segurança Pública, p.222, fonte D.
- Fig.96. Igreja de São Pedro, p.227, fonte D.
- Fig.97. Edifício Maísa Avenida Sete de Setembro / Rua da Força, p.224, fonte D.
- Fig.98. Proposta de intervenção da Praça da Piedade (1998) e entorno, p.225, fonte C, D, I e P.
- Fig.99. Vista da Praça da Piedade, p.226, fonte P.
- Fig.100. Homenagem às vítimas da Inconfidência Baiana, busto em pedestal, na Praça da Piedade, p.227, fonte D.
- Fig.101. Fonte luminosa na Praça da Piedade, p.228, fonte D.
- Fig.102. a), b), c) Mobiliário e iluminação da Praça da Piedade, p.229, fontes P e D.

- Fig.103 a), Planta de Salvador de Los Rios (1894), fonte V; chafariz do b), c). Queimado, início século XX, e aguadeiros em fila no Largo 2 de Julho, p.231 e 232.
- Fig.103 d), Largo Dois de Julho, com terminal e passagem de transportes e) (1960/80), e Largo do Mucambinho, com a venda de flores (1960), p.233, fonte L1.
- Fig.104. a), Planta de Situação e Ortofoto da área, 1998/2002, fontes G e b) H, respectivamente, p.234.
- Fig.105. Análise tipomorfológica – arquitetura de entorno no Largo 2 de Julho, p.235, fonte C,D e I.
- Fig.106. a), Acesso à Rua do Cabeça, desde o Largo e Praça Inocência b) Galvão, situação atual, p.236, fonte D.
- Fig.107a. A proposta de intervenção para o Largo 2 de Julho, (2003), p.238, fonte T.
- Fig. 107b Identificação dos elementos de intervenção para o Largo 2 de Julho, (2003), p.239, fonte T.
- Fig.108. Etapas para intervenção do Largo 2 de Julho, p.241, fonte T.
- Fig.109. a), Largo 2 de Julho, antes e depois da parcial intervenção, p.242, b) fonte C e D.
- Fig.110. Elementos de cascata e jatos de água direcionados por calha embutida no piso, p.243, fonte D.
- Fig.111. Quiosque sobre espécie de podium, criando o chamado centro da Praça, p.243, fonte D.
- Fig.112. Largo do Mocambinho, antes e depois da intervenção, p.244, fonte C e D, respectivamente.
- Fig.113. a), Propostas: a) Sistema viário para a área do Dois de Julho; b) b), c) separação entre fluxo de pessoas e veículos na Rua do Cabeça, fonte T; c) Novo acesso ao Largo 2 de Julho, fonte D, p.245 e 246.
- Fig.114. Mobiliário urbano entre edificações de entorno do Largo Dois de Julho e Praça Inocência Galvão, p.247, fonte D.
- Fig.115. a), Largo dos Aflitos por Los Rios (1894), Ortofoto e planta de b), c) situação da área (2002), p.251 e 252, fontes V, H e G, respectivamente.
- Fig.116. Tipomorfolgia da área dos Aflitos (1998 / 2005), p.256, fontes C, D e I.
- Fig.117. Ministério da Agricultura (2005), p.257, fonte D.
- Fig.118. Igreja N. S. Dos Aflitos (2005), p.258, fonte D.
- Fig.119. Projeto de revitalização do conjunto da área largo militar e adro da igreja, p.259, fonte C, D e I.
- Fig.120. Largo dos Aflitos, em frente à Casa Militar, p.260, fonte D.
- Fig.121. a), Mirante dos Aflitos: Visuais do quebra-mar, da Marina e da

- b), c) Avenida de Contorno, p.261, fonte P, P e D.
- Fig.122 a) b). Mobiliário e iluminação do largo, p.262 e 263, fonte P.
- Fig.123. a), Campo Grande – evolução física, p.265 e 266, fontes B, B, C e b), c), d) C, respectivamente.
- Fig.124. O Campo Grande – sua inauguração, p.266, fonte B.
- Fig.125. Evolução do traçado do Campo Grande, 1934, p.267, fonte LI.
- Fig.126. Relação tipomorfológica do Campo Grande e suas edificações de entorno 1997 / 2005, p.269, fonte C, D e I.
- Fig.127. A Proposta de intervenção do Campo Grande 1997/2005, p.272, fonte C, D e I.
- Fig.128. O monumento ao Caboclo, p.273, fonte D.
- Fig.129. Campo Grande, lago e áreas de estar, p.273, fonte D.
- Fig.130. Campo Grande – pérgula, mobiliário e parque infantil, p.274, fonte D.
- Fig.131. Campo Grande – fosso escavado ligação Praça / avenidas de vale, p.275, fonte D.
- Fig.132. Campo Grande – fonte luminosa através de um dos portões e esculturas, 2006, p.280, fonte D.
- Fig.133. Campo Grande – grades, portões e bancos na calçada externa, 2004, p.277, fonte D.
- Fig.134. Campo Grande – iluminação artificial do campo Grande, 2005, p.278 e 279, fonte D.
- Fig.135. Campo Grande – fotografia aérea, 1998, p.281, fonte H.
- Fig.136. Praça Almeida Couto – planta de Los Rios (1894), p.283, fonte V.
- Fig.137a. Praça Almeida Couto – Deusa Flora, p.284, fonte B.
- Fig.137b. Praça Almeida Couto – vegetação e mobiliário (1940), fonte L1
- Fig.138. Praça Almeida Couto – reforma dos anos 1970, articulação com o Vale, p.286, fonte C.
- Fig.139. Praça Almeida Couto – foto aérea e situação, p.286, fonte K e C.
- Fig.140. Praça Almeida Couto – Tipomorfologia da área da Praça Almeida Couto e suas edificações, 1999 /2005, p.287, fonte C, D e I.
- Fig.141. Praça Almeida Couto – Hospital Santa Isabel, 2005, p.288, fonte D.
- Fig.142. Praça Almeida Couto – Edificações de entorno com destaque para Igreja N. S. De Nazaré, p.289, fonte D.
- Fig.143. Praça Almeida Couto – Edificações de entorno com destaque para Colégio e Igreja Salesiano, p.290, fonte D.
- Fig.144. Praça Almeida Couto: Edifícios altos substituem o casario do século XIX, 2005, p.290, fonte D.

- Fig.145. Praça Almeida Couto: Biblioteca infantil Monteiro Lobato (frente e fundo), 2005, p.291, fonte D.
- Fig.146. Proposta de intervenção da Praça Almeida Couto, p.293, 1999, fonte C, D e I.
- Fig.147. Praça Almeida Couto – Busto do Conselheiro Almeida Couto e estátua de D. Pedro II, p.294, 2004, fonte P.
- Fig.148. Praça Almeida Couto – fonte luminosa e pérgula, p.294, 2005, fonte D.
- Fig.149. Mobiliário: iluminação, pavimentação, posteamento, telefones públicos, p.296, fonte P.

Convenção das Fontes.

Arquivo Cid Teixeira.	Fonte A
Arquivo Fauflba / Ceab.	Fonte B
Arquivo FMLF / PMS.	Fonte C
Autora, 2003/2006.	Fonte D
Arquivo Assis Reis.	Fonte D1
Arquivo: Magnavita, Pasqualino	Fonte D2
Arquivo: Juarez Paraíso In Lima	Fonte D3
CARVALHO JR, Álvaro P. D. de. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1999.	Fonte E
Conder – Governo do Estado da Bahia. Base SICAR. 1992.	Fonte F
Conder – Governo do Estado da Bahia. Fotografia Aérea de Salvador, 1998.	Fonte G
Conder – Governo do Estado da Bahia. Fotografia Aérea de Salvador, 2002.	Fonte H
ARAÚJO, Daniel S. Fotografias e montagem do entorno das praças e largos, 2006.	Fonte I
FERREZ, Gilberto. Bahia: Velhas Fotografias 1858/1900. Rio de Janeiro: Kosmos; Salvador: Banco da Bahia Investimentos, 1988.	Fonte L
Oceplan / Plandurb, Epucs – uma experiência de planejamento urbano. Série Estudos Informativos nº 1. Salvador, 1976.	Fonte M1
Oceplan / Plandurb. Áreas verdes. 1978	Fonte M2
PINHEIRO, Eloísa Petti. Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos.	Fonte N
PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR - ATLAS de Salvador (Mário Martins).	Fonte O
PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR. Praças Históricas. Salvador, 2004.	Fonte P
Rebouças, D. Odebrecht. Salvador, Bahia, 1996.	Fonte Q

- Sampaio, Heliodório. *Formas Urbanas. Cidade Real & Cidade Ideal*. Fonte R
Salvador, 1998.
- Sant'Anna, Márcia. A Recuperação do Centro Histórico de Salvador: Fonte S
origens, sentidos e resultados. In RUA nº 8 –Ufba, Salvador, 2003.
- Bradley, Sean P.; Sá, Sérgio; Túlio, Márcio (Arquitetos) Fonte T
SEMANA DE URBANISMO. CONFERÊNCIAS (1935). Comissão do Fonte U
Plano da Cidade. Salvador, 1937.
- Teixeira, Teixeira, Marconi, R. A Grande Salvador. Posse e Uso da Fonte V
Terra. Salvador, 1978.
- Ufba / Ceab / FGM / PMS. Evolução Física de Salvador 1549 a Fonte X
1800. Salvador, 1998.
- José Carlos Almeida, 1999. Fonte Z
- Telelistas.net imagem 2006 digital Globe. Europa Technologies Fonte K
- Pinto, R. I., Burlachini. A Praça na História da Cidade. O Caso da Fonte Y
Praça da Sé - Suas faces durante o século XX (1933 / 1999). 2001.
- FLEXOR; CÂMARA. A Praça Municipal da Cidade do Salvador. In Fonte W
Sampaio, Consuelo Novais. 50 anos de urbanização. Salvador da Fonte W1
Bahia no Século XIX. ODEBRECHT, 2005.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
O TEMA E O SEU CAMPO	23
CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO, O LUGAR, RECORTES, JUSTIFICATIVAS	28
O PROBLEMA E A QUESTÃO	30
OPÇÃO METODOLÓGICA	31
REABILITAÇÃO OU RENOVAÇÃO?	33
1. INSTRUMENTAL DE ANÁLISE E SUA ABRANGÊNCIA	37
1.1. O LUGAR	38
1.2. FORMA, FUNÇÃO, ESTÉTICA, TIPOLOGIA E MORFOLOGIA	39
1.3. A PERCEPÇÃO	45
1.4. TIPOMORFOLOGIA – TIPOLOGIA E MORFOLOGIA	46
1.4.1. Referências, segundo a visão Tipomorfológica	47
a) A Escola Italiana	47
b) A Escola francesa	48
c) A Escola inglesa	50
1.5. ELEMENTOS DE ANÁLISE	53
1.5.1. O lote e a edificação	54
1.5.2. O tecido	55
1.5.3. A cidade	59
2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS – PRAÇAS E LARGOS DE SALVADOR	62
2.1. MATRIZ NUCLEAR	65
2.1.1. Primeiras ocupações	66
2.1.2. A cidade no ciclo do ouro	72
2.2. O SÉCULO XIX, DO VICE-REINO AO IMPÉRIO	80
2.3. SALVADOR À LUZ DE “PRINCÍPIOS MODERNOS”	89
2.3.1. Da Salubridade à Fluidez	90
2.3.2. Semana de Urbanismo de 1935	101
2.4. Do EPUCS ao PLANDURB	107
3. INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS EM SALVADOR (1980 – 2005)	116
3.1. PRAÇAS E LARGOS: PROJETOS E INTERVENÇÕES	118
3.2. UNIDADES DE ANÁLISE - PRIMEIRO NÚCLEO	124
3.2.1. Praça Tomé de Souza / Municipal	135
a. Caracterização do espaço	135

b. Análise tipomorfológica – arquitetura do entorno e suas relações	138
c. A intervenção de 2005	143
c1. Caracterização da proposta	143
c2. Mobiliário	145
c3. Acessibilidade	147
d) Considerações sobre o conjunto resultante a partir de 1986	148
3.2.2. Praça da Sé	149
a. Caracterização do espaço	149
b. Análise tipomorfológica – arquitetura do entorno e suas relações	156
c. A intervenção de 1998	160
c1. Caracterização da proposta	160
c2. Mobiliário	166
d. Considerações sobre o conjunto resultante a partir de 1998	169
3.2.3. Largo do Pelourinho	171
a. Caracterização do espaço	171
b. Análise Tipomorfológica – arquitetura do entorno e suas relações	173
c. A intervenção de 1990	178
c1. Caracterização da proposta	178
c2. Mobiliário	182
c3. Acessibilidade	182
d. Considerações sobre o conjunto resultante a partir de 1900	183
3.2.4. Praça da Inglaterra	185
a. Caracterização do espaço	185
b. Análise Tipomorfológica – arquitetura do entorno e suas relações	189
c. A intervenção em 1997	192
c1. Caracterização da proposta	192
c2. Mobiliário	195
c3. Acessibilidade	196
d. Considerações sobre o conjunto resultante a partir de 1997	197
3.2.5. Praça Marechal Deodoro	198
a. Caracterização do espaço	198
b. Análise tipomorfológica – arquitetura do entorno e suas relações	201
c. A intervenção de 1997	204
c1. Caracterização da proposta	204
c2. Mobiliário	207
c3. Acessibilidade	209
d. Considerações sobre o conjunto resultante a partir de 1997	209
3.3. UNIDADES DE ANÁLISE - SEGUNDO NÚCLEO	212
3.3.1. Praça da Piedade	215
a. Caracterização do espaço	215
b. Análise Tipomorfológica – arquitetura do entorno e suas relações	219
c. A intervenção de 1998	225
c1. Caracterização da proposta	225
c2. Mobiliário	228

c3. Acessibilidade	240
d. Considerações sobre o conjunto resultante da versão 1998	240
3.3.2. Largo 2 de Julho	231
a. Caracterização do espaço	231
b. Análise Tipomorfológica – arquitetura do entorno e suas relações	235
c. A intervenção de 2003	238
c1. Caracterização do projeto	238
c2. Mobiliário	247
c3. Acessibilidade	248
d. Considerações sobre o conjunto resultante a partir de 2003	249
3.3.3. Largo dos Aflitos	251
a. Caracterização do espaço	251
b. Análise Tipomorfológica – arquitetura dos largos e suas relações	255
c. A intervenção de 1997	258
c1. Caracterização da proposta	258
c2. Mobiliário	262
c3. Acessibilidade	263
d. Considerações resultantes da versão 1997	263
3.3.4. Largo do Campo Grande	265
a. Caracterização do Espaço	265
b. Análise Tipomorfológica – arquitetura do entorno e suas relações	268
c. A intervenção de 1998	271
c1. Caracterização da proposta	271
c2. Mobiliário	278
c3. Acessibilidade	280
d. Considerações sobre o conjunto resultante da versão 1998	280
3.3.5. Praça Almeida Couto / Nazaré	283
a. Caracterização do Espaço	283
b. Análise Tipomorfológica – arquitetura do entorno e suas relações	286
c. A intervenção de 1999	292
c1. Caracterização da proposta	292
c2. Mobiliário	296
c3. Acessibilidade	297
d. Considerações sobre o conjunto resultante a partir de 1999	297
3.4. QUADRO COMPARATIVO ENTRE AS PRAÇAS E LARGOS ANALISADOS	299
3.4.1. Praças e largos do Núcleo 1	299
3.4.2. Praças e largos do Núcleo 2	301
3.4.3. Síntese conclusiva	303
CONSIDERAÇÕES FINAIS	307
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	314

INTRODUÇÃO

O TEMA E O SEU CAMPO.

O espaço público, desde o século XIX, pressupõe a existência de indivíduos autônomos, possuidores de opinião; traz a ideia do reconhecimento do outro e não da sua redução; traz também incorporado ao seu sentido a multiplicidade de temas e agentes que intervêm publicamente – a multi-presença e a comunicação. Não surge por decreto, mas por constatação, simboliza a realidade de uma sociedade em ação pelas informações produzidas no seu cotidiano, seja por ideologias, contradições ou pelos fatos gerados (SENNETT, 1995, p.30-44).

Com a separação entre o sagrado e o temporal¹ e o reconhecimento da pessoa e do indivíduo, entre os séculos XVI e XVII, o espaço torna-se simbólico, ganha maior conotação social e também pública. A palavra “público” tem as suas origens no século XIV, oriunda de *publicus*, *publicare* e deriva do conceito “comum” que vem de: *communis* – comunal, identificado com o sentido de trocas e de redes de solidariedade. Entre os séculos XIII e XIV, os conceitos acima referidos se associam à acepção política: *politik*, *politicus*, como campo de decisão (FERREIRA, 1978).

A expressão liberdade traz alguma relação com o sentido de público, entendido como o que se opõe a reservado, a privado, ao segredo e ao interdito, por estes manterem associação direta com o conceito de tradição e conservadorismo. O espaço público constitui assim a valorização de tudo que emancipa, como lugar que se mostra publicamente.

¹ O sentido de temporalidade ou secularidade relaciona-se com a crença sobre a vida terrena. Sofre adaptações e alterações que chegam ao século XIX trazendo o sentido de um código do imanente de preferência ao transcendente: sensações, fatos e sentimentos já não tinham que se encaixar em um esquema pré-existente para serem entendidos, como no século XVIII. (SENNETT, 1995, p.36)

Dentre os diversos elementos envolvidos nos processos de urbanização, o espaço público, historicamente, sempre foi aquele em que mais claramente se pode evidenciar a dinâmica da cidade. No século XIX, com a ascensão da burguesia, o espaço público ganha características de lugar do notório e da manifestação, da agregação, do conjunto instável de pessoas pertencentes a grupos sociais diferentes e dispersos, que pensam e se expressam das mais diversas formas a respeito da vida como fato social.² Tal contexto vai muito além do que representa o seu espaço físico, principalmente quando associado às referências que constroem e transferem significados ao lugar e constituem os principais fatores do seu caráter.

Nesse sentido, o espaço público é aqui entendido como um lugar acessível a todos os cidadãos, que nele se reúnem para formular uma opinião. Como espaço que se consolida pelas contradições que aí são produzidas pelos diversos agentes que o constituem socialmente; é simbólico e necessita de tempo para constituir-se, formar o seu vocabulário de valores e ter reconhecida a sua legitimidade.

Associado ao sentido do espaço público urbano, surge no século XVIII, o termo “cosmopolita” para referir-se ao “homem que se movimenta despreocupadamente em meio a diversidade, que está à vontade em situações sem nenhum vínculo e nem paralelo com aquilo que lhe é familiar”. Nesse sentido, “o cosmopolita tornou-se o homem público perfeito” (SENNETT, 1995, p.31-32). Assim, o sentido público veio a significar uma vida que se passa fora da família e dos amigos íntimos, na região pública, onde grupos sociais complexos e díspares teriam que entrar em contato, inevitavelmente. E o centro dessa vida pública era a capital.

Entende-se o espaço público como importante veículo na constituição da forma e da estruturação urbana pelas relações que permite estabelecer entre as partes: hierarquia, qualidades espaciais, valores adquiridos na sua construção histórico-cultural. Enfim, pelo seu funcionamento cotidiano e como elemento de articulação entre as partes. Mediante a sua leitura podem ser articulados conteúdos diversos, em abrangência multi e transdisciplinar, permitindo uma maior compreensão da cidade, constituída pela superposição dos processos históricos que culturalmente construíram os espaços.

² Esse sentido tem maior desenvolvimento a partir das cidades pré-industriais, no século XIX. (SENNETT, 1995, p.34-40). Na atualidade representa uma referência maior às cidades de pequeno e médio porte e às áreas do centro tradicional das grandes cidades, consideradas metrópoles.

Este trabalho se encaminha no sentido de uma investigação sobre a organização e a configuração dos espaços públicos na cidade do Salvador e sobre os critérios e a lógica adotados na sua constituição, usando como referência principal a primeira mancha expandida da cidade – suas praças e largos. São esses espaços, definidos na sua origem pela urbanização adotada na então colônia portuguesa, que evoluem, se transformam e se veem anexados a outros. Os recentes processos de intervenção nesses espaços urbanos favorecem a constituição de novos papéis estruturados pelo contexto e, por consolidação no espaço, re-definem a paisagem da cidade contemporânea.

As praças e largos, como lugar da ocorrência dos feitos públicos, ganham relevância neste estudo porque expressam a síntese do organismo público e, por configuração, dão lugar aos diversos tipos de manifestações. Embora tratados aqui em conjunto, o largo e a praça nascem de concepções independentes, muitas vezes confundidas nas suas funções. As praças, por essência, trazem o caráter do encontro e da permanência, do lugar da socialização, das comemorações e do comércio; enquanto os largos constituem-se, de acordo com a sua denominação, por alargamentos e / ou confluência de vias, como espaços que estimulam fluxos e passagens e, por vezes, a concentração de pessoas.

Com existência desde as ágoras gregas e os fóruns romanos, assim como por espaços de comercialização na idade média,³ a praça, na cidade europeia, só se estabelece como lugar de socialização, permanência e estar público a partir do Renascimento, ganhando maior impulso dois séculos mais tarde com o apogeu da vida pública, a evolução e a revolução científicas, que aceleram a expansão das cidades. Questões de salubridade e higiene, a partir daí, favorecem a reserva de considerável quantidade de terrenos nas periferias urbanas, considerando a falta de espaços e a rigidez da antiga estrutura matriz das cidades de então. Surgem os passeios públicos, na intenção da saúde pública e da moralidade das pessoas, dentro do idealismo do movimento romântico. Mais tarde surgem os jardins públicos

³ Cada uma dessas referências, dentro das suas especificidades, traz diferenças formais e estruturais, mas usos que atribuíam caráter equivalente. (BENÉVOLO, 1984; LAMAS, 2000, p.154)

– espaços de grandes proporções, arborizados, com objetivo de purificar o ar e constituir reserva para plantas medicinais.⁴

As intervenções públicas atuais encaminham-se por implementar os princípios de revitalização da antiga estrutura urbana, entre eles as praças, entendidas como espaços-lugar do exercício do poder, do comércio e também das manifestações públicas contemporâneas. Esses espaços mostram-se repletos de significados em grande parte constituídos pelas relações de uso produzidas no tempo, que são capazes de comunicar e produzir significados de acordo com as experiências vividas pelos cidadãos (ARANTES, 1993, p.139).

Entendendo a produção do espaço público por acumulação e, portanto, por gesto social, entra em evidência a composição da paisagem como processo dinâmico, mutável e variável a partir da sua consolidação como ação cultural. Caracteriza-se por ação reflexa do ideário em vigor e ao mesmo tempo funciona como condicionante desse, resultando da estratificação de estruturas em uma série de transformações funcionais e morfológicas (MAGALHÃES, 2001, p.25).

Em destaque, a cultura e a ecologia são fatores que, em conjunto, interagem na transformação da paisagem natural atualizando a sua configuração através de soluções técnicas que, quando articuladas por posturas éticas voltadas ao atendimento de uma demanda social, levam ao que se pode chamar de paisagem equilibrada (MAGALHÃES, 2001, p.64-67).

A paisagem define-se assim como ação cultural expressa nas alterações do espaço no tempo, sob o ponto de vista geográfico, ecológico e social, mas também, e principalmente, por significados traduzidos a partir da carga de valores decorrentes de fatos e vivências histórico-culturais que denotam especificidades e conferem identidade própria – o *genius loci* (SCHULZ, 1981, p. 22).

Milton Santos (1995, p.13) estabelece a distinção entre paisagem e espaço, dizendo que o espaço impõe totalidade, efeitos visíveis só analisáveis pelas relações que o definem, enquanto a paisagem permite enfoque fracionário “como um feixe de ações que, num momento dado, se cristaliza num lugar dado [...], é reflexo da visão social do sistema produtivo e suas transformações”.

⁴ Demanda emergente a partir dos séculos XVII e XVIII nas cidades europeias, com os exemplares passeios ajardinados e os famosos *squares* londrinos que serviram de referência às cidades de todo mundo ocidental. No Brasil a implantação dos Passeios Públicos só acontece durante o século XIX. (SEGAWA, H., p. 31-45)

A paisagem é reflexo circunstancial entre o homem e a natureza – decorre de inter-relações e manifestações específicas de cada lugar, em contínuo processo de mutação. Deriva de processos históricos que incidem sobre as relações políticas, econômicas e sociais, sobre o desenvolvimento técnico, arte, religião e filosofia, dentre outras áreas (LEITE, 1994, p.29). Quando incorporada ao planejamento, envolve integração de sentidos e os meios de comunicação da escala regional (LEITE, 1994, p.71).

A palavra paisagem tem sua origem entre os séculos XV e XVI, partindo da pura ideia de natureza para referir harmonia, estética ou, como Cauquelin (2003, p.25) diz, “visibilidade”. Traz na sua denominação o sentido de aldeia, habitante, sustento, território (MAGALHÃES, 2001, p.53-59). No século XVII amplia o seu sentido quando incorpora ideias como enquadramento, perspectiva e composição, recursos então desenvolvidos e sistematicamente utilizados. O sentido geográfico desenvolve-se somente a partir das expansões urbanas características do século XIX (STEENBERGEN; REH, 2001, p.15-18).

A paisagem urbana é então entendida como processo de transformação da paisagem rural, que, por sua vez, superpõe-se àquela tida como “natural”. Ou seja, a estratificação histórica, o estudo da geografia local, as técnicas de agricultura desenvolvidas e as práticas urbanísticas adotadas, formam a estrutura da paisagem global – regional (STEENBERGEN; REH, 2001, p.20).

No Brasil, assim como em várias partes do mundo, as discussões sobre as questões da paisagem acontecem principalmente entre o campo do desenho urbano e o da arquitetura paisagista, de formas dúbias entre terminologias inadequadas e confusas⁵, como se significassem a mesma coisa. O seu exercício envolve vasto e diversificado campo profissional entre arquitetos, urbanistas, paisagistas, engenheiros civis, engenheiros do meio ambiente e florestais, agrônomos, biólogos, dentre outros profissionais, sem qualquer regulamentação específica que trate tanto da atribuição quanto da formação profissional.

Para compreender a organização urbana é necessário entender o papel dos grandes planos, o ideário que deu corpo à ideia, a relação entre o tecido urbano e o parcelamento que, por mais que se modifique, direciona o desenvolvimento da

⁵ Paisagismo, arquitetura paisagista, paisagem urbana, paisagem rural, paisagem regional, paisagem global. (GONÇALO, 1997, p. 31-45, LAMAS, 2000, p. 63-66, SEGAWA, 1997, p. 21-29).

cidade. A formação do tecido urbano e a construção maior da cidade faz-se por diferenciação entre o solo público e o privado, pelos ajustes e alterações produzidas pela dinâmica inerente à vida local (PANERAI, CASTEX, DEPAULE, 1986, p.174). A relação entre parcelamento e edificação encontra explicação em estudos desenvolvidos no campo da tipologia e da morfologia, em considerações polêmicas e muitas vezes dúbias.⁶

Enfrentando o conflito e procurando responder às demandas contemporâneas, entende-se que as questões são complexas e, nesse sentido, é necessária a retomada de referencial teórico conceitual que possa enriquecer a crítica de forma consistente. Ou seja, é preciso definir critérios para análise e intervenção dos espaços públicos, tendo em vista a necessidade de re-construção do debate sobre a cidade do Salvador.

Neste trabalho se faz opção por essa temática, considerando a diversidade dos enfoques surgidos na sua análise, reveladores da pouca clareza que se tem sobre o objeto e assim potencializando-o a ser tratado de forma múltipla, segundo conceitos pertencentes a vários campos do saber, com a abrangência de visões diversas. Essa característica torna o tema rico de possibilidades de abordagem e estimulante ao desenvolvimento da pesquisa aqui proposta.

CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO, O LUGAR, RECORTES, JUSTIFICATIVAS.

Salvador traz no seu núcleo central as características da organização portuguesa nas cidades colonizadas. Constituída em local dotado de facilidades de defesa e acesso marítimo, tem suas características de entreposto comercial e cidade forte expressas pela geografia do sítio. Organizada por um desenho de formalização regular mas sem rigor geométrico, a cidade tira partido dos desníveis produzidos pela topografia, com abertura de visuais que favorecem a formação de perspectivas e levam a efeitos de ver e ser visto⁷, numa relação fundamental entre partes que favorecem a composição paisagística local; traz incorporado na matriz do seu

⁶ Tipo, tipologia, modelo são referências que se misturam na caracterização de elementos de consideração urbana. (AYMONINO, 1984, p. 60-64)

⁷ A questão “ver e ser visto”, neste momento em Salvador, está exclusivamente relacionada à condição de cidade fortaleza com os seus observatórios militares aqui instalados.

primeiro desenho recursos medievais sedimentados e associados aos então pressupostos quinhentistas, às estratégias de defesa e às condições do fazer local, o que torna os seus espaços específicos e genuínos.

Como organização peculiar, a cidade constituiu seus espaços coletivos por incorporação de relações de defesa, de administração, religiosas, comerciais, de circulação e socialização. Prioritariamente essas funções eram exercidas em largos e espaços abertos, em associação direta com o traçado da urbe, em desenhos que eram ao mesmo tempo definidos pelo parcelamento e dele definidores, conforme os pressupostos portugueses para a construção urbana.

Para atingir o objetivo do trabalho, serão analisados espaços públicos constituintes da mancha matriz de Salvador, na área central, as suas principais articulações com o porto, com a segunda cumeada e com a expansão do primeiro núcleo no sentido norte / sul. O estudo dá ênfase às praças e largos que, em seu conjunto, caracterizaram-se como os principais elementos da estrutura da cidade fundacional. Ficam assim estabelecidos os limites da abrangência: entre o Santo Antônio além do Carmo e o Campo Grande e seus correspondentes na segunda cumeada, e a área do porto de Salvador.

A área central ou “centro antigo” da cidade, muitas vezes referido, tem perímetro definido por autoridades municipais como Centro Histórico, englobando a Conceição da Praia, o Comércio e o Pilar na sua parte baixa, e Santo Antônio, Carmo, Pelourinho, Sé, Nazaré, Mouraria, Tororó, Barris e São Pedro na Cidade Alta. De acordo com Sant’Anna (1995, p.IV 8-12), desde 1959 Salvador tem os seus primeiros conjuntos urbanos tombados em nível municipal.⁸ O Centro Histórico de Salvador, tombado pelo Iphan em 1984, foi considerado pela Unesco como Patrimônio da Humanidade em 1985, resultando nos anos de 1980 em Lei Municipal que, sob o nº. 3289/83, estabelece as áreas de proteção rigorosa e contígua, com diferentes graus de preservação.

⁸ Os tombamentos elaborados nos anos 1960 apresentavam-se pontuais e sobre edificações; esses estudos, até o final da década, muitos desenvolvidos pela Faculdade de Arquitetura, Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia (Ceab), avançaram para trechos urbanos. Em 1969 o governo municipal decide pela recuperação do Pelourinho, sendo elaborado projeto pelo Ipac, para a área. Ainda nos anos de 1970, Salvador possuía três delimitações de tombamento, com diferenças entre si: da Prefeitura Municipal do Salvador (PMS); do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); e da Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (Conder).

A mancha matriz aqui considerada representa uma mancha sobre uma base, que, de forma estratificada pelos diversos processos de evolução e transformação do espaço, tem expressado as marcas das ações desenvolvidas pelo plano de ocupação urbana do primeiro sítio da cidade do Salvador. Nesse sentido, a mancha matriz de Salvador situa-se na primeira nucleação da cidade; é o lugar do seu centro tradicional, entendido como local polarizador das subseqüentes expansões e das relações que formula por princípios modernos e contemporâneos.⁹

No contexto atual, assiste-se à consolidação do que Jacques (2003, p.32-39) chama de “culturalização” como instrumento de revitalização urbana e desenvolvimento econômico e que trabalha dentro da lógica do planejamento estratégico, buscando mostrar, ou mesmo forjar, uma imagem singular da cidade, como mercadoria que visa a sua venda para uma população específica que não é local, mas de turistas, principalmente internacionais.

O contexto acima referido articula a tríade cultura, lazer e turismo como fatores de comercialização, em processos comandados por empreendimentos ligados ao capital econômico privado, que, em nome de “recuperar e embelezar” áreas específicas da cidade, explora seus recursos naturais. Essas medidas são implementadas com a anuência das administrações municipais, estaduais e, por vezes, até federais.

O PROBLEMA E A QUESTÃO

A definição de espaços traz pressupostos e valores que representam o momento social e político do período da intervenção e, por agregação, passam a expressar o caráter do lugar (CERASI, 1967, p.13-14). Considerando a dinâmica da cidade contemporânea, o processo de evolução e transformação do espaço urbano e os programas de requalificação direcionados a antigos centros, encaminha-se a seguinte questão:

⁹ Entende-se também que, sobre essa base, o centro tradicional de Salvador situa-se ainda como uma área de grande concentração de atividades terciárias e polarizadora de novas atividades e de fluxos da cidade. (CARVALHO, I., 1997)

- Quais são os aspectos que efetivamente têm sido considerados nas recentes intervenções em Salvador?

No sentido de compreender o caráter dos espaços urbanos e públicos, entendendo as suas praças e largos como objetos de ações diversas, dentre essas, a arquitetônica, consideram-se na sua leitura pressupostos de valoração que levam a questões como:

- Os critérios gerais e os princípios adotados na intervenção estão associados a uma cultura e têm capacidade de repetição?

- As intervenções apresentam algum tipo de relação entre si, no sentido da caracterização tipificável?

- O uso tem alguma relação com a forma?

- Como as mudanças culturais, evidenciadas na apropriação e no uso que alteram a leitura do objeto, se refletem nas antigas estruturas que permanecem?

OPÇÃO METODOLÓGICA

Panerai diz que a exploração de possibilidades e potencialidades urbanas e a busca de posturas integradoras do saber arquitetônico supõem uma troca de atitude:

[...] em vez de estar à espera de uma teoria abstrata e universal que guie as reflexões no sentido de buscar, de forma segura, uma nova referência é necessário avançar sobre as questões quotidianas que relacionam a arquitetura à cidade como encaminhamento para esta construção metodológica (Panerai, 1980, p.182).

Como já referido, para desenvolver a questão acima formulada, encaminha-se pela necessidade de elaboração de um referencial teórico que venha a alimentar reflexões a respeito da construção do objeto, desenvolvendo a compreensão sobre a definição e a consolidação do espaço público. Procura-se, em específico, encontrar as referências e o papel que as praças e largos assumem na composição da paisagem urbana, destacando-se no contexto os processos de permanência e alterações, funções e usos que, por valoração, estabelecem evoluções e transformações.

Entende-se que a análise urbana, por princípio, incorpora o espaço na sua abrangência e, nesse sentido, necessita de instrumental que considere os elementos estruturantes e definidores do seu caráter, entendendo-os desde a escolha do sítio à consolidação da ideia organizacional. As relações entre edificações, seu entorno e partes constituintes da intervenção e a cidade, compõem o que Aymonino (1984, p.95) nomeou “tipomorfologia”.¹⁰ Reúne-se dessa forma a análise da edificação e do urbano, nos seus espaços envolventes – o traçado, os vetores de expansão, o parcelamento, as definições tipológicas, a forma e o papel que desempenham no contexto urbano, dentre outros aspectos.

Neste trabalho incorporam-se como referencial os princípios norteadores que Muratori apresenta nos seus trabalhos, assim como nos dos seus seguidores (AYMONINO, p.11-17) que, dentre outras coisas, consideram a cidade como um organismo em processo contínuo de transformação, atualizado e por vezes enriquecido pela equilibrada relação entre edificações e espaços públicos, em contexto contemporâneo (PANERAI, 1980, p.14). Essa construção procura localizar fatores que permitam a qualificação espacial da paisagem sob o ponto de vista tipomorfológico, ao tempo em que tenta definir o ponto de equilíbrio na sua capacidade de suporte perante as novas intervenções.

Entende-se que toda a base de análise e de leitura do espaço urbano encontra subsídios em estudos desenvolvidos por clássicos como Lynch, Cullen, Cerasi, Muratori, Rossi, Panerai e tantos outros destacados ao longo deste trabalho, em exercícios de percepção, morfologia e tipologia dos espaços. Apesar das críticas desenvolvidas sobre esses estudos e metodologias¹¹ entendem-se essas referências como fundamentais pela contribuição que trazem ao estudo da cidade, na linha da percepção, da produção da imagem, da morfologia e tipologias urbanas, seja em ampla escala (LYNCH, 1980) ou na escala do lugar (CULLEN, 1983; ROSSI, 1977), nas análises de visão serial e nas relações por tecido (PANERAI, 1980; CULLEN, 1983).

Por outro lado, entende-se que, apesar das críticas acima citadas, reais e necessárias, nenhum outro estudo veio substituir tais reflexões com maior

¹⁰ A tipomorfologia surge como fusão entre os conceitos de tipologia e morfologia no sentido de considerar para análise e intervenção as relações entre arquitetura e o lugar, o espaço urbano no seu conjunto, incorporando questões formais, usos, potencialidades, dentre outras.

¹¹ Dentre outros, BANDINI, 1981, p.105-111; BANDINI, 1984, p.73-82. Ver discussão no Capítulo de Instrumental de Análise e sua Abrangência e p.42-43.

fundamentação e maior capacidade de argumentação. Nesse sentido, o princípio é incorporado, tentando ajustá-lo à realidade da cidade do Salvador, considerando como questões principais da constituição dos seus espaços urbanos a definição das praças e largos como elementos morfológicos estruturantes da cidade, o seu processo de evolução e transformação e as recentes intervenções realizadas.

REABILITAÇÃO OU RENOVAÇÃO?

Considerando a preocupação específica deste trabalho, centrada na análise e nas intervenções em áreas constituídas por denso patrimônio histórico cultural, e tendo em vista o objeto a ser avaliado – o espaço público de Salvador – introduz-se na metodologia de análise questões sobre reabilitação e renovação urbanas.

Entende-se a transformação da paisagem como algo subjacente à permanência, como possibilidade de adaptação às novas circunstâncias sem que o seu caráter fundamental se altere e sem que sua identidade desapareça. Assim, o processo de alteração do fenômeno tipológico do espaço relaciona-se com a sua estrutura e a sua forma, acontecidas por ordem funcional e contextual ao nível das transformações dos seus elementos e da sua morfologia.

Operações de renovação de espaços urbanos devem trazer como pressuposto a preocupação do impacto produzido na paisagem ao nível do planejamento e do projeto. Ainda que essas questões não estejam suficientemente desenvolvidas no que diz respeito à sua associação a princípios tipológicos, entende-se que devem refletir a análise profunda dos aspectos envolvidos para decidir pela ruptura ou não, entre elementos.

Entende-se o sentido de evolução não somente por alterações formais dos elementos estruturantes da paisagem, mas também pela dinâmica de uso, em função do momento social e político vivido a cada época. Nesse sentido, o restauro leva à adaptação da forma primitiva à imagem que dela possui a cultura local, e não à imagem do que se chama de imutável.

O estado de conservação norteia a integração dos elementos físicos pré-existentes, pela substituição ou não da construção degradada. Mesmo em áreas

livres, relaciona as transformações da paisagem através da sua estrutura, imagem e caráter, de maneira que as alterações tipológicas possam produzir modificações na morfologia, de acordo com valores culturais determinantes por função e contexto.¹²

Diante da normal perplexidade sobre os encaminhamentos, surge sempre a questão sobre o que deve ser preservado e por quê. Reabilitando-o ou renovando-o? Qual o papel assumido perante as novas circunstâncias? Ou seja, a análise e a intervenção são consideradas como instrumentos diferentes que têm um ponto comum onde as questões são colocadas de forma a resolver as conexões entre a arquitetura e o sítio. Essas relações são extremamente complexas, principalmente quando se trata de áreas urbanas constituídas por espaços em contínua mutação e que exigem correta articulação entre todos os seus elementos. Em caso contrário, podem resultar conexões indevidas, desconexões, apêndices ou outros.

Tainha (2000) classifica a Arquitetura como “potência visível da história” e diz que através dos fatos arquitetônicos pode-se saber como as pessoas viviam em outras épocas, como eram construídos os seus espaços, quais os seus materiais e sua tecnologia de construção e que “a prova de fogo da Arquitetura é a cidade”. Muitos lugares de excelente qualidade, quando analisados sob a perspectiva da sua arquitetura isolada, mostram a sua insignificância e indicam que “mais vale o todo do que a peça. É a cidade que comprova, critica ou desaprova a arquitetura [...] campo mais amplo do que aquele que lhe queriam colocar dentro dos limites do edifício”.

Assim, uma nova forma de desenhar a cidade, ainda incipiente no Brasil, já tem sido amplamente experimentada em países como Itália, França, Alemanha e Espanha, nas suas estratégias de planejamento, nos novos planos e desenhos, na modificação de ideias e realizações, na crítica e na produção teórica, evidenciando claramente um novo entendimento da cidade e do seu espaço público, predominantemente como espaço da pré-existência. Trata-se de desenhar sobre o desenhado, construir sobre o construído, aceitar a organização do território por acumulação e sobreposições.

¹² Entendendo que a forma só sofre modificações quando o objeto referido não está devidamente adaptado ao local, Marcel Poete (LAMAS, 2000, p.270-273), criador do conceito da persistência, verificou que estudos morfológicos permitem constatar que determinados elementos arquitetônicos persistem em qualquer cidade e em qualquer dinâmica, e através da sua estrutura é possível remontar à sua história e reconstituir a formação da cidade. (AYMONINO, 1984; LAMAS, 2000, p. 114)

Entende-se assim que o debate atual leva à leitura de três formas prioritárias de ação: o interesse pela cidade antiga, a sua preservação e conservação com vistas à reabilitação ou renovação na busca de integridade física, funcional e social, em uma postura que pode levar ao processo da indústria cultural; a reavaliação das relações tipomorfológicas existentes na cidade, em qualquer contexto, para atualização, redesenho e referência nos processos de transformação e expansão; ou ainda, a desconsideração total por qualquer pré-existência, para adoção de posturas inovadoras e desenraizadas.

Das três possibilidades destacadas acima, entende-se que no caso brasileiro existe uma grande demanda para os processos intitulados “revitalizações”, que nada mais são do que agregações por interesses capitalistas, sejam eles vinculados ao mercado da cultura, do turismo, do setor imobiliário, ou outro, desenvolvendo-se em metodologias contrárias aos princípios defendidos nos processos de reabilitação. Na segunda opção, percebe-se pouco interesse pelas teorias de articulação entre arquitetura e cidade, pelas questões de morfologia e muito menos pela tipologia; e, na última, também em expansão, encontram espaço as ações megalomaniacas principalmente vinculadas a órgãos municipais, que entendem escala como sinal de grandiosidade.

Considera-se, entretanto, que das três opções apresentadas, a segunda compõe um campo de maior abrangência porque metodologicamente se processa pela análise da articulação entre o edificado e o entorno envolvente, em relações espaciais gerais e específicas. A análise acima referida contempla a organização do espaço considerando as possibilidades da sua evolução e expansão, através de articulação entre eixos e por sucessão de escalas, trazendo vinculações mais amplas, no sentido da grande escala. Essa constitui, portanto, uma vertente que permite maior alcance para a análise espacial, nas mais diversas possibilidades de atuação instrumental no espaço urbano. Portanto, é aqui assumida como caminho a ser perseguido.

É preciso não esquecer que a questão principal da análise passa pelo funcionamento do espaço urbano realizado através do que se pode chamar de “elemento ligante da cidade” – o espaço público que em muito depende de uma gestão equilibrada por parte do Estado para o seu pleno desempenho. Esse processo é diretamente dependente de projetos, afinados ou não a planos mais

amplos e a suas articulações, para a obtenção de alguma lógica que os encaminhe a elementos qualitativos. Naturalmente, as questões referentes à dinâmica e à apropriação do espaço são aqui consideradas extremamente importantes para a caracterização e a constituição do lugar e da sua paisagem, mas são analisadas em leitura arquitetônica, segundo aspectos que relacionam questões estruturais que levam a uma tipificação e relacionam ambiência, espaço e edifício, forma e função, diante do perfil que apresenta este trabalho.

1. INSTRUMENTAL DE ANÁLISE E SUA ABRANGÊNCIA

A construção da paisagem não é e não será nunca uma obra exclusiva de especialistas, sendo um produto do processo constante de transformação do ambiente terrestre, operado tanto pela sociedade humana e pelas outras comunidades dos seres vivos, como pelos processos de acomodação geológica e climática do planeta. (MACEDO, 1999, p.2).

Entendendo a cidade contemporânea por constituição fragmentada, em composições que não permitem uma visão global (AYMONINO, 1984, p.41), procura-se perceber e apreender os critérios utilizados em recentes intervenções urbanas adotando como referência a análise dos componentes de sua organização espacial desenhada sobre um tecido já consolidado. Para investigar tais ações, selecionou-se entre os tradicionais processos de percepção aqueles que poderão contribuir para uma leitura que considere a multiplicidade dos efeitos produzidos pelos vínculos que se estabelecem entre o lugar da intervenção e as relações de entorno, destacando ao mesmo tempo os elementos de caráter que permitam a vinculação entre a preexistência e os processos de desenvolvimento e transformação do espaço.

O espaço urbano é objeto de múltiplas leituras, consoantes a diversos instrumentos de análise que, em princípio, apontam para os fenômenos implicados na sua produção. Só o cruzamento dessas diferentes leituras e informações pode explicá-lo, considerando-o na sua complexidade (LAMAS, 2000, p.38; PANERAI, DEPAULE, DEMORGON, 1999, p.155). Nesse sentido, busca-se localizar uma trama comum, constituída a partir das diversas disciplinas, em que as referências obtidas possam tanto constituir processos de análise como respaldar metodologias de projeto.

Em permanente processo de transformação, o espaço urbano envolve diversos campos profissionais movidos pela ação proveniente de gestões públicas e/ou privadas. Envolve também a ação da própria população que, de forma direta ou indireta, deixa sua marca através da construção cotidiana. As respostas que daí emanam refletem a prevalência da correlação de forças travadas entre os mecanismos de poder e os valores culturais do momento (LAMAS, 2000, p.37-38).

As estratégias políticas de apropriação de um território expressam ações que podem ser apreendidas por leituras do espaço que, ainda que fragmentárias, se apresentam por estratificação, ressaltando elementos constitutivos e dominantes, que se tornam variáveis segundo os interesses e a intencionalidade de quem os lê. “A estratificação linguística ou filológica corresponde, neste caso, à estratificação histórica, nas sucessivas intervenções, e à distinta personalidade dos projetistas” (CERASI, 1977, p.95).

Entendendo o sítio como suporte geográfico que contém a gênese e o potencial gerador de formas pelo apontar de um traçado e pela expressão do lugar, faz-se a relação entre sítio e *lócus*, não pelo sentido físico e geográfico, mas como relação singular que existe entre uma situação local e as construções que estão nesse lugar. O conceito de *lócus* sempre esteve presente na tratadística clássica, desviando-se um pouco para os aspectos técnicos, funcionais e estéticos (LAMAS, 2000, p.63-64).

1.1. O LUGAR

O conceito de lugar estabelece a conotação simbólica, resultado de combinações entre o espaço físico e as interferências humanas que atribuem significados míticos, transformando-o em objeto significante. Chama-se a atenção, por exemplo, para a dificuldade de transposição da obra arquitetônica, pois o lugar participa como espaço singular e concreto. Schulz (1968, p.47) desenvolve um entendimento que leva o conceito de lugar a significar muito mais do que localização, pois encerra significado cultural como síntese do meio que o envolve. Rossi (1977, p.8-12) leva ao entendimento do sítio como um “gênio” determinante e inseparável da arquitetura que o ocupará no futuro.

A relação estabelecida entre homem e lugar produz sensações e significados específicos que se manifestam cada vez que existe a interação. São lugares carregados, que excitam o espírito – o *Genius Loci*¹ e a sensação de carga funciona como uma reverberação de experiências vividas, como algo já em nós, como um padrão de forma e significado delimitado em conjunto na memória, como um arquétipo (SCHULZ, 1968, p.45-50). A paisagem, assim entendida como espaço da pré-existência, mostra-se constituída de atributos que, de alguma forma, encaminham os processos de intervenção desde a forma física até aos elementos que definem seu caráter.

De fundamental importância para este trabalho é a referência estabelecida na definição de lugar que caracteriza os espaços públicos, quer seja por uma geometria específica quer seja, e principalmente, por processos e dinâmicas a que são submetidos e que favorecem a sua apropriação pela população; ou ainda, pelo caráter de vida coletiva e urbana, diversa, portanto, daquela desenvolvida nos espaços privados.

Encaminha-se aqui pelo entendimento de que o espaço se articula a estratégias político-sociais, identifica-se a elementos da geografia, chegando a um nível de produção e transformação através das suas inter-relações, desde a organização de matrizes iniciais até a aplicação de planos que procuram estabelecer articulações entre o todo e as suas partes.

1.2. FORMA, FUNÇÃO, ESTÉTICA, TIPOLOGIA E MORFOLOGIA.

Quando se procura estabelecer uma relação entre forma e função, percebe-se que ela acontece no campo do que se constitui o “tipo” enquanto entidade que resume uma conexão entre esses conceitos, articulada ao desenvolvimento histórico e como elemento que carrega a informação arquitetônica para, a partir dela, sofrer as variações de forma. (AYMONINO, 1984, p.21; ROSSI, 1977, p.44).

¹ *Genius Loci* diz respeito à característica específica do lugar, à sua essência, a seu espírito. Os lugares excitam mais ou menos o espírito através da carga que trazem, proveniente de experiências vividas, como algo já em nós, traduzindo-se em forma e significado. (SCHULZ, 1968, p. 102)

“Tipo” se entende como algo que delinea traços de caráter do objeto. A ontologia da palavra relaciona-se a catalogar fenômenos em categorias: *typos* no grego e em latim *typus* têm significado de uma ideia que se antecipa ao objeto fim, para moldagem. Assim, a palavra é usada desde a antiguidade clássica por Platão e Aristóteles como esboço, relevo incompleto ou ideia geral sem atingir uma definição exata; elemento padrão, ou ideal de referência genérica, como classe, gênero e espécie, que se consolida a partir de repetições. Se por um lado é preliminar à intervenção, por outro, associa-se às questões morfológicas e de forma, ou seja, define o projeto, mas também é definido por ele (AYMONINO, 1984, p.64; ROSSI, 1977, p.43). Mais adiante retoma-se esse estudo, articulado com as questões da tipologia

Em princípio, a organização do espaço é movida pela busca do atendimento das necessidades socialmente construídas. Entretanto, da concepção à construção, inúmeros fatores interagem para a constituição do produto final – a obra concretizada. Considera-se assim que, na prática, ao ser estruturado, um objeto adquire papel de maior abrangência (CERASI, 1990, p.11-25), condição que leva à outra questão: no mundo contemporâneo cabe ainda, na organização de espaços, o direcionamento para atividades específicas?

Entende-se também que os aspectos relativos ao campo da estética buscam explicitar e evidenciar a disposição estabelecida pela forma, usando como referência:

“[...] figura, ao poder de comunicação estética da forma, ou seja, ao modo como se organizam as diferentes partes que constituem a forma, com objetivos de comunicação” (LAMAS, 2000, p.56).

“[...] a estrutura da concepção projetual é de natureza eminentemente figurativa”. (GREGOTTI, 1975, p.30)

Considerando a paisagem como ação sobre o território, os objetivos e valores estéticos que a ela se incorporam comunicam através dos sentidos ou da percepção. Entende-se assim que os valores estéticos se estabelecem no campo sensorial e se determinam por compreensão. Portanto, a estética, na sua relação forma-função, significa dimensão cultural, tanto no sentido do atendimento a

necessidades, quanto na esfera simbólica, como expressão formal e sensorial. (SCHULZ, 1968, p.45-50)

Forma / função / estética estabelecem relação direta entre si, mas a história mostra que em ciclos alternados umas se sobrepõem às outras. No barroco, por exemplo, a forma e a estética prevalecem sobre a função; no período racionalista, o contrário; Gregotti (1975, p.149-150) considera aspectos como gênero e função e procura entender como esta última se agrega ao lugar onde está inserida, usando como referência as condições de localização, elementos vinculados à natureza e ao suporte geográfico, relações com o tecido urbano, serviços, dentre outros aspectos. A partir dessas articulações estabelece a ideia de interdependência entre as questões de forma e estética.

Como quer Rossi (1977, p.45), o pré-ordenamento de funções orienta fatos, entendendo, entretanto, que as formas, ao se constituírem, vão muito além das funções. Essa posição fundamenta o discurso aqui classificado como funcionalista, do arquiteto paisagista português Caldeira Cabral: “A beleza é resultado da ordem, incluída a adequação funcional e a integração de todos os componentes da paisagem, considerando aí o equilíbrio ecológico”. (CABRAL apud MAGALHÃES, 2001, p.31). Por concepção ecologista, esse autor postula a colaboração com a natureza ou, de forma oposta, incorpora o desejo do homem de dominar. ²

Entendendo forma / função em relação não tão linear como postularam os funcionalistas, fica evidente que a mesma função pode existir em formas distintas, como acontece na reutilização de espaços e edifícios antigos com excelentes resultados. Tanto quanto ao uso, à significação estética e à qualidade ambiental têm-se, muitas vezes, melhor resultado nesses exemplares do que em projetos específicos. Entende-se a manifestação artística como exteriorização poética do lugar, pelas suas características naturais e pelos mitos produzidos na elaboração da paisagem (ROSSI, 1977, p.46).

Assim, o entendimento de lugar refere-se a algo mais amplo, qualitativo. O lugar significa muito mais do que a sua localização, pois encerra significados culturais que sintetizam e representam o meio envolvente. Como instrumento de

² A visão funcional relacionava a estética como resultante de bom funcionamento, visão esta ainda presente no discurso dos arquitetos paisagistas. (TELLES, 1997; MAGALHÃES, 2001; CABRAL, 1993)

comunicação, o lugar utiliza símbolos, incorporando coisas significativas para serem vistas e ouvidas, enfim, percebidas. O lugar envolve o homem do ponto de vista físico e sensitivo, desperta emoções que articulam o plano real ao imaginário através do intelecto. “[...] Além de diversas coisas que podem ser acrescentadas à descrição do lugar, está a alma da cidade como qualidade dos fatos urbanos”.³

Como se pode perceber, o conceito de lugar está constituído por uma série de características diretamente relacionadas com o processo envolvido na sua constituição, normalmente definido ou definidor de um processo de tipificação que, em conjunto, permite apreendê-lo e associá-lo a um tipo, a um conjunto de espaços com características similares que se tornam referência pelo estabelecimento de relações e analogias.

Tipologia engloba razões e fatos que contribuem para a formação e o estabelecimento de relações com a morfologia, de maneira a possibilitar a determinação da estrutura do espaço dentro de princípios históricos e geográficos. Tipo, como algo que precede a forma e se oferece como matéria de composição da arquitetura, é diferente do que se constitui como modelo, que pode ser copiado e repetido, e para isso precisa ser totalmente definido. Tipos são construções conceituais sedimentadas ao longo do tempo que permitem a distinção das coisas, dos sítios e dos lugares, pelas suas características, suas similaridades, sua especificidade e dinâmica, dentre outros aspectos (AYMONINO, 1984, p.64-65; ROSSI, 1977, p.42-43).

O tipo referência, uma relação entre homem e espaço, quer seja ele civilizado ou primitivo. “[...] Os tipos dizem de nós como do mundo porque cada um, construído por nós, localiza não só o lugar, mas nós próprios” (ALFAIADE, 2000, p.32). Na visão de Rossi (1977, p.27 e 42) e Aymonino (1984, p.70), os aspectos tipológicos relacionam-se com a forma da cidade, apresentam caracteres de necessidade, reagem com a técnica, com as funções, com o estilo, com o caráter coletivo e o momento individual do fato arquitetônico.

³ Referência de Quatremère de Quincy, incorporada por Rossi (1977, p.17) no desenvolvimento de conceitos sobre as teorias do lugar, morfologia urbana, tipo, tipologia, dentre outras questões.

Apresentam-se duas categorizações auxiliares nos processos de identificação e análise dos tipos: aqueles que se prendem ao intemporal e ao persistente e os que resultam da realidade do momento, ajustáveis pelo processo cultural dinâmico, constituído ao longo do tempo. Entende-se a universalidade tipológica na medida em que as estruturas, ou essência dos objetos, se adaptam a funções as mais variadas a que estão sujeitos os espaços da cidade. A morfologia surge em articulação com as leis que configuram a estrutura dos objetos, como processo que explica a sua função original, usando como referência sua identidade tipológica (ROSSI, 1977, p.27-29).

Para Quatremère de Quincy (ROSSI, 1977, p.25-26; AYMÓNINO, 1984, p.64-65), tipo é social e contextualmente determinado e baseado numa relação distinta com a história,⁴ enquanto para Rossi, o tipo baseia-se em experiências produzidas pela história, em atitude evocativa, muitas vezes de forma nostálgica. Entende-se que os tipos puros realmente independem da história, mas, por outro lado, sabe-se que não mais existem definições espaciais oriundas somente de concepções ideais na cidade contemporânea, onde novas formas de viver e de se apropriar dos espaços ocorrem normalmente sobre estruturas já consolidadas.

A tipologia relacional, definida pela escola italiana, abriga uma ideia de tipo que condensa uma relação entre forma e função, tendo Rossi como um dos seus defensores. Segundo esse autor, o conceito se justifica pela necessidade de recuperação das formas do passado perdidas durante o movimento moderno. Para Rossi (1977, p.33-49), a forma do objeto pode servir fundamentalmente para buscar a identificação da função, do contexto e do tempo e, a partir daí, apreender o espaço ou o objeto arquitetônico, quer na sua identidade original ou nas suas posteriores metamorfoses, em função do uso que abriga, do contexto em que sobrevive ou mesmo da variável tempo.

Nesse sentido, entende-se que os aspectos tipológicos trazem suporte para a interpretação da paisagem e suas alterações provocadas pela cultura que se sucedem ao longo da ocupação do território, e nesse processo funcionam como

⁴ Com o trabalho *Encyclopédie Méthodique* esse autor inspirou profundamente os arquitetos contemporâneos, despertando interesse pela análise tipológica, aprofundou a diferença entre tipo e modelo, reciprocidade entre uso e forma, estabeleceu a devida relevância sobre precedentes históricos. AYMÓNINO, 1984, p. 64.

variável flexível para reinterpretação dos espaços agenciados e para o atendimento das dinâmicas específicas de cada momento da história.⁵

Através da análise tipológica, a paisagem é identificada usando referências da Geologia e da Geografia, da Topografia, dos sistemas hídricos, do sistema vegetal e de outras possibilidades que evidenciam a personalidade e a natureza do lugar, pela sua constituição material e formal. Todos esses traços, pela sua peculiaridade, podem ser capazes de despertar a sensibilidade humana no campo das percepções visual, olfativa, auditiva e tátil, assim como por outras percepções, formadas por imagens e interpretações decorrentes de processos culturais autônomos que interferem na apropriação do espaço (MAGALHÃES, 2001, p.338-384).

Entende-se que os tipos da paisagem não decorrem apenas de intervenções físicas, mas também, e principalmente, da construção social em torno dos aspectos inerentes ao território, que suscitam significados pela dinâmica dada ao espaço. Assim, o conceito de tipo é aplicável a todo o entorno, caracterizando a paisagem total.

Pode-se também perceber que os significados atribuídos aos tipos de lugares mantêm relações diretas com a sua denominação, sendo por vezes definidos por questões como forma e uso, como nomes de ruas, praças e largos. Krier (1984, p.109) defende a verdadeira relação entre configuração e uso, destacando a capacidade de uma população para rejeitar denominações advindas de relações que, muitas vezes intencionais, não são reais. Ou seja, a população sabiamente restabelece essa relação com a indicação e com o uso de nomes não oficiais, mas integrados à sua cultura e que, por força da analogia, tornam-se reais.

⁵ A partir do século XVIII, o entendimento sobre o conceito "tipo", embora ainda sob outras denominações como, por exemplo, gênero ou espécie, adquire maior amplitude e ganha espaço em várias áreas do conhecimento como nas ciências sociais com Weber, 1864-1920, incluindo aí a Botânica, a Geologia e a Zoologia. (ALFAIADE, 2000, p. 41) Na Arquitetura, com a formação da cidade industrial capitalista burguesa, associa-se a edificações vinculadas ao bem público e a questões de atividades específicas. (AYMONINO, 1984, p. 60-64)

1.3. A PERCEPÇÃO.

Em estreita relação com os significados que são transferidos para os espaços, a percepção vincula-se ao conceito de *Topophilia* – fronteira ou ponte afetiva entre as pessoas e o lugar, que varia em intensidade emocional, prazer visual, familiaridade com o local, sentido de pertença, experiências com o passado. Constitui aspecto diferente das manifestações de arquétipo, que independem de um tempo e uma cultura⁶.

Cerasi (1977, p.20-25 e 85-89), em seu trabalho *La lectura del ambiente*, desenvolve considerações a respeito dos processos de percepção do espaço encaminhando metodologicamente recursos que podem funcionar como auxiliares na formulação de imagens. Considera esse autor que as contribuições advindas do gozo estético, além de outras relacionadas a atividades e usos, atuam como condicionantes para a transposição de sensações no processo de apreensão do espaço. Com isso é possível elaborar a leitura intencional do ambiente arquitetônico. “As experiências sobre a percepção nos demonstram que cada imagem está condicionada por um esquema de leitura, por uma intencionalidade na percepção do ambiente,” (CERASI, 1977, p.20).

O autor acima citado faz críticas à análise dos espaços quando nas leituras a eles dirigidas predominam os aspectos formais e de interpretação da cultura histórica, deixando de ser consideradas as relações de entorno, as articulações, os eixos, circulações, ângulos visuais, usos, dinâmicas, e ainda outras. Procura, portanto, entender as questões formais da estrutura espacial e de que maneira elas podem contribuir com os métodos de análise. Nesse sentido, destaca que estilos, aspectos formais ou mesmo tipológicos só produzem uma leitura completa do conjunto quando a eles são agregadas as questões do espaço ativo e seu processo de vida. A partir dessa consideração, é possível perceber, na estrutura analisada, quais são os seus elementos determinantes e característicos, assim como também quais os descartáveis (CERASI, 1977, p.90-104).

⁶ O trabalho desenvolvido por Tuan Yi-Fu, intitulado *Topofilia. Um estudo de Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente* (1980), apresenta estudos de percepção e suas possibilidades de desenvolvimento relacionando a estrutura biológica humana ao desenvolvimento cultural e físico do espaço.

Desconsiderando as questões subjetivas da percepção, não se pode deixar de referenciar os estudos apresentados por Lynch, que, em análise visual, parte do conceito de estrutura urbana, destacando a formulação de uma imagem clara e forte e uma codificação dos efeitos estéticos, reduzindo-os a questões formais e de ordenamento físico. Lynch mostra influência de Sitte e principalmente de Unwin, quando trabalha a identificação do lugar pela morfologia dos caminhos e pela organização dos espaços (LAMAS, 2000, p.398). Entende a percepção como processo variável entre pessoas, dependente de fatores culturais e experiências acumuladas. Considera, entretanto, que as pessoas trazem de maneira inata o instinto de orientação, encaminhando assim para processos facilitadores. Segundo Lynch (1980, p.14), “esta organização é fundamental para a eficiência e à própria sobrevivência da vida motora”.

1. 4. TIPOMORFOLOGIA – TIPOLOGIA E MORFOLOGIA

Devido à grande quantidade de variáveis inter-relacionadas que respondem pela tipificação de lugares, constituiu-se uma relação dialética, apresentada por Aymonino e Rossi, como um processo que articula a morfologia urbana à tipologia, de maneira flexível, em função do contexto social e histórico.⁷ “[...] Os muros, as paredes, as colunas [...], são elementos do edifício [...], os edifícios são elementos que compõem a cidade” (DURAND, *apud* ROSSI, 1977, p.27; AYMONINO, 1984, p.70). Incorporando o sentido, mas apresentando algumas diferenças, Panerai, Depaule e Demorgon (1999, p.21) encaminham a tipologia como constituinte de um caráter, como indispensável indicador projetual urbano, ao mesmo tempo como pré-existência e referência para o projeto de novas obras.

O termo *tipomorfologia*, indicado por Aymonino (1984, p.94-95), teve seu fundamento principal no trabalho de Muratori, que considerava a cidade como um organismo em transformação. “O objecto urbano que existe hoje é precedido por um

⁷ Durand, em 1813, dá prosseguimento às definições de Quincy, desenvolvendo metodologia de projeto com vistas ao atendimento de novas necessidades urbanas, encaminhando pelo relacionamento entre a composição de edifícios e a cidade. (AYMONINO, 1984, p.70)

outro, anterior, de onde ele é reconhecido como derivado”.⁸ Articulação e fusão entre os conceitos dão origem à palavra que constitui o termo. Revelando a estrutura física e espacial do lugar, a tipomorfologia baseia-se no estudo da forma, na classificação das edificações e dos espaços existentes, nos aspectos funcionais e culturais, como valores que lhe são atribuídos ao longo do tempo e na dinâmica própria do lugar.

Entende-se assim a tipomorfologia como conjunto de características que constitui o todo edificado, resultado de ações sobre o espaço/tempo, apoiado em arquétipos ou em relações de topofilia, ao tempo em que desenvolve tipos que evoluem e criam descendência. As evoluções acima citadas, se articuladas à capacidade de suporte do lugar, podem assegurar a sua identidade ou o seu *Genius Loci*. Ou seja, a tipomorfologia constitui uma análise da formação e da transformação do espaço edificado, considerando a paisagem configurada pela dinâmica que lhe é própria.

1. 4. 1. Referências segundo a visão Tipomorfológica

a) A Escola Italiana

Autores como Muratori, Cannigia, Castex, Panerai e Conson,⁹ dentre outros, são aqui destacados pela diferente interpretação que dão ao conceito de tipo. Esses autores consideram a necessidade de utilização de métodos sistemáticos para análise dos espaços que partam de referências relativas à edificação, para, na sequência, serem ampliados para o espaço urbano. Encaminham para os aspectos espaciais, funcionais e culturais na abordagem material dos tipos físicos, considerando noções de ideário, conceitualmente constituídas.

O grupo alinhado à escola italiana/veneziana tem como mentor principal o pesquisador Professor Muratori, seguido por Cannigia, Maffei, Cataldi, Rossi e Aymonino, dentre outros que se colocam pelo entendimento da cidade como um organismo em transformação, devendo cada nova intervenção embasar-se em fases históricas que deixam marcas e funcionam como registros de momentos

⁸ Publica, em 1966, estudos sobre arquitetura e paisagem urbana, e em 1975 apresenta o seu método de análise tipomorfológica. (MURATORI *apud* MOUDON, 1994, p.112)

⁹ Articulados a Escolas Italianas / Venezianas, Francesas e Inglesas, respectivamente.

específicos. São referências de seu trabalho as *Histórias Operantes*.¹⁰ Encaminham para a análise do espaço no seu conjunto, através das manifestações contidas nas edificações e em seus espaços envolventes, classificando-os como *tipologia edilizia* e alargando assim o conceito de tipo para tipologia da paisagem. “[...] O objectivo é o de olhar a cidade através do estudo do tecido urbano, para reencontrar a realidade concreta da arquitectura” (MURATORI, 1963, p.79).

b) A Escola Francesa

Os arquitetos Philippe Panerai e Jean Castex,¹¹ Bernard Huet e Christian Devillers¹² avançam sobre as bases dos estudos desenvolvidos por Muratori e acrescentam contribuições para o entendimento das relações travadas entre a forma urbana e suas partes, as edificações e os espaços abertos, considerando-os em plano de igualdade e fundamentais na estruturação da cidade.¹³ Entendem o tipo como estruturante, mas também como abstração que se define por uma característica espacial síntese.

Contrariamente à escola italiana, para os franceses o tipo não é o objeto, mas uma formulação que decorre de uma construção necessariamente não coincidente com elementos concretos, o que permite a classificação de propriedades comuns e também daquelas que, nas suas diferenças, marcam variações. Constituem o que se denomina de “exemplo-tipo”, pelo destaque das suas principais propriedades. (PANERAI; DE PAULE; DEMORGON, 1999, p.129).

Esse conjunto de arquitetos aborda a cidade como arquitetura, por sua forma e por suas relações espaciais e sociais, definindo uma identidade adquirida na dinâmica de sua organicidade como espaço culturalmente construído, em interação contínua das partes com o todo. Para essa compreensão, desenvolvem um trabalho com profissionais da Geografia, da Sociologia, da Antropologia, e historiadores

¹⁰ Trata-se de estudos efetuados para as cidades de Veneza e Roma. Apresentam o princípio de fundamentar novas intervenções na pré-existência urbana; compreendem a forma da cidade por agregação de ações, expressas no todo edificado entendido tipologicamente; constroem de maneira inovadora e aprofundada critérios de análise urbana nos seus processos de mutação. (CANNIGIA, 1995, p. 30-36)

¹¹ LADRAUS - École d'Architecture de Versailles. (PANERAI; DEPAULE; DEMORGON, 1999, p. 28)

¹² IERAU – École d'Architecture de Paris – Beleville. (PANERAI; DEPAULE; DEMORGON, 1999, p. 28)

¹³ Acrescenta-se ainda La Défense - École d'Architecture de Paris com os arquitetos Pierre Pinon e Alain Borie. (PANERAI; DEPAULE; DEMORGON, 1999, p. 28)

entre outros que lidam com aspectos urbanos constituintes da paisagem (PANERAI, CASTEX, DEPAULE, 1986, p.14).

Devillers considera que a grande redução de relações entre as edificações e a forma urbana na cidade contemporânea tem base na legislação desse período que estabelece critérios basicamente quantitativos e funcionais. Nesse sentido, os tipos são concebidos para qualquer lugar, sem referência à cidade, levando a edificações que, em princípio, funcionam como unidade autônoma, independente de qualquer relação e apresentando somente reflexos das questões funcionais. (PANERAI; DEPAULE; DEMORGON, 1999, p.155).

Os arquitetos Panerai, Castex e Devillers, propõem estudar a cidade a partir de quatro escalas integradas: a edificação e sua relação com o lote, o conjunto de lotes na sua organização/quarteirão e a estrutura urbana, o tecido e a forma urbana nas suas relações com o território. Entendem que a relação tipologia/morfologia passa por uma visão ampla da cidade, atribuindo os mesmos pesos aos valores formais e funcionais entre edificações, entorno e espaços públicos, e na identificação da potencialidade dos espaços. Os tipos referem-se assim a bens, morfologia urbana e seus equipamentos, permitindo uma referência exata da cidade e seus percursos, ou seja, sua forma ampliada (PANERAI; DEPAULE; DEMORGON, 1999, p.122).

Com esses autores o espaço público ganha prioridade na constituição da forma e na estruturação urbana, destacando-se os espaços de ruas e praças ao tempo em que se faz a crítica à cidade moderna e contemporânea pela prioridade dada aos modelos matemáticos, vinculados a fluxos, em detrimento de valores que ao longo do tempo conferem significados e efetivamente qualificam. Ressaltam efeitos que trazem sentidos dicotômicos, como o previsível e a novidade, a surpresa, o discreto e o monumental, o realce (PANERAI; DEPAULE; DEMORGON, 1999, p.155). Com isso fazem-se algumas referências ao que propõe Cullen, no seu trabalho sobre paisagem urbana desenvolvido para cidades norte americanas.¹⁴

¹⁴ O arquiteto americano Gordon Cullen (1983) desenvolve estudos de percepção que encaminham para a recuperação da relação pitoresca antes existente nos centros antigos das cidades, destruídos pela introdução da dinâmica da cidade moderna. A partir da escala do lugar, incorpora influências do arquiteto Camilo Sitte entendendo que existe uma relação de reciprocidade entre os elementos que organizam o espaço, o que ele intitula de "arte do relacionamento". Para dar curso ao seu propósito, entende que o ambiente provoca reação emocional no homem por três vias: a ótica, o lugar e o conteúdo, e destaca que o objetivo é manipular os

Nesse sentido, a ideia avança em considerações relativas à análise dos espaços públicos quando os coloca no mesmo patamar que as edificações, pela autonomia que ganham em relação à dinâmica que lhes é própria. Considera-se o conjunto estruturado em rede, de forma contínua e hierarquizada, classificando-o em níveis que vão do local ao regional, constituído esse conjunto por canais de circulação, desde os viários aos de pedestres e por elementos limites, elementos de conexão, mas também espaços de convivência e passagem como largos, praças, jardins e parques (PANERAI; DEPAULE; DEMORGON, 1999, p.122).

Ainda no que se refere aos arquitetos da escola francesa (PANERAI; CASTEX; DEPAULE, 1977, p.191), as edificações são entendidas nas suas relações parcelares como elementos que participam e, ao mesmo tempo, são submetidos ao tecido urbano, independente do período da sua construção e do padrão construtivo.

c) A Escola Inglesa

M. R. G Consen (MOUDON, 1994, p.297), geógrafo de formação, desenvolveu uma investigação junto à Universidade de Birmingham, Inglaterra, por volta de 1980, buscando entender como as dinâmicas sociais se expressam na forma urbana para, a partir daí, compor metodologias que auxiliem a análise e ao mesmo tempo sejam instrumento de composição desses sistemas. Consen considera a forma urbana em três momentos que se inter-relacionam: o plano ou a cidade e sua estrutura; o tecido constituído por lotes e edificações, no seu conjunto e em suas analogias; e as edificações, na sua relação com a parcela.

Adota para isso o conceito de *compositeness*, como algo referente à descrição da forma e usos da cidade e das caracterizações produzidas por diferenças sociais e por vestígios de épocas e intervenções anteriores. Esse processo permite a estratificação urbana e remete à identificação de tipos. Acrescenta algumas questões à análise do plano, como cheio/vazio e figura/fundo. Diferentes *plan units*,¹⁵ caracterizam o nível das ruas, dos lotes e das dimensões dos edifícios, em

elementos da cidade de modo a provocarem impacto nas emoções humanas. Tira partido de elementos construtivos com: composição, textura, desníveis, abertura e fechamentos de visuais, dentre outros aspectos. Em movimento sequencial, evidencia as relações formais e o potencial simbólico que o elemento arquitetônico estabelece com o contexto urbano.

¹⁵ *Plan units* - classificação adotada para a tipologia dos tecidos urbanos, relacionando e complementando o trabalho de Muratori e Cannigia, assim como do grupo francês.

processos de estratificação da cidade e em formatos de armazenamento de informações, possibilitando a classificação do tecido urbano sob o ponto de vista tipológico (MOUDON, 1994, p.297).

Usa como base de análise o lote, criando mais esse diferencial com as escolas italianas e francesas, que consideram a edificação implantada na sua porção, entendendo, entretanto, que essas diferenças diluem os efeitos produzidos, tornando-os equivalentes no momento da análise, quando são acrescentados os efeitos de cheio e vazio, figura e fundo (MOUDON, 1994, p. 297).

Desenvolve estudos de morfologia urbana em profundidade, compreendida como morfogênese, carecendo, entretanto, de articulações maiores com o *design* enquanto projeto e expressão de estudo formal, metodologicamente articulado em abordagem direta com os espaços. Essa crítica é considerada pertinente e perfeitamente compreensível, considerando-se a formação profissional de Consen na área da Geografia.

Do exposto, percebe-se que todos esses encaminhamentos levam à abordagem de cidade como arquitetura, considerando sua forma definida pelas relações espaciais e sociais que a constroem culturalmente, em contínua interação de todas as suas partes e dessas com o todo. Essa abordagem necessita trabalho em conjunto com profissionais de áreas afins às questões urbanas, às questões da paisagem e às ciências sociais.

Também o tipo é considerado como algo prévio à sua concepção, fruto da cultura herdada através de gerações, e que, uma vez constituído, serve de inspiração e referência para outras construções. Tipo como síntese do caráter dos espaços, considerando a sua abrangência, que se ajustam à evolução histórica do local protagonista por sucessão de ações a partir da pré-existência, tratando de forma dialética o individual/universal, o atual/tradicional, a distribuição/estrutura.¹⁶

Ainda nos estudos destacados, percebe-se a valorização dos tipos locais, articulados ao *topos*, em detrimento de outros, básicos, genéricos, puros e

¹⁶ Postura esta coincidente com aquela também assumida por Panerai, quando considera a dinâmica evolutiva dos tipos em contexto historicamente demarcado pelo fator tempo / espaço. (PANERAI; DEPAULE; DEMORGON, 1999, p.117)

invariantes, como algo que não se caracteriza fora do seu enquadramento, na estrutura urbana. Ou seja, tipo considerado como expressão do conjunto constituinte do espaço, nas suas ações distributivas, estruturais, espaciais e plásticas, e o tecido urbano banal como elemento de base, sujeito a contínuas intervenções, que se sobrepõem ao longo do tempo, em contraponto a outros tecidos que não se derivam e, por isso, são diferenciais e muitas vezes, excepcionais (PANERAI; DEPAULE; DEMORGON, 1999, p.132).

Em qualquer dos estudos apresentados, fica claro que a classificação tradicionalmente desenvolvida para edificações é transposta para a área urbana, na perspectiva da *tipologia edilizia* defendida por Muratori. Esse processo é de alguma forma considerado pelas três principais escolas destacadas, mesmo que sob variações de enfoque. Assim, o conceito base vem implicitamente considerado, levando ao entendimento de paisagem em processo de contínua transformação pela dinâmica a que é submetida, pelas ações sofridas no tempo e pela diversidade de usos.

Constitui-se, assim, uma abordagem que permite considerar a interação urbana entre escalas, sem perder a relação com o todo e sem perder a relação entre espaços interiores e exteriores, envolvendo da edificação ao lote e seu entorno, o tecido e a cidade, independentes dos seus aspectos aparentes; uma abordagem que considera o caráter dos espaços, sua estrutura e as relações estabelecidas como expressão de tipos edificados no seu conjunto, enfim, no âmago das relações.

Aplica-se a análise tipomorfológica aos espaços considerando-os como objetos que sofreram intervenções e como componentes da paisagem, sejam eles públicos ou privados, abertos ou fechados. Busca-se em cada um e no seu conjunto a relação de traços que possibilitem classificá-los de maneira a definir o seu caráter, quer seja resultante de substratos inconscientes da cultura herdada, como quer Cannigia,¹⁷ quer por ações de animação política e/ou ações ditadas por interesses do capital, como em voga na atualidade, ou ainda outras forças determinantes.

¹⁷ Cannigia entende o tipo como algo decorrente de um sistema de conhecimentos, que constitui repertório e se integra globalmente, se transmite e evolui para a realidade contemporânea. (CANNIGIA, MAFFEI, 1995, pág. 28)

Entende-se que as referências expostas apresentam o mérito de trabalhar espaços qualificados por elementos de constituição variada, sejam eles de origem primitiva e organizações espontâneas ou outros, decorrentes de maior elaboração. Essas ponderações contemplam desde as formas mais naturais até as vernaculares, além de outras organizações fundamentadas por princípios artísticos.

No Brasil, a discussão que envolve a abordagem tipomorfológica ainda se coloca de forma incipiente e os conceitos se mantêm em nível básico, sem avanço. As iniciativas, quando acontecem, se restringem à academia e de forma isolada, sem desdobramentos. Dos trabalhos publicados pode-se citar o *“Ensaio sobre a Razão Compositiva”*, do arquiteto Mahfuz (1995), que apresenta uma abordagem predominantemente articulada à tipologia das edificações, sem desenvolvimento dessas relações com o desenho urbano.

Do exposto, entende-se esse instrumento como de grande contribuição metodológica para o desenvolvimento deste trabalho, pela abrangência da abordagem considerada para a análise dos espaços urbanos, públicos e privados e pela relação que estabelecem com as edificações e seu papel na constituição da paisagem. No entanto, também fica claro o distanciamento entre as realidades que constituem as cidades italianas, francesas e brasileiras. De outra forma, verifica-se que os princípios tipomorfológicos desenvolvidos pelos arquitetos citados são definidos em uma perspectiva que acompanha a evolução urbana direcionando uma inserção contemporânea, condição que mais se aproxima da realidade brasileira.

1. 5. ELEMENTOS DE ANÁLISE

Os processos de análise, que nas suas mais variadas formas de abordagem são aqui apropriados, incorporam as metodologias e estudos provenientes das referências apresentadas, sem deixar de lado outros clássicos, como Lynch, Cullen, Cerasi, Lamas, Kohlsdorf, dentre outros, naturalmente com os acréscimos e subtrações que se fazem necessários diante das diferenças de realidade entre as cidades europeias, americanas do norte e do sul, e o caso específico de Salvador.

Considera-se então, para análise, a classificação de elementos assim organizados: o lote e a edificação - o quarteirão, os lotes/edifícios, os monumentos; o tecido – as ruas, os caminhos e sua relação com o parcelamento, as edificações, as praças, largos, jardins, parques, áreas verdes e infraestrutura; a referência com a cidade.¹⁸

1. 5. 1. O lote e a edificação

O lote, tratado como unidade básica da organização do solo, origina no seu conjunto a matriz da subdivisão parcelar, e essa organização compreende: os quarteirões, os lotes, as edificações e os espaços vazios, ou, simplesmente, a edificação na sua quota ou restrita ao seu lote. O parcelamento, decorrente de uma geometria, normalmente reflete as regras da divisão fundiária e do ordenamento do espaço urbano como sistema operativo da cidade tradicional. Apresenta claramente o objetivo de definir os domínios público e privado (LAMAS, 2000, p.86-88).

Ao longo do tempo, os volumes edificados caracterizaram relações entre si e com as ruas e vazios, configurando trechos da cidade, na composição das mais diversificadas paisagens. É a construção variada dos espaços urbanos que evidencia as características próprias ao tempo e ao lugar, diferenciando cidades medievais, renascentistas, barrocas, dentre outras, onde composições tipológicas articulavam fachadas, coberturas, varandas, sacadas, relações entre a organização interna da edificação e a sua fachada, e os espaços de transição ou ligação entre o público e o privado (LAMAS, 2000, p.177).

A arquitetura habitacional ganha espaço nos estudos tipológicos a partir da abordagem, feita por seus teóricos, sobre o estudo das células que levam a tipos por agregação e organização.¹⁹ Nesse sentido, esforços buscam encontrar articulações entre o tecido urbano e “arquitetônico”, produzindo combinações como: articulação em lâmina, alinhamentos em fileiras, casas em estrela, edifícios torre, dentre outras. Outras variáveis surgem na definição de células habitacionais com a

¹⁸ Elementos esses já amplamente estudados, mas considerados como motivadores das mais variadas alterações que têm ocorrido ao longo do tempo na morfologia urbana; adotam por vez conotações específicas de acordo com a visão do arquiteto, a escola a que se vincula e o contexto por ele referido.

¹⁹ Ainda que se encontrem indicações tipológicas residenciais no século XIX, como sucessão de pátios, ou corredores de distribuição de alojamentos, ou ainda organizações relativas à estratificação social, essas definições apresentam seus fundamentos nos regulamentos de construção específicos do período das suas construções. O arquiteto Aymonino (1984, p.76) encaminha o entendimento de que a maior referência que leva a características tipológicas em finais do século XIX é a casa econômica individual organizada nas vilas ou aldeias de iniciativa industrial, ou nas cidades jardins.

denominada casa econômica ou alojamento individual, confluindo cada vez mais para a relação entre protótipo e modelo como forma de possibilitar a então desejada repetição²⁰. Essas hipóteses encaminham para uma tipologia inexata, referenciada por um resultado volumétrico e de agregação de células (AYMONINO, 1984, p.31-41).

Destaca-se ainda a importância do “monumento ou fato urbano” por singularidade arquitetônica, o qual persiste no tempo e resiste a todas as transformações, mantendo-se característico na organização da paisagem pela carga de valores e significados que agrega, emprestando ao espaço um valor estruturante. Constitui foco potencial para a reativação de relações, quer por aglutinação quer pela contradição normalmente reinante nas cidades contemporâneas, principalmente quando coloca de forma dúbia questões como público x privado, conservar x inovar (AYMONINO, 1984, p.116-130; ARANTES, 1993, pág. 99).

1. 5. 2. O tecido.

As ruas e caminhos constituem elementos morfológicos fundamentais de articulação entre espaços urbanos e edificações, porque expressam a estrutura urbana em vigor no momento da sua concepção. Compõem traçados hierarquizados conforme as necessidades de conexão ou de produção de efeitos, em escala e grau de importância dos deslocamentos, e estabelecem relação direta com o desenvolvimento e com as vertentes de crescimento da cidade.

As vias de circulação, entendidas da forma alargada como quer Panerai, como armadura do sistema urbano, participam da organização do tecido e do espaço arquitetônico, articulando-se em sistemas de rede de forma contínua e hierarquizada, por relação direta com a estrutura geral urbana. Essa visão coloca o sistema de vias em posição de igualdade com as edificações (PANERAI; DEPAULE; DEMORGON, 1999, pág.78). Na consideração dos percursos, a pavimentação também contribui para a identificação da paisagem e, em sintonia

²⁰ Exemplos encontrados na produção da arquitetura alemã e holandesa, com o entendimento de casa como alojamento. Nesse sentido, destaca-se também os experimentos realizados por Le Corbusier com as “casas tipo”. (AYMONINO, 1984, p.77)

com os espaços, faz articulações e configurações estéticas, atribuindo usos e práticas.²¹

As praças e largos, objeto principal deste trabalho e espaços fundamentais da estrutura urbana, são resultado de alargamento ou confluência de traçados, articulados a edificações e, por vezes, à vegetação, e apresentam resposta a um programa. Atendem ou possibilitam usos, incorporam caráter simbólico, vinculam-se ao exercício do poder, recebem atividades e manifestações como o encontro e a permanência. Têm origem na antiguidade, com as ágoras, e têm se constituído por processos sociais que chegaram aos Passeios Públicos e, na sequência, aos Jardins Públicos – espaços de grandes proporções, arborizados, com o objetivo de purificar o ar, ser reserva de plantas medicinais e dar espaço à socialização nos séculos XVIII e XIX.²²

As praças do século XX, quando existentes, tornam-se secundárias na estruturação do espaço urbano, são dissociadas de seus edifícios e de forma predominante não compõem o tecido urbano. Muitas vezes apresentam o discurso da higiene, do lazer dinâmico ou da resolução de problemas do sistema viário e de transportes. Tais questões já perduravam desde o século XVIII sem reduzir o real sentido de praça como local do encontro e permanência, tendo um contraponto nos arranjos simulados conforme as posturas funcionalistas. Assim, a praça moderna surge normalmente como grande espaço, por vezes verde, como parque, ou como espaço transformado para servir à circulação de veículos ou estacionamento.

Embora por constituição histórica a terminologia “praça” faça relação com o espaço público, na atualidade esse termo é livremente utilizado e por vezes empregado para designar espaços privados, como é o caso dos palácios e dos *shoppings*. Neste trabalho será mantida a consideração de praça como espaço público: aquela que não pode ter domínio privado. (KOLSDORF, 1992, p.123)

²¹ Percebe-se a prevalência das vias na definição do espaço público que, por acomodação, fica subjugado aos imperativos do automóvel, que no mundo contemporâneo ganha e ocupa grande parte de áreas comuns, quarteirões e locais especificamente reservados para pedestres.

²² Sem domínio religioso, com eventos normalmente abrigados em praças e largos, de acordo com a demanda específica do momento, esses espaços ainda não se identificavam com jardins arborizados e organizados para o passeio e para a meditação, demanda emergente a partir dos séculos XVII e XVIII nas cidades europeias, com os seus passeios ajardinados e os famosos *squares* londrinos que serviram de referência para cidades de todo mundo ocidental. Para atingir a desejada função social e higienista propiciada pela inserção de jardins nas estruturas urbanas, considerando as antigas concepções até então existentes, eram indicadas áreas imediatas, normalmente em condições topográficas e ambientais complexas, não adequadas ao uso para edificações. (SEGAWA, 1997, p. 31-45)

Entre os elementos acima citados situam-se os terreiros, os adros e os largos, que, embora não contemplem a dinâmica da praça, apresentam conformação equivalente e trazem concepção específica para a atividade religiosa ou militar. Assim, o espaço se caracteriza por um tipo de poder específico. Da mesma forma, praças oriundas de cidades tradicionais apresentam diferenças morfológicas em relação a outras, desenhadas nas cidades modernas e contemporâneas. Dentre essas diferenças nomeia-se o sentido de delimitação que as primeiras trazem, muito bem definido pelas articulações e pelas edificações do contorno em contraponto às segundas, que se apresentam diluídas, em amplidão e fluidez de espaços, sem demarcação sistemática por edifícios, muitas vezes mantendo articulações físicas entre escalas, tipologias e usos diversos.

Em cada praça ou largo da cidade consolidada pode-se perceber a geração de matrizes que os vincula a escolas e realidades muito diversificadas, criando muitas vezes modelos híbridos dotados, por exemplo, de características italianas, francesas, inglesas ou mistas, como em Portugal, que têm os seus jardins originados em resquícios romanos, com influências árabes, italianas e francesas, ajustadas a questões regionais, com a presença de azulejaria.

Ainda como espaço do encontro cita-se também os jardins que têm sua história estruturada a partir do Renascimento, com a valorização da paisagem surgida pela introdução das questões estéticas e da organização espacial na formação de perspectivas. A chamada “paisagem ideal” chegou a ser projetada com alusões à mitologia antiga e à poesia, com o incremento de construções, ruínas e vigorosa presença da natureza, como se o espaço natural precisasse assemelhar-se àquele criado pelo artista para ser considerado perfeito. O seu desenho trazia relações com os princípios sociais, políticos, filosóficos, do período da sua organização e isso construía a sua localização, estrutura e funcionamento.²³

O jardim se estabelece como espaço que apresenta na sua estrutura forte ligação com elementos da natureza, na busca de propiciar o lugar da mediação entre os espaços urbanos e campestres, adequando-se à vida social requerida no

²³ Os jardins têm origem desde que o homem organiza espaços, nas áreas de reserva de caça, na agricultura de subsistência, quando constituídos em ordem estética. Espaços que evoluem para os aglomerados e chegam aos jardins romanos, judeus, orientais, medievais, para na sequência atingirem a organização e a sofisticação renascentista, barroca, romântica, moderna e pós-moderna. Inicialmente caracterizaram-se como privados para atendimento de necessidades para, posteriormente, tornarem-se públicos pelas demandas emergentes no Renascimento. Constituíam-se como locais fechados, quando ligados a palácios e residências da alta burguesia, ou por livre acesso, nas imediações urbanas. (CABRAL, p.75-81)

período da sua produção. Traz, portanto, a ideologia da estética e do lúdico, deixando de lado os aspectos utilitários, tão requeridos na Idade Média. Permanece no geral o diálogo entre recreação e o princípio sempre postulado de forte ligação com a paisagem: “espaço onde o tempo não passa, se vive o prazer vital e o gozo estético desinteressado; [...] não é o espaço que se entalha na paisagem, mas é mais um espaço onde está a natureza com a natureza”. (CARAPINHA, 1995, p.16-17).

A arte associada à técnica ganha espaço nos jardins – os reinventa, parcela, constrói novos espaços, determina recreio, lazer, valoriza a natureza como local para a contemplação. A instalação dos espaços de recreação, ou apenas recreio, tão comum nas cidades europeias, caracteriza-se como uma variável do jardim, normalmente constituído por áreas verdes, com pomar e horto. A inclusão do espaço de recreio veio a compor:

[...] lugar versátil, onde o recreio e a produção compartilham do mesmo espaço, estabelecem relações formais e funcionais, são espaços bucólicos, onde a área destinada à produção convive com os elementos arquitetônicos e escultóricos (CARAPINHA, 1995, p.23-24).

Os parques urbanos constituem outro tipo de espaço que integra o edificado a componentes da estrutura ecológica. Surgem em associação com a ideia das mudanças de linhagem relacionadas às condições de comportamento e de crença na Cosmópolis do séc XVIII, onde as cidades cresciam e desenvolviam redes de sociabilidade, trazendo maior necessidade de locais de encontro. Configura-se uma época caracterizada pela construção de grandes parques urbanos. Com o apogeu da vida pública, a evolução e a revolução científica, a explosão das cidades e as questões de salubridade e higiene, entre os séculos XVIII e XIX, são reservadas consideráveis quantidades de terrenos na periferia das cidades para as questões de lazer e recreação, sob o argumento de favorecer o idealismo então reinante, a saúde pública, dentre outras questões.²⁴

O parque, ideia desenvolvida em países como a Inglaterra e a França, ganha grande impulso em cidades norte-americanas, como espaço associado a elementos da natureza em grandes dimensões e áreas. Durante o século XX, o seu conceito

²⁴ Prevalencia a questão da salubridade com adoção do saneamento básico, purificação do ar, contra a densificação das cidades que as tornava feias, insalubres e perigosas; por conseguinte buscava-se a vida no campo, nos arredores da cidade ou a proximidade de parques públicos. Valorizava-se cada vez mais a presença da natureza, como introdução do sentido do pitoresco, antítese, portanto, da cidade respirada no século XIX. (MAGALHÃES, p.71-83)

inicial evolui para espaço de características especializadas, onde as questões da natureza perdem força como elemento dominante.

Na atualidade, o parque urbano, embora traga o princípio da manutenção e preservação de recursos naturais na área do município, se estabelece como elemento definido por normatização municipal, podendo por vezes chegar à esfera regional. Considerando a população potencial de usuários, chega a estabelecer e dimensionar atividades desportivas variadas e de caráter comunitário, espaços de circulação e passeios, contemplação, áreas de estar, de refeições, serviços e comércio, saúde pública, em presença de elementos ecologicamente preservados.

As áreas verdes ganham maior consideração a partir da cidade clássica, por entender a independência que apresentam em relação a estruturas de recreio e pela salubridade que transferem ao meio-ambiente. Desde o século XIX essas áreas têm sido alvo de estudos e discussões na busca de critérios para sua inserção sistemática na cidade. Muitas têm sido as formas de sua inclusão na área urbana, desde os grandes parques centrais aos *boulevards* de Haussmann, às cidades jardins, aos espaços verdes contínuos e interconectados da cidade moderna, sempre procurando estabelecer uma mesma hierarquia, entre edificações e vegetação.²⁵

1. 5. 3. A cidade.

Panerai apresenta como processo de entendimento do espaço da cidade três níveis de abordagem: a base documental, como busca de diálogo entre a história da cidade e a sua arquitetura; a base científica, através da relação construído/uso; o plano metodológico, no sentido de levantar usos identificados com a arquitetura da cidade. Considera que, mediante a leitura de espaços públicos, conteúdos diversos surgem como resultantes da superposição de leituras referentes a seus processos históricos e culturais que construíram a cidade, fazendo dessa leitura um instrumento fundamental para sua compreensão. (PANERAI; CASTEX; DEPAULE, 1986, p.15).

²⁵ Acrescenta-se aos destaques já efetuados: o caráter fluido e flexível no contraste com o entorno, pelo poder de pontuar através da sua escala, forma, cor e aroma; a possibilidade de sinalizar através da definição de percursos; a capacidade de delimitação através da forma que organiza no espaço; a possibilidade de enquadrar as edificações, os monumentos ou marcos visuais, através da forma e da escala, relacionando esses elementos. (CABRAL, p. 50-63)

Percebe-se também que a cultura clássica ainda atua como referência para a definição da cidade, reproduzindo formas e adotando princípios como orientação por eixos, organização por praças, quarteirões, edifícios referência, monumentos configurados em rede.²⁶ Enquanto o grupo da escola italiana trabalha os fragmentos da cidade, os arquitetos da escola francesa a consideram em sua totalidade, formada por unidades organicamente integradas; como arquitetura, no sentido físico espacial, em contraposição ao somatório de arquiteturas dispersas existentes na cidade contemporânea (PANERAI; DEPAULE; DEMORGON, 1986, p.21).

Os espaços da cidade contemporânea organizam-se para usos múltiplos, normalmente assumindo definições complexas e até incompletas, o que se aproxima da versão daquilo que Aymonino chama de “contentores”. Estes, decorrem de uma definição antecipada de utilização, resultam em abstração genérica e, por contradição de imagem, confirmam as diferenças que subsistem entre imagem, projeto e obra.²⁷

A relação estabelecida pelo “contentor” é definida pela morfologia urbana e não pela tipologia, invertendo-se assim a analogia ao tema, ao edifício, à localização. Por exemplo, os arranha-céus estabelecem uma cisão tipológica por fora e por dentro quer seja pelas proporções e monumentalidade geradas como pela individualidade interna. Classifica-se o arranha-céu como modelo ou invólucro dentro do qual são realizáveis infinitas combinações, normalmente repetíveis (AYMONINO, 1984, p.98-100).

Pelo processo de massificação reinante no mundo contemporâneo, verifica-se que as relações entre tipologia e morfologia tornam-se frágeis e fragmentadas e passam a acontecer entre grandes construções identificadas como arranha-céus, “edifícios inteligentes”, dentre outros. São edificações que, pela sua própria indefinição, se constituem por infinitas combinações e marcas de impessoalidade, condições essas que estabelecem uma cisão tipológica e passam a referência para

²⁶ Nesse sentido, pode-se citar a referência de Brasília onde o arquiteto Lúcio Costa encaminha a sua concepção inicial por organização em eixos, quadras, superquadras e edifícios monumentais, sobre princípios funcionalistas.

²⁷ O termo “contentor” surge na Itália para indicar mais volumetria, relacionada com soluções urbanas integradas a propostas ligadas a organizações e distribuições. O contentor surge como passagem entre a composição urbana e a solução arquitetônica autêntica e adequada. (AYMONINO, 1984, p.98-100)

as questões de proporção, recursos tecnológicos disponíveis e capacidade de alojamento: habitações consideradas como um determinado número de apartamentos e equipamentos, escolas como aulas tipo, escritórios como salas tipo, dentre outros referenciais.

O assunto está longe de ser esgotado e muitas outras questões e referências importantes sobre o tema ficam à margem do aqui apresentado. No entanto, o objetivo deste estudo é a elaboração de uma base referencial que venha a estruturar o desenvolvimento das análises desenvolvidas nos capítulos subsequentes, que constituem o objetivo maior proposto.

Assim, o autor entende que a leitura do espaço urbano pode ser traduzida pelos diversos processos de análise dentre os aqui trabalhados, destacando-se os estudos tipomorfológicos, cujos critérios interpretam a linguagem formal, a estrutura e a dinâmica geral dos elementos constituintes da paisagem urbana. Entende-se que mais importante do que buscar os pontos positivos de cada postura aqui destacada é considerá-la como mais uma referência para o desvendamento das relações que são travadas no espaço urbano e refletir sobre os princípios postulados, entendendo-os como diretrizes auxiliares na composição da análise e da proposição de novas obras, na evolução e transformação do espaço.

2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS – PRAÇAS E LARGOS DE SALVADOR

O século XV em Portugal, assim como em toda a Europa, caracteriza o momento em que se re-descobre e re-avalia as formas de expressão, dentre as quais, a Arquitetura. O tratado de Vitruvius (I AC) é retomado e passa a ser a referência para o mundo da Arquitetura Renascentista. As cidades ideais e teóricas, com planta inscrita em poligonal e estruturas irradiadas por uma praça central, trazem o princípio de organização visual, influenciando a cidade portuguesa, que surge predominantemente em sítios altos (LAMAS, 2000, p.167-172; ROSSA, p.241).

Os finais do século XV, caracterizados pelas grandes navegações, trouxeram também um sentimento de orgulho que se reveste em maior embelezamento das construções. O período de característica burguesa Manuelina corporificou ideais existentes desde o período Afonsino, com as ordenações, renovações, estética e limpeza dos espaços e dos elementos de infraestrutura urbana.¹ As posturas urbanísticas vinculavam-se a pressupostos de alinhamento e a correções geométricas de traçado, exigindo demolições. Permaneciam somente os núcleos medievais, considerados como reservas de áreas para expansão (CARITA e CARITA, 2000, p.175-179; ROSSA, 2002, p.241-249).

Pode-se também perceber, no período dos descobrimentos, a profunda influência da tratadística italiana para a composição paisagística das cidades europeias, evidenciando o desenvolvimento da matemática, com aplicação da sua geometria, na adoção dos princípios estratégicos de artilharia militar, aí

¹ Presenciava-se a sede de renovação das cidades e com isso a transformação de núcleos urbanos, assim como das áreas localizadas próximas ao litoral que passaram a ser desmatadas para a confecção de embarcações, sofrendo assim problemas ambientais. Rossa 2000, p.240-243.

profundamente alterados. Resultam dessa prática as construções de pontes e obras de artes, estradas, recursos hidráulicos, compondo novas configurações. (CARITA e CARITA, 2000, p.182-183.; REIS, FILHO, 2000, p.64-65).

As cidades portuguesas que têm os seus espaços originários na idade moderna trazem, em essência, sedimentação da realidade medieval culturalmente enriquecida por componentes de civilizações antecessoras, como a romana e a muçulmana. Assim foram produzidos os modelos e os referenciais estabelecidos para suas colônias, compondo ideias de integração e articulação de conjuntos urbanos que se desenvolveram em contextos muito específicos. Todos esses aspectos geraram padrões de urbanização que podem ser denominados de híbridos (REIS, FILHO, 2000, p.64).

A prática portuguesa de construir cidades constituiu-se e consolidou-se nas inúmeras experiências elaboradas nos processos de ocupação e urbanização das colônias, tendo como referência o plano geral desenvolvido para o Funchal e os processos aperfeiçoados na Lisboa Manuelina dos finais do século XV. Nesse sentido, Gilberto Freire pronuncia-se:

A irmã mais velha do Brasil [...] foi verdadeiramente a Madeira [ideia extensiva também aos Açores]. E irmã que se extremou em termos de mãe [...], que as artes de seus homens [...] concorreram para transformar rápida e solidamente em nova Lusitânia (FREIRE, apud CARITA e CARITA, 2000, p.180 -181).

Entre as colônias portuguesas, o Brasil representou o mais rico território para as experiências de urbanização, caracterizando-se, de início, mais como uma retaguarda rural para os mercados urbanos europeus do que como referência de cidade. Sabe-se que na época o interesse português era intensamente dirigido para o Oriente e que a colonização do território brasileiro se impôs muito mais por necessidade de demarcação de território (BUARQUE de HOLANDA, 1956; ROSSA, 2002, p. 286-287).

O local para implantação de Salvador foi escolhido estrategicamente em posição geográfica favorável à comunicação entre Portugal, África e Ásia, além de estar em uma condição mais ou menos centralizada no perímetro da costa brasileira, atendendo às condições estabelecidas pela Corte Portuguesa: fácil acesso portuário, bom clima, topografia favorável a condições de defesa.

No entanto, os processos desenvolvidos na construção da cidade brasileira desse período não apresentam o rigor dos regulamentos urbanísticos definidos por posturas renascentistas, como aqueles que serviram de referência a cidades europeias e da América Hispânica. Salvador tem a sua configuração regular e orgânica, mostrando uma perfeita articulação com a morfologia do sítio, mais característico de cidades de um “tardo” medieval, ou de transição entre este e o Renascimento (REIS, FILHO, 1968, p.144-145).

Entende-se que Salvador se desenvolve a partir de um plano de ações incorporado à experiência portuguesa acumulada por processos de conquista e apropriação de territórios, principalmente em terras asiáticas. Sem desconsiderar o discurso de autores como Sérgio Buarque de Holanda (1956) e Walter Rossa (2002,p.194-195), de que o processo aconteceu sem ideias muito bem pré-elaboradas, onde as decisões eram tomadas apenas no canteiro de obras, adota-se aqui a tese defendida por Goulart e Carita e Carita, que demonstram a lógica laboratorial de construção da cidade nos modelos urbanos experimentais para cá trazidos e também daqui exportados (REIS, FILHO, 1968 op cit p.77; CARITA e CARITA, 2000, p.189).

Muitas referências mostram desenhos decorrentes de aproveitamento racional de espaços, adensamento do edificado e respeito a normas legais, o que leva a considerar a influência romana na prática portuguesa de construir cidades. Mesmo que inexistissem eixos articulando praças, edifícios notáveis e/ou espaços públicos, o processo construtivo se consolidava e ao mesmo tempo mantinha-se sempre em contínuo processo de experimentação. Essa prática, mais à frente, caracterizará o chamado modelo pombalino aplicado em Lisboa e no Porto, dentre outras cidades.

Assim, a cidade do Salvador, dotada de características claras de fortaleza, é fundada em 1549. Implanta-se em altiplano escarpado voltado para a baía, tendo no sentido oposto o vale do Ribeiro ou do Rio das Tripas, e nas direções norte/sul gargantas ou depressões que protegiam as suas portas, do Carmo e de Santa Catarina, respectivamente. Chega-se à conclusão de que as estratégias geopolíticas aliadas ao sítio moldam a urbe, como se pode ler claramente na análise dos elementos físicos de Salvador, perfeitamente definidos pela sua geografia, através do mar, da topografia, da vegetação e do clima.

Os elementos morfológicos da estrutura biofísica de Salvador são os principais responsáveis pela definição da sua organização e sua forma urbana, em articulação com as estratégias geopolíticas portuguesas que, a priori traçadas, a desenham como fortaleza e porto, organizada em níveis alto e baixo, marcando de forma monumental uma paisagem constituída naturalmente há milhares de anos. A falésia ou, como é mais conhecida localmente, a falha geológica, torna única essa paisagem.

As boas condições de porto, clima, água em abundância e topografia mostravam-se favoráveis à implantação da acrópole e, ao mesmo tempo, apresentavam dificuldades para implantação do seu plano de ocupação – a cidade defesa.²

Para a análise da formação dos espaços de Salvador identificam-se três momentos fundamentais na constituição da matriz que dá origem à cidade atual: o primeiro, entre os séculos XVI e XVIII, corresponde à fundação, organização e estruturação principal da cidade, sua consolidação; o segundo, que incorpora o discurso de desenvolvimento e estética trazidos pelo Vice Reino, com vistas à valorização sócio-cultural, avança do Império aos primeiros anos de República (séculos XIX a XX); e o terceiro, corresponde ao período de atualização da cidade para a vida moderna e contemporânea, no séc XX e XXI.³

2.1. MATRIZ NUCLEAR.

Tomé de Souza, governador geral das terras brasileiras, inspirado na ideia de construir uma Lisboa na América, traz consigo Luís Dias (REIS, 1968; Ufba, Faufta-Ceab, 1998, p.23;), construtor da fortaleza na qual aplica as rígidas instruções contidas no Regimento, provavelmente à luz das orientações do mestre arquiteto

² Regimento do Governador e Capitão General Tomé de Souza dado em Almeirim, Portugal, a 17 de dezembro de 1548 – In “Constituição prévia” do Estado do Brasil. FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS, 1998, p.11- 26.

³ PORTAS (2000, p.163) faz uma correlação temporal entre países de urbanização portuguesa e espanhola das Américas; mesmo entendendo a diversidade desses processos, estabelece uma periodicidade na sua evolução urbana, como seja: o primeiro, o grande período entre os séculos XVI-XVIII, compreendendo as fundações e consolidação das então colônias; o segundo, entre os séculos XIX-XX, que corresponde à abertura das cidades ao *hinterland* para integração do surto demográfico e produtivo; e o terceiro e último inicia-se no meio do século XX, com iniciativas de ruptura com as formas anteriores, guiados pela Carta de Atenas. Nesta dissertação são incorporadas a essa referência geral, outras, diretamente relacionadas ao desenvolvimento da cidade do Salvador (SANTOS, 1959), e ao campo de análise aqui desenvolvido.

Miguel Arruda, chefe das cidades-fortaleza do reino. Trazia Luís Dias o compromisso de fazer “uma fortaleza e uma cidade grande e forte em lugar conveniente” (Ufba, Faufba-Ceab, 1998, p.23).

2.1.1. Primeiras ocupações.

Primeira cidade brasileira que efetivamente nasce como cidade (TEIXEIRA, TEIXEIRA e MARCONI, 1978, p.XI - 1), Salvador tem como estrutura inicial a praça administrativa, o arruamento próximo, portas de defesa e porto (Fig. 01). A primeira praça de Salvador, a Praça do Palácio, configura-se como um quadrilátero seco, resultante do parcelamento que compõe o seu entorno, trazendo o objetivo de concentrar as edificações do governo nas três instâncias – Legislativo, Executivo e Judiciário, embora abrigasse no primeiro momento, somente as duas primeiras.

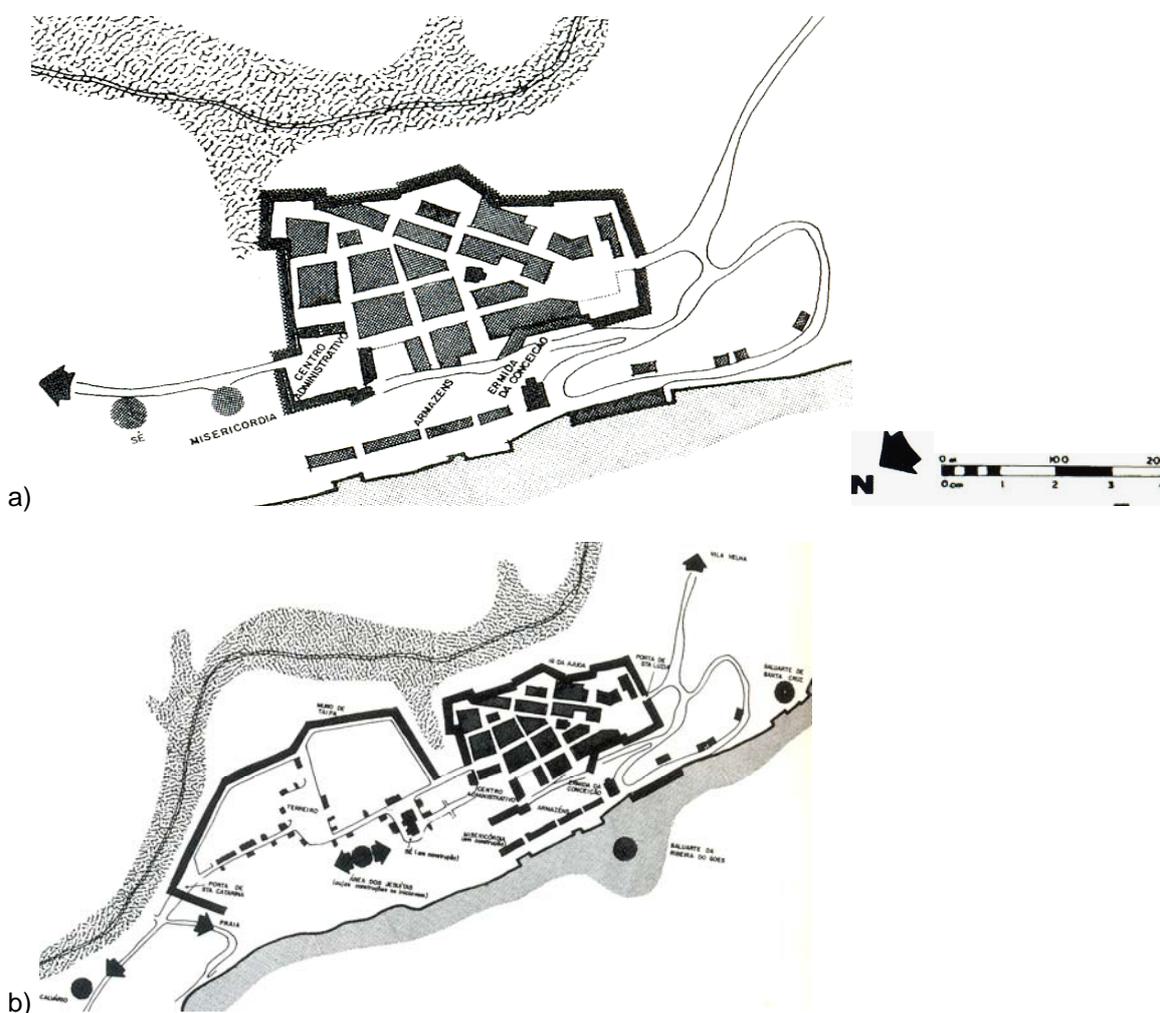
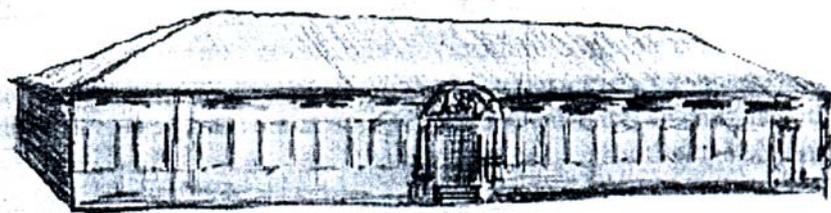


Fig.01 Evolução Física de Salvador: (a) 1551 e (b) 1553. Fonte X.

O palácio dos governadores, ao sul, a casa de câmara e cadeia, a leste, ao norte a casa da fazenda, alfândega e armazéns, deixavam a escharpa livre, somente com peças de artilharia. Complementavam a organização casas pertencentes aos administradores e operários, e o pelourinho, no centro (Ufba, Faufba-Ceab, 1998, p.32-33).



(c)

Fig. 01 c. Esboço da 1ª casa dos Governadores, construção em taipa 1949. Fonte E.

O parcelamento se fez segundo o modelo do urbanismo medieval português, onde a topografia determinava tudo, desde a estruturação dos caminhos à configuração dos lotes, normalmente estreitos e compridos que deveriam permitir bom escoamento de águas. A definição das ruas determinava as quadras e, ao mesmo tempo, os lotes que respondiam a solicitações dos usuários, ainda em construções precárias (MARX, 1988, p.94-95).

Pode-se perceber a estruturação do núcleo matriz em dois eixos principais que se cruzam ortogonalmente, estabelecidos segundo a direção sudeste / noroeste, sentido cidade / porto, e nordeste / sudoeste pela previsível expansão urbana que indicava para a cidade um desenvolvimento longitudinal sobre a cumeada, ao longo da baía, como elemento principal para estruturação do seu tecido. Entretanto, na área da praça administrativa, fica clara a prevalência da sua relação com a área baixa, definida diretamente pela encosta, onde imediatamente se configuram caminhos íngremes, executados para atender aos deslocamentos e à comunicação, que, na época, prioritariamente acontecia por via marítima.

A cidade fortificada protegia-se externamente de outras potências da Europa pelos fortes localizados na entrada da Baía de Todos-os-Santos: Santo Antônio da Barra (1583) e Mont Serrat (1583/87). Essas construções constituiriam uma nova paisagem no “sítio natural” que, até então, somente sofria intervenções provenientes de tentativas de domínio e explorações incipientes e externas, ou das culturas pré-existentes (Ufba, Faufba-Ceab, 1998, p.66; OLIVEIRA, 2004, p.182 e

187). A arquitetura militar define a paisagem de Salvador desde os seus fortes, suas portas de defesa, seus baluartes, suas muralhas e quartéis, entre outros tipos. Posicionados estrategicamente, os seus largos para treino, organização e manobra das tropas e equipamentos de artilharia em muito contribuíram para a definição do tecido urbano, como se verá mais à frente.⁴

Ainda em finais do século XVI, articulados às atividades do porto, na parte baixa e estreita da cidade, surgiam estaleiros e um comércio correspondente. Salvador já funcionava como centro de importação e exportação, como entreposto de troca de produtos vindo de Portugal, de escravos trazidos da África e remessas de açúcar produzido na área do Recôncavo baiano. Cidade da não produção, mas do controle comercial, ideia fundamental que condiciona a sua forma urbana (SAMPAIO, 1998, p.48-49).

Conjunto articulado por caminhos irregulares, praça administrativa, espaço para igreja e dois alargamentos encerrados nos portões norte e sul, assim a cidade no primeiro período se apresenta como espaço que abriga as edificações vinculadas às decisões máximas da província, mas também como abrigo de atividades sociais, como articuladora entre edifícios religiosos e lugar onde aconteciam atividades comerciais que exploram os caminhos de conexão geral (REIS, FILHO, 1968; Ufba, Faufba-Ceab, 1998, p.144-145).

Além das características de defesa, portuárias e de produção agrícola, a cidade define-se também pela presença marcante da Igreja Católica; inicialmente, com a Companhia de Jesus e seus missionários, que aqui se estabeleceram para fins de catequese. A eles se deve a primeira ermida construída - a de Nossa Senhora da Conceição - na área da praia, a instituição do primeiro bispado do Brasil, em 1551, com a sua Sé.⁵ Mais tarde, ainda em finais do século, instalam-se outras ordens religiosas, como os carmelitas calçados (1586), os beneditinos (1581) e os franciscanos (1588), (Ufba, Faufba-Ceab, 1998 p.58; ÁVILA, 2003, p.262).

Jesuítas e Franciscanos estruturaram-se dentro dos limites reservados à cidade, após a primeira expansão, enquanto os Beneditinos e os Carmelitas, ainda

⁴ Garzedin acrescenta sobre a influência da Igreja / freguesias e dos distritos militares na definição e classificação de espaços da cidade, que inclusive adotavam critérios diferenciados entre si, questão que só foi devidamente resolvida com a Constituição de 1824, passando a definição para o Estado. (GARZEDIN, 2005, p.65)

⁵ Traz o objetivo de abrigar a Arquidiocese Primaz do Brasil e aqui difundir o catolicismo (Ufba, 1998 p. 35, 55-56 e 125).

fora das portas, posicionaram-se de forma estratégica onde se previa o crescimento da cidade, demarcando o seu território e, ao mesmo tempo, reforçando os vetores de expansão no sentido norte / sul (Ufba, Faufba-Ceab, 1998, p.58-59). É perceptível o poder de definição da Igreja Católica na estrutura das cidades colonizadas, nessa época.⁶

Se os espaços livres no entorno de edificações religiosas cumpriam a função de atendimento a ritos religiosos, para muito além dessa necessidade traziam também o objetivo de permitir o enquadramento e a valorização do conjunto, demonstrando a força e o prestígio da entidade e dos seus dirigentes. Nesse mesmo sentido, caminham as instruções e normas elaboradas pela Igreja Católica que, abalada na época pela recente Reforma Luterana, convoca o Concílio de Trento e mais tarde, na Bahia, influencia o “Synodo Diocesano” (1707).⁷

A construção da Sé, que substitui a igreja de palha inicial, surge ainda em finais do século XVI, entre as duas grandes praças do primeiro núcleo, em posição privilegiada e área fronteira à escarpa, de frente para a baía. É a Igreja do Salvador – a Sé Episcopal. Situada em pequeno terreno livre e sem vegetação que contorna toda a igreja, “[...] está em redondo cercada de terreiro [...], faltam torres de sinos [...] alta e sóbria que por sua vez articula-se por rua larga com uso de comércio”. No lugar da anterior capela de palha constrói-se a Igreja de N. S. d’Ajuda, “com capela em abóbada”, conservando “aquele” seu espaço fronteiro (SOARES, apud Ufba, 1998, p.53).

Percebe-se claramente a interferência dos jesuítas no traçado do “terreiro”. Espaço monumental e geometricamente bem definido, ganha o nome de Terreiro de Jesus por abrigar o colégio e a igreja da ordem. Espaço nascido para o exercício do sagrado e da formação cultural, começa a ser edificado a partir da segunda metade do século XVI e constitui o segundo largo da cidade, local da primeira escola oficial brasileira. Seu entorno contém também edificações residenciais e, na sequência, a ordem dos franciscanos demarca o espaço com o seu cruzeiro, símbolo da ordem.⁸

⁶ Nesse sentido, muitos exemplos podem ser vistos no processo de catequese nas cidades centrais do Brasil com a participação de Jesuítas, Carmelitas, Franciscanos, Conceição, Mercedários – fundavam, urbanizavam e administravam povoados e aldeias de acordo com o seu poder de ação. (TEIXEIRA e VALLA, 1999)

⁷ Estabelece disposições sobre a cidade e seus espaços coletivos, autoriza as construções de templos religiosos, seus adros, em posição de destaque, o entorno dos edifícios com vista à reserva de espaços para as suas manifestações. (MARX, 1988; GARZEDIN, 2005, p. 60-64)

⁸ Elemento referência da ordem, incorporado na Festa da Santa Cruz. (Ufba, Faufba-Ceab, 1998, p.36)

Nesses elementos que formam um conjunto religioso pode-se claramente ler a definição dos respectivos territórios.⁹

As configurações geradas mostram as proporções do parcelamento em vigor e a organicidade decorrente do ajuste à morfologia local, constituindo a irregularidade das ruas, os alargamentos e o estreitamento dos espaços. Pode-se dizer que a forma implantada resulta de modelo híbrido, que acumula características de construções vernaculares em processos de sedimentação geradores de uma tipologia que veio a ser chamada de colonial. Cria-se assim o diferencial entre a cidade planejada de acordo com o ideário da época e aquela que realmente é executada.

Apesar dos feitos conjuntos da administração luso-espanhola, predominam em terras brasileiras as formas de ocupação portuguesa; entretanto, diferenças fundamentais caracterizam cada uma delas, podendo-se referir os traçados mais livres e a adoção de praças múltiplas, como referência portuguesa, e o modelo ortogonal e a “Plaza Mayor,” como traçado espanhol. Assim Salvador define o seu conjunto de praças de forma especializada e hierárquica, estabelecendo-as de início para o uso administrativo e religioso, enquanto os largos, normalmente vinculados a ordens religiosas e serviços militares, constituem-se como lugar de vida urbana (Ufba, Faufba-Ceab, 1998, p.54).

Alvo de interesses em decorrência da riqueza acumulada pela produção de açúcar, madeira, azeite de baleia, dentre outros produtos, a colônia sofre inúmeros ataques e, em função das questões políticas na Europa, passa do domínio português para um governo luso-espanhol (1580/1640). Em 1624/1625, é tomada pelos Holandeses (REIS, 2000; Ufba, Faufba-Ceab, 1998, p.61-65). Esse é um período marcado por guerras e destruições, mas também por melhoramentos no sistema defensivo e na estruturação da cidade, como o represamento do Rio das Tripas, facilitando o início da ocupação da segunda cumeada (OLIVEIRA, 2004, p.50). É instalado o poder Judiciário na praça administrativa, com a construção da

⁹ Registra-se ainda a ordem leiga da Misericórdia, que constrói as instalações iniciais da Santa Casa próximas à praça administrativa, sentido norte, que, juntas ao Colégio dos Jesuítas, compõem a freguesia da Sé. Conjunto que desenvolve papel extremamente relevante na estruturação da cidade. (VILHENA, 1969; ÁVILA, 2004, p. 261- 268)

Casa da Relação (1617-1621),¹⁰ em local onde mais tarde será construído o Elevador Lacerda. Assim, instaura-se o fechamento parcial da praça para a baía.

Constata-se então que, embora as praças seiscentistas preferencialmente guardassem um dos seus lados livres para assegurar visuais de defesa e de valorização, em Salvador, a Praça do Palácio, nesse momento, já tem fechamento parcial para a baía, com a construção do seu terceiro poder – o Judiciário (CARVALHO, 1999, p.101), e o Terreiro já nasce de costas para a baía.¹¹ Amplos, alargados, sem vegetação e sem pavimentação, os espaços das praças apresentavam apenas equipamentos utilitários, como fontes para abastecimento de água e o pelourinho (Ufba, Faufba-Ceab, 1998, p.58).

Os largos mostravam-se irregulares, intencionalmente determinados, ou como resultado de confluências de ruas. Começavam a constituir-se pela estruturação dos caminhos, do parcelamento ou pela hierarquia das edificações que continham, elementos responsáveis pela sua configuração e, ao mesmo tempo, pela sua alteração.¹²



Fig. 02. Evolução física de Salvador em 1638. Fonte B.

Todo esse conjunto era articulado por ruas e caminhos estreitos, em estrutura linear, mas de traçado irregular, predominantemente em terra, sem preocupação de

¹⁰ Sobrado em dois andares, de seção retangular, em estrutura sobre arcos, deixando a sua parte inferior para conexões estabelecidas entre este edifício e o Passo dos Governadores, além de constituir servidão pública por escada, entre a praça e a ladeira da Conceição. (CARVALHO, 1999, p.101)

¹¹ O Terreiro de Jesus nasce como um amplo espaço alargado, geométrico, perfeitamente determinado pelos jesuítas.

¹² Os largos já definidos no período: d'Ajuda, do Carmo e de Santo Antônio, da Sé, de São Bento e da São Pedro articulados a suas respectivas igrejas; e espaços militares, que mais a frente viriam a constituir o largo do Pelourinho e a Praça Castro Alves, correspondentes a portas norte e sul da fortaleza. O largo de São Pedro refere-se ao espaço distante da área urbana, em frente à primeira Igreja primitiva de São Pedro, próximo ao local do atual forte de mesmo nome. (Ufba, Faufba-Ceab, 1998, p.88-90)

nivelamento nem passeios, trazendo, entretanto, uma prevalência de sentido norte/sul. Sua organização determinava lotes estreitos e compridos, quase sempre íngremes, com casas localizadas nos dois lados, que aos poucos foram ganhando altura, chegando por vezes a quatro pavimentos e com quintais arborizados. Esse tipo de ocupação já extrapolava as portas de defesa, nos dois sentidos da expansão (REIS, FILHO, 1968, p.142-145).

Por fim, o bairro da praia também mantém uma ocupação linear, ajustada entre a encosta e o mar, estendendo-se da Conceição à Ladeira do Taboão.¹³ Apresentando uso comercial e de serviços, em conexão com o mar e o porto, abrigava algumas edificações residenciais em estado precário, nas imediações da então Igreja da Conceição (fig. 02).

2.1.2. A cidade no ciclo do ouro.

O final do século XVII (1690), caracteriza-se pela exploração de ouro da Bahia colonial, condição que leva a necessidade um porto para exploração mineral. Entretanto, ainda não apresenta infraestrutura adequada a essa função, com articulações bastante deficientes entre as duas partes da cidade, alta e baixa, constituídas por planos inclinados e ladeiras íngremes. Esses espaços passam a ser ocupados por sobrados que abrigam alojamentos e albergues para a população dependente das atividades portuárias (MATTOSO, 1978).

A Praça do Palácio, (fig.03), em 1660 ganha monumentalidade com a construção da nova Casa de Câmara e Cadeia e do Passo dos Governadores (CARVALHO, 1999, p.101). O novo palácio apresenta características dos grandes sobrados coloniais. Em dois pavimentos, coberto por telhas de barro em quatro águas, traz na sua fachada a marcação das esquadrias alinhadas horizontalmente e guarnecidas por moldura em cantaria, que se abrem em púlpito sobre a praça, assim como portada com detalhes que lhe conferem sobriedade e requinte (fig. 04).

¹³ Daí se estabelecem ligações precárias com: Água de Meninos, Monte Serrat e Ribeira, onde eram confeccionadas as embarcações. (Ufba, Faufba-Ceab, 1998, p.88).

Na sequência, cria-se uma conexão entre a sala de audiência do Palácio e o Tribunal da Relação da Bahia.¹⁴

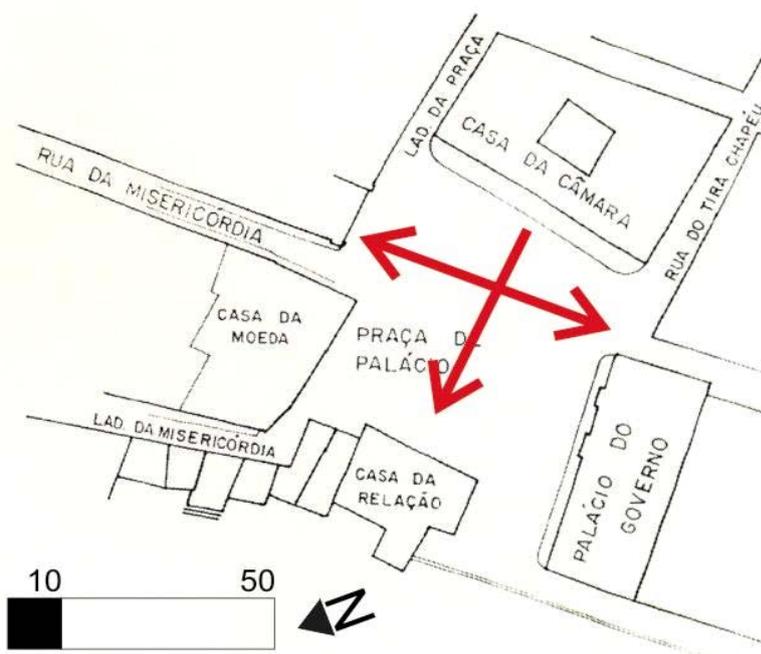


Fig. 03. Praça dos Governadores com os três poderes instalados: Casa de Câmara, Casa dos Governadores, Casa da Relação, e Casa da Moeda. Segunda metade do século XVII Fonte N.

A Casa da Moeda, inaugurada em 1694, provoca alguma polêmica sobre o seu exato posicionamento. Predominam as indicações sobre a sua localização no sentido norte da praça, onde existiu a primeira alfândega. Apresenta planta quase quadrada, de aproximadamente 23x21m (Ufba, Faufba-Ceab, 1998, p.107; CARVALHO, 1999, p.99).



Fig. nº. 04. (a) Palácio dos Governadores.

¹⁴ Conexão em forma de passadiço criado sob um dos arcos inferiores da Casa da Relação que se articula diretamente com espaços internos do palácio dos governadores. O palácio ainda não ocupa toda a quadra, que só acontece por incorporação de antigo sobrado particular, contíguo a seu espaço. (CARVALHO, 1999, p.101).



Fig. nº. 04. (b) Casa de Câmara e Cadeia, construções de 1698. Fonte B.

O Palácio Arquiepiscopal, situado ao lado da Igreja da Sé e construído em 1708, é edifício de fundamental importância para o espaço, principalmente para aquele que se formará no desenrolar do tempo. Desenvolve-se em torno de pátio central, apresentando na fachada, ao nível do segundo andar, janelas de púlpito com balcões de ferro e forros em caixotão, do tipo utilizado até a primeira metade do século XVIII.

A ocupação urbana então extrapola os limites do rio das Tripas e a área de vale, conquistando a segunda linha de cumeadas na direção do dique do Tororó. Mantém a forma linear, com articulações nas cumeadas, ainda deixando os vales apenas como fundo. Essa expansão já vinha sendo assumida pelo exército português, desde a expulsão dos holandeses, devido às condições favoráveis para observatório que a topografia lhes oferecia (OLIVEIRA, 2004, p.68 -69).

Por volta dos anos 30 do século XVIII, a cidade já se estende do núcleo central à Saúde e ao Desterro por conexões intercumeadas e através de ladeiras, e desses espaços ao Campo de Nazaré, ainda totalmente desocupado; no outro sentido mantém a direção São Bento / Forte de São Pedro, incluindo as áreas de ocupação que se consolidavam internamente, onde se encontravam o Convento e a Capela de Santa Tereza e, nas proximidades, um espaço em forma de “L” invertido que já sugere a formação do Largo Acioli, que virá posteriormente a ser denominado Dois de Julho. A Piedade, campo de configuração quase quadrada, define-se como importante articulação entre cumeadas, sendo a partir daí criado o segundo eixo de

ligação entre o forte de São Pedro e o Campo de Nazaré, conectando-se com a Palma, Saúde e Desterro, Mouraria e Campo da Pólvora (Ufba, Faufba-Ceab, 1998, p.91-92).

Na primeira metade do século XVIII, Salvador cresce em dinâmica portuária decorrente do comércio cada vez mais consolidado, incrementado pela exploração do ouro na Chapada Diamantina¹⁵ e pela criação de gado no interior do Estado. Nesse sentido, expande o seu núcleo e se consolida, sendo classificada como a segunda cidade mais importante no *ranking* das cidades portuguesas, somente perdendo espaço para Lisboa (MATTOSO, 1978).

O governo português, entre o final do século XVII e a primeira metade do XVIII, investiu esforços para o desenvolvimento de suporte técnico, com vistas a uma política de urbanização. Esse processo foi aplicado na fundação de diversas vilas e cidades brasileiras e veio a se consolidar no Período Pombalino, no terceiro quartel do século XVIII (ROSSA, 2002, p.92-111; REIS, 1994, p.9-11). A implantação dos núcleos urbanos seguia padrões de regularidade que permitiam atender simultaneamente a objetivos civis e militares. Através de regulamentos ficavam estabelecidas posturas e medidas relativas ao traçado de ruas, quadras, lotes, edifícios e áreas verdes. Tais medidas visavam à uniformização de fachadas e à integração em conjuntos maiores, e serviram de referência para a construção dos conjuntos localizados na área do Comércio. Em Salvador, essas medidas tiveram seu efeito e os espaços foram trabalhados independentemente das suas funções.¹⁶

As melhorias estruturais e estéticas da cidade, descritas por Vilhena (Ufba, Faufba-Ceab, 1998, p.160-161), estruturadas em Salvador desde o século XVII, apresentam-se coerentes com o ideário em vigor, interferindo inclusive nas definições de técnicas e materiais de construção, como o uso de pedra e telhas de barro, a inclusão de pavimentos superiores e a introdução de elementos de fachada, como púlpito e sacada, como forma de valorizar o conjunto urbano. O espaço público soteropolitano começa a receber pavimentação, estatuária e fontes.

¹⁵ Atividade de exploração do mineral favorece a expansão de áreas do interior do Estado, desenvolvendo-se nos espaços de articulação entre Salvador e a Chapada Diamantina, outras atividades como a agricultura e a pecuária (Ufba – Faufba / Ceab, 1998, p.108 e 123-124).

¹⁶ Exemplos bastante significativos em Salvador são os Trapiches Andrade e Barnabé, de meados e finais do século XVIII, respectivamente. O trapiche Barnabé é descrito por Vilhena com o seu tratamento de adorno em colunas, cimbalhas, peitoris e vergas. (Ufba, Faufba-Ceab, 1998, p.160)

Assim, esses espaços constituíam-se como espaços sociais e apresentavam a função de abastecimento de água para a população (fig. 05).

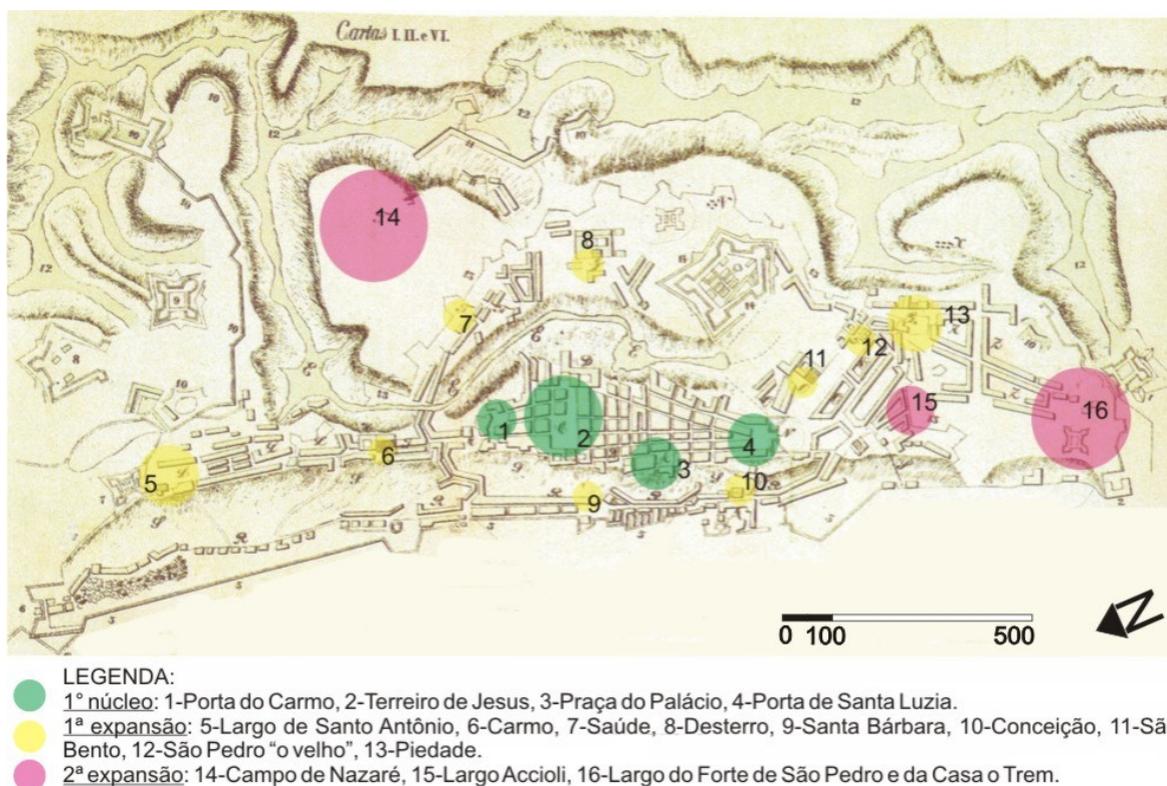


Fig nº. 05. Salvador, planta do Brigadeiro Massé (1715). Fonte X.

Pode-se destacar nesse conjunto de ações as praças e os largos, pela sua importância na estruturação urbana, organização dos espaços públicos e na definição do tecido. Na planta de Massé, ilustrada na fig. 05, destacam-se esses espaços públicos já constituídos ou ainda em processo de formação.¹⁷

Nesse momento, o conjunto de edificações vinculadas a atividades portuárias tem como elementos principais, além da alfândega, alguns ancoradouros e cais, que aos poucos vão se ajustando às necessidades da cidade. A produção do açúcar, que durante os três séculos de colonização foi marcada por oscilações entre períodos de crescimento e estagnação, relevantes na Bahia e em Pernambuco, no século XVIII, perde primazia no quadro internacional para Cuba e as Antilhas, condição essa que impõe às cidades portuárias controle comercial

¹⁷ Consolidando as praças e largos, os principais monumentos de Salvador são construídos, como sejam: Igreja dos Jesuítas (1657), segunda Casa de Câmara (1660), Mosteiro de São Bento (1679), Convento do Desterro (1681), Igreja da Piedade (1683), Convento de São Francisco (1686), segundo palácio do governo (1663), segunda alfândega 1696, Ordem 3ª de São Francisco (1702), Rosário das Portas do Carmo (1704), Palácio do Arcebispado e Igreja de São Francisco (1708), Convento da Lapa (1734), Igreja da Conceição da Praia (1739), Igreja do S. Bonfim (1740), Igreja de N. S. Santana (1746), Convento e Igreja de Santa Tereza, dentre outras. (Ufba, Faufba-Ceab, 1998, p.99).

estratégico, lógica assumida para Salvador mais frente, nos séculos XIX e XX (OLIVEIRA, 1987 apud REIS FILHO, 1968, p.77).

A cidade mostra predominância de atividades portuárias, e é nesse contexto que a Igreja da Conceição se afirma pela estreita relação que mantém com o mar e o vínculo que estabelece, desde logo, como espaço de oração dos marinheiros e comerciantes do porto (Ufba, Faufba-Ceab, 1998, p.31-32). Assim se constituiu o espaço, com a igreja maior encravada na encosta. Construção do século XVIII, tipicamente portuguesa, sua fachada expressa os três corpos que compõem a sua planta (AZEVEDO, 1984, p.35-36). Imediatamente a seu lado, as edificações constituem volumes estreitos e altos dos sobrados coloniais, típicos da época.

A alfândega, edificação maior, constitui edifício de base quase quadrada, em três pavimentos e subsolo, sendo coberto por três telhados de quatro águas. Era local onde funcionavam os diversos tipos de serviços públicos e a inspeção,¹⁸ trazendo para a praia a consolidação do uso comercial em área estreita, que não dispunha de espaço, e impondo a localização das edificações alinhadas à vertente, estreitas e desenvolvidas em altura. Esse contexto pressupõe o início dos processos de corte na encosta, altamente prejudiciais, visto a cidade já estar solidamente ocupada na sua parte superior com edificações implantadas próximas à falésia. Alinhado às chuvas torrenciais típicas da geografia local, esse aspecto da ocupação cria condições para a ocorrência sistemática de escorregamentos de terra e desmoronamento de edificações já característicos na rotina de Salvador durante o inverno.¹⁹

A segunda praça da cidade mantém o majestoso espaço original, apresentando como edifício principal o conjunto educacional e religioso dos jesuítas, seu terceiro colégio e quarta igreja (Ufba, Faufba-Ceab, 1998, p.88-91). Aí também se situam as Igrejas de São Pedro dos Clérigos e a Ordem Terceira de São Domingos, além de ricas edificações residenciais, sobrados característicos do período. Ao fundo, o espaço incorpora o largo onde está instalado o Cruzeiro, em frente ao conjunto de São Francisco. São exemplares religiosos que mantêm a sua

¹⁸ A segunda Alfândega de Salvador, já no espaço da praia (1700), em local onde hoje está a Praça Visconde de Cairu e com ela outros edifícios comerciais entre o trecho Conceição e a Jequitaiá, articulavam os negócios locais, regionais e internacionais. (AZEVEDO, 1985, p.37)

¹⁹ Com a situação criada, sem providências para uma solução, inicia-se processo de desmoronamento de edificações das partes alta e baixa, fato que resulta no desmonte da fachada da antiga Sé, em 1765. Assim a antiga Igreja perde a sua condição de Catedral, o que naturalmente culminará pela sua destruição total. (Ufba, Faufba-Ceab, 1998, p. 139-144)

forma, embora continuem a ser re-elaborados durante todo o século XVIII, resultando em ricas capelas, torres e fachadas, classificadas como renascentistas, maneiristas, barrocas, rococó e/ou neoclássicas (Ipac, 1984, p.17, 23, 25, 67 e 85).

As igrejas guardam relações entre si, por monumentalidade, proporções, diálogo entre as suas partes e elementos decorativos. As marcações de fachada de alguma forma refletem a estrutura interna, como pode ser observado nas cinco partes destacadas por pilastras, na Catedral do Terreiro de Jesus e na Igreja de São Francisco, relacionadas aos acessos e à organização das naves, ou os três corpos que definem corredores laterais, ou ainda, relação entre altar e capelas laterais. A definição das torres sineiras oscila entre aquelas desenvolvidas a partir da igreja tradicional portuguesa e a forma jesuítica, podendo-se relacionar a Catedral a um exemplar intermediário em formato “atrofiado”.²⁰

O espaço de São Francisco conecta-se lateralmente ao Terreiro, por área reduzida, em torno de um terço deste, e apresenta ao fundo conexão transversal com a rua estreita, onde estão a igreja, ao centro, e nas suas laterais, o Convento e a Ordem Terceira – templo grandioso, caracterizado pelo barroco (Ipac, 1984, p.17-18). O cruzeiro, elemento fronteiro, símbolo da ordem, define o sentido prioritário dos eixos do alargado, pela força que comunica.

Na confluência das ruas e caminhos, ao norte, configura-se alargamento até então ocupado pela porta e pela fortificação que faziam a proteção da cidade nessa direção.²¹; espaço que nasce para uso militar e no decorrer do tempo incorpora uso residencial e serviços. Organiza-se por implantação orgânica que mistura aspectos da topografia ao parcelamento, relações métricas de fachada em escala e proporções, elementos decorativos e pavimentação em pedras “cabeça de negro”, típica da época. Destaca-se entre o casario a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, construída ao longo do século XVIII.²²

Define-se assim o conjunto de forma harmônica: edificações e espaços de circulação, traduzindo o sítio colonial na realidade baiana, com suas especificidades

²⁰ Azevedo faz a relação entre a planta das igrejas jesuíticas de Salvador e a do Espírito Santo em Évora-Portugal, Ipac, 1984, p.24. Incorpora-se aqui o mesmo raciocínio, relacionando esse conjunto à fachada da igreja de Santo Antão, na mesma cidade portuguesa, por apresentar volumétrica de torres e frontão atrofiados e marcação na fachada dividida por colunatas, com três portas encimadas por frontões e nichos.

²¹ Denominação transferida por importância do conjunto arquitetônico presente em espaço da circunvizinhança.

²² A denominação do largo virá mais à frente, quando aí será instalado o elemento de punição “o Pelourinho”, em 1807. (SENNÁ, 1999)

de clima e topografia. Prossegue mantendo as características de bairro residencial, de uso diversificado, com canais de circulação orgânicos, merecendo destaque no seu percurso principal os conjuntos do Passo, Carmo, Boqueirão e Santo Antônio. Cada um na sua especificidade constitui um efeito surpresa ao longo do percurso.

Os conjuntos do Carmo e Santo Antônio definem-se como aqueles que dão identidade à área. O primeiro, por apresentar estrutura monumental de convento, igreja e ordem terceira, causando impacto ao observador a partir de qualquer ângulo visual, principalmente desde a subida da ladeira que lhe dá acesso²³; o segundo, pela historicidade produzida entre o contexto religioso e militar.²⁴ Entre estes estão os conjuntos religiosos do Passo e Boqueirão. Constituem largos diferenciados, que se formam pela articulação entre ruas de cotas de níveis diferentes, estando a igreja implantada na rua de cota mais elevada. Esses largos religiosos se constituem então por escadarias uma em frente à igreja do Passo, outra em ladeira frontal ao Boqueirão, favorecendo em ambos a sensação de efeito surpresa, ao vislumbrar as edificações.



Fig. nº. 06. Igreja de São Pedro. Fonte V.

No sentido da porta de São Bento, ponto de confluência entre os acessos internos e as expansões do lado sul (Vila Velha, Conceição, Barroquinha), a cidade

²³ Convento desenvolvido em torno de dois claustros, com igreja tipicamente jesuítica luso-brasileira, com frontão e uma torre, de interior neoclássico, com sacristia rococó. Segue os mesmos princípios a sua Ordem Terceira, diretamente articula ao conjunto. (AZEVEDO, 1984, p.19 e 20)

²⁴ O forte situado em posição de observatório sobre a Baía de Todos-os-Santos, originalmente composto por polígono quadrangular com baluartes nos quatro cantos, que, juntamente com o Forte do Barbalho, cuidava da defesa do lado norte da cidade. OLIVEIRA, 2004, p.220.

já apresentava construções definitivas e arquitetura monumental (fig. 06) sobre um parcelamento irregular e confuso, até os limites da falésia, formando um conjunto quase único, que congregava os largos de São Bento, São Pedro “o Velho” (TEIXEIRA, TEIXEIRA e MARCONI, 1978, p.XX-11), a Piedade, o Largo Accioli, as Ruas do Sodré, Areal de Cima e de Baixo e Democratas, com tipologias bem próximas das atuais. Segundo as cartas de Vilhena, em 1780 a área constituía lugar aprazível para o uso residencial (Ufba, Faufba-Ceab, 1998, p.143).

O espaço da Piedade, nesse período apenas largo e local onde se instalaram os capuchinhos desde finais do século XVII,²⁵ é espaço fruto do desmonte de um morro para nivelamento com o entorno. A organização preliminar da praça tem início nos anos 1784/89. Comentada por Vilhena (1969), em notícia de 1780 e quanto a seus relatos sobre a Salvador de 1800, é considerada como a praça mais espaçosa da Bahia, articulada por várias ruas, mesmo sem ter o seu perímetro ocupado ou bem delineado (Ufba, Faufba-Ceab, 1998, p.159). O uso que predomina nesse espaço é das forças de defesa militar do exército português. Consolidando-se como área de punição, recebeu na sua área central piedade e forca para punição dos traidores dos interesses do reino (TEIXEIRA, TEIXEIRA e MARCONI, 1978, p.XI-9).

O Campo da Pólvora, espaço amplo, de topografia acidentada e sem qualquer tratamento estético, funcionava entre o século XVII e o início do XIX, como espaço militar, abrigando a casa da Pólvora, para guarda de equipamentos de artilharia, forca e área para fuzilamento (Ufba, Faufba-Ceab, 1998, p.107).

2.2. O SÉCULO XIX, DO VICE-REINO AO IMPÉRIO.

A cidade do século XIX recebe influências do desenvolvimento técnico e focaliza sua modernização através dos aspectos: circular, higienizar e embelezar. De alguma forma, Salvador incorpora questões urbanas existentes na Europa, que já vive os processos da revolução industrial, assumindo assim um novo momento social e cultural em que adota como princípio a orientação por eixos e a

²⁵ Casa, hospedaria e capela para capuchinhos franceses e depois italianos. (VILHENA, 1962, p.446)

organização de praças, quarteirões e monumentos, configurando-os em rede (PANERAI, CASTEX e DEPAULE, 1980, p.21).

O desenho da cidade começa pelo traçado viário para, na sequência, trabalhar a parcela. Assim, as intervenções acontecem de forma dual, considerando concordância / retificação, continuidade / destruição (LAMAS, 2000, p.303-308; PANERAI, 1980, p.21). Essas influências também chegam ao Brasil pelo Rio de Janeiro, que, na condição de capital do país e pela aproximação que mantinha com as escolas francesas, difundia o modelo *Beaux-arts* nas escolas e cursos de arte aqui existentes. Novos hábitos são incorporados, com acentuação e diversificação do consumo. Essa estrutura recebe maior impulso a partir do final do século, com a proclamação da República,²⁶ trazendo reflexos na estrutura da cidade por ações de “modernização” (PINHEIRO, 2002).

No entanto, Salvador, desde o início do século XIX, não se ausenta do cenário nacional e internacional e, embora apresente sérios problemas de infraestrutura, já se articula entre as suas três cumeadas por ladeiras íngremes e apresenta ocupação em outros bairros considerados periféricos, como Brotas e Rio Vermelho. Também na parte baixa, entre a Conceição da Praia e o Pilar, a área vinha sendo sistematicamente aterrada e adensada, expandindo-se para a península de Itapagipe (SAMPAIO, 1999, p.61-63). (ver figura 07) A cidade recebe normas e posturas sobre infraestrutura, higiene e fluidez para a ordenação e estetização de arruamentos, espaços e equipamentos (MATTOSO, 1970, p.173).

Em resposta aos apelos da cultura social urbana, em 1803, o oitavo Conde dos Arcos²⁷ constrói o Passeio Público de Salvador. Em localização frontal à Baía de Todos-os-Santos, implantado em terreno alto, em posição privilegiada de mirante, o Passeio ocupa área já reservada para um jardim botânico. Contrariando as condições de lugar – baixios e alagadiços – normalmente disponibilizado para este tipo de uso, o Passeio Público constitui-se em área bastante arborizada, arranjada por fruteiras e plantas ornamentais. Nesse contexto, recebem destaque o obelisco comemorativo à chegada da família real no Brasil e a estátua do príncipe regente.

²⁶ Tem-se notícias de que medidas parciais tenham sido adotadas durante o século XIX, no sentido de melhorar a condição urbana da capital brasileira, mas somente no final do período esse discurso é efetivamente incorporado à prática, de forma mais ampla e global (PINHEIRO, 2002. p.93-179)

²⁷ Governo que, aproveitando o prestígio que goza perante a corte, cria condições para execução de ampliação do aterro, cais e alguma infraestrutura do porto, edifícios de uso público, arruamentos e conexões viárias importantes, praças, questões gerais da estética e do ordenamento da cidade. (MATTOSO, 1992; AZEVEDO, 1985, p.37-38)

Somam-se a tudo isso outras doze estátuas ornamentais, sendo todo o espaço iluminado por lampiões a azeite.²⁸



Fig. 07. Largo do Teatro 1860. Fonte J.

Desde 1796, com a retirada da porta sul de Salvador, torna-se possível o alargamento do espaço onde esta estava localizada, em posição favorável a um mirante. E em 1812 é implantado nesse entorno um importante edifício neoclássico, o Teatro São João, equipamento construído na administração do oitavo Conde dos Arcos e que contribuiu para a convergência das atividades artísticas e de vida noturna, atribuindo ao espaço características de lugar de cultura e de vida social. O largo, que no período passa a chamar-se Largo do Teatro, recebe no seu espaço central o tradicional chafariz de mármore, equipamento que na época é implantado em todos os espaços importantes da cidade (MATTOSO, 1992 e 1978).

As portas e parte das muralhas norte da cidade, também retiradas em finais do século XVIII, constituíam então a área residencial que se ia consolidando. A ela foi agregado, entre 1807-1835, “o Pelourinho” – elemento símbolo da punição de infratores da lei – que dá nome ao lugar (OLIVEIRA, 2004, p.232). Nesse sentido, os espaços oriundos das portas de defesa de Salvador alteram o seu caráter, antes militar, e assumem-se finalmente como espaços de atividades sociais, no lado sul e, de bairro residencial e pequeno comércio, no lado norte.

Assim, a cidade se consolidava na contradição: entre um cenário de vida requintada, movida por jogos de interesses e competição, por encantos produzidos por sua geografia, pela ocupação orgânica e pela dinâmica de usos, e em sentido

²⁸ Segawa entende a não efetivação do caráter plenamente público nesses espaços, pelo excesso de controle existente no Brasil do período, por coincidir com os movimentos sociais libertários, como: a Revolução dos Alfaiates, a Revolução de Pernambuco, a Inconfidência Mineira, a Conjuração do Rio de Janeiro, dentre outros. (SEGAWA, p. 120-125 e 143)

oposto, em espaços onde não havia limpeza, saneamento, regularidade urbana, principalmente na sua parte baixa.

A “[...] cidade na beira mar representava um impressionante conjunto arquitetônico e ao mesmo tempo um buliçoso labirinto de becos e ruas estreitas e tortuosas que vinham dos sopés dos morros e cortavam verticalmente a grande rua longitudinal [...] não há nada de limpeza que se observe em nossa terra” (MATTOSO, 1978, p.173-174).

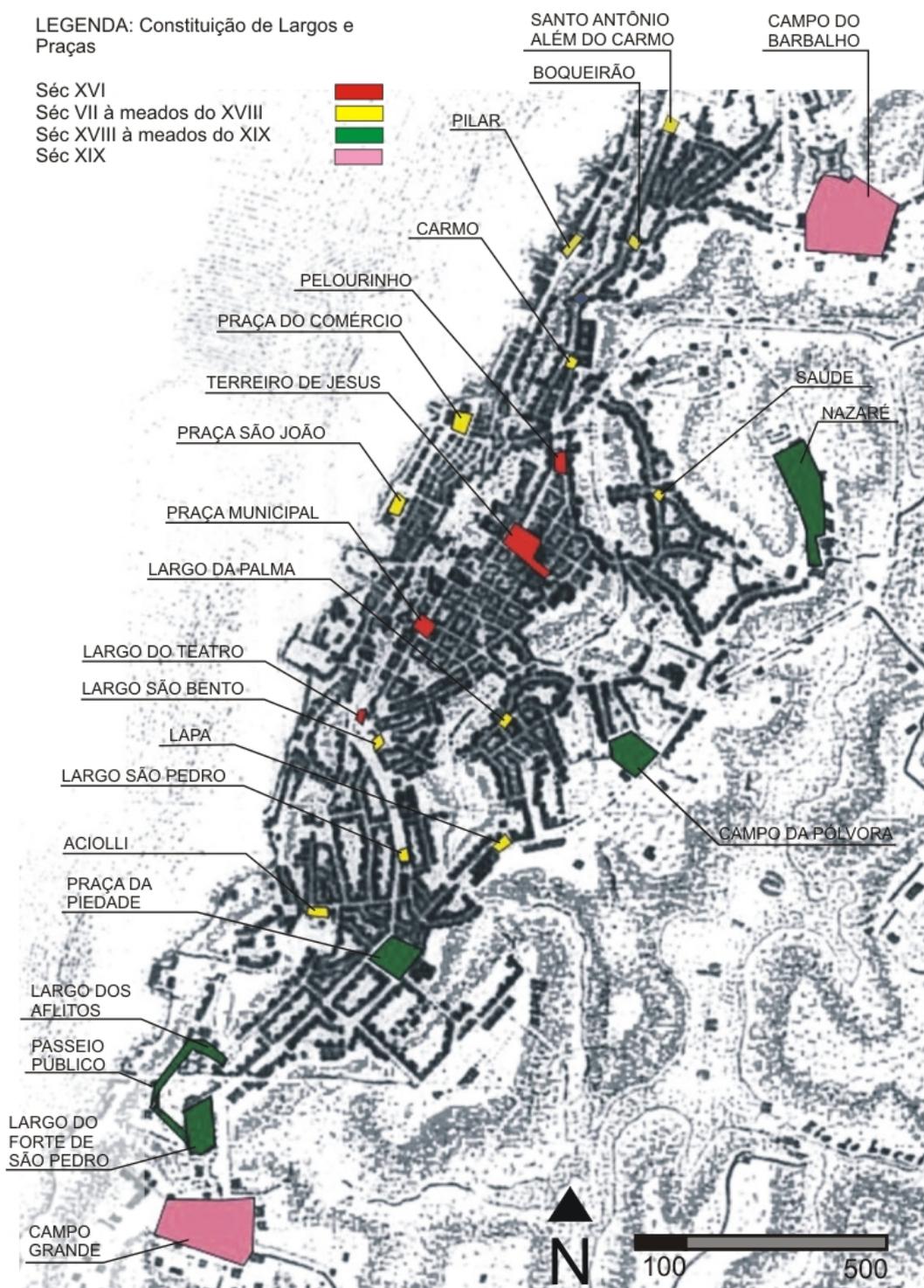


Fig nº. 08. Salvador, planta de Carlos A. Weyll (1851). Fonte B e D.

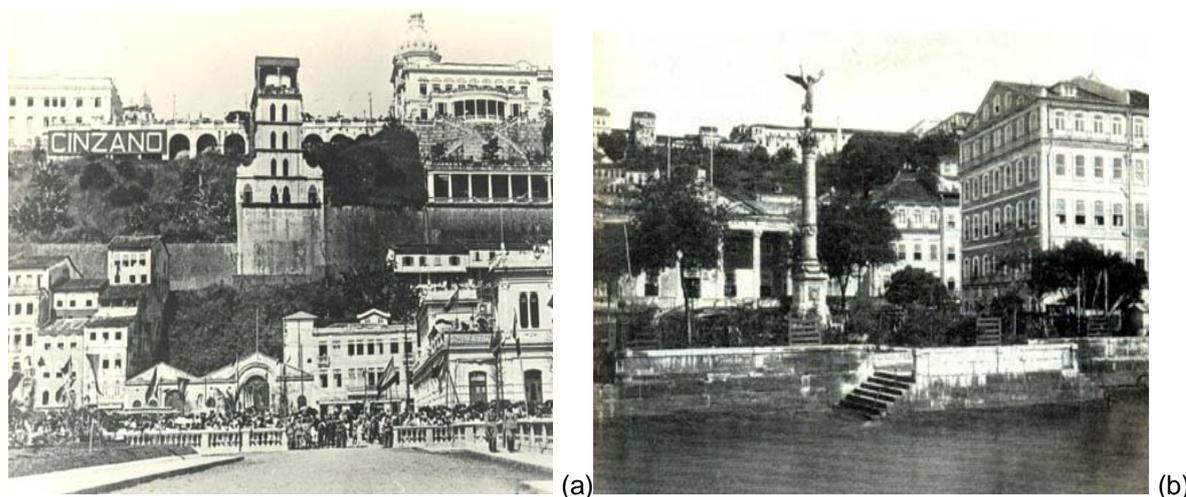
Com a ascensão da então colônia à Vice Reino, e a abertura dos portos em 1808, tornou-se fundamental estruturar melhor a área do porto e construir nova alfândega para atender à demanda crescente de produtos de importação e exportação que por aí transitavam. Esse processo ganha algum impulso na administração do Conde dos Arcos, embora as lutas pela independência, questões políticas, financeiras e legais não tenham permitido dar prosseguimento às intervenções. Assim, os processos aconteciam aos poucos, de acordo com a necessidade, chegando ao final desse período à altura do que hoje é a Rua Portugal (MATTOSO, 1978).

Nesse período nasce a Praça do Comércio, ocupando um espaço que se articulava com a Cidade Alta pela Ladeira do Taboão, em frente ao edifício da Bolsa de Comércio, hoje Paço da Associação Comercial da Bahia. Entendido por Vilhena como centro da Cidade Baixa, constitui edifício pioneiro em arquitetura neoclássica em Salvador, com a sua Praça construída desde 1814/16 com tratamento de jardim e instalação de chafariz. Posteriormente, o espaço recebe a estátua do Conde dos Arcos (AZEVEDO, 1985, p.37). Na sequência, em 1864, incorpora um alargamento situado do lado do mar, correspondente ao monumento e Praça Riachuelo, fig. 09-b.

Em finais do século XIX, a área do Comércio é acrescida por nova faixa de aterro. O espaço conquistado ao mar recebe parcelamento regular e construção de sobrados que seguem critérios pré-estabelecidos para a área e que prescrevem as mesmas características para volumes e fachadas. Definem cinco pavimentos e mansardas, produzindo um conjunto harmônico e homogêneo (REIS, FILHO, 2000, p.67). Por outro lado, no mesmo período, os sobrados coloniais já existentes na área são substituídos por edifícios de estilo eclético e de decoração neogótica, que se dispõem alinhados uns aos outros, organizados segundo o perímetro da encosta e em platôs intermediários que geram ladeiras de acesso. Esses conjuntos também atingem cinco pavimentos.²⁹ Caracterizam volumes cheios e vazios gerados pelas próprias construções, em contraponto às arcadas e aos elementos estruturais das edificações superiores, além da massa verde remanescente.

²⁹ Com a densificação e verticalização das edificações nos limites da encosta, maiores cuidados foram necessários, no sentido de evitar o seu escorregamento por transferência de carga das suas pesadas construções, sobre si implantadas. Nesse contexto, é ordenado o desmonte da fachada da Sé, e reforço de outras construções, como as muralhas de sustentação já existentes. MATTOSO, 1978.

Em 1873 constrói-se o Elevador da Conceição ou, como era chamado, “Parafuso”, que somente em 1897 passa a denominar-se Elevador Lacerda (fig. 09-a). Obra de engenharia encravada na rocha, adota de início o sistema hidráulico para somente no início do século XX adotar o sistema elétrico, quando a cidade do Salvador passa a ser servida por sistemas de energia elétrica (OLIVEIRA, 2002, p.13-19).



Figs nº. 09: (a) Elevador da Conceição (1885); (b) Praça Riachuelo com o seu obelisco (1885).

Fonte B.

Se o eixo vertical, claramente demarcado entre o cimo e a meia encosta pela torre do Elevador, por um lado configura forte impacto visual por interferência do elemento que se antepõe ao entorno, por outro estabelece um ritmado diálogo com as fachadas então existentes, pelas suas marcações. Embora na sua primeira versão o Elevador tenha se mantido recuado a um segundo nível de implantação na vertente, ainda assim constituía elemento de alta interferência pelo maciço de concreto instalado na encosta em grande parte verde.

A cidade sobre cumeadas, da segunda metade do século XIX, apresenta alterações profundas na Praça do Palácio, dando-lhe nova configuração pela demolição da Casa da Relação e pela construção do Elevador da Conceição. A demolição da Casa da Moeda alarga a praça, deixando-a próxima de um quadrado. Com isso, o espaço perde proporção e o limite físico anteriormente estabelecido deixa a descoberto as construções contíguas à Santa Casa de Misericórdia: o Fórum e o Orfanato.³⁰ A Câmara Municipal mantém o seu corpo geral, mas renova a sua fachada, com adoção de revestimentos neoclássicos (AZEVEDO, 1984,

³⁰ O Fórum e Orfanato são construídos em 1863, vizinhos a Santa Casa, sendo na sequência, em 1875, demolida a Casa da Moeda. (CARVALHO, p.102-141)

p.160), assim como o Palácio do Governo, reconstruído entre 1890/1900, em estilo eclético (CARVALHO, 1999, p.149). O espaço, alargado, recebe pavimentação em paralelepípedos, apresentando fluida fileira de arbustos, serviço de linhas de bonde, proteção em grades ornadas e decoração feita com estátuas de mármore branco e candelabros para iluminação, que, na época, se fazia a gás (Carvalho, 1999, p.140-148). Nesse momento a Praça, no seu conjunto, se apresenta neoclássica.



Fig nº. 10. Terreiro de Jesus, segunda metade do século XIX Fonte B.

Os largos e praças religiosos, consolidados, vão parcialmente renovando o seu entorno e neles se misturam sobrados residenciais e comerciais (fig. 10). O Terreiro de Jesus, ao longo do tempo, vai perdendo a característica de espaço sem pavimentação e vegetação; e agenciado, é acrescido de chafariz que homenageia os quatro rios do Estado da Bahia: Paraguaçu, São Francisco, Una e Jequitinhonha (TEIXEIRA, TEIXEIRA e MARCONI, 1978, p.X-1).

A falta de recurso interno para pôr em ação planos de melhoria urbana e estadual fez com que fossem procurados recursos internacionais para tais empreendimentos, como foi feito para a construção da ferrovia ligando Salvador a São Francisco, para a construção de usinas de açúcar, de obras portuárias, dentre outras (SAMPAIO, 1998, p.66). Com a implantação da circulação de veículos sobre trilhos (1866), e por força do fluxo de carroças de tração animal, as ladeiras se ajustam na sua declividade e as linhas no vale se organizam. Ao longo desses percursos, definem-se lotes com maior dimensão de testada e menor profundidade. As edificações, por sua vez, principalmente aquelas de uso público, refletem as

preocupações estéticas em vigor, ganham recuos frontais e laterais, criando jardins que servem de conexão entre as casas e a rua (MATTOSO, 1978).

Na planta de Weyll (1860), os largos existentes na área já apresentavam forma semelhante à atual, embora com o contorno das edificações ainda rarefeito, que se densifica a partir dessa época. Vive aí uma população aristocrática formada por “médicos e advogados, [...] empregados públicos e desembargadores e servindo ainda de residência provisória aos senhores de engenho, quando em suas temporadas na cidade” (NASCIMENTO, 1986, p.81).

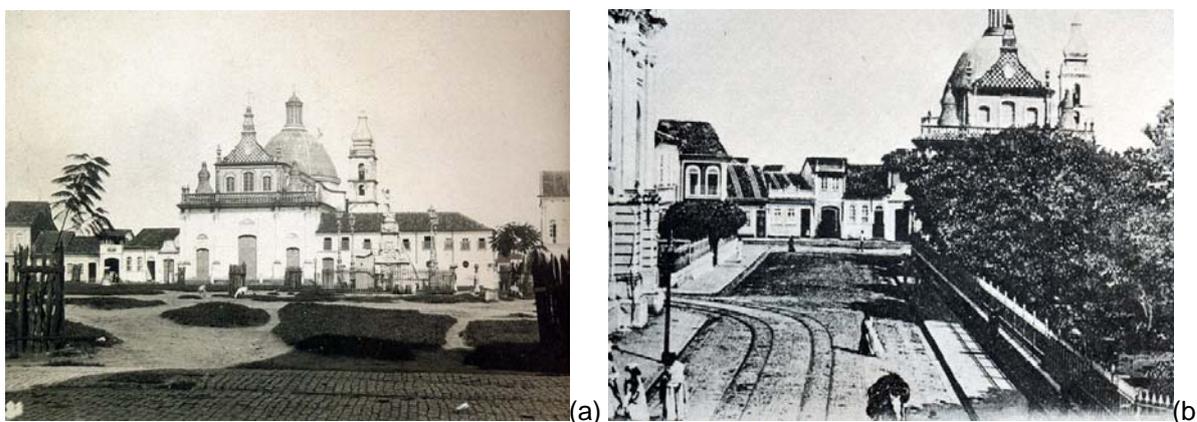


Fig nº. 11. (a e b) - Praça da Piedade, meados e finais do século XIX. Fonte V e B respectivamente.

O espaço alargado da Piedade funcionava como conexão entre importantes estruturas viárias da época: São Raimundo, Passeio Público, Campo Grande, Vitória e Barra e, ao norte, articulava um percurso cujo desenvolvimento viria a ajustar-se, conformando a atual Avenida Joana Angélica. São edifícios principais do entorno da Piedade, a Igreja e o Convento dos Capuchinhos (fig. 11-a). Nesse período o então largo recebe pavimentação e estrutura para circulação de bondes puxados a burro (fig. 11-b), recebendo também a instalação de um chafariz, protegido por grades, em alusão ao Dois de julho.

A Piedade é inaugurada como praça em 1891, em desenho organizado por eixos ortogonais cruzados no centro, onde se localiza o chafariz, e que definem quatro grandes canteiros ajardinados, misturando a vegetação existente a novas floreiras. A Praça é cercada por grades ornamentais e portões, tendo sido dotada de candelabros, o que pressupõe um uso noturno.

No sentido da segunda cumeada, o Campo da Pólvora, que mais à frente será denominado Praça D. Pedro II e também utilizado como acesso à Igreja do Santíssimo Sacramento e Santana, só apresenta alguma organização de seu espaço na segunda metade do século XIX, por nivelamento da topografia. No sentido da expansão, o Campo de Nazaré começa a ser organizado também a partir do século XIX, com a construção do hospital Santa Isabel da Santa Casa de Misericórdia. Nele também figuram a Igreja de N. S. de Nazaré e diversos solares, no entorno.

O Largo do Campo Grande, expansão sul da cidade, tem sua topografia redefinida entre os anos 40 e 50 do século XIX, a mando do reverendo Edward Parker, pastor da Igreja Anglicana. Espaço conquistado pela colônia inglesa em Salvador, mistura características de parque inglês por influência do Passeio Público, vizinho à área. Expressa os princípios higienistas postulados na época e assim compõe um sítio arborizado onde a natureza dá a dinâmica do espaço. É organizado como praça somente em 1895, sob a denominação de Parque Duque de Caxias (PMS /FMLF, 1997, p.10).

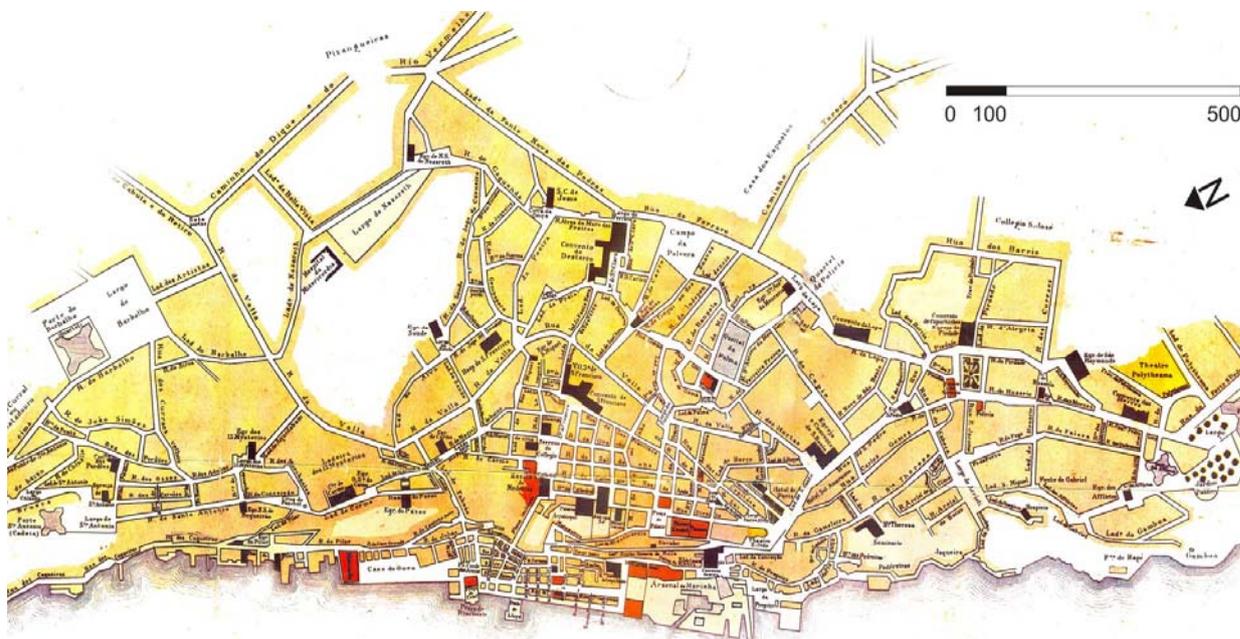


Fig nº.12. Planta de Salvador, por Engenheiro Adolfo Morales de Los Rios (1894), destaque em vermelho para edifícios públicos importantes da época. Fonte V.

O Largo do Campo Grande consolida-se como área nobre, tendo no seu entorno casas constituídas por muitas pilastras, estátuas e arabescos que demonstravam a hierarquia social e o poder econômico dos proprietários.

Complementavam o entorno as construções dos nobres palácios do Visconde de São Lourenço e o do Doutor Pacífico Pereira, ocupando o lugar dos atuais Hotel da Bahia e Teatro Castro Alves, respectivamente.

Pode-se perceber que, à exceção das praças e largos de primeira e segunda gerações construídos em Salvador, as outras praças foram predominantemente desenhadas de forma antagônica à topografia local, quer seja por desmonte de terras – Praça da Piedade, Largo do Campo Grande, Campo da Pólvora, Jardim de Nazaré, dentre outros – ou por aterro sobre o mar, encobrindo valetas, rios e charcos como as praças Cairú, Inglaterra, Largo do Ouro e todos os largos que se consolidaram na faixa estreita da Cidade Baixa de Salvador. O ideário e a própria dinâmica da cidade prevaleciam sobre os elementos morfológicos do sítio que, por sua vez, eram estruturantes na definição do tecido urbano, sendo apenas submetidos a questões de ordem sócioeconômica. A escassez de recursos muitas vezes favoreceu a salvaguarda do patrimônio natural e/ou cultural, que, sem sombra de dúvida, poderia encontrar-se bem mais descaracterizado do que se apresenta.

2. 3. SALVADOR À LUZ DE “PRINCÍPIOS MODERNOS”

O início do século XX apresenta a discussão sobre a cidade industrial cujo modelo segue o novo ritmo das transformações e adota mudanças estruturais como elemento gerador de uma nova postura urbanística. Fundamenta-se em questões técnicas e na sistematização do conhecimento, suscitando o debate e a crítica por força da necessidade de adoção de soluções imediatas para a organização urbana.

A cidade de Salvador adentra o século XX apresentando desenvolvimento ainda incipiente no que diz respeito às questões de infraestrutura e habitacional, gerando condições de vida insalubres. A circulação na cidade fazia-se de maneira confusa e com dificuldade de articulação entre as suas partes. A expansão dos serviços de transporte urbano sobre trilhos, que passam a articular o antigo centro a áreas mais afastadas da cidade, facilita a possibilidade de habitar mais longe do centro, condição que de alguma forma impõe a necessidade de mais infraestrutura urbana, exigindo, portanto, mais recursos para os investimentos (PINHEIRO, 2002).

Nas posturas consideradas “modernas” para Salvador, identificam-se dois momentos, claramente diferenciáveis: o primeiro, conduzido por um discurso de salubridade, fluidez e beleza, resulta no que foi denominado “urbanismo demolidor”, presente no Brasil desde o século XIX e aqui ganhando força nas três primeiras décadas do século XX; o segundo, a partir da Semana de Urbanismo (1935) ganha corpo com o Epucs - Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador, 1943/1948, e inicia um processo de conscientização dos problemas da cidade em abordagem global, extrapolando questões de salubridade e embelezamento. Recebe destaque a discussão sobre preservação e patrimônio.

2.3.1. Da Salubridade à Fluidez.

A crise agrícola que sofre o Recôncavo baiano pela baixa produção de produtos como o açúcar, aliada à reduzida produção industrial da região e à queda de preços no mercado internacional, traz problemas econômicos para a região, com reflexos mais expressivos na capital baiana que economicamente passa a depender prioritariamente do cacau do sul do Estado e do fumo do Recôncavo, concordando com a análise apresentada por Sampaio (1998, p.74), que entende a “industrialização do centro-sul muito mais forte e dinâmica, baseada nos excedentes do café, que vai deslocar a hegemonia do bloco do poder do Nordeste para o Sul”.

As culturas acima destacadas, altamente vinculadas a processos de industrialização e negócios de exportação, na época, se apresentam oscilantes no mercado externo. Nesse sentido, torna-se necessário o provimento de produtos provenientes de outros centros produtores para comercialização, e o Recôncavo volta-se mais para o abastecimento alimentar e o consumo de bens oriundos do centro-sul, o que conduz à mudança de estrutura de Salvador, que passa de cidade portuária para terciária (SAMPAIO, 1998, p.74-79).

Assim, a cidade sofre modificações por força do contexto econômico e em nome da modernização e, à luz das grandes metrópoles internacionais, tenta atualizar-se, mesmo sem a adoção de planos globais de estrutura urbana.

A proposta urbanística incorporada em Salvador tem como referência principal as intervenções efetuadas no Rio de Janeiro pela reforma Pereira Passos que

trazem nas suas definições o autoritarismo das demolições, as desapropriações e a expulsão da população residente na área transformada (PINHEIRO, 2002, p.296-298). No entanto, em Salvador, as alterações acontecem por trechos, nos vetores estruturantes e em adjacências de algumas edificações de destaque, deixando outros espaços também centrais, ignorados e marginalizados durante sucessivas administrações.

Alarga-se a ideia de estética, que passa também a envolver questões funcionais, sociais e de salubridade, em um conceito que extrapola a associação ao edifício e é ampliado para a cidade. Os engenheiros, como detentores do conhecimento relativo a saneamento e infraestrutura urbana, passam a ter participação ampliada nas decisões dos projetos urbanos. O Estado passa a assumir grande parte do controle desses serviços e regulamenta e fiscaliza pedidos de reformas e novas construções, na busca de controle do espaço privado (FERNANDES, GOMES e SAMPAIO, 1999, p.167-178).

Constituída uma demanda por profissionais locais, ainda em finais do século XIX são criados cursos Politécnicos, com a engenharia sanitária, entendendo que questões de higiene e salubridade estão vinculadas à forma.³¹ É o período áureo na constituição dos cursos universitários considerados de *status*, em Salvador. A Faculdade de Medicina reinstala-se no seu novo edifício, construído no Terreiro de Jesus (1905/06) no lugar do antigo Colégio dos Jesuítas, destruído por incêndio. Edifício em estilo neoclássico mantém-se fronteiro à praça, ocupando maior extensão do perímetro que o anterior³².

As primeiras três décadas do século XX ficam assim marcadas como um período que busca a construção de uma cidade “ideal” sobre a matriz orgânica colonial, antagônica, portanto aos rigores definidos pela fluidez então exigida. Tudo passa pela indicação de reconstrução por princípios de recomposição e maquiagem, encaminhando para a criação e a correção das ruas e de suas articulações, atrofiadas e confusas, e às conexões entre áreas consolidadas e outras novas, fruto de expansões. Espaços sobre o mar são conquistados para a

³¹ Surgem em 1896 cursos de engenharia trazendo como pressupostos, dentre outros, os fluxos viários, relações entre edificações e espaços de entorno (lote, recuos e vias) e a sua relação com o percurso solar, e questões de infraestrutura. Nesse contexto, os engenheiros sanitaristas assumem papel relevante nos trabalhos de urbanismo desenvolvidos para Salvador no período. (FERNANDES, SAMPAIO e GOMES, 1999)

³² Análise sobre aquarela do Professor Diógenes Rebouças.

construção de moderna área de negócios, que aos poucos se vai consolidando (AZEVEDO, 1985, p.37-38).

Progressivamente, uma nova linguagem arquitetônica dá forma a Salvador, mediante o ajuste e a reforma dos antigos sobrados coloniais ou pelo ecletismo das novas mansões da zona sul da cidade (Vitória, Barra, Graça) onde a população de maior poder aquisitivo troca suas antigas habitações por casas de estilos considerados nobres. Configura-se nova paisagem para a cidade, que se impõe “moderna” e atualizada, de acordo com um suposto “progresso”, sobre uma matriz colonial.

Principais alterações até anos 1930:

As intervenções na área do porto, no governo Seabra (1912/16 e 1920/24), encontram suporte no plano Alencar Lima (1910), que introduz alargamentos, retificações, demolições, construção e embelezamento de praças e jardins em um sistema definido por vetores de expansão sobre o tecido já edificado. Tal medida visava principalmente fluidez, tentando a eliminação de conflitos viários. Para a modernização da área de negócios da Cidade Baixa, impunha-se a conquista sobre o mar, espaço que sistematicamente já vinha sendo ocupado (FERNANDES, SAMPAIO e GOMES, 1999, p.167-178).

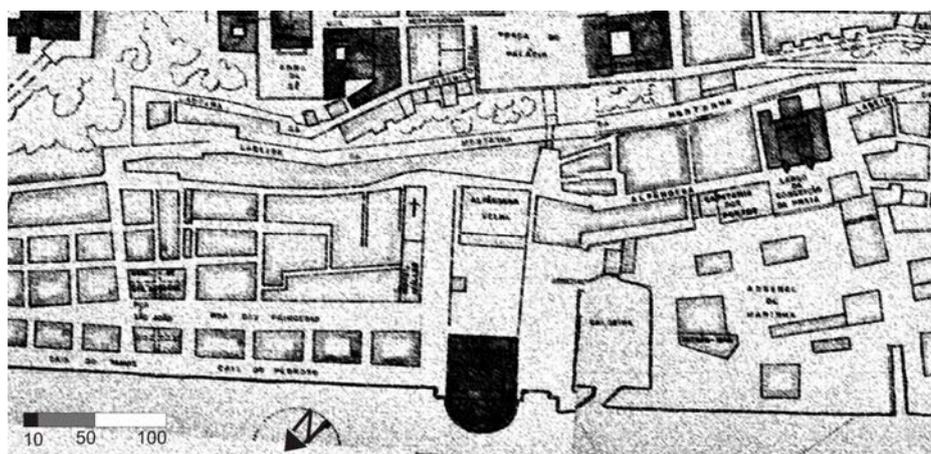


Fig nº. 13. Cidade Baixa entre a Conceição e a Praça São João, séculos XIX / XX. Fonte Q.

Além dos novos aterros, cais e armazéns, novas ruas são abertas e a área é dividida em quarteirões dotados de infraestrutura, embora ainda com ocupação incipiente. Edificações consolidadas são demolidas para alargamento e correção viária, sendo reconstruídas outras, “mais elegantes e vistosas”, de acordo com o “espírito moderno”. Essas medidas se estendem além da Associação Comercial,

pela necessidade de articulação até Itapagipe e com a estação Ferroviária da Calçada (PINHEIRO, 2002).

A segunda alfândega, “sem função”, passa a ser considerada como impedimento ao bom desenvolvimento do sistema de transportes urbanos, face ao fluxo crescente em toda a área. Esse fato é agravado pela presença de um novo mercado, ao lado da antiga edificação que termina por ser demolida em 1914, junto com edificações de apoio localizadas entre essa e a nova alfândega.³³ No entanto, o espaço só recebe infraestrutura por volta de 1920, data que marca a criação e organização da Praça Cairu (AZEVEDO, 1985, p.36).

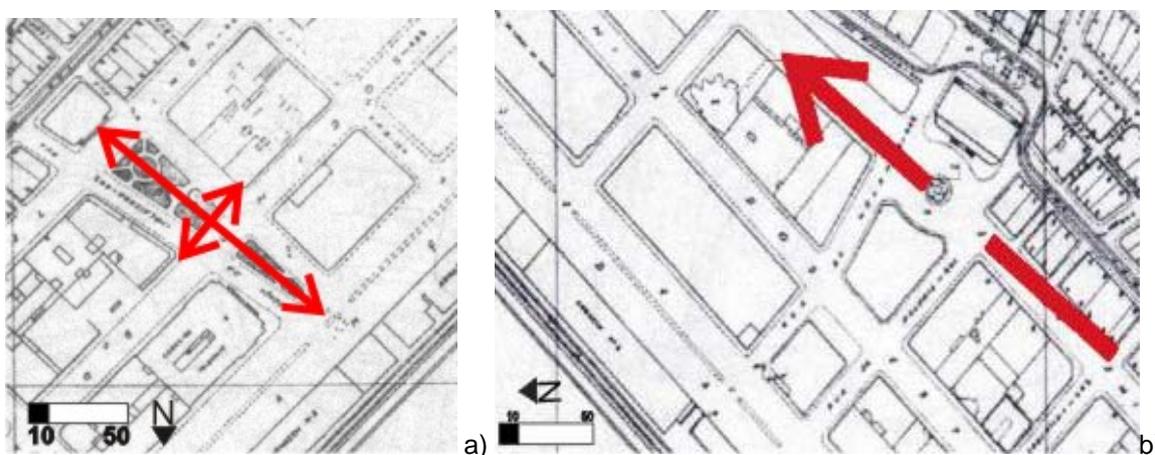


Fig 14: a) Praça da Inglaterra fragmentada pela construção da Avenida Estados Unidos; b) Praça e monumento ao Riachuelo, fragmentada, anos 20. Fonte O.

Em outro espaço da Cidade Baixa, área denominada “marinha de São João”, e que mais tarde será designada Praça “da Inglaterra”, mostra uma forma alargada retangular com maior dimensão no sentido da expansão norte na faixa litorânea da Cidade Baixa (fig. 13). Ocupa área conquistada com os sucessivos aterros que sistematicamente criam alterações na sua configuração desde a sua ampliação até, mais à frente, sua fragmentação para construção viária (fig. 14). Para fazer jus ao que o espaço representava, entre os anos de 1920 e 1930 são aí construídos edifícios que trazem a conotação do grande capital financeiro, como agências bancárias e sedes de empresas (AZEVEDO, 1985, p.38), além do primeiro edifício dos Correios (1913).

³³ Edificações essas que funcionaram como apoio à antiga alfândega antes da construção do seu terceiro edifício. (AZEVEDO, 1984, p. 13-46)

Os armazéns, que nas primeiras décadas do século XX eram construídos como suporte ao crescente comércio de importação e exportação, criam para o observador localizado nessa área barreiras e impedimentos visuais para o mar, trazendo o grande afastamento entre o usuário e a baía. A área torna-se um centro de negócios financeiros e de comércio em geral, mudando drasticamente a sua configuração e ampliando e consolidando a denominação de “Comércio” da Cidade Baixa.

Ainda na segunda administração Seabra, com a ampliação das obras do porto e a redefinição viária na busca de conexão entre as avenidas Miguel Calmon e Frederico Pontes, a Praça Riachuelo ou, como era denominada, Praça do Comércio, tem o seu espaço totalmente invadido por duas pistas (fig. 15), deixando o obelisco isolado e protegido por gradil (AZEVEDO, 1985, p.37).

O trecho correspondente ao Largo do Ouro, atual Praça Marechal Deodoro, localizado na sequência da Praça Riachuelo, em frente ao cais e ao mercado de mesmo nome (1879), mantém-se na cidade como ponto de conexão entre serviços de transportes urbanos, oficiais ou não, e outros interurbanos, rodoviários e marítimos, para cidades do Recôncavo. Considerando a tradição e a disponibilidade do espaço ampliado pelo aterro sobre o mar, a área passa a ser adotada como terminal rodoviário intermunicipal até os anos 60 do século XX, quando é construído o Terminal Rodoviário das Sete Portas (FRANCO, 2004, p.66).



Fig 15. Palácio dos Governadores

(1900). Fonte B.

O período Seabra também se caracteriza por distúrbios políticos, haja vista a destruição por bombardeio do novo palácio neoclássico dos governadores (fig. 16-a), na Praça dos Conselhos – nova denominação para a antiga Praça do Palácio. O palácio se reconstrói em 1919. Dentro desse período, a Praça recebe o edifício da Biblioteca Pública do Estado e mais tarde (1930) completa o lado norte com o

edifício da Imprensa Oficial (fig. 16-b), (CARVALHO, 1999, p.160-171). Nesse momento a Praça constitui-se perfeitamente delimitada, com todas as edificações apresentando estilo eclético.



Fig 16. Biblioteca Pública e Imprensa Oficial, anos 1930. Fonte B.

Sobre as cumeadas, na parte alta, desenvolve-se a cidade no sentido sul, onde tudo favorecia a condição de espaço para a ascensão da burguesia. Assim, é efetuado o alargamento das ruas da Misericórdia e Chile,³⁴ com destruição das edificações do “lado da terra” e do lado esquerdo da Ladeira da Praça resultando em grandes alterações morfológicas. As novas edificações compõem-se por elementos ecléticos, com seus tradicionais volumes e ritmos de aberturas, buscando a valorização de suas fachadas, através de grades, bandeiras, dentre outros. O trecho já aponta para a sofisticação comercial e para a sofisticação da moda, com exposição de produtos europeus, cafés e confeitarias (GARZEDIN, 2005, p.90).

As interferências de Seabra, ainda no seu primeiro mandato, alteram também as ruas internas no trecho Sé / Praça Castro Alves (fig.17). Nesse espaço, a maior perda refere-se à Igreja N. S. d’Ajuda, que, após uma existência de aproximadamente três séculos e meio, é demolida em nome de correções e reconstruída em posição lateral à anterior, como se esse “simples remanejamento” garantisse a perpetuação do antigo monumento. Felizmente os recursos disponíveis naquele momento não permitiram a demolição das edificações da Praça Castro Alves, principalmente o Teatro São João (TEIXEIRA, TEIXEIRA e MARCONI, 1978, p.XI 4, 5 e 6).

³⁴ Assim denominada desde 1902. (CARVALHO, 1999, p. 150)

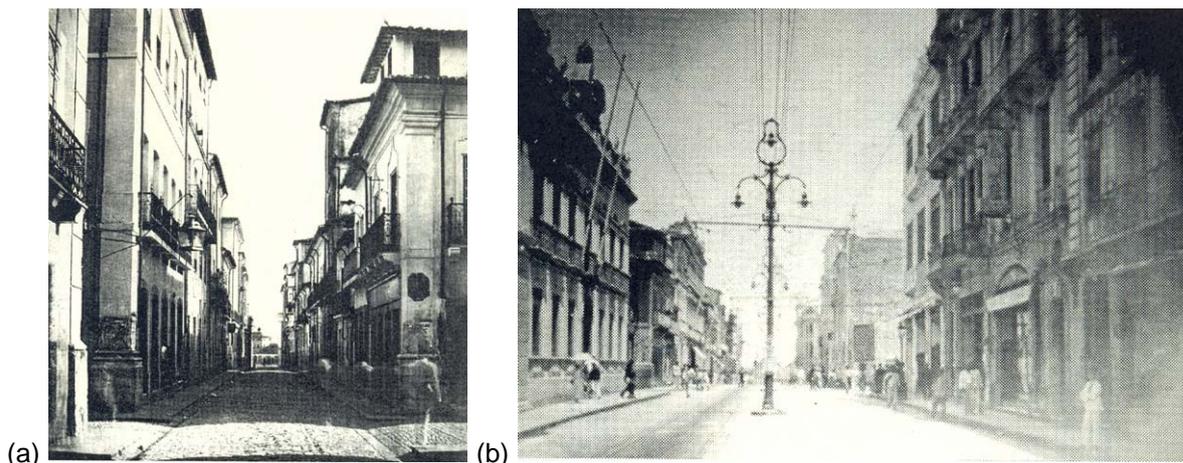


Fig nº. 17. Rua Direita do Palácio, antes e depois da reforma Seabra, início do XX Fonte B.

A freguesia de São Pedro, área considerada privilegiada, é a mais atingida pela reforma na cidade alta. Composta pela agregação de espaços de forma orgânica e pitoresca, nela tem destaque a imponência das edificações religiosas de São Bento, São Pedro, Piedade, Rosário, São Raimundo e Mercês. A nova via conecta a Praça Castro Alves à Barra,³⁵ de forma monumental, geométrica e semi-direta, segundo os princípios postulados. O seu traçado apontou a demolição do Mosteiro de São Bento, passou sobre a Igreja de São Pedro “o Velho”, levou parte do Senado do Estado da Bahia (fig. 18-a), reduziu o espaço da Praça da Piedade, demoliu parte da Igreja do Rosário, a Igreja de São Raimundo e o conjunto das Mercês. Incorporou parte do Passeio Público e todo o casario remanescente dos séculos XVIII e XIX ainda existente no trecho.³⁶

Assim, o espaço fronteiro à tradicional Igreja de São Pedro perde o seu objetivo maior – a Igreja que, demolida, dá curso a um programa governamental e vê, após quase dois séculos, a mudança de sua função: passa de largo religioso à praça. No espaço alargado gerado pela demolição da igreja ficam os remanescentes da edificação onde residiu o Barão do Rio Branco, que, oficialmente, denomina o espaço (TEIXEIRA, TEIXEIRA e MARCONI, 1978, p.XI-

³⁵ Avenida projetada para trecho de 4600m de extensão é dotada de redes de infraestrutura urbana, executada por trechos que se sucedem até anos 1940. (PINHEIRO, 2002,p 238-9)

³⁶ Por gestões religiosas apoiadas pela população local, o conjunto religioso beneditino é poupado, e com isso, a nova avenida se ajusta às possibilidades, sem prejuízos. O que muito provavelmente poderia ter acontecido também, em relação a outros monumentos. (ÁVILA, 2003)

11). Acrescenta-se ao conjunto grande relógio, que, articulado à memória do antigo monumento, passa efetivamente a ser a referência do espaço (fig. 18-b).³⁷

Ainda como reflexo da ação acima mencionada, a Praça da Piedade sofre grandes alterações desde o início do século XX, quando se apresentava ampla e cercada por grade, com chafariz no centro e uso predominantemente residencial. Nesse momento, a praça sofre redução do seu espaço para construção da avenida, apresentando alterações de proporção do conjunto então existente e alterações na tipologia dos seus edifícios, que se adaptam para uso comercial. Isso muda o caráter predominante na praça. O Edifício do Senado tem em torno de 40% do seu volume perdido e, no lado sul da praça, surge a nova igreja de São Pedro, em arquitetura eclética (TEIXEIRA, TEIXEIRA e MARCONI, 1978, p.1-9).



Fig nº. 18: a) Praça da Piedade, antes da reforma Seabra; b) Largo do Relógio de São Pedro após a reforma Seabra. Fonte B.

As alterações impostas para o Largo do Rosário, pela construção da Avenida Sete de Setembro, determinam o seu deslocamento. O Largo se inverte e passa a constituir espaço lateral e posterior à igreja, funcionando quase como passagem entre a Rua Direita da Piedade e a nova Avenida. Da mesma forma, o Largo do Forte de São Pedro sofre alterações por implantação do viaduto sobre a Avenida Gamboa de Cima, além dos serviços de contenção, para ajuste às novas cotas de implantação da via. Nesse sentido, quebra a sua relação com o forte, que passa a vincular-se mais diretamente ao Palácio da Aclamação, assumindo assim esta denominação (SENNÁ, 1999).

³⁷ Como se pode ver, a identidade está além do que o projeto prevê. Assim, o espaço ficou conhecido como Largo do Relógio de São Pedro, pelo valor que a igreja registrou e que de alguma forma permanece, mesmo não existindo há quase um século. É a história que faz memória que por sua vez recompõe a história.

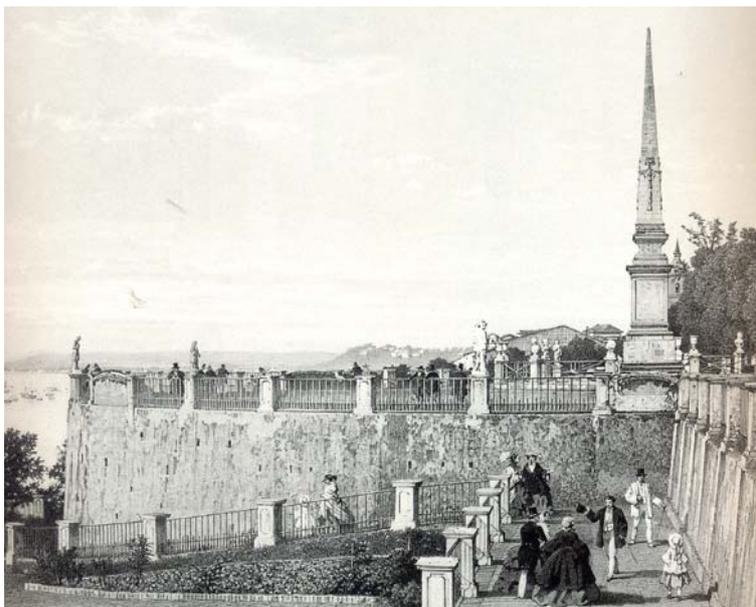


Fig.19.Passeio Público de Salvador com o Obelisco comemorativo à chegada da Família Real ao Brasil, instalado em 1860. Fonte W1.

Ainda para construção da Avenida Sete de Setembro e de uma nova sede para o governo estadual, o Passeio Público cede grande parte do seu espaço, perdendo qualitativamente ambiência e a atenção da administração municipal. Passa a funcionar praticamente como um anexo ao palácio, sendo retirados seus elementos de adorno, o obelisco (fig. 19), e as estátuas.

O segundo mandato Seabra (1920-1924) traz alterações para a segunda colina, com a abertura da Avenida Joana Angélica, que provoca alterações nas edificações e incorpora o Largo da Igreja e do Convento da Lapa. Nesse período é organizado o Jardim de Nazaré (fig. 20), definido por eixo central que articula a Igreja N. S. de Nazaré e o Hospital Santa Isabel e também apresenta no seu entorno a Igreja N. S. Auxiliadora e o Colégio Salesiano e inúmeras residências tipo sobrados, em estilo eclético. Espaço fartamente arborizado, apresenta características de jardim de bairro residencial (PMS, 2004, p.51).

O Jardim de Nazaré recebe na sua inauguração a estátua do ex-prefeito de Salvador e Senador do Estado, Conselheiro Almeida Couto, ilustre personagem do cenário político nacional e municipal do período pós-República (finais do século XIX). Homenageado pelos relevantes serviços prestados e pelas obras importantes criadas para a cidade, o personagem passa a patrono e a denominar o espaço (PMS/FMLF; FRANCO, 2004, p.51-52).

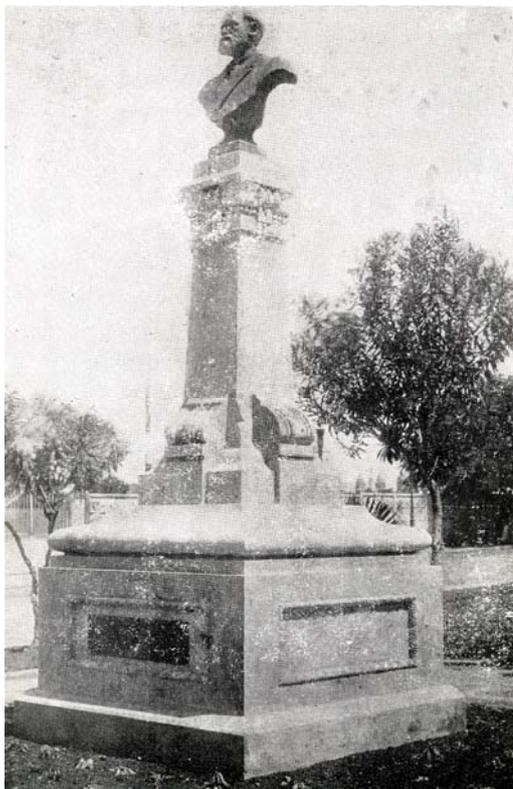


Fig nº. 20. Busto do Conselhoeiro Almeida Couto, Jardim de Nazaré. Fonte U.

Ainda na segunda cumeada, entre finais de 1930/40, o espaço do Campo da Pólvora é reformado, recebendo organização própria de praça ajardinada em estrutura de dois eixos ortogonais, bancos e elementos de adorno, contendo no seu espaço central estátua de D. Pedro II, patrono do espaço que lhe transfere a denominação. O espaço passa então a denominar-se Praça D. Pedro II.

Por questões financeiras municipais, a discussão sobre a permanência ou não da antiga Igreja da Sé perdurou até 1933, quando efetivamente ocorre a sua demolição. Isso facilitou a retirada dos dois quarteirões de casas coloniais do entorno para formar um espaço de praça (PINTO, 2003, p.100-105). Com isso quase se encerra uma página da história, apenas lembrada pelos testemunhos resultantes do trabalho de escavação, hoje expostos na atual Praça da Sé como forma de resgatar um pouco da história. Transferida a Igreja da Sé, a sede arquiépiscopal de Salvador,³⁸ e residências em geral, o caráter do lugar se transforma – de pequeno adro integrado a bairro de uso misto passa a largo e, na

³⁸ Edifício que se manteve na função de residência maior da Igreja Católica em Salvador, até quando em contrapartida foi oferecido um palacete neoclássico, propriedade da empresa de bondes, situado em área nobre da cidade, no Campo Grande. (SENNA, 1999)

Considera-se, por fim, que a organização espacial implantada nas três primeiras décadas do século XX, em Salvador, altera a sua tipologia e a sua malha urbana em grande parte para estabelecer novo alinhamento viário. Entende-se também que a cidade é um organismo vivo, portanto dinâmico e em constante estado de mutação. Conseqüentemente, precisa de atualização e adaptação para fazer jus a novos tempos.

2.3.2. Semana de Urbanismo de 1935.

A partir de 1930, o Brasil passa pela dinamização das ideias progressistas, tendo à frente do governo o Presidente Getúlio Vargas representando amplas forças sociais. As cidades brasileiras são então motivo de discussão e, nesse contexto, a população soteropolitana, ainda perplexa pelos processos de destruição recentemente vividos a partir da autoritária adequação da cidade colonial à moderna, decide abrir um fórum para debater sobre o futuro de Salvador⁴⁰.

O debate encontra clima propício, resultando mais à frente na Semana de Urbanismo, momento que marca a introdução dos princípios que definiriam a cidade moderna, com a ideia de planos globais. A discussão integra o escalão estadual e o municipal, buscando orientar a construção de um plano para regular o crescimento, a remodelação e o embelezamento da cidade (SEMANA DE URBANISMO, 1937).

A Semana de Urbanismo marca um momento em que se discute uma nova ótica para a cidade, destaca critérios de intervenção urbana e centra-se em pontos⁴¹ que se desenvolvem a partir de uma série de conferências, no objetivo de discutir os problemas da cidade. O debate foi encaminhado segundo os temas:

⁴⁰ A semana de Arte Moderna, evento que abre a discussão a respeito da produção de arte no Brasil, de alguma forma, também estimula a discussão sobre as questões estéticas e seus reflexos nas cidades (SEMANA DE URBANISMO, 1937).

⁴¹ Encaminhamentos principais: defesa de um plano que viesse a submeter intervenções parcelares a uma visão global de conjunto, com vistas a sua higiene, fluidez, zoneamento, construção de áreas verdes; divulgação da nova área "o Urbanismo" entendido como "ciência de ordenar e harmonizar os elementos estáticos e dinâmicos da cidade"; a preocupação com o patrimônio histórico e com instituições destinadas à arte e à salvaguarda da memória, trazendo preocupações com restauração de antigas fortalezas, ampliação e construção de arquivos e institutos históricos, transferindo a esses edifícios usos públicos; elaborar cadastro municipal e criar departamento de urbanismo. (SEMANA DE URBANISMO, 1937, p.102).

Sessão de abertura: “Urbanismo e sua aplicação à cidade do Salvador”	Eng. Milton da Rocha Oliveira
“Segurança pública e incêndio”	Dr. Nelson Pinto
“Zoneamento das cidades”	Eng. Jayme Gama e Abreu
“Monumentos, Museus, Archivos e Bellas Artes – índice de civismo, cultura e progresso”	Dr. Heitor Fróes
“Tráfego urbano”	Eng. Jayme Gama e Abreu
“Uma cidade errada e uma cidade certa”	Eng. José Lourenço Costa
“Propaganda de Urbanismo”	Eng. José L. Costa
“Sugestões para o plano director da cidade”	Eng. Américo Furtado Simas
“As cidades-jardins”	Eng. Milton da Rocha Oliveira
Sessão de encerramento: “Model City Charter” e leitura das conclusões	Eng. Jayme gama e Abreu e Eng. José Lourenço Costa

O engenheiro Américo Furtado de Simas (1937, p.119) destaca dez pontos considerados fundamentais para a elaboração de um plano urbano: o centro da cidade; artérias principais e secundárias; parques, jardins e praças; transportes; quarteirões industriais; universidades e escolas; distribuição de água, esgoto e asseio; fornecimento de energia para indústria e iluminação; habitação para proletários; plano financeiro.

Da leitura dos documentos produzidos no evento pode-se perceber que as diretrizes não postulavam somente a atuação no campo técnico, mas consideravam igualmente as condições de vida dos cidadãos e a dinâmica da cidade. Ou seja, adotavam a ideia do planejamento da cidade como algo dinâmico, evolutivo, a serviço dos interesses de uma coletividade. Essa ideia pressupõe que a ordem e o equilíbrio trazem naturalmente a estética: “[...] onde existe ordem e harmonia não pode deixar de haver beleza” (COSTA, 1937, p.103).

“[...] Urbanismo é a democratização duma cidade; a metodização de toda a sua vida” (COSTA, 1937, p.104). O urbanismo começa a ser entendido como um instrumento, uma ciência capaz de construir e reformar a esfera pública. No entanto, as cidades ainda mantinham, predominantemente, as características do padrão colonial e somente começam a sofrer alterações a partir do processo de industrialização.

A escola formal francesa, principalmente a partir do plano Agache para o Rio de Janeiro (1927/30), influencia os pronunciamentos efetuados na Semana por entender o urbanismo como ciência, arte e filosofia social, que, a partir de alterações físicas no espaço, é capaz de transformar comportamentos. Por referência ao plano são indicados: jardins, parques, praças, *play-grounds* e áreas ajardinadas (OLIVEIRA, 1937, p.13).

da cidade e, no subúrbio, estruturas de maior porte, para abastecimento da capital (SEMANA DE URBANISMO, 1937, p.113-114).

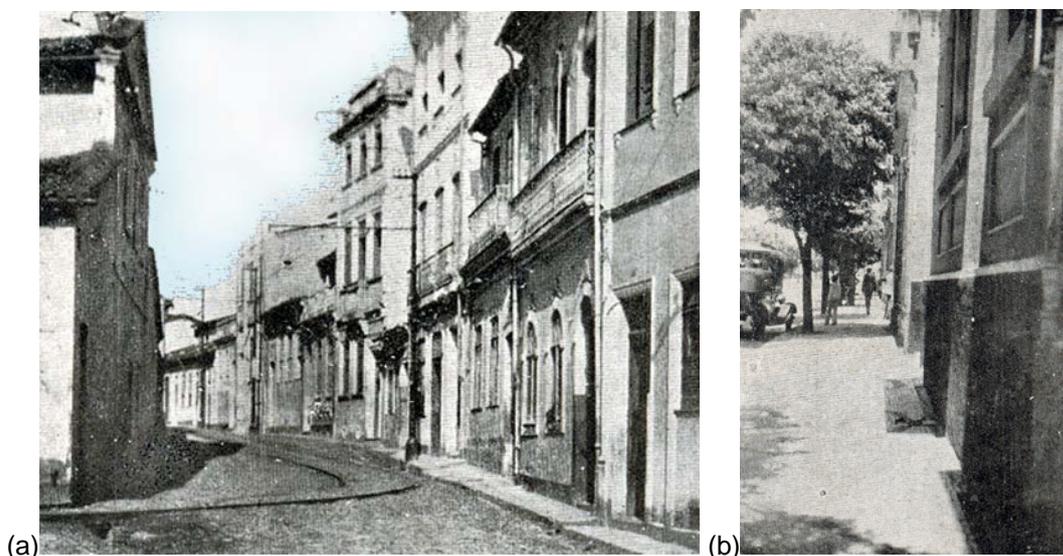
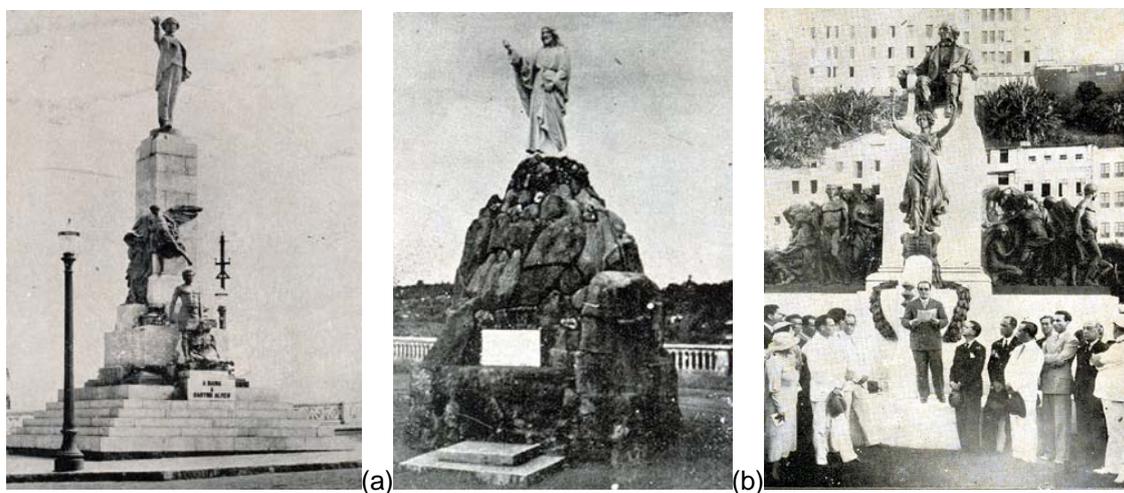


Fig 24. a) Rua Direita de Santo Antônio; b) Avenida Sete de Setembro, “erradas” pela reduzida largura de via e da calçada, Semana de Urbanismo, 1935. Fonte U.

Partes da cidade passam a receber classificação de acordo com a configuração que apresentam, sendo categoricamente taxadas de “certas” ou “erradas”. A primeira opção identifica o espaço que passa a ser planejado de acordo com os princípios defendidos no momento – ordem, fluidez, estética, memória –, tópicos rigorosamente definidos de acordo com as posturas vigentes, com vistas à construção de um modelo ideal. Em oposição, a cidade errada, é referência direcionada às tipologias desenvolvidas anteriormente, em estruturações orgânicas que acompanhavam o relevo e as formas do sítio colonial, (COSTA,1937, p.57-65).



(c)Fig. 25. A cidade da estética: (a) poeta Castro Alves; (b) Cristo Redentor e (c) Visconde de Cairu. Semana de Urbanismo, 1935. Fonte U.

Se, por um lado, a Semana de Urbanismo trazia a indicação de planos globais, na contracorrente eram encaminhadas intervenções pontuais através de túneis, urbanização do Vale do Dique, criação de vilas jardins e de avenidas perimetrais ao grande centro, articulando cumeadas, mais na linha dos *parkways* do que do verde contínuo (SEMANA DE URBANISMO, 1937).

Observa-se nas praças a substituição do antigo ícone constituído pelo chafariz por estátuas em homenagem a novos ídolos (fig. 25). Dessa vez, uma homenagem ao poeta Castro Alves dá denominação ao espaço da Praça do Teatro e são retiradas as grades e o chafariz na Praça da Piedade, substituído este último por fonte luminosa, decorada por quatro estátuas de ferro fundido. Da mesma forma, instala-se o monumento ao Visconde de Cairu, em praça do mesmo nome, e o monumento a Seabra na atual Praça da Inglaterra (SEMANA DE URBANISMO, 1937).

O processo de modernização vivido na cidade nas primeiras décadas do século passado impôs a demolição de casas, o alargamento de ruas, a renovação e a conservação de sobrados, posturas que em grande parte encaminharam à construção de novos edifícios. Foram elaborações que tiveram como inspiração os princípios postulados pela composição de uma nova estética para a cidade, resultando muitos deles em referências desse período (GARZEDIN, p.178-181). Como exemplos, pode-se destacar, na área de análise, a Capitania dos Portos, os Correios – o primeiro e segundo edifícios⁴² –, o primeiro Mercado Modelo, o Instituto do Cacau e, na Praça Castro Alves, o Edifício A TARDE, dentre outros.

Ainda no que diz respeito ao Comércio, toda a área de aterro não necessária às instalações do porto permaneceu desocupada até 1922, quando foi alienada pela Companhia Docas da Bahia à Imobiliária da Bahia, encarregada da organização do espaço. Assim, a área recebeu um plano de traçado ortogonal, homogêneo, consolidado até os anos 1930, sendo os seus lotes vendidos a bancos, seguradoras e escritórios de importação e exportação (AZEVEDO, 1985, p.37). Consolida-se a ideia de um setor bancário para Salvador com a construção do Banco Econômico da Bahia (1928), do Banco do Brasil (1934), do Instituto de Fomento Econômico da

⁴² No local do antigo Mercado São João foi construída a sede dos Correios, hoje local do escritório da Rede Ferroviária Federal, que em 1938 é transferido para uma nova construção também no entorno da Praça, ainda hoje em funcionamento. (AZEVEDO, 1985, p.38).

Bahia e da Companhia de Seguros Aliança da Bahia (1937) (SAMPAIO, 1998, p.78-80).

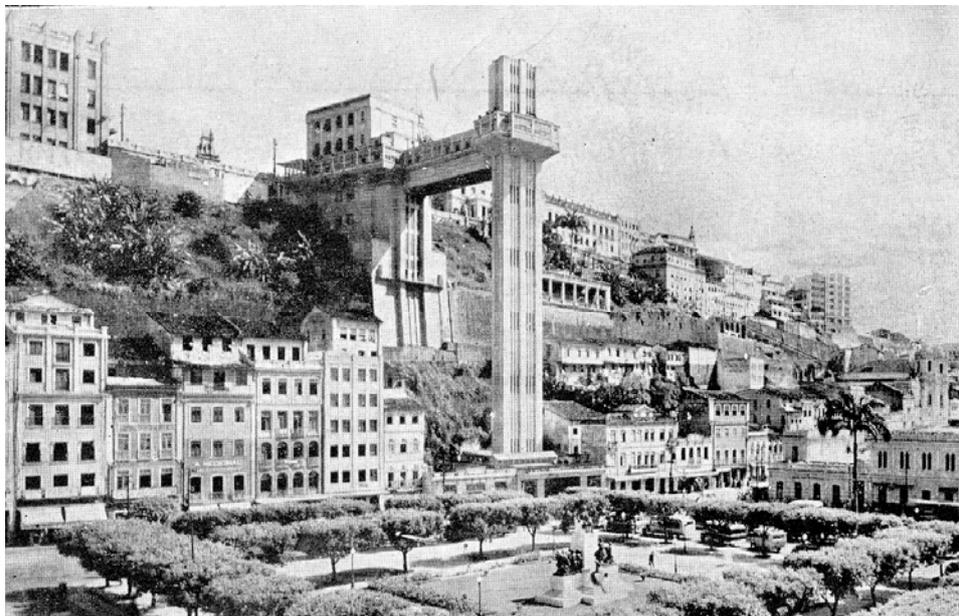


Fig. 26. Praça Cairu, segunda torre do Elevador Lacerda e casario da encosta anos 1930. Fonte A.

A segunda torre do Elevador Lacerda, também construída em 1930, cria grande impacto visual quando, através de passadiço elevado, transpõe toda a encosta e projeta-se no sopé, alinhando-se aos sobrados vizinhos. Nesse caso, já não dialoga,⁴³ mas contrasta com a silhueta da montanha (fig. 26). Entretanto, desde então vai sendo incorporada à estrutura da cidade e no contexto atual constitui elemento forte da paisagem, a ela integrado.

Projetos de edificações isoladas também eram introduzidos na cidade, de alguma forma já incorporando elementos modernistas, como o *brise-soleil*, os tetos planos com jardins e os painéis artísticos (GARZEDIN, p.111-114). Como exemplo de edifícios construídos nessa época, cita-se, dentre outros, o edifício Oceania (1942), a primeira etapa do Estádio Otávio Mangabeira (1942/51), o Edifício do Instituto do Cacau (1936) e o Edifício dos Correios (1938). (SAMPAIO, 1998, p.98-108).

⁴³ Enquanto a primeira torre do Elevador Lacerda, instalada em 1873 – quando substitui as balanças e homologa o eixo vertical, traço de união entre as duas partes da cidade – definia modulação horizontal intermediária entre os acessos com marcação de rasgos que levam à construção de um diálogo com o entorno edificado, a segunda torre desenvolve-se com forte definição geométrica, característica da arquitetura *art déco*, rompendo o diálogo antes existente entre edificações e encosta.

2.3.3. Do Epucs ao Plandurb.

O Epucs, sob a coordenação do engenheiro sanitaria Mario Leal Ferreira, assume o discurso da Semana de Urbanismo, incorporando os seus princípios: a intervenção baseada no conhecimento científico, um olhar temporal e espacial abrangente sobre a cidade, uma metodologia interdisciplinar e a estética como expressão inerente à técnica, princípios esses apoiados na teoria evolucionista de Patrick Geddes. Prossegue até 1952 (Oceplan – Plandurb. Epucs, 1976).

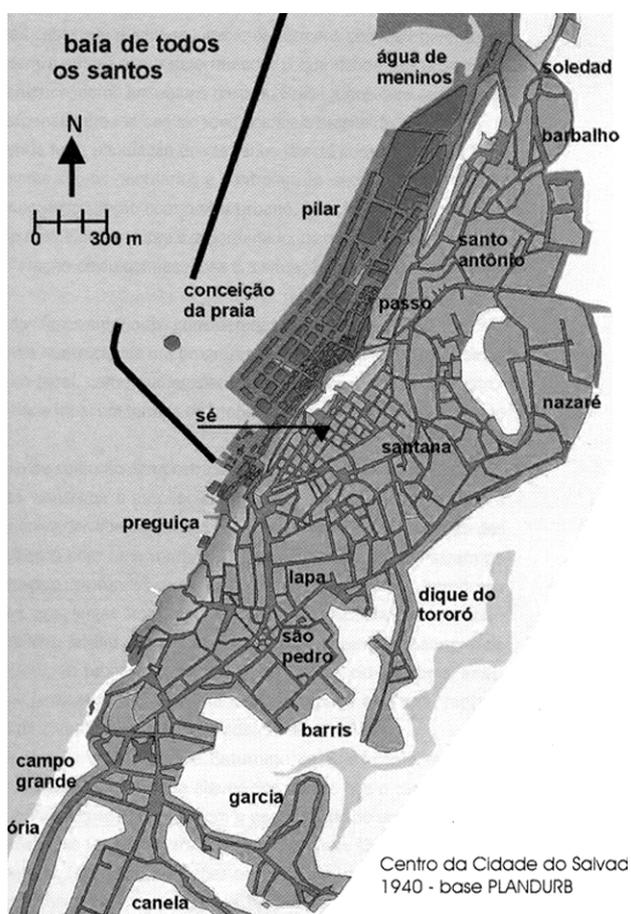


Fig 27. Os limites da cidade do Epucs, Fonte N.

No Epucs, a cidade era entendida como algo evolutivo, e o plano tinha como diretriz enfatizar a sua história e sua formação social, adaptadas às tendências em curso. Apresentava como requisito o planejamento global por constituição interdisciplinar; o plano sendo visto como parte de um processo de planejamento não fechado, podendo ser ajustado para sua implementação. O conceito de patrimônio histórico limitava-se aos monumentos tombados, podendo o seu entorno

sofrer modernizações de toda ordem (PLANDURB, 1976 - fig. 27, SAMPAIO, 1998, p.104-106)

O modelo adotado é rádio concêntrico, com o centro principal voltado para a Baía de Todos-os-Santos e as articulações fazendo-se através de ligações portuárias, ferroviárias e rodoviárias (fig. 28). O plano define intervenções na área urbana de Salvador, em forma de semianéis, visando adaptar o traçado tradicional da cidade⁴⁴ a recomendações de infraestrutura básica que envolvem desde questões de saneamento, abastecimento de água, à saúde, educação e habitação. Traz a noção de escola parque, cidade jardim, centro cívico, *parkways* e zoneamento.⁴⁵

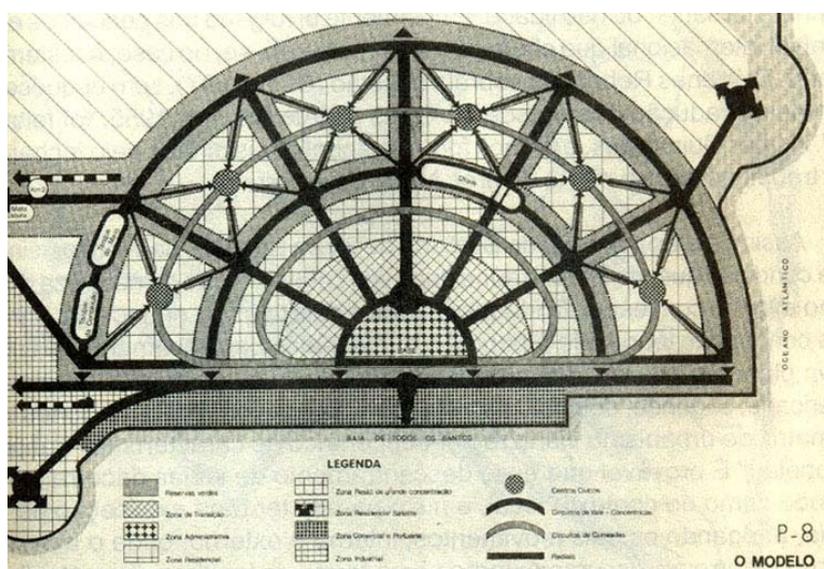


Fig nº. 28(a). Modelo Radial concêntrico do Epucs, Fonte M (1).

Entre o “modelo” teórico proposto pelo Epucs (fig. 28a) e o projeto que se adapta à morfologia da cidade (fig. 28b), é possível perceber a dificuldade metodológica da passagem entre a etapa de análise, o conceito desenvolvido, e a proposta real.⁴⁶ Muitos projetos produzidos pelo Epucs retomaram princípios básicos da Semana de Urbanismo de 1935, ou ainda, quando desenvolvidos em

⁴⁴ O primeiro anel compunha-se da Avenida J. J. Seabra ou Baixa dos Sapateiros; o segundo constitui-se pelas Avenidas Vale do Canela, Centenário e da Vasco da Gama / Dique do Tororó e Ruas Djalma Dutra, Cônego Pereira e Vale do Queimado; o terceiro compunha-se do Vale do Camurugipe com as Avenidas Barros Reis e San Martins. Articulados por radiais: Barroquinha, Lapa, Vale dos Barris, Avenida Vasco da Gama, Lucaia, Rio Vermelho; Vales de Nazaré e do Bonocô; da Av. Sete Portas até o Cabula; do Largo do Tanque, contornando a encosta pela Cidade Baixa, até o Porto da Barra. (Oceplan – Plandurb, 1976).

⁴⁵ O escritório apresenta dinâmica de escola de arquitetos urbanistas. Trabalham sob a ótica da carta de Atenas e da Bauhaus, contribuindo substancialmente para o aperfeiçoamento de parte do quadro de arquitetos formados pela Faculdade de Arquitetura da Ufba, fundada em 1959. (Oceplan – Plandurb. Epucs, 1976).

⁴⁶ Raciocínio desenvolvido a respeito da questão. Sampaio, 1998, p.198.

períodos posteriores à sua concepção, sofreram alterações por falta de desenvolvimento adequado ou de detalhamento.

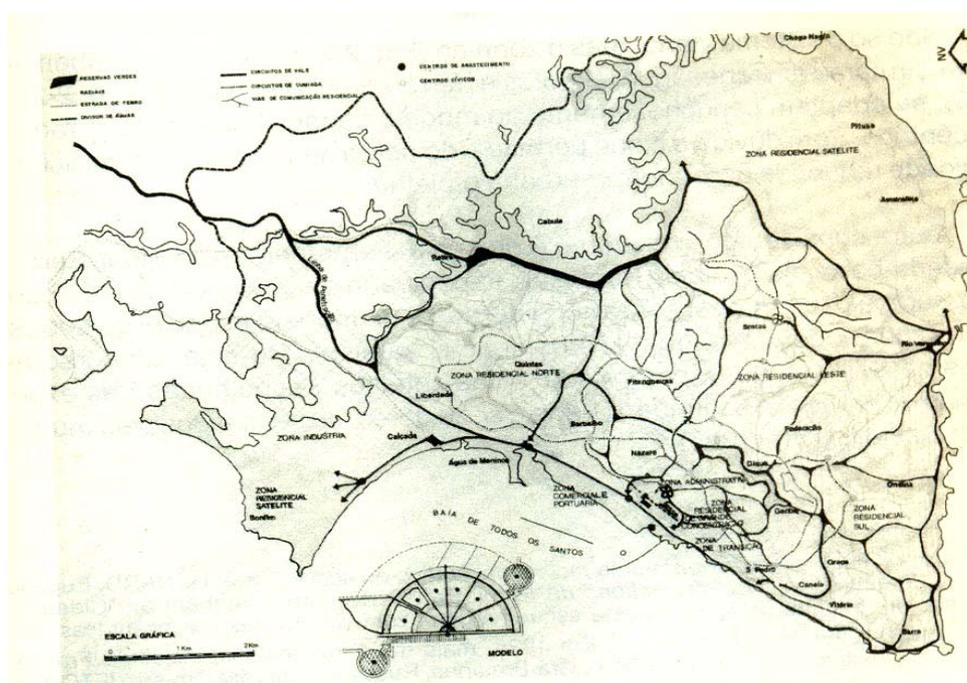


Fig nº. 28b. Proposta do Epucs ajustado à morfologia de Salvador. Fonte M (1).

Assim, os anos de 1940 são marcados pelo crescimento acelerado da cidade⁴⁷ desde a sua parte central, com a substituição de edificações de 4 a 5 pavimentos por outras, comerciais e mais altas; loteamentos são aprovados sem regulamento; surgem invasões e cresce o processo de especulação da terra. Nesse contexto, impõe-se o desenvolvimento do sistema de transportes públicos e a melhoria do sistema viário para desafogo do tráfego central, que mais à frente levará à implantação das avenidas de vale (anos de 1960).

Sofrem alargamentos a Rua Carlos Gomes e o trecho inicial da Avenida Joana Angélica (1940). Constrói-se a Rua Visconde de Mauá, ligando os dois níveis da cidade; alarga-se a Ladeira de Água Brusca e o acesso entre a Ribeira e o Bonfim; crescem os bairros da Liberdade e de Quintas. As conexões entre a Barra e o Rio Vermelho mostram-se ainda rarefeitas e as avenidas Centenário, Otávio Mangabeira e a Estrada Velha do Aeroporto definem a expansão de Salvador (Oceplan – Plandurb, 1979, p.66-68 e p.113).

⁴⁷ Por estabilização da produção agrícola do Estado, surge deslocamento de mão de obra proveniente do interior, à procura de trabalho, fato que produz acúmulo de população nas áreas centrais da cidade, expansão das periferias e início da ocupação dos vales, em total condição de insalubridade. Surgem loteamentos em Brotas, São Caetano, Pituba e no vetor Avenida Otávio Mangabeira. (SANTOS, 1959, p.45-49)

Ainda na linha das renovações dos anos 1940, o Campo da Pólvora recebe maior organização quando passa por grandes alterações paisagísticas devidas à implantação de projeto específico de praça e à construção do Fórum Rui Barbosa (SAMPAIO, 1998). A austera edificação neoclássica, pela monumentalidade assumida e, principalmente, pela função de destino, passa a dar identidade ao lugar, ficando em arquivo as suas origens como campo de atividades militares.⁴⁸ Na sequência (1949), a estátua de D. Pedro II é retirada,⁴⁹ passando a ocupar espaço no Jardim de Nazaré, em companhia do busto do Conselheiro Almeida Couto.



Fig nº. 29. Campo Grande, anos 1930 / 40, introdução de pérgulas. Fonte C.

O espaço do Campo Grande, já então denominado Praça Dois Julho, também passa a ser objeto de adorno, incorporando os princípios de estetização em vigor nos anos 1930/40, em novos elementos como os caminhos diagonais aos eixos principais e as pérgulas simétricas, no sentido leste da praça (fig. 29). Esses elementos assinalam influências do jardim francês (STEENBERGEN; REH, 2001, p.144-158). Iniciam-se no período outros processos de alteração provenientes da modernização da cidade que avança no sentido sul. São alterações representadas pela introdução de outros usos no espaço, como: a Escola de Puericultura (1936); o início da verticalização, com o edifício Maísa; e, no lugar do palácio do Visconde de S. Lourenço, o início da construção do Hotel da Bahia (1949). Também o palacete

⁴⁸ Praça compõe trecho da Avenida Joana Angélica e é contornada por edificações residenciais e serviços; apresenta edificação maior do judiciário de Salvador, o seu fórum, que faz fundo com a Igreja de N. S. de Santana e dá acesso pelas suas duas laterais à Avenida J. J. Seabra.

⁴⁹ Espaço que recebeu organização de praça (1938-1942), com instalação de canteiros e a estátua de D. Pedro II que, oficialmente, passa a denominá-la. Nesse momento cede a referência do homenageado para a Praça Almeida Couto/Jardim de Nazaré. (FRANCO, 2004, p. 52)

do Doutor Pacifico Pereira é substituído pelo conjunto do Teatro Castro Alves (1957). (PMS/FMLF, 1997, p.18).

A cidade se moderniza com a construção da Avenida Centenário (1949), que traz a concepção viária do Epucs, aproximando-se dos princípios defendidos pela escola americana com seus *parkways*⁵⁰s (fig. 30), (Oceplan – Plandurb, 1976). A proposta faz opção pela fluidez viária através dos corredores verdes do vale, criando percursos “agradáveis e saudáveis” entre os locais de trabalho e da habitação, fortalecendo a relação entre os elementos da estrutura biofísica em espaço urbano, ou seja, dentro de um discurso de manutenção dos “contínuos naturais” em cidade consolidada (TELLES, 1997, p.126-131).

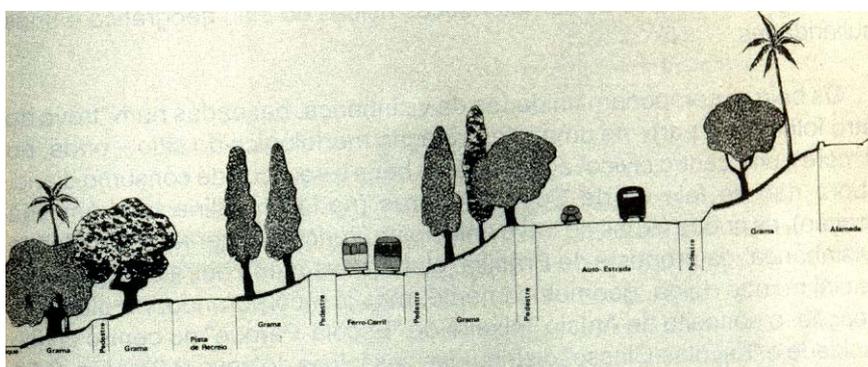


Fig. 30. Avenida Parque do Dique (seção), influência das cidades jardins anos 1950. Fonte M1.

A Avenida de Contorno datada de 1952, conexão idealizada desde o início do século,⁵¹ articula a Cidade Baixa à Alta, desenvolvendo-se em sistema de encaixe à meia encosta através de estrutura em arcos de sustentação. Articula-se ao Vale do Canela, através de um túnel, e corta em parte o Largo do Campo Grande. Integra-se perfeitamente ao conjunto então existente, criando mais um elemento de moldura para a paisagem da cidade.

Em finais dos anos 1960, a expansão urbana é direcionada por medidas de grande impacto⁵². Nesse sentido, são implementadas avenidas de vale aumentando o acesso aos bairros tradicionais; a legislação urbanística é alterada para uma nova realidade e favelas passam por um programa de erradicação, sobre o discurso da implantação do plano do Epucs. As avenidas de vale desenhadas nos anos 1940/50

⁵⁰ Influência da “Cidade-Jardim”, pela criação de avenidas de vale.

⁵¹ Uma ideia que mais se aproximava desse projeto indicava uma Avenida Beira-Mar, articulação Conceição da Praia à Barra. (SAMPAIO, 1998, P. 168)

⁵² Terras públicas passam por processo de alienação nos limites municipais, para construção das avenidas de vale.

são construídas muitas vezes sem ajustes e detalhamentos, construindo o que Sampaio (1998, p.112-114) chama de “rodoviarismo urbano”. Surgem os grandes conjuntos habitacionais e os loteamentos afastados, definidores da expansão urbana, mais articulados à especulação imobiliária do que a uma eficiente estrutura urbana.

No processo de adequação entre a cidade então existente e a nova estrutura viária nos vales, na década de 1960, conforme visto anteriormente, parte da área útil do Campo Grande é utilizada para construção de um túnel necessário à articulação entre as avenidas Lafayette Coutinho (Contorno) e Reitor Miguel Calmon (Vale do Canela), permitindo na via inferior altura suficiente para a passagem de veículos de grande porte, além da articulação de pedestres entre a cumeada e a importante via de conexão entre vales e perimetral. Resultou assim uma redução da área da praça, sendo apenas mantida a relação de perímetro entre esta e o seu entorno.

No mesmo sentido, nos anos 1970, o Jardim de Nazaré perde grande parte da sua área para criar uma passagem subterrânea de articulação entre a via de cumeada e a Avenida Presidente Castelo Branco (Vale de Nazaré). Também sofre fragmentações no seu espaço central para a implantação de vias de retorno (PMS/FMLF, 1999), sendo priorizado mais uma vez o circuito viário. Esses fatos são aqui considerados altamente prejudiciais, pois, além das perdas citadas, quebram definitivamente a relação da praça com as edificações que, na sua origem, configuraram o espaço por articulação ao conjunto – edificações e praça.⁵³

Ainda na busca de soluções para os problemas do automóvel no centro da cidade, em 1972 foi construído grande estacionamento na Praça Municipal, em local onde antes existiam a Biblioteca Pública e a Imprensa Oficial (fig. 31). Aliando a questão utilitária à supostamente estética, sobre esse espaço é construído um jardim, como para complementar e integrar-se com a antiga praça. Sem os edifícios, e tendo no seu lugar um conjunto de canteiros, normalmente desertos, o lugar passa a ser conhecido em Salvador como “Cemitério de Sucupira” e, mais uma vez, rompe-se o limite norte da praça e desaparece o alinhamento entre as edificações da Rua da Misericórdia.

⁵³ A Praça já tinha perdido a sua relação com o Hospital Santa Isabel, quando o seu espaço foi interceptado pela criação da Biblioteca Monteiro Lobato, e nesse momento afasta-se definitivamente da Igreja N. S. de Nazaré, para criação de espaços para os veículos automotivos.



Fig. 31. Praça Municipal, nova praça sobre o estacionamento, 1972. Fonte V.

A cidade se expande e se adapta à nova estrutura viária sem um plano que venha a produzir um ordenamento e dar respostas aos problemas mais amplos que se iam apresentando: carência de habitação e infraestrutura, ocupações desordenadas em áreas públicas, encostas, charcos e linha de mar. Proliferam os conjuntos habitacionais e os *shopping centers*; a rede hoteleira aponta para grandes investimentos; alastram-se os loteamentos, os estacionamentos, e o centro tradicional é desestruturado. Os órgãos públicos são transferidos para áreas estrategicamente escolhidas e a cidade passa a ser especializada, como acontece no eixo Iguatemi / Paralela, com o incremento do uso comercial.

Surge o Plandurb – Plano de Desenvolvimento da Cidade do Salvador –, entre os anos de 1976 e 1978, com equipe interdisciplinar, onde são elaborados diagnósticos sobre os diferentes setores da cidade e estabelecidas diretrizes, transformadas em projeto de lei e projetos executivos, com projeções para o horizonte de 1990, Oceplan – Plandurb, 1976.⁵⁴

A proposta apresenta como conteúdo estratégias de ação e planejamento, considerando a preservação de elementos construídos e da natureza sobre a ideia de transformação da realidade social da cidade, segundo o eixo: trabalho, habitação, circulação, serviços públicos e lazer (Oceplan – Plandurb, 1978). As considerações sobre uso do solo e transportes tinham como referência três estudos: Evolução Urbana; Imagem Ambiental e Áreas Verdes; e Espaços Abertos.

⁵⁴ Viabilizado por convênio entre a PMS, a Finep – Financiamento de Estudos e Projetos –, o Desembanco - Banco de Desenvolvimento do Estado – e o ISP – Centro de Estudos Interdisciplinares. (Oceplan - Plandurb, 1976).

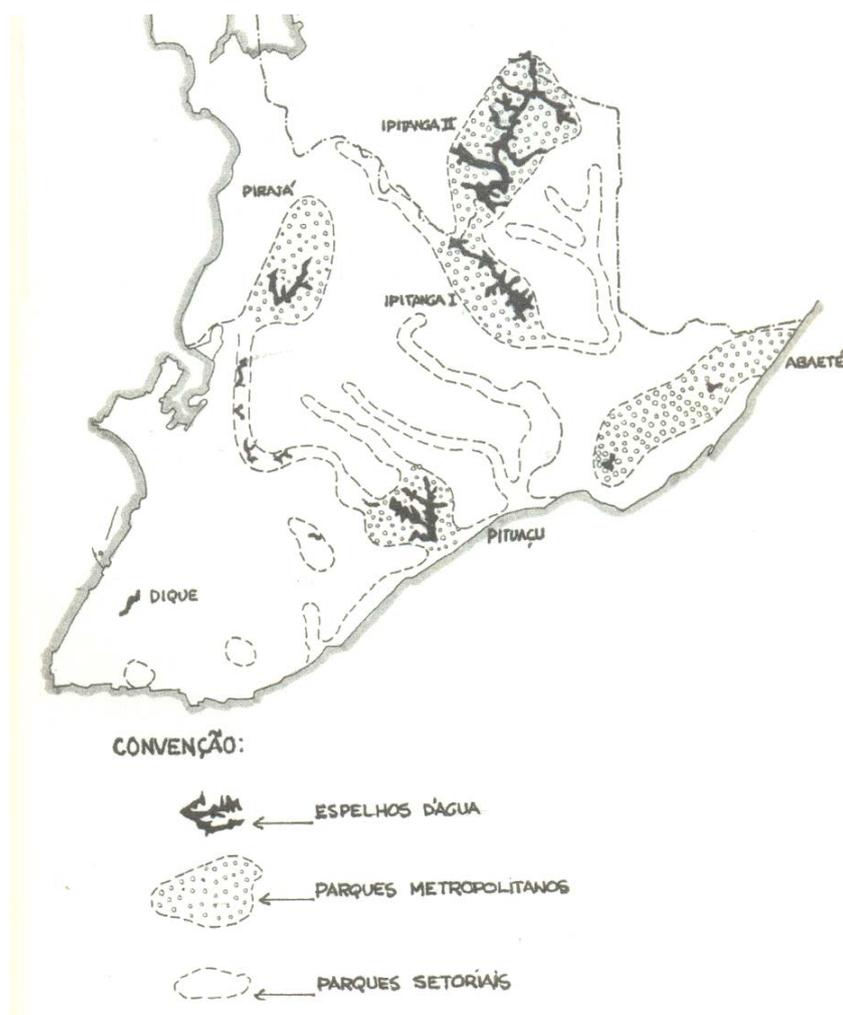


Fig. 32. Áreas Verdes, Espaços Abertos do Plandurb, 1978. Fonte M2.

O discurso sobre as áreas verdes é retomado na linha do verde contínuo dos *parkways* da escola americana, implantando-se nos vales e nos parques metropolitanos: Itapuã, Abaeté, São Bartolomeu, Pituauçu, barragens de Ipitanga I e II. Os parques, que desde a Semana de Urbanismo e do Epucs são concebidos, nesse momento ganham requisito de preservação de mananciais ecologicamente constituídos, com finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora e da fauna e das belezas naturais. Ganham também atributos de espaços educacionais, recreativos e científicos.

Salvador, antes dos anos de 1970, apresentava como única referência o Parque Getúlio Vargas, criado com a função específica de zoológico em 1959, e espaço constituído por densa vegetação. Os parques, como equipamento de lazer ativo e multiuso, só acontecem nessa cidade com a institucionalização dos parques

São Bartolomeu (1972/73)⁵⁵, Joventino Silva (1973), Pituaçu (1973), Abaeté (1993) e Dique do Tororó (1998).⁵⁶

No sentido da especialização dos parques, Salvador incorpora na sua estrutura os parques organizados a partir de programas de lazer, aqueles mais utilizados por classes sociais populares, que se caracterizam por multiuso como é o caso de São Bartolomeu, Joventino Silva e Pituaçu; e outros por referência turística como Abaeté e Dique do Tororó.

Ainda no período 1960/70, atitudes contraditórias definiam a cidade trazendo por um lado o esvaziamento provocado pelas descentralização e expansões urbanas e, por outro, a indicação da necessidade de investimentos turísticos na área central, com o desenvolvimento de atividades terciárias como incremento econômico, tendo sempre como alvo a área do Pelourinho. As investidas não tiveram desdobramentos e a área manteve-se por algum tempo em processo de deterioração (SANT'ANNA, 2003). Os problemas de infraestrutura se agravaram pela necessidade de atendimento às novas demandas. Essas questões serão retomadas no capítulo seguinte, no trato das intervenções mais recentes da cidade.

⁵⁵ É a maior reserva florestal remanescente da Mata Atlântica da Região Metropolitana de Salvador. Contém a Represa do Cobre, cachoeiras, manguezal, guarda vestígios da floresta tropical primitiva, singular beleza natural e significado histórico e religioso. Palco de grandes batalhas na consolidação da Independência do Brasil, e refúgio de escravos. Enfrenta problemas de devastação, por invasão, poluição das águas e abandono. (GÉRMEN, Relatório - 2004)

⁵⁶ Faz parte da área de proteção cultural e paisagística de Salvador pela Lei 3289/83 (PMS). Desde a fundação da cidade tem passado por inúmeras intervenções, com drástica redução do espelho d'água. Em 1951 sofre com as obras do Estádio Octávio Mangabeira (Fonte Nova); entre anos 1960/70 com a definição viária entre Nazaré e o Vale dos Barris e nova reforma da Fonte Nova; e recentemente, nos anos 1990, com a sua última alteração.

3. INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS EM SALVADOR (1980-2005).

Esta parte do trabalho refere-se ao período entre os anos 1980 e 2005 quando, com maior intensidade, são implementados os projetos de intervenção na área central de Salvador. Em grande parte essa postura reflete uma reação à fragmentação e ao esvaziamento provocados pelo processo de expansão da cidade, através da descentralização e da constituição de novos centros de comércio, serviço e negócios. As propostas de revitalização acontecem concomitantes à ação que descentraliza, ainda por volta dos anos 1960, mas somente no final do século são concretizadas, já em formatos contemporâneos.

A cidade metrópole do Salvador, rica em espaços públicos tradicionais, no momento em que incorpora nas suas ações o ideal funcionalista abdica da prática da convivência social urbana em prol de uma realidade onde predomina o fluxo viário, na linha das grandes avenidas de vale – um sistema que assume o destaque do espaço público incorporando aspectos que levam à especialização, à fragmentação, à fluidez e à eficiência, características que resultam da necessidade de resolver as questões de locomoção nas grandes cidades e que, ao mesmo tempo, trazem como consequência problemas de infraestrutura para as novas ocupações.

Nos anos 1980, as políticas de preservação do patrimônio histórico ainda não se apresentam de forma incisiva e clara; as intervenções ainda acontecem como nas décadas anteriores a esse período, de forma pontual. Como referência, apresenta-se a recuperação do Mercado Modelo e do Palácio Rio Branco, além da construção do prédio da Prefeitura, na Praça Municipal. Somente na década seguinte tem ação um projeto maior de recuperação da área central de Salvador, em um trabalho de articulação com o governo do Estado e o Ipac

(SANT'ANNA,1995, p.IV 8-12) com o mapeamento das áreas de proteção rigorosa e adjacências na cidade do Salvador.

Pode-se perceber que as ações que se implementam desde os anos de 1980 fazem parte de um discurso produzido nos anos 1960 e 1970, já relacionando Salvador ao lazer e ao turismo e tendo como lugares privilegiados a orla e o Centro Histórico, naturalmente pensados em outro formato. Essas ações coincidem com o momento brasileiro em que se desenvolvia uma política de preservação do patrimônio histórico e cultural que vinculava a descoberta do patrimônio nacional à algo que poderia vir a ser de grande importância econômica, pela via do turismo (SAMPAIO, 1995, p.110).

Em 1991 o Governo do Estado, em grande parte responsável pelo desenvolvimento da política econômica e turística baiana, busca sua afirmação através da construção estratégica e de *marketing* que se ancorava em dois pontos: na valorização da identidade cultural e das tradições da Bahia, e na ideia de eficiência administrativa, para incremento das estratégias turísticas tão necessárias à cidade polo, que precisava vender novos produtos.

Com a retomada dos processos de valorização da cidade central, as propostas de intervenção foram efetuadas, mas nem sempre executadas.¹ No entanto, são eleitas áreas que de alguma forma conseguem manter-se como exemplo da regularidade do urbanismo colonial. Esse é o caso do Pelourinho, que passa a constituir monumento e cenário urbano pela volumetria das fachadas que ainda preserva, sem, no entanto, conseguir fugir da indústria do turismo, que em grande parte o invade e descaracteriza.

Nesse sentido, assiste-se, de certa forma, à banalização dos espaços da cidade com projetos que os expõem como se estivessem dispostos para a apresentação de um *show*. Além da referência do Centro Histórico de Salvador, pode-se referir à sua borda marítima, tendo à frente empresários, interesses políticos e a mídia, que apontam áreas de interesse para o programa da chamada “revitalização” visando a produção de uma imagem de animação que vem causar

¹ Em 1986 a arquiteta Lina Bo Bardi apresentou estudo de articulação entre os espaços públicos da área central de Salvador. Trabalhou de forma conjunta, e dando sentido de continuidade, estabeleceu uma escala de prioridades para essa execução; proposta apropriada parcialmente e na atualidade já alterada. (arquivo da PMS/FMLF).

grande impacto negativo na paisagem². Também expressam uma função política cujo objetivo principal parece ser o da perpetuação dos feitos e dos políticos.

Percebe-se que enquanto alguns espaços se tornam alvo da exploração e da especulação dos grandes investimentos, outros, muitas vezes diretamente articulados aos primeiros, mantêm-se entregues ao acaso, esquecidos e abandonados. Tudo leva a crer que estejam à espera de uma destruição natural e independente da legislação. A cidade convive com a diferença, entremeada por vizinhanças supostamente indesejáveis, ignoradas, à espera da sua degradação para então, quem sabe, mais facilmente serem demolidas ou radicalmente alteradas pelos investimentos em voga (SANT'ANNA, 1995).

Observa-se a contradição instalada mesmo dentro de uma área alvo de interesses, como no caso da orla, onde se dissocia a almejada área com marinas, restaurantes, memoriais, parque de esculturas, da outra orla constituída por barracões, palafitas, poluição, ocupação informal e degradada, sendo o elemento de separação o quebra-mar sul que parte da Capitania dos Portos e faz a transição entre as duas.

Assim, Salvador permanece como cidade do contraste. Conjuga núcleos que se articulam ao longo de 456 anos, predominantemente sem identificação entre as suas partes e cuja vinculação se estabelece apenas por pertencerem a esse grande território. Constitui cidade de ricos e pobres, com uma grande parcela de excluídos, inclusive da infraestrutura urbana básica.

3. 1. PRAÇAS E LARGOS: PROJETOS E INTERVENÇÕES

Os espaços públicos de Salvador, envolvidos no projeto político de revitalização da sua área central, inserem-se em um contexto mais amplo de competição nacional e internacional – por uma cidade modelo, de caráter turístico onde a borda marítima, as áreas do centro antigo e expansões e as suas praças e largos estão sendo transformados. Pode-se perceber, entretanto, que essas

² Nesse sentido, pode-se referir o polêmico projeto da Marina da Avenida de Contorno, a Via Náutica (parcialmente construído) e o metrô (parado e sem data de conclusão da sua primeira etapa), dentre outros. Vide os processos que constituem tais projetos em áreas públicas de Salvador que, sem ampla discussão, se estabelecem. (arquivo de projetos, PMS/FMLF).

transformações ocorrem sem uma política de definição mais abrangente e sem um plano que venha a esboçar prioridades, mecanismos, recursos, diretrizes e usos, dentre outras questões. Isso torna o campo complexo para a tomada das decisões daqueles que pretendem elaborar propostas para a reutilização desses espaços, frente a novas demandas.

Em comemoração aos 450 anos de Salvador a administração municipal, no âmbito da Secretaria de Planejamento – Seplan –, em articulação com o Governo do Estado, dá prosseguimento à meta acima citada com a decisão de elaborar um trabalho que destaque espaços e elementos que “asseguem a identidade da cidade” (PMS/FMLF, 1999, p.01 e 02). A pesquisa foi elaborada por técnicos pertencentes aos órgãos envolvidos, sob a coordenação do arquiteto Assis Reis.

O trabalho intitulado “Polígono da Identidade Cultural” tinha como objetivo montar um programa de renovação urbana nos espaços símbolo da cidade, envolvendo a sociedade civil e a participação do empresariado baiano na recuperação e renovação das praças públicas, ação já experimentada na Praça da Inglaterra e do Iguatemi, dentre outras. No desenvolvimento do trabalho, o arquiteto Assis Reis indica critérios gerais de revitalização, apropriando o referencial de cada um dos espaços para exposição das peculiaridades soteropolitanas.

Os espaços indicados foram delimitados após consultas ao acervo histórico existente, à cartografia, aos planos e projetos até então realizados. O programa foi organizado em quatro etapas, com vistas à implantação das duas primeiras etapas em 1999 e as demais em 2000, data da comemoração dos 500 anos de descobrimento do Brasil.³ Por falta de recursos municipais e participação no processo de “adoção”, a proposta de revitalização foi apenas parcialmente implantada, ficando o restante à espera de verbas específicas ou de adeptos ao programa de adoção.

Tomando como referência o trabalho desenvolvido pela Seplan e as recentes intervenções em praças de Salvador, incorpora-se para o desenvolvimento deste trabalho a análise de dez espaços – praças e largos da área central da cidade,

³ A primeira etapa engloba as praças da Sé, Castro Alves, o Campo Grande e a Ponta do Humaitá; a segunda etapa inclui os largos do Relógio de São Pedro, do Rosário, de Santo Antônio Além do Carmo, da Sagrada Família (Bonfim) e a Rampa do Mercado Modelo; a terceira etapa inclui o Passeio Público e as Praça dos Veteranos (Barroquinha), de São Miguel (Praça da Aclamação), dos Mares e da Boa Viagem; a quarta etapa inclui os largos da Mariquita, da Ribeira e da Penha, o Campo da Pólvora, o Marco da fundação da cidade (Porto da Barra) e o Morro do Cristo.

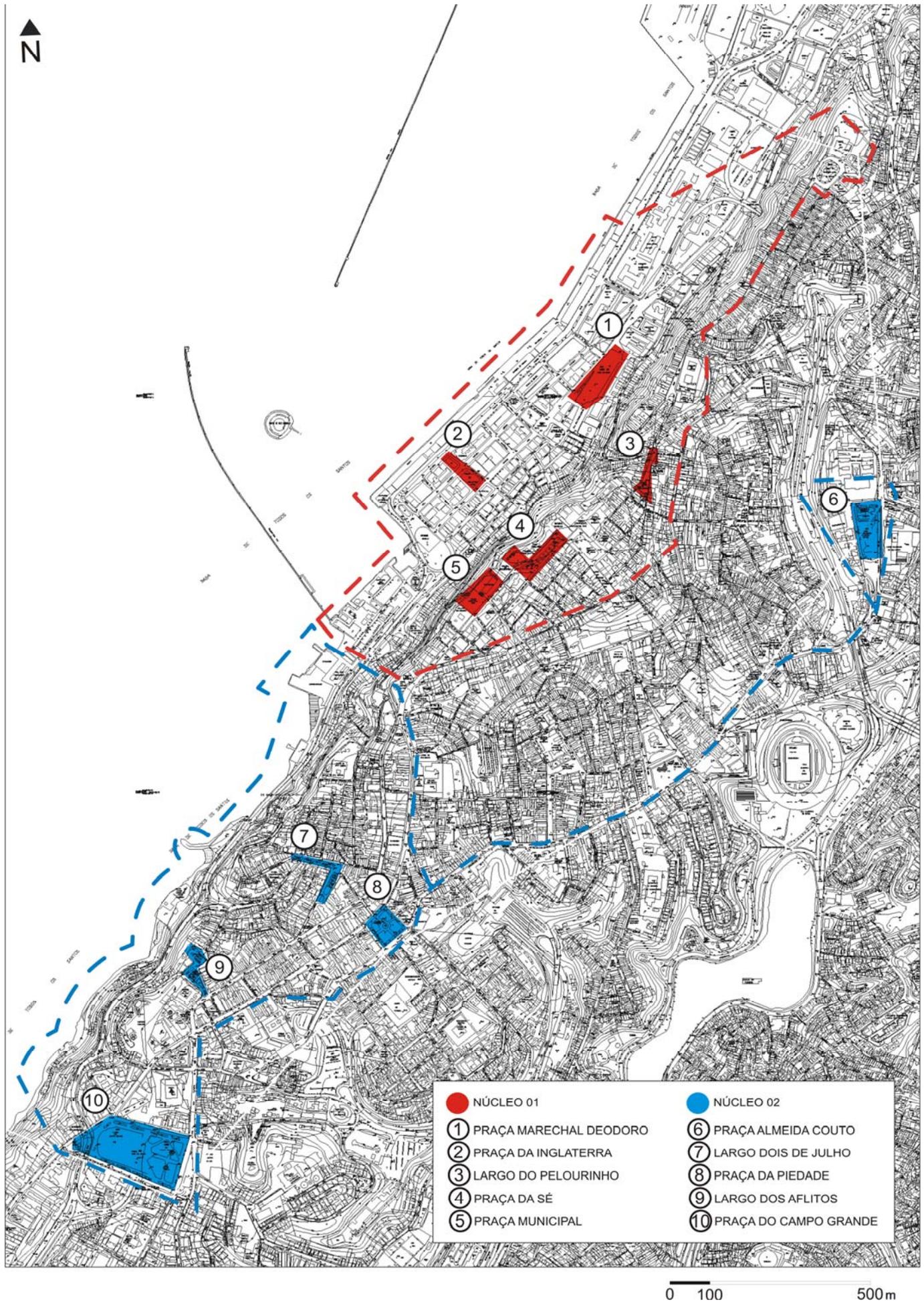
estabelecendo-se o intervalo entre 1980 e 2005. Cabe aqui esclarecer que embora os projetos de revitalização de praças tenham ocorrido em Salvador nos anos 1990, estende-se o período de análise para abarcar ações mais relevantes desde os anos 1980, de forma a possibilitar maiores considerações sobre o projeto do Palácio Tomé Souza, na Praça Municipal, dada a importância da discussão sobre a edificação naquele lugar – praça principal na origem da cidade.

Considerando os critérios de análise que incorporam os processos tipomorfológicos desenvolvidos no capítulo do “Referencial Metodológico” e assumidos como percurso deste trabalho, alia-se à indicação dos espaços os aspectos da constituição do lugar, as referências e relações entre partes, as características do tecido, o tipo de ocupação, evolução e alteração do entorno. Nesse sentido, mostrou-se conveniente estabelecer algum tipo de relação entre os espaços, considerando a proximidade, as semelhanças e diferenças entre eles, na tentativa de evitar a repetição ainda que parcial da análise, diante de um mesmo contexto.

Dando corpo à ideia de análise por organização em núcleos, o primeiro é aqui constituído por aproximações do tecido que resulta da evolução da matriz construída nos séculos XVI e XVII, na Cidade Alta. Incorpora-se a esta seleção o espaço da Cidade Baixa, que até o século XVIII mantinha correspondência direta com as áreas de cumeada, por relação de proximidade. Esse espaço no sopé da encosta se amplia pela sucessão dos aterros efetuados entre o período referido e a primeira metade do século XX e ganha identidade própria como área de comércio, bem diferenciada no seu conjunto, onde se destacam as quadras próximas à encosta, os quarteirões centrais e a área portuária, mais à frente caracterizada.

Constituem esse núcleo: o Largo do Pelourinho, a Praça da Sé, a Praça Municipal, a Praça da Inglaterra, a Praça Marechal Deodoro. Entende-se terem essas áreas origem, desenvolvimento e processos de transformação urbana em momentos e circunstâncias bem diferenciadas, mas apresentando em comum a encosta, elemento fundamental em todo o processo de constituição da cidade central, com fortes referências, como os remanescentes dos sobrados coloniais, o Elevador Lacerda, o Plano Inclinado Gonçalves e do Pilar, dentre outros (fig. 33). São elementos que funcionam como traço de união entre as duas áreas da cidade, e por isso aqui se julgou oportuno desenvolver sua análise em conjunto.

Fig. 33. Delimitação da área de estudo. Núcleo 1 e 2. Fonte F e D.



O segundo núcleo de análise (fig.33) caracteriza-se por área nascida da expansão sul da cidade, a partir do século XVII, cuja ocupação avança com as ordens religiosas, os serviços de defesa militar e as aglomerações residenciais que se instalavam no entorno desses núcleos; área também caracterizada como nobre para uso habitacional durante o século XVIII, mas que somente ganha melhor estruturação a partir do século XIX,¹ com os princípios que postulavam salubridade, higiene e estética.

Essa é uma demanda que emerge para atender a uma nova condição social urbana imposta à cidade, em finais do século XIX, quando se persegue a abertura de acessos amplos e retos que venham a atender tanto à estética quanto ao insolejamento urbano, com a criação de espaços públicos e áreas verdes ornamentais, a exemplo das reformas de Paris e, com maior proximidade, a reforma do Rio de Janeiro. Tais posturas se consolidam com os movimentos republicanos, no intuito de propiciar uma nova condição de vida urbana e avançam nas primeiras décadas do século XX, alterando consideravelmente grande parte da cidade.

Esse segundo núcleo tem como base um espaço que na sua evolução articula cumeadas, criando conexão direta entre a primeira e a segunda linha de colinas e tendo como referência principal a Praça da Piedade. A partir daí se estabelecem articulações com o Largo Dois de Julho, o Largo dos Aflitos e o Largo do Campo Grande; e no sentido norte, na segunda cumeada, a Praça Almeida Couto, que surge em articulações com a ocupação da Saúde, do Desterro e da Palma, analisados mais à frente.

Entre os espaços destacados no primeiro e no segundo agrupamento, outros, de igual importância, não foram contemplados pelas intervenções atuais, o que não invalida considerá-los como referenciais na formação de imagens e na articulação entre os outros. Dentre esses podem ser citados, no primeiro grupo: o Terreiro de Jesus, a Praça Castro Alves, a Praça Cairu. No segundo agrupamento: o Largo do Relógio de São Pedro, o Passeio Público, a Praça da Aclamação e o Campo da Pólvora.²

¹ Com exceção de algumas áreas internas, que de alguma forma funcionam como registros de organizações anteriores, como é o caso da Rua do Sodré.

² O Campo da Pólvora no momento encontra-se em obras no projeto do metrô.

Consideram-se também os pequenos largos que nasceram especializados para a função religiosa ou militar e que na evolução da cidade foram se transformando. São espaços de fundamental importância para a vida pública da cidade colônia e do Império. Hoje, muitos estão já desaparecidos ou configurados como pontos de transporte coletivo, ônibus ou táxi, ou ainda quase sem função em frente às igrejas, considerando a redução e a simplificação das celebrações religiosas em áreas externas, no mundo moderno e contemporâneo.

No sentido das políticas públicas, entende-se que as intervenções nos espaços públicos deveriam, por princípio, constituir processos democráticos,³ respaldados por ampla discussão que leve ao estabelecimento de critérios precisos e à redefinição do instrumento do concurso público.⁴ A prática do concurso público, por princípio, permite a participação ampla em igualdade de condições e a possibilidade de descoberta de novos potenciais, principalmente profissionais recém ingressos na carreira. Na realidade, os concursos públicos não têm sido frequentes e nas recentes intervenções de praças em Salvador, somente foram instaurados concursos públicos para a Praça Cairu (2001) e para o Largo Dois de Julho (2001/2002).

No que diz respeito aos resultados dos dois últimos processos democráticos tem-se no primeiro, como vencedor, o Arquiteto Luís Antônio de Souza e equipe, mas o projeto foi engavetado por ser considerado pela administração pública municipal “não exequível” por questões de custo (PMS/Seplan); no segundo concurso obteve o primeiro lugar a equipe coordenada pelos Arquitetos Sérgio Sá de Carvalho e Sean Patrick Bradley. O projeto foi apenas parcialmente executado e o processo caminha vagorosamente, sem indicar perspectivas de conclusão. O resultado efetivo é um espaço desarrumado, sem identidade com o lugar. Esse espaço será considerado na sequência de análise.

Os projetos de intervenção nas praças soteropolitanas foram veiculados por contrato à arquitetos atuantes no mercado de Salvador, ou em alguns casos por

³ Algumas iniciativas isoladas acontecem, mas se constituem em etapas estanques, sem capacidade efetiva de decisão. Visto o processo de consulta desenvolvido no Largo do Campo Grande e o programa de “Adoção de uma Praça”, que inclui financiamento e manutenção de um espaço público sob fiscalização da Seplan, com direito apenas aos créditos correspondentes, afixados em totem. “Na atualidade encontra-se em processo de construção a praça no loteamento Itaigara, beneficiada pelo grupo G Barbosa”. Depoimento do Secretário Municipal de Salvador: Arquiteto Itamar Batista, em 30/06/2006.

⁴ Considerando que os últimos concursos acontecidos em Salvador trouxeram predominantemente objetivos de promoção política, não apresentando com precisão critérios gerais de intervenção, como os que, dentre tantos, se poderia citar: relação com o patrimônio cultural e ambiental, viabilidade construtiva e custos de construção.

elaboração interna da equipe técnica dos profissionais da PMS/FMLF, resultando nos trabalhos aqui sob consideração e análise.

Para estudo dos espaços selecionados foram utilizadas as referências desenvolvidas no segundo capítulo desse trabalho, ou seja, os princípios da análise tipomorfológica para a consideração dos elementos estruturantes do espaço, desde as definições de caráter do sítio, na sua origem e na sua ocupação inicial, nas principais alterações e no contexto atual. Consideram-se o tecido, os vetores de expansão, os limites, os pontos de confluência e as conexões com o sistema urbano, assim como os usos adquiridos e a organização do lugar em que planos, superfícies e volumes constituem formas assumidas por definições hierárquicas e marcos de referência.

3.2. UNIDADES DE ANÁLISE – PRIMEIRO NÚCLEO.

Este núcleo é constituído por área da cidade central que inclui predominantemente espaços de preservação rigorosa e com menor incidência, áreas classificadas como contíguas. Essa nomenclatura corresponde às delimitações estabelecidas pela lei nº 3289/83⁵ (fig.34).

Todo o trecho constitui uma malha diversificada que inclui o parcelamento formal regular, os grandes volumes que ocupam toda a quadra na Praça Municipal, a Santa Casa de Misericórdia, o Terreiro de Jesus, os conjuntos de São Francisco, Carmo e Santo Antônio e as edificações com alturas e frentes em dimensões variadas (entre 5 e 20m) por força da incorporação de lotes, tendo maior dimensão nas esquinas (fig.33). Esses exemplares são encontrados nas ruas: Chile, Misericórdia, da Ajuda, José Gonçalves e Ladeira da Praça. O trecho também inclui volumes reduzidos, em parcelamento estreito e comprido ocupado por casas térreas e sobrados, nos espaços do Pelourinho, Carmo, Santo Antônio, nas quadras internas no sentido leste do núcleo, na Rua Rui Barbosa, nas transversais entre a Sé e o Terreiro de Jesus e nas ladeiras que articulam os dois níveis de cidade.

⁵ Conceituação que vem do Plandurb, estabelecida pela Lei de Uso do Solo e incorporada pelo Sphan: define sobre o acervo arquitetônico tombado, das Áreas de Proteção Cultural e Paisagística que se subdividem em Áreas de Proteção Rigorosa e Área de Proteção Contígua às de Proteção Rigorosa e estabelece as competências e restrições de uso e ocupação, e das demolições. Lei municipal que vigora simultânea a Lei 2403/72.

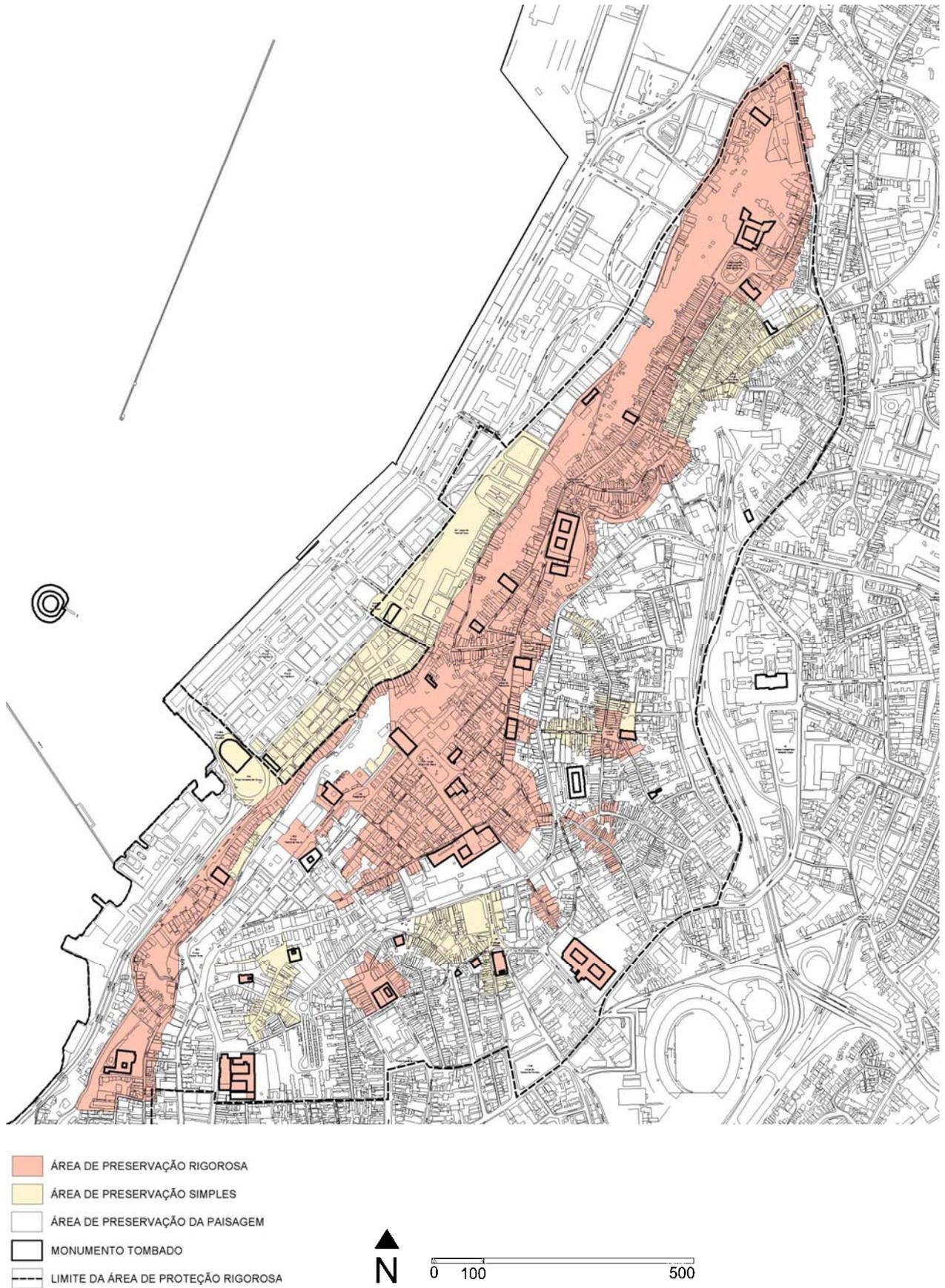


Fig.34. Lei 3289/83 - Planta Nº 3 (PMS / Seplan / FMLF / Gerin). Áreas de Proteção Cultural e Paisagística da Salvador (2000), base cartográfica 1992.

Do conjunto acima referido, as ruas Chile, Misericórdia e da Ajuda foram redimensionadas após as reformas Seabra e ampliaram as anteriores dimensões (de 5 e 7m, para 9 e 17m) (fig. 12 fl.90), dimensões essas que passam a ser oficiais a partir da Lei 1146/26 que define a largura das vias em função da altura das edificações e os recuos mínimos em função das características funcionais da via.

A relação acima referida mostra-se condizente com os sobrados de dois a quatro pavimentos do mesmo período, hoje alterados e substituídos por edificações de oito a doze pavimentos. Observa-se ainda, na grande maioria dos edifícios comerciais localizados na ruas Chile e José Gonçalves, Avenida Sete de Setembro, Largo Dois de Julho dentre outros, a existência de uma tipologia representada por galerias sob pilotis – tipologia de edificação comercial implantada em Salvador a partir do Epucs e que se mantém até a Lei 2403/72. As galerias públicas dos edifícios foram recurso amplamente adotado em várias cidades do mundo com objetivo de estabelecer, pelo recuo do pavimento térreo de acesso da edificação, um espaço facilitador da circulação de pedestres, de forma protegida das intempéries, ao tempo em que pretendiam atribuir melhor aparência à via (fig.35 a).



Figura 35a. Edifício sobre galerias na Praça da Sé e no Largo Dois de Julho, fonte D.

Ainda se encontra referência do parcelamento ocupado por sobrados estreitos, com resquícios do colonial brasileiro⁶, no sopé da Montanha e em parte da segunda quadra, sobre o aterro dos séculos XVII e XVIII, na área da Cidade Baixa (fig. 35 b). Alinhados na rua estreita, esses sobrados mostram-se hoje bastante alterados e

⁶ O sobrado colonial brasileiro, unidade habitacional das elites no período da colônia e do império que, se materializou por hierarquização social. Constituiu-se por habitação elevada, marcada por andar térreo destinado a atendimento público e aos cativos, e um ou mais andares superiores para a família patriarcal. Apresentavam nas suas variações espaços de porões, subsolos e quintais destinados a serviços e atividades de oficinas e equivalentes.

misturados a tipologias diversificadas e à arquitetura popular normalmente existente na meia encosta e nas ladeiras de conexão entre os dois níveis da cidade. Parte dessa área tem gabarito limitado a seis pavimentos, conforme mapeamento da legislação (fig. 36).

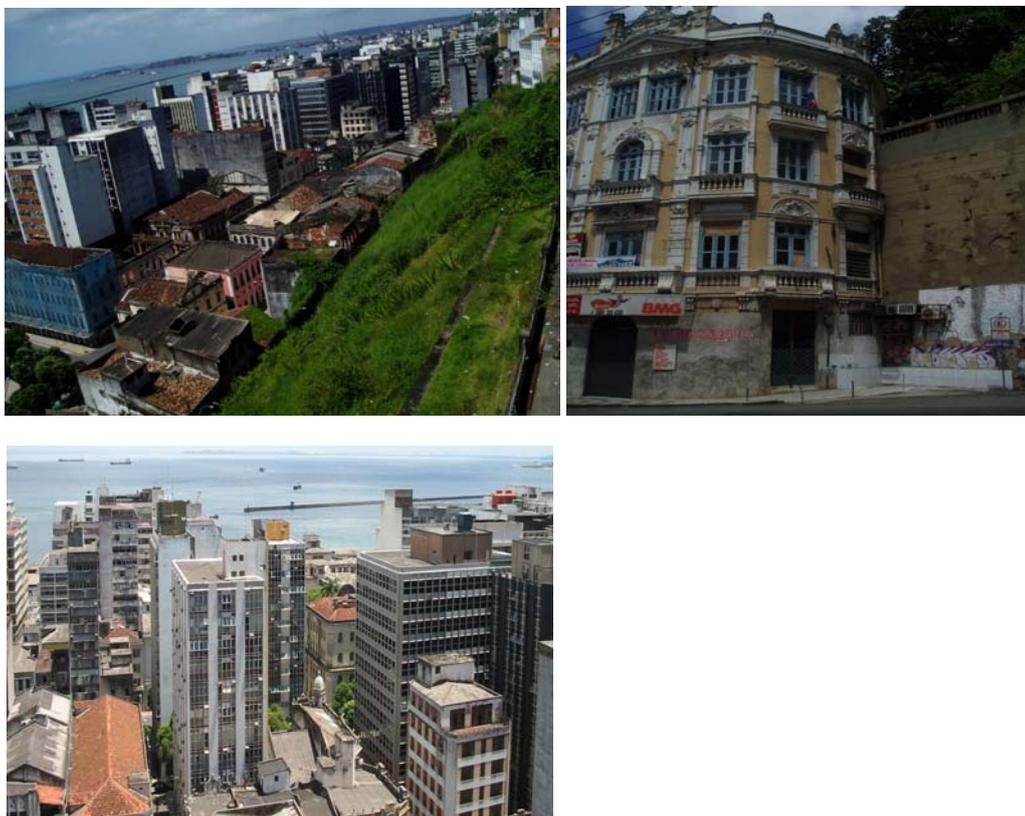
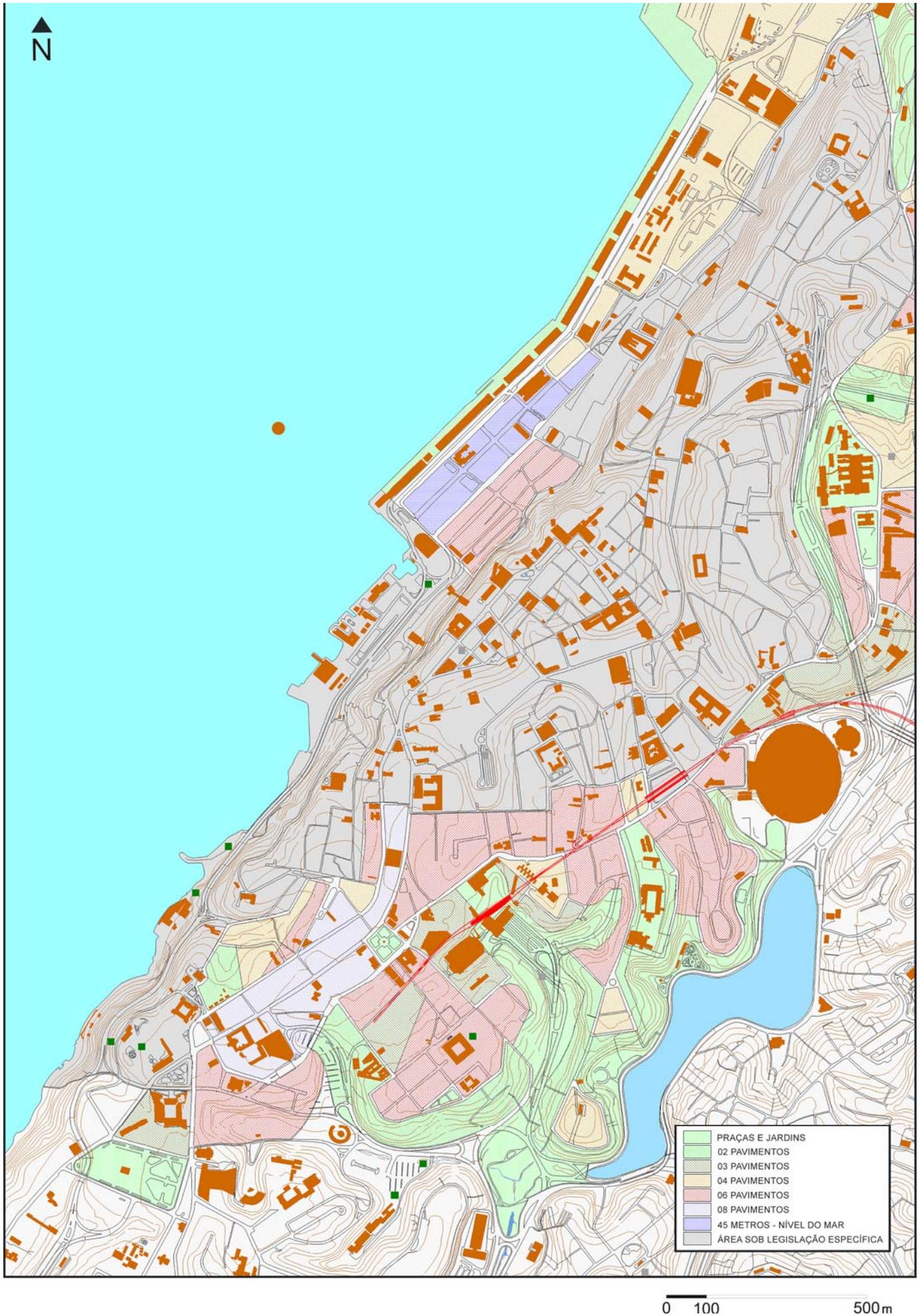


Fig. 35b. Sobrados no sopé da Montanha e ao lado grandes edifícios (cota 45m ao nível do mar), em quadras sobre área de aterro, fonte D.

Nas diferenças dentro da área assinalada pode-se ainda referir o parcelamento geométrico regular dos grandes lotes sobre a área aterrada na Cidade Baixa, a partir da sua terceira quadra (fig. 33 e 36), onde os blocos construídos, de início, guardavam uma unidade tipológica e entre estilos: ecléticos, neogóticos típicos do século XIX até a primeira metade do XX (Ipac, 1984) para, em seguida, serem substituídos por grandes edifícios em forma predominantemente prismática, onde muitas vezes o acesso se faz por galerias, abrigando usos comerciais, institucionais e públicos. Entre a Rua Miguel Calmon e a Avenida da França o gabarito fica limitado à 45m, o que corresponde aproximadamente a dois terços da altura da falésia, como medida necessária para assegurar o visual da encosta para a baía e desta para o frontispício da cidade (fig. 35 b e 36).

Fig. 36. Mapeamento de gabaritos da área de estudo. Fonte F.



Os sobrados de toda a área ainda se caracterizam como fronteiros ao lote, alinhados entre si, tendo, por vezes, espaços para negócio no seu andar térreo, subsolos e intermediários (fig. 35b e 37a), característicos dos séculos XVIII e XIX.¹ Esse tipo de edificação é principalmente encontrado na área do Pelourinho, Santo Antônio, Rua São Francisco, praças Padre Anchieta (Cruzeiro de São Francisco) e 15 de Novembro (Terreiro de Jesus), dentre outras. Têm destaque os solares do Saldanha² e do Ferrão³, no Pelourinho, pela sofisticada arquitetura representativa do século XVIII.



Fig.37a.Solar do Saldanha – Liceu

de Artes, (2005), fonte D.

A regularidade tipológica do Pelourinho encontra similaridade com a legislação que determinava as relações tipomorfológicas nos espaços da cidade portuguesa, em específico em Lisboa, e que foram assimiladas pelos padrões de urbanização do Brasil colonial.⁴ Tinha-se como definição ruas com larguras de 15, 25, e 30 palmos (o que corresponde a larguras de 3,30m, 5,50m e 6,60m). Esses parâmetros, indicados através das Posturas da Câmara da Cidade da Bahia,

¹ Sótão: elemento de origem medieval constitui-se de forma transversal ao eixo principal da construção, recuado, nem sempre à vista por visão frontal à fachada. Solução muitas vezes adotada em edificações residenciais, consideradas nobres. (Ipac, 1984, p. 202).

² Edifício da primeira metade do século XVIII, constituído por portada monumental em arenito com alegorias exuberantes relacionadas ao barroco hispânico, desenvolvido entre a soleira e a cornija, envolvendo a entrada e janela de púlpito superior. Saguão com arcos, capelas e salões dentre outros espaços constituíam a edificação. (Ipac, p.223).

³ Edifício em três pavimentos ao nível da rua e seis na sua parte traseira; além do porão, indica a fusão de dois outros pela composição de portas deslocadas do centro da edificação e pela fixação de brasões e datas diferentes, entre si: 1690 e 1701. A sua planta cadastral apresenta usos como: oficinas em geral, sapataria, depósito, cantina, cozinha, sanitários, saguão, sala de aula, biblioteca, tesouraria, salão nobre, salão, terraço salas, quartos, e circulações em geral. (Ipac, 1984, p. 219).

⁴ Referência apresentada por Carita e Carita faz comparativo entre espaços de ruas de Lisboa e de cidades portuguesas em geral, com ênfase no Brasil e em Salvador.

apontavam relações de proporção entre os espaços e suas edificações, definidas de acordo com critérios de hierarquia. As medidas de 15 e 25 palmos claramente podem ser lidas nas ruas do Pelourinho (fig. 33).⁵



Fig.37b.Solar do Ferrão e regularidade tipológica do Pelourinho, (2005), fonte D.

A área do Comércio de Salvador também já constituiu o que pode ser chamado lugar de edifícios de arquitetura notável, por terem sido criteriosamente projetados. Construídos a partir de meados do século XVIII, deram origem a um conjunto harmônico que trazia também a função de portal da cidade.⁶ Dentro de um quadro político que Reis Filho (2000, p.67) atribui a ideias iluministas, as políticas urbanas incluíam a padronização de fachadas para criar semelhanças com as cidades portuguesas. As edificações deveriam ter a mesma altura, portas, janelas e arremates de telhado sempre alinhados (fig. 37b), de forma a produzir uma aparência de conjunto, mesmo que construídas em momentos diferentes⁷.

O conjunto monumental da Cidade Baixa representa a afirmação da burguesia comercial que consolida uma tipomorfologia da arquitetura / lugar, com fortes vínculos dos negócios empresariais nas edificações da Alfândega, na Associação Comercial da Bahia, nos escritórios de empresas e agências bancárias que

⁵ A arquitetura intitulada do ygal, ainda proveniente do período manuelino, não estabelecia uma cópia, mas uma série de referências que definiam um padrão construtivo flexível trabalhando em proporcionalidade ajustável ao contexto. (SIMTH, 1997).

⁶ Considerando a predominância dos meios marítimos para transportes na época.

⁷ Fato que alimenta a constituição de posturas regulamentadas por lei municipal, mais à frente no corpo da Lei nº 1146/1926. (GARZEDIN, 2004, p. 178).

constroem suas sedes nas áreas de aterro que aos poucos vão sendo integradas ao solo urbano. Todo esse conjunto foi alterado na primeira metade do século XX.

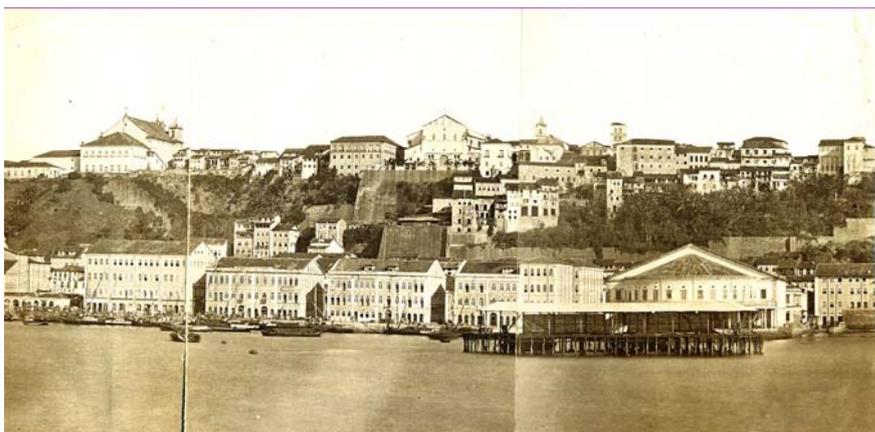


Fig. 38. Edificações na área do Comércio, séc XIX / XX. Fonte N e X, respectivamente.

Na linha das características espaciais estabelecidas na área do Comércio da Cidade Baixa, pode-se entender a composição espacial criada com a construção do porto de grande calado e seus armazéns, como estrutura necessária para atender à exportação de produtos da região e ao grande comércio; e as rampas, como espaços para a navegação de pequenas embarcações e saveiros, tão importantes na comercialização de produtos entre as ilhas, as áreas do Recôncavo e Salvador. Cada um desses espaços pode ser lido através de sua tipomorfologia, compondo de forma específica a paisagem do porto de Salvador.

A sequência dos espaços públicos constituídos pelas praças Cairu, Inglaterra, Conde dos Arcos, Riachuelo/Comércio, Marechal Deodoro e área de São Joaquim, mostra a lógica urbanística da Cidade Baixa na construção da sua área comercial, cada um desses espaços trazendo um modelo espacial que assegura sua identidade na constituição da paisagem. A área é configurada pela aglutinação de empresas,⁸ comércio e serviços de abastecimento e cada uso agrega ao conjunto a sua forma específica, caracterizada pela incorporação do suporte necessário ao seu funcionamento. A referência inclui desde aspectos do parcelamento até a dinâmica produzida pelos usos.

Na atualidade, com a política do governo de re-ocupação das antigas áreas centrais, estão sendo transferidas para o Comércio atividades de caráter público e ação cultural. Podem ser citados como exemplo a Faculdade da Cidade, a de São Salvador, D. Pedro II e a Ucsal; edifícios de empresas e bancos, como: Safra, Aymoré, Bicbanco, Santander; além de órgãos públicos e empreendimentos residenciais. Esse é um projeto que se desenvolve em parceria entre a Prefeitura, o Governo do Estado, a Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba) e a Associação Comercial da Bahia.

No contexto das transformações ocorridas na área central de Salvador, o Terreiro de Jesus, embora não tenha sido alvo de proposta diretamente relacionada a seu espaço, sofre intervenções físicas indiretas trazidas pela adaptação de ruas e imóveis com vistas aos investimentos turísticos da cidade, o que altera a dinâmica do espaço. Este passa a ter um uso diverso daquele que perdurou por quatro séculos, atrelando-se, no momento, aos circuitos que constroem a imagem da praça como “comércio varejista de cidade turística” (SANTOS, 1991). Inverte-se, portanto, o seu caráter. Da função religiosa permanecem apenas os ritos formais impostos pela presença da Catedral e a associação ao programa dominical mínimo das igrejas do entorno, com celebrações muito específicas.

Por força da presença da Igreja e Santa Casa de Misericórdia, do Palácio Episcopal, da Catedral e do Memorial de Medicina, a parte alta que segue até o Largo de Santo Antônio mantém a mesma relação de gabarito de altura com a encosta e o entorno, assegurando a composição do frontispício desenhado desde a

⁸ As empresas marcaram ao longo do tempo a sua maior concentração na área que vai da Praça Cairu à Associação Comercial da Bahia, pela vinculação dos negócios ao porto, sendo a navegação o único meio de transporte entre as grandes metrópoles.

baía, com espaços mais amplos na parte baixa – os seus largos e praças. O mesmo se mantém para o sentido norte da área central, por ser área regida por legislação de preservação rigorosa, o que dificulta processos de especulação pelo setor imobiliário. Em face disso, ainda é possível desfrutar da deslumbrante paisagem formada pelo frontispício da cidade (fig. 36, 37b e 38).

Da mesma forma, a ocupação próxima da encosta no sentido norte, embora bastante alterada, ainda consegue manter a sua estrutura, com casas populares e galpões comerciais situados no entorno da Ladeira do Pilar. Assim também acontece na área de cumeada, na Rua Direita de Santo Antônio onde, por força da legislação restritiva, os interesses especulativos ainda não conseguiram substituir o casario característico do século XIX e da primeira metade do XX, preservando o frontispício do lado norte da cidade. A forma nesse lado caracteriza-se mais pela volumetria delineada e pela sequência das fachadas que se colocam no limite fronteiro à rua, do que pelos traços arquitetônicos remanescentes ou adquiridos nas alterações efetuadas ao longo do tempo.



Figura 39. Vista das edificações ainda contidas por limite de gabarito de altura (legislação) na encosta do Santo Antônio, desde o Mercado do Ouro, (2005), fonte D.

Em pleno vigor, encontra-se em implantação um plano de ações que tem como meta a transformação da área do Comércio. Iniciado por instalação de infraestrutura e ocupação de imóveis existentes, apresenta previsão de maiores investimentos para 2007-2008, como a transformação de armazéns da Codeba em espaços para *shows*, hotéis, cinemas, restaurantes, centro de convenções e

quadras esportivas, proposta essa que usa como referência os megaprojetos desenvolvidos em cidades europeias, como Lisboa, Porto, Barcelona, dentre outras.⁹ Enquanto os órgãos do governo estimulam a elitização de investimentos privados ligados à educação e à cultura, a área apresenta no seu entorno, principalmente mais próximo à encosta, muitos trechos em estado de degradação.

Percebe-se que as propostas de revitalização da área são pontuais e se dirigem para equipamentos localizados na linha de borda da baía e para espaços mais amplos como praças, mercados, galpões e terminais. No entanto, sem preocupação de conjunto, não apresentam uma visão mais abrangente da área de intervenção nas questões estruturais e na sua construção e conservação paisagística.

Assim, a lógica entre os elementos que compõem a cidade e os seus habitantes é subvertida. Entende-se que esses objetos surgem para atender a seus habitantes; no entanto, atuam no contexto em sentido contrário por funcionar voltados para questões de consumo, em que os objetos se multiplicam e submetem à sua lógica os habitantes. A cidade passa assim a uma nova tipologia de comércio, ampliada e complexa, como atividade central. “A fragmentação do centro é paralela ao apagamento de uma conviviabilidade direta antes existente na cidade” (SANTOS, 1995, p.17).

Considera-se fundamental a implantação de políticas de investimento para a área central, tendo em vista a recuperação da vida e do dinamismo perdido nos processos de esvaziamento sofridos durante os anos 70 e 80 do século passado. No entanto, apresentam-se preocupantes as questões que dizem respeito à capacidade de suporte que essas áreas centrais apresentam, tanto com relação à infraestrutura para tais investimentos como relativamente a aspectos de manutenção e preservação da sua identidade, ou dos elementos responsáveis pela produção da sua imagem enquanto patrimônio paisagístico da cidade.¹⁰

⁹ Entrevista em 10/08/2005. Jornal À TARDE, Caderno Cidade, Projeto de Lazer e Cultura no Porto, pelo Senhor Marcos Cidreira, Diretor do Escritório de Revitalização do Comércio.

¹⁰ Trata-se da leitura de uma imagem que ainda pode ser feita, quando parte de encosta encontra-se à vista, compondo um frontispício muito peculiar de Salvador: o seu primeiro andar na cota baixa (o aterro); o seu andar intermediário com ladeiras, edificações e encosta verde; e o seu terceiro andar, na cota mais alta da cidade. Todo um conjunto edificado de alguma forma reproduz os acidentes topográficos que constituem a cidade, que em grande parte vem sendo perdido com os processos de verticalização.

3. 2. 1. Praça Thomé de Souza / Municipal.

a. Caracterização do espaço.

Praça caracterizada ao longo do tempo como sede do poder (estadual, municipal e judiciário), na sequência, constituiu-se também como mirante e espaço de lazer das elites¹¹ entre o século XIX e os anos 1960, aspectos já destacados nos antecedentes históricos da cidade, no segundo capítulo. A área funcionou ainda como articulação entre espaços comerciais, por longo tempo de alto luxo, pela sua conexão com as ruas da Misericórdia, Chile e transversais no sentido da Rua da Ajuda.

No entanto, o deslocamento da função administrativa do Governo do Estado para o CAB – Centro Administrativo da Bahia, na Avenida Paralela –, assim como do ponto de negócios do centro da cidade para a área do Iguatemi e de outros *shopping centers* que se espalham pela cidade, gerou drástica redução de uso, alterando consideravelmente a dinâmica do centro urbano, palco de atividades e de compras requintadas, por muitas décadas.

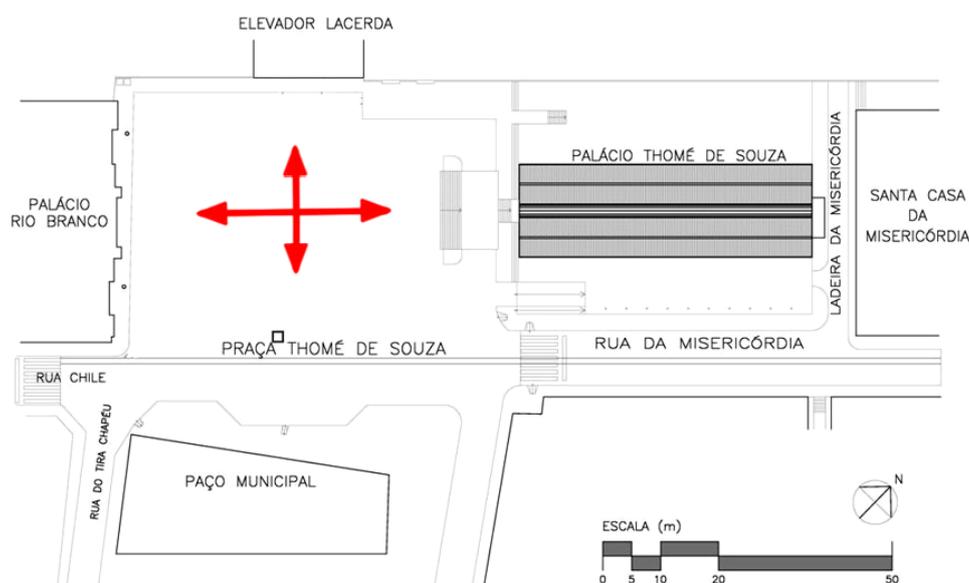


Fig.40 a) Planta de Situação da Praça Municipal.

Espacialmente, a praça mantém uma relação de proporcionalidade desde as suas origens, sofrendo pequenos ajustes ao longo do tempo que deixam maior ou

¹¹ Pode-se referir como ponto de lazer das elites a sorveteria Cubana.

menor o seu espaço livre, com a incorporação total das quadras que abrigam as edificações do entorno, a Câmara e o Palácio Rio Branco, além das sistemáticas substituições no seu lado norte e, inicialmente, também sobre a escarpa. A figura 39 mostra as transformações ocorridas.

Caracteriza-se então a praça como espaço de manifestações públicas e populares acontecidas ao longo da história da cidade. Na atualidade, a configuração da Praça Municipal é resultado da matriz que chega aos anos 1980, acrescida das últimas intervenções que ocorreram nesse período sobre o estacionamento subterrâneo, com a implantação de uma edificação em estrutura metálica de caráter provisório, para sede da Prefeitura Municipal.¹² Ao espaço somam-se ainda os acréscimos resultantes do estacionamento utilizado durante décadas na área central da praça, recentemente retirado.

A nova Prefeitura, denominada Palácio Tomé de Souza, é projeto do Arquiteto João Filgueiras Lima, o Lelé, como é mais conhecido. Objeto de acirrada controvérsia, tem estabelecido a partir de então certa inquietação a respeito da organização da praça e a respeito da pertinência da sua permanência no espaço, considerado o propósito inicial de instalação provisória e emergencial. É objeto mais à frente discutido.



Fig.40 b). Ortofoto de trecho da Praça Municipal e arredores (2002). Fonte K.

Praça de formato aproximadamente retangular, medindo em torno de 48x70m, (fig.40), é pavimentada com paralelepípedos em dois tons que desenham uma rosácea. Constituem os limites da praça: os edifícios da Casa de Câmara Municipal,

¹² Mesmo considerando a importância da sede da PMS e a dinâmica produzida pela ação cotidiana, sabe-se que ainda assim não seria suficiente a substituição entre edifícios para devolver a dinâmica de uma praça civil no porte da Municipal.

o antigo Palácio do Governo, hoje Instituto Pedro Calmon e Memorial dos Governadores, o Elevador Lacerda e a balaustrada limite do altiplano, o Palácio Tomé de Sousa e os edifícios nas esquinas entre a Ladeira da Praça e a Rua da Misericórdia e as ruas Chile e do Tira Chapéu. Ao fundo, no sentido norte, fecha o espaço a lateral da Santa Casa de Misericórdia; para o oeste domina a visual para a Baía de Todos-os-Santos.

É espaço de contrastes produzidos por edifícios de períodos diversos, desde a Câmara, dos seiscentos, ao mais atual – a nova Prefeitura –, estando claramente demarcadas as distâncias tipológicas arquitetônicas entre o edifício de arquitetura de características medievo português, e tradição romano-mulçumano da Câmara Municipal (Ipac,1984), ao modernista, sobre pilotis e transparente, dos anos 1980. Também claramente contrastam as visuais entre elementos naturais, nos limites amplos e fluidos da baía, e o construído, no entorno visual da Cidade Baixa e na relação local produzida pelo pano de fundo da Santa Casa e das edificações que, de alguma forma, mantêm uma relação de proximidade.

Dentre as articulações aí existentes, além daquela tradicional feita pela linha de cumeada, pelos serviços de transporte vertical do Elevador Lacerda e do Plano Inclinado Gonçalves, e pelas antigas ladeiras entre os dois níveis da cidade, registra-se como fundamental a conexão com a Ladeira da Praça, como acesso à Baixa dos Sapateiros e articulação com os bairros da segunda cumeada, a estação do Aquidabã e o Vale de Nazaré, que levam às avenidas de vale hoje estruturantes do fluxo viário da cidade.

b. Análise tipomorfológica – arquitetura de entorno e suas relações.

Os edifícios que compõem a arquitetura da praça, estudados na sua evolução, apresentam relação direta entre a sua tipologia arquitetônica, os seus elementos de fachada e as funções que exerceram durante muitos séculos, caracteres esses sistematicamente alterados em relação à sua concepção inicial. A Câmara Municipal ainda mantém a arquitetura da fachada em aparência própria dos seiscentos, com grande massa edificada caracterizada por marcação vertical que define desde o pavimento inferior à sua torre, encoberta por meia laranja. Apresenta

galerias sob arcadas abertas para a praça, através de escadaria (fig.41). Destacam-se no pavimento superior as janelas em púlpito, contornadas por molduras (Ipac,1984, p.159-160), cujo conjunto também estabelece uma tênue marcação horizontal na fachada.

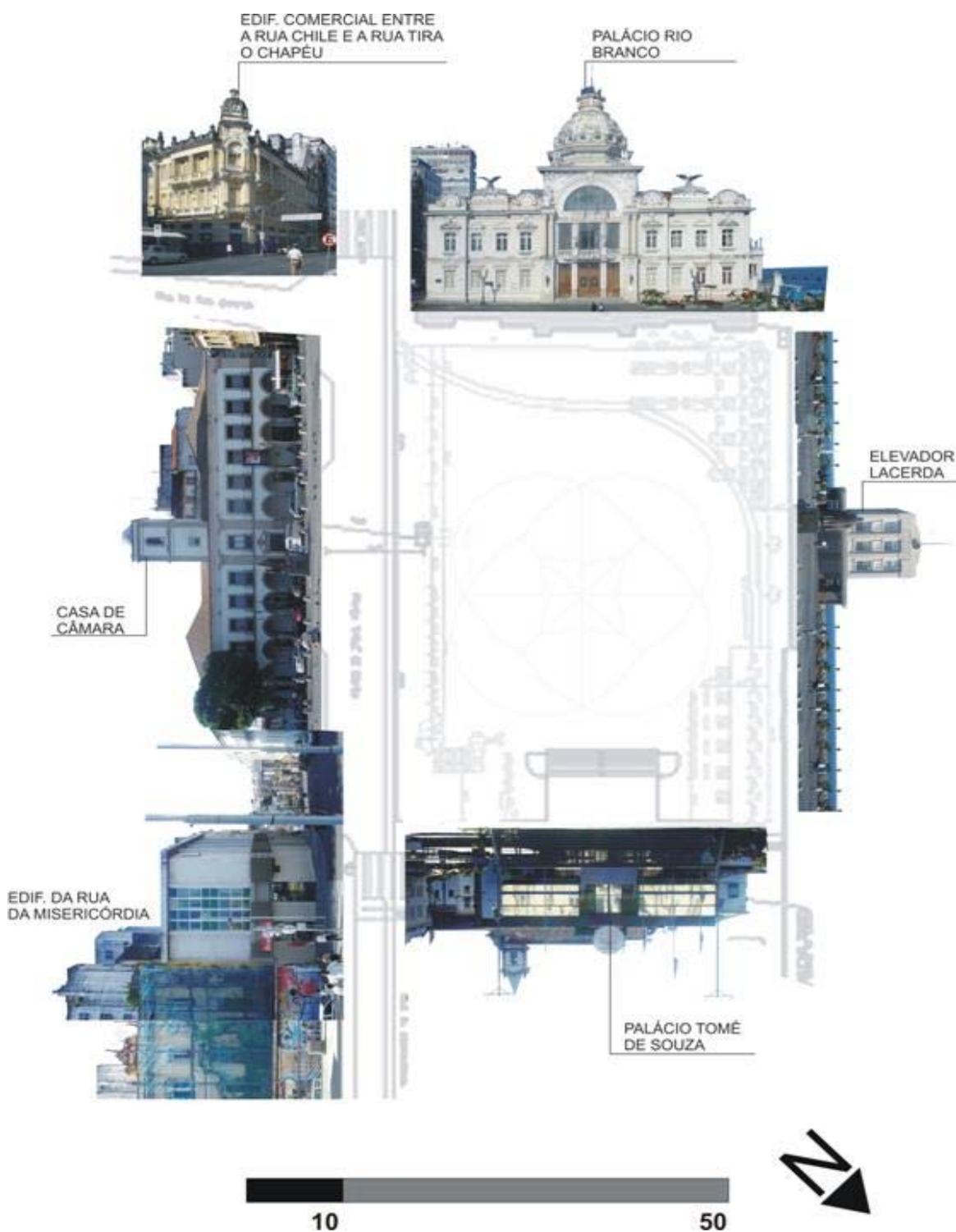


Fig nº. 41. Praça Municipal: Casa de Câmara e Cadeia, Memorial dos Governadores, Palácio Tomé de Souza e Elevador Lacerda (2006). Fonte C, D e I.

O diálogo percebido entre o edifício da Câmara e o Palácio Rio Branco, que abriga o Memorial dos Governadores e a Fundação Pedro Calmon, situa-se em relação à imponência da volumetria arquitetônica característica dos edifícios públicos administrativos da época (fig.41 e 42b e c), embora o antigo palácio tenha perdido muito da sua relação com a história pela renovação sistemática da sua arquitetura cuja última reconstrução, em 1919, deu origem à edificação eclética existente ainda hoje.

O Palácio Rio Branco constitui volume que ocupa todo o quarteirão. Excessivamente adornado e em estilo eclético, tem a sua fachada definida pela marcação de dois pavimentos onde se desenvolvem as janelas em seção retangular coroadas por moldura em arco (fig. 41). No pavimento superior, algumas delas se apresentam em púlpito. A portada é destacada por moldura que se desenvolve em plano avançado, desde a soleira de entrada até a cornija, com inscrição de placas comemorativas sobre a pedra de revestimento. Esse conjunto, no pavimento superior, divide-se em duas colunas coroadas por esculturas, encerrando as laterais dos vitrais e o púlpito superior. Apresenta cornija fartamente decorada e coroamento do vão central, por cúpula.

Considerando a composição estética da fachada do Palácio Rio Branco, percebe-se uma relação bem próxima entre este e o edifício localizado na esquina entre as ruas Chile e do Tira Chapéu, pela similaridade entre os adornos de fachada, as aberturas e o tipo das esquadrias, o coroamento superior e as cúpulas, dentre outros, naturalmente resguardadas as respectivas proporções (fig. 41).

O Elevador Lacerda, construção existente desde finais do século XIX, estabelece a interligação entre os dois níveis que assinalam a cidade colonial desde os primeiros momentos. Constitui ousado engenho construtivo que desenvolve a articulação mediante planos verticais afastados por uma distância aproximada de 70m, compondo duas torres conectadas por corredores, nas duas cotas de acesso ao público (fig.41). O edifício recebe acréscimos volumétricos na parte superior para novas instalações administrativas e, mais recentemente, outras alterações formais acontecem no conjunto, desde a substituição do revestimento à adição de elementos nas suas fachadas através de recuos e adornos. É recente a variação cromática produzida pela tecnologia na área de iluminação (PMS/FMLF).

O acesso ao equipamento de transporte vertical ao nível da praça é feito através de entrada dotada de marquise, como elemento de proteção contra intempéries, característica do período da sua construção (fig. 41). Lanchonete, bilheteria e pequenos serviços compõem um conjunto de proporções reduzidas, ao nível da praça, não oferecendo grande impedimento visual ao mirante formado pela balaustrada. De planta aproximadamente quadrada, o edifício do elevador compõe um prisma marcado por molduras definidas verticalmente pelos elementos das esquadrias que se organizam nas fachadas.



Fig. 42 a) Vista da Santa Casa de Misericórdia desde o

Palácio Tomé de Souza, fonte D.



(b)



(c).

Fig. 42.b) edifício da Câmara Municipal do Salvador e c) Santa Casa de Misericórdia. Fonte D.

Atualmente, na lateral direita da praça, a Santa Casa de Misericórdia se encontra à vista, como pano de fundo (fig.42a). Constitui nobre edifício também de origem seiscentista que, mesmo em segundo plano, é aquele que mais dialoga com

a Casa de Câmara (fig.42b e c) por sua organização clássica, sóbria, com torre central, elementos de marcação da fachada, cornija, moldura nas esquadrias com sacada em púlpito e mesmo tipo de gradil, naturalmente guardando suas especificidades funcionais.

Ao norte, a sistemática recomposição do perímetro do espaço leva a entender uma tendência de renovação deste lado, em acordo às referências do mundo contemporâneo, haja vista a pouca permanência das edificações aí implantadas. Senão vejamos: a primeira Alfândega, a Casa da Moeda, residências, a Biblioteca e a Imprensa, o jardim sobre o estacionamento, e o Palácio Tomé de Sousa. E ainda perdura a polêmica do que virá depois deste último equipamento.

Faz-se aqui uma referência aos edifícios da Biblioteca e da Imprensa Pública (fig.16, p.97), demolidos, já estudados no capítulo que trata dos antecedentes históricos das praças e largos de Salvador. Esses edifícios traziam uma relação muito próxima com a volumetria edificada no contorno da praça, além de assegurar a relação de uso público, como todas as outras edificações existentes. Por isso, até hoje são utilizados como referência para a análise do espaço.

O Palácio Tomé de Souza é, efetivamente, a primeira edificação construída para sede do governo municipal em Salvador. Surge no local e no momento em que saíam a Imprensa, a Biblioteca, a sede do governo estadual e o municipal, tendo-se constituído um vazio que pode ser classificado conforme Santos Neto (1991, p.121-122), como vazio cívico. Na lacuna criada, a busca em retomar o sentido do espaço e a sua recomposição associa-se à necessidade de um edifício para a Prefeitura. Tais fatos, articulados, fortalecem a decisão de retorno à função primitiva do espaço, como praça administrativa.

O Palácio Tomé de Souza tem dupla participação nessa exposição: como arquitetura de entorno e como objeto maior entre as últimas intervenções ocorridas na Praça (fig. 41, 42a, 43a e b). Projetado pelo Arquiteto João Filgueiras Lima (Lelé) e construído em 1986 no lado norte da praça, sobre o estacionamento subterrâneo acima referido, traz como objetivo a retomada dos espaços da cidade central pelo poder público, com a re-apropriação da praça para sede da administração municipal (PMS/FMLF).



lateral (2005). Fonte D.

Fig.43 a). Palácio Tomé de Souza, vista



de Souza, vista lateral (2005). Fonte D.

Fig.43 b). Palácio Tomé

Projeto de características modernas, trabalha elementos de pré-fabricação, usando a transparência nas divisórias de vidro como forma de permitir as visuais da baía. Tem configuração prismática, com maior dimensão longitudinal e escadarias que, de forma monumental, se projetam sobre a praça, assumindo duas proporções de patamar, do menor para o maior, como forma de adaptação e ao mesmo tempo de integração à dimensão da praça, trazendo um diferencial em relação aos elementos aí instalados. Complementa o conjunto um tubo metálico na parte superior do edifício, destinado ao atendimento das instalações e dos equipamentos específicos.

O edifício tenta romper, a cada solução adotada, com a relação interior / exterior. Entre o pavimento térreo e a encosta encontra-se um terraço, todo vazado e protegido por guarda-corpo, em posição de mirante para a baía. Complementam o espaço, bancos e jardineiras.



Fig. 44. Lateral do Palácio Tomás de Souza, Memorial dos Governadores ao fundo (2005). Fonte D.

Para resolver os problemas de conforto ambiental dessa edificação, produzidos em parte pela tecnologia de construção utilizada no intuito de garantir transparência e leveza do conjunto, foram necessários altos potenciais elétricos para refrigeração adequada dos espaços de trabalho. São equipamentos que utilizam, para casas de máquinas e subestações, a parte inferior da edificação já existente e onde ficam os estacionamentos subterrâneos.

A sede contemporânea da Prefeitura, construída como um equipamento provisório, pretende atender à recomposição da volumetria dos edifícios demolidos no lado norte da praça além de devolver ao lugar a administração municipal e com isso recompor a dinâmica dessa área da cidade. Permanecendo por mais de vinte anos, impõe a sua presença e de alguma forma se estabiliza. Hoje, já faz parte do conjunto da Praça Municipal, independente dos argumentos que justificaram a sua implantação.

c. A Intervenção de 2005.

c1. Caracterização da proposta

Em dezembro de 2005, a Praça tem liberado o seu espaço interno, utilizado durante décadas como estacionamento (fig.45). Sem dúvidas, esse era o uso considerado

mais prejudicial à função principal da praça, enquanto espaço cívico mais importante de Salvador. O estacionamento criava impedimentos à circulação e, principalmente, à visão total do espaço, impedindo também o pleno desenvolvimento das atividades características e específicas do lugar.¹³ A sua simples liberação significou valorização, também por deixar a descoberto o belíssimo calçamento, criteriosamente desenhado. Quanto ao uso anterior, entende-se que possa facilmente ser transferido para edifícios garagens localizados no entorno.

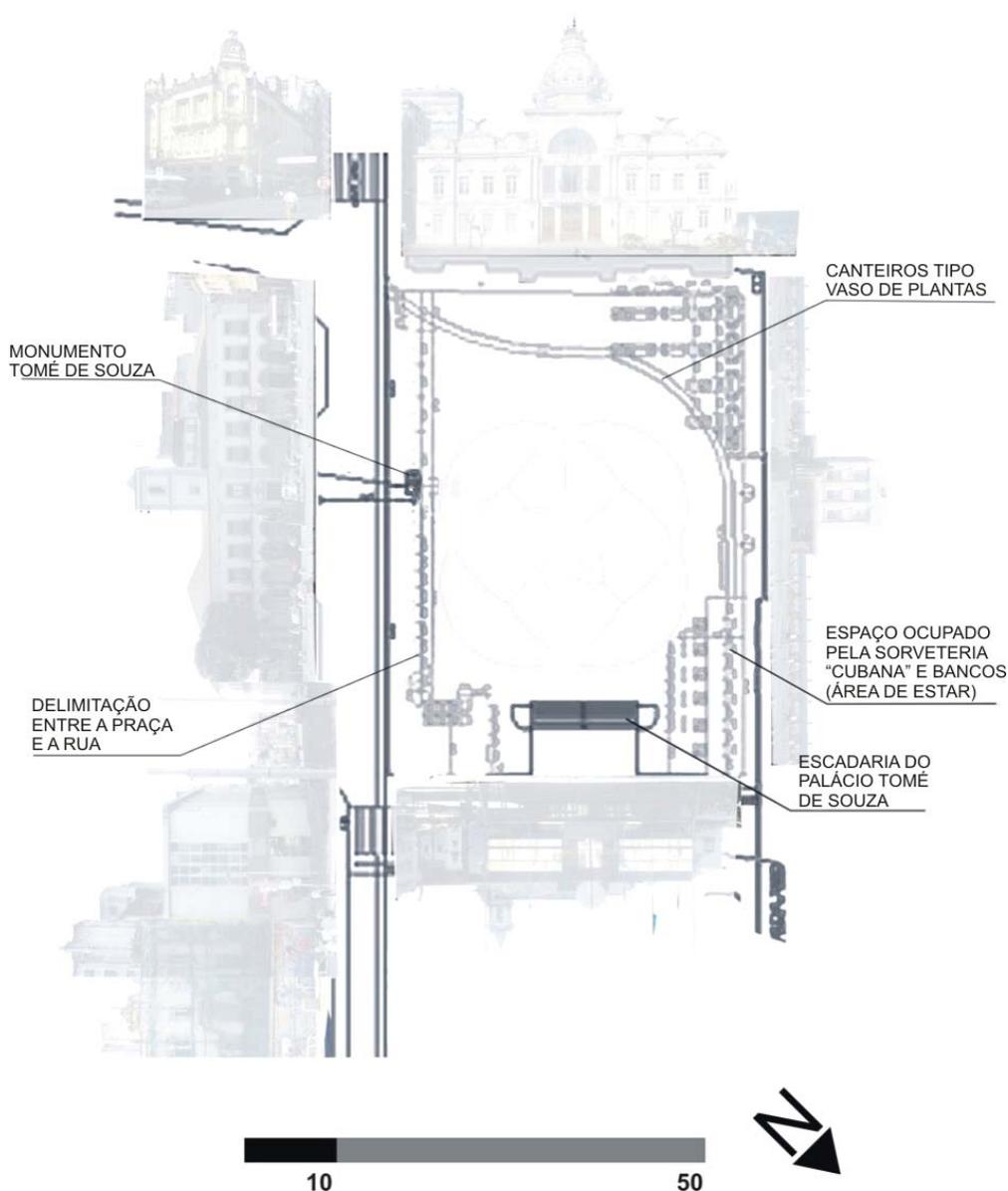


Fig nº 45. Proposta de intervenção da Praça Municipal (2005). Fonte C, D e I.

¹³ No entanto, o estacionamento subterrâneo continua a ser utilizado por servidores do escalão municipal que, para ter acesso ao estacionamento, circulam parcialmente no espaço da Praça. Observação *in loco*.

A última intervenção, em abrangência tópica, é projeto da equipe da PMS/Seplan/FMLF e do arquiteto Itamar Batista, então Secretário de Planejamento do Município. Esse projeto, além de retirar o estacionamento, avança no objetivo de adornar o antigo espaço cívico com canteiros instalados sobre o piso, vasos ornamentais, definindo subespaços na praça (fig.45).

c2. Mobiliário

Também traz para o limite do perímetro leste, em frente e de costas ao Paço Municipal, a estátua que homenageia Tomé de Souza (fig. 46a), retirada da Praça da Sé.



Fig. 46a. Estátua de Tomé de Souza em frente à Câmara Municipal (2005). Fonte D.

Embora a história registre nesse espaço, em alguns períodos, a existência de ornamentações tipo esculturas neoclássicas, bancos e vegetação arbustiva no seu entorno, além do “Pelourinho” no seu espaço central, entende-se que a praça tem sua caracterização como “praça seca”, com reduzido e simplificado mobiliário urbano.¹⁴ Nesse sentido, pode-se observar a ampliação das mesas para os serviços de bar e lanches da sorveteria Cubana (fig. 45) que antes tinham uma organização reduzida e se posicionavam na linha da mureta, no limite com a encosta. Atualmente acompanha a organização dos espaços de estar e das mesas

¹⁴ Entende-se como uso característico dessa praça: circular, debater, manifestar, contemplar, e com menor incidência, estar.

para o serviço de bar um conjunto de canteiros retangulares, confeccionados em placas de concreto que alternam sua posição e por vezes contornam todo o perímetro da praça.

O mobiliário da sorveteria/bar da Cubana utiliza mesas retangulares metálicas dotadas de quatro assentos. No período da alta estação turística em Salvador esses conjuntos avançam para a área da praça, chegando a atingir as proximidades do Palácio Rio Branco. As áreas de estar aí criadas misturam-se com os espaços da sorveteria, enquanto uma outra parte se encontra voltada para a praça. Outros espaços de estar situam-se no *playground* do prédio da Prefeitura Municipal do Salvador, de frente para a baía, abaixo da edificação e do lado da Rua da Misericórdia. Os bancos utilizados em toda a área são construídos em tiras de madeira, conhecidos como “modelo cavalinho”.

As jardineiras retangulares em placas de concreto, que contêm vegetação própria para pequenos canteiros, espalham-se por toda parte da praça, por vezes contornando os seus limites e em outras vezes concentrando-se em alguns pontos. Na linha das oscilações, em alguns momentos, a Praça também apresenta em um dos seus cantos as instalações de banheiros públicos, em material plástico azul e modelo tradicional.



Fig 46b. Iluminação dos edifícios do Elevador Lacerda e da Câmara, na Praça Municipal. Fonte D.

A iluminação na Praça Municipal utiliza o sistema de postes ornamentais antigos, dotados de luminárias duplas, que se dispõem em número de dois, em frente às edificações de maior importância da praça, como sejam: o Palácio Rio Branco, o Palácio Tomé de Souza e o Câmara Municipal. Complementam o sistema focos luminosos dispostos sobre os edifícios de forma a realçar os seus elementos

principais. Assim, o edifício da Câmara tem a sua torre destacada por focos de luz provenientes do seu interior além de outros localizados sobre a fachada, na parte superior. No entanto, suas arcadas inferiores se encontram totalmente às escuras (fig 46b).

O edifício do Elevador Lacerda apresenta iluminação diretamente sobre os elementos da fachada, cobertura e sobre a mureta que faz divisa com a vertente. As torres que se projetam para a Cidade Baixa, de acordo com a era da programação e do efeito múltiplo, têm toda a sua extensão iluminada mediante programação específica que lhes altera a cor, variando da gama fria e tons violetas aos tons quentes, amarelos, laranjas e vermelhos. O Palácio Tomé de Souza recebe efeito de iluminação diretamente da parte vazada do pavimento principal de acesso, o seu *playground*, e focos sobre a escadaria, o que garante o aclaramento e o efeito desejados. De resto, a iluminação da área resulta da rede pública que segue entre as ruas da Misericórdia e Chile.

Do exposto, considera-se que a iluminação proposta, em princípio, atenderia aos usos da área; no entanto, sofre graves problemas pela precariedade da manutenção do sistema geral de iluminação. Assim, a Praça Municipal configura, à noite, um espaço onde apenas partes das edificações do seu entorno mostram-se iluminadas, o que distorce os efeitos de conjunto.

c3. Acessibilidade.

A praça historicamente sempre se manteve no mesmo nível da rua a ela conectada. Na atualidade, apresenta apenas alguns poucos obstáculos de piso, espaçados, mas não mostra qualquer preocupação específica com as questões de acessibilidade aos portadores de deficiências de locomoção. A própria pavimentação, em paralelepípedos, apresentando pequenas irregularidades devidas à sua constituição e ao processo de acomodação no solo, cria algum tipo de dificuldade à circulação de cadeirantes. A par desse aspecto, todo o mobiliário instalado na praça considera apenas pessoas em perfeitas condições de locomoção.

d. Considerações sobre o conjunto resultante a partir de 1986.

As sistemáticas modificações que ao longo de sua existência caracterizam o aspecto instável da praça também abrem a possibilidade de novas tentativas para a recomposição da referência perdida, como a edificação de uma sede para a Prefeitura Municipal do Salvador.

Embora o Palácio Tomé de Souza seja objeto polêmico na recomposição da volumetria da praça e do diálogo com o entorno, e efetivamente não tenha cumprido com o objetivo inicialmente postulado, sua arquitetura se insere no espaço de forma coerente com o discurso que apresenta, como a adoção de um modelo modernista que libera o térreo, só ocupado por elementos estruturais, o patamar da escada com uma tipologia de palco, disponível para a oratória e recurso necessário a um espaço público de caráter cívico.

Assim, na atualidade a Praça se mostra plural: eclética, *art-déco*, moderna e contemporânea e, apesar de todas as alterações a que se expôs, sobrevive pela força que traz, mantendo a sua configuração principal e tendo preservado o seu eixo visual de maior importância, no sentido Cidade Alta/Cidade Baixa. Mesmo nas modificações por interposição de edificações na área de delimitação com a vertente, em frente à Baía de Todos-os-Santos, ou pela variação de usos que ao longo da existência recebeu, suas características principais foram mantidas, mas ainda é objeto de polêmica até os dias atuais – qual o tipo de ocupação que deve conter?

Como exposto, o espaço da praça mantém diálogo parcial entre as suas partes, quer seja pela relação entre a massa edificada e os espaços abertos, quer seja por seus traços característicos. Mantém forte vínculo funcional, fato que lhe assegura o elemento de caráter mais marcante, ao conservar a tradição de espaço da manifestação pública reforçado pela presença dos equipamentos que fazem o seu entorno.

No que diz respeito à revitalização como espaço da cidade central, entende-se que outras ações devem se agregar no sentido de trazer para a área usos que possam produzir uma nova dinâmica. Qualquer que seja o encaminhamento, sente-se com clareza a necessidade de ampla discussão e definição em processos claros e transparentes, com a adoção de instrumentais democráticos, como a prática de concursos públicos.

Na última proposta, a de 2005, percebe-se a falta de uma definição lógica para a localização da escultura que, implantada no limite entre a rua e a praça, em posição frontal à Câmara, cria interferência nas visuais direcionadas a esse monumento desde os diversos pontos de observação. Entende-se ainda como desnecessária a delimitação da praça desenhada pelos vasos retangulares ornados com plantas de canteiro e jardim que ao longo do seu perímetro sofrem sistemáticos deslocamentos. A introdução desses elementos já ocorreu em outros momentos, mas na atualidade procura-se uma lógica que a justifique de modo a evitar interferências e desvios de uso que venham a construir uma inflexão da função principal da praça.

Por fim, entende-se que a última intervenção tem o mérito de devolver o principal espaço cívico à cidade do Salvador. A liberação da área da praça possibilita o retorno das manifestações sociais em espaço que sempre foi reservado a essa tradição ou, simplesmente, o faz desimpedido para a circulação de pedestres e acesso às balaustradas do mirante de onde se descortina a paisagem ampla da Cidade Baixa e da Baía de Todos-os-Santos.

3. 2. 2. Praça da Sé.

a. Caracterização do espaço.



a)

b)

Fig nº 47 (a). Adro da antiga Sé e ao fundo passadiço entre a Igreja e a casa do Arcebispaol; (b) planta de Salvador de Los Rios (1894), espaços que originaram a Praça da Sé. Fonte B e V.

Sítio que tem a sua ocupação junto ao primeiro núcleo fundacional, que evolui por expansão da cidade e, a partir de 1765, perde as suas atividades primeiras – as celebrações religiosas que são transferidas para a Igreja do Colégio dos Jesuítas (Ceab, 1998). Seu conjunto – igreja e adro – passa a abrigar atividades ligadas a expressões culturais e artísticas (Ceab, 1998) até quando a dinâmica viária fala mais alto, trazendo mais uma mudança radical para a pequena praça, que deixa de ser local de boemia e encontros de finais de tardes e noturnos, para incorporar novos espaços, ampliar-se e assumir a função de circulação de bondes e terminal de transportes, ver figuras 47, 48 e 49 (TEIXEIRA, 1978, p.XI 2).

Desde o final do século XIX os bondes já eram vistos em várias ruas da cidade. Se por um lado a cidade necessitava da ampliação desse serviço para que a população pudesse locomover-se mais facilmente, por outro, para a empresa concessionária, não bastava ampliar suas linhas, era necessário um espaço que funcionasse como parada dos bondes. Esse espaço deveria estar no centro da cidade, mais precisamente na área da Sé, pela facilidade de articulação entre os vários setores da cidade, mesmo sem oferecer condições para abrigar um terminal para os bondes. A partir desse momento o, drama da Igreja da Sé se intensificou.

Assim, em 1928 ressurgiu a campanha para a demolição da Igreja da Sé. A cidade se divide entre os que advogam uma reforma urbana em nome do progresso e os que defendem a preservação dos bens culturais e arquitetônicos. Um processo de discussão que durou vários anos e gerou nesse intervalo muitas propostas de preservação ou de demolição da igreja. A seguir, mostram-se esquemas de propostas para solucionar o sistema de circulação viária na área central de Salvador, com ou sem a preservação da Igreja da Sé e os quarteirões residenciais entre as ruas do Colégio e do Bispo. Chega-se a propor a invasão da Sé.

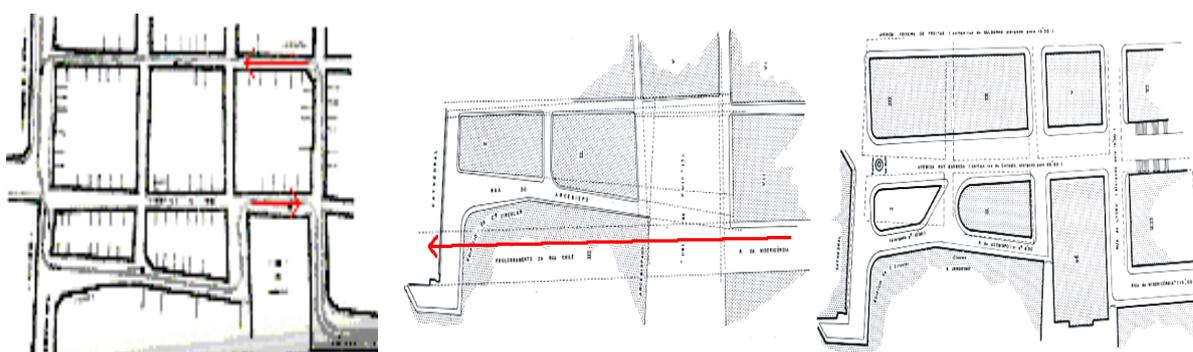


Fig.48a (1925/28) → Propostas de percurso para o bonde na área central da cidade. Fonte Y.

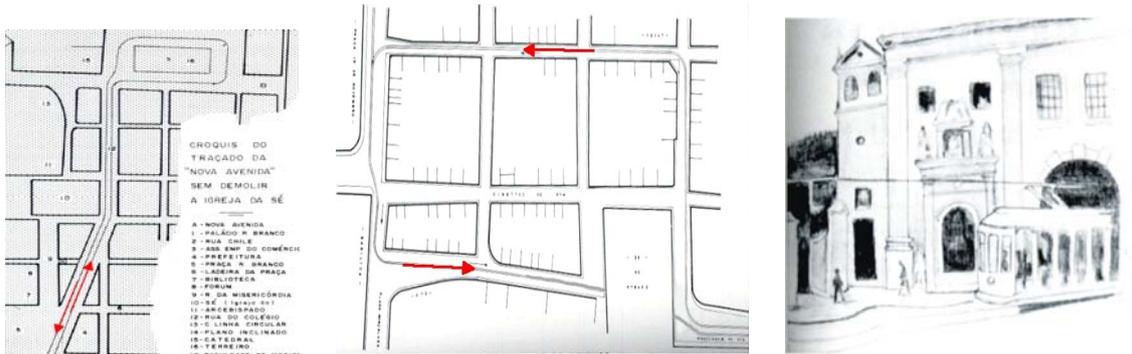


Fig.48b. (anos 1933) → Proposta para o percurso do bonde no centro da cidade. Fonte Y.

A partir da decisão sobre a demolição da antiga Igreja da Sé, outras polémicas surgiram quanto à ocupação do espaço que cria circulações para o Terreiro de Jesus (fig. 48c).

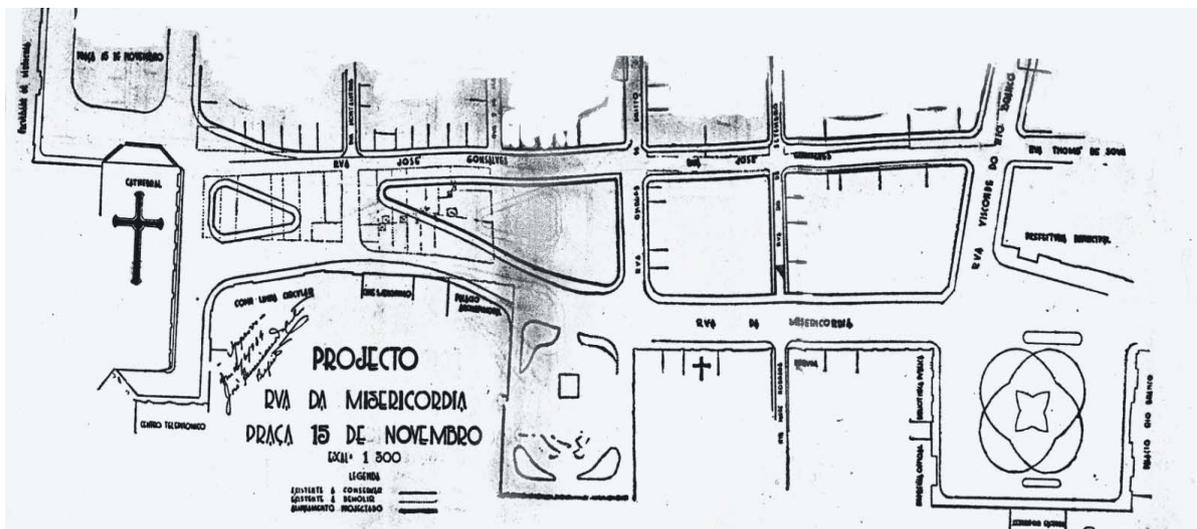


Fig.48c. Proposta de circulação de bondes para o terreiro de Jesus através da Praça da Sé. Fonte Y.

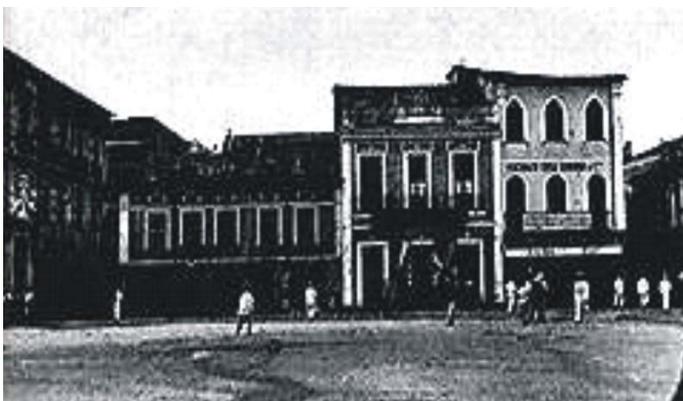


Fig.49a. Projeto aprovado em 1934, pelo Prefeito Eng. José Americano da Costa e não executado, conexão direta entre a Rua da Misericórdia e o Terreiro de Jesus. Espaço da Sé entre 1933 e 1938 vazio e sem função. Fonte B.

Na maioria das propostas apresentadas pode-se perceber a dificuldade que os bondes teriam em fazer manobras considerando os ângulos fechados produzidos pelo desenho do percurso sugerido.

A escritura de expropriação é assinada em 27 de junho de 1933 e em sete de agosto desse mesmo ano começa a demolição da Igreja da Sé, no Governo Municipal do Engenheiro José Americano da Costa (1932/37).

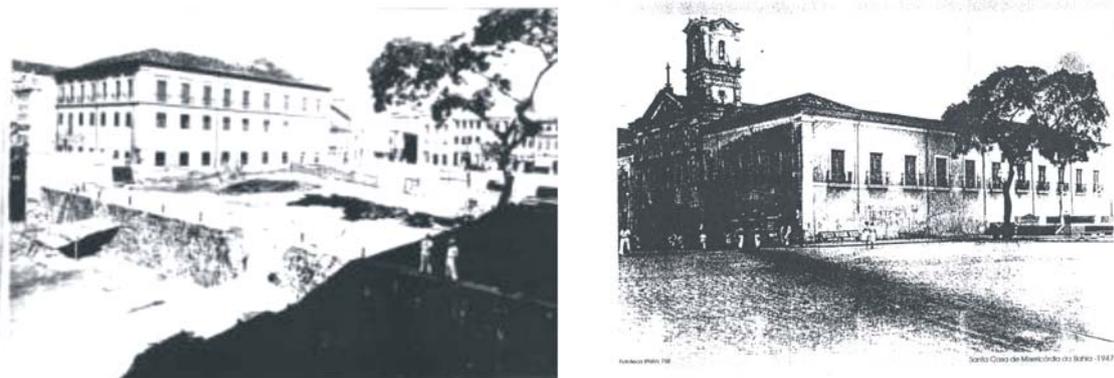


Fig.49b. Reforço na muralha e construção dos jardins em dois níveis, ocupando o lugar da antiga Igreja da Sé e do seu adro. Prédio do Palácio Arquiepiscopal e a Santa Casa da Misericórdia, como laterais do jardim.(Fonte D1 e Y).



Figs.49c. Adaptação do espaço da Sé, para Terminal de Bondes, anos 1930/40. Fonte B.



Fig.49d. Terminal de bonde em meados dos anos 1940, já com a introdução do ônibus no espaço. Fonte B.

Praça da Sé é uma denominação que somente surge em 1940, homenagem ao que não mais existia – já havia sido demolida a igreja e os quarteirões vizinhos e o espaço não apresentava qualquer característica de praça. Somente mais à frente, a partir de 1982, com o deslocamento do serviço de transportes para o terminal da Lapa e novo ajuste, o espaço passa a constituir uma aproximação desse conceito, embora ainda sem trazer de forma efetiva o sentido de praça (fontes C e D1).

Como articulação entre as principais praças responsáveis pela primeira organização da cidade – a praça administrativa e a religiosa –, definem-se, nos anos 1940, dois subespaços: os denominados Belvedere e Praça da Sé. Fisicamente bem delineados e separados inicialmente pela linha de bonde e mais à frente pela passagem de ônibus e outros veículos, resultam da junção dos espaços da igreja e do seu adro, além de dois quarteirões residenciais e ruas correspondentes. Pode-se perceber também que nesse período a Praça da Sé, como é denominado o espaço destinado primeiro à circulação de bondes e depois a terminal de transportes, é um espaço totalmente fechado pelas fachadas das construções e pelo primeiro belvedere que se organiza elevado em relação à cota de nível da praça.

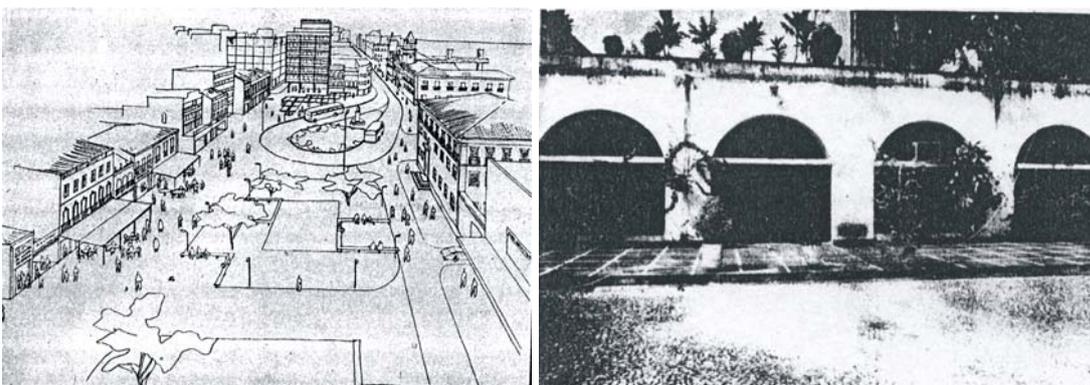


Fig.49e. Busto de D. Pero Fernandes Sardinha (1º Bispo do Brasil) Fonte B.



Fig.49f. Praça da Sé em pleno

funcionamento como terminal de ônibus.Fonte C e Y.



Figs.49g. Projeto para parada de ônibus na Praça da Sé (fontes: Correio da Bahia, 26/02/1982 e Y). Em seguida, o Belvedere da Sé, abandonado, 1984, onde funciona precariamente a Bahiatursa, uma biblioteca de cultura baiana e uma lojinha de artigos da Bahia. Sujeira e mau cheiro fazem parte da rotina do Belvedere (fontes: Correio da Bahia, 29/05/1984 e Y).



Fig.49h. Praça

da Sé (1982). As ruas do lado oposto ao Cine Excelsior foram fechadas, transformadas em calçadas para facilitar a circulação dos pedestres. Também receberam desenhos criados pelo artista plástico Juevez Paraíso. (Fontes: Arquivo do artista Plástico Juevez Paraíso e Y).



(sequência de Fig.49h).

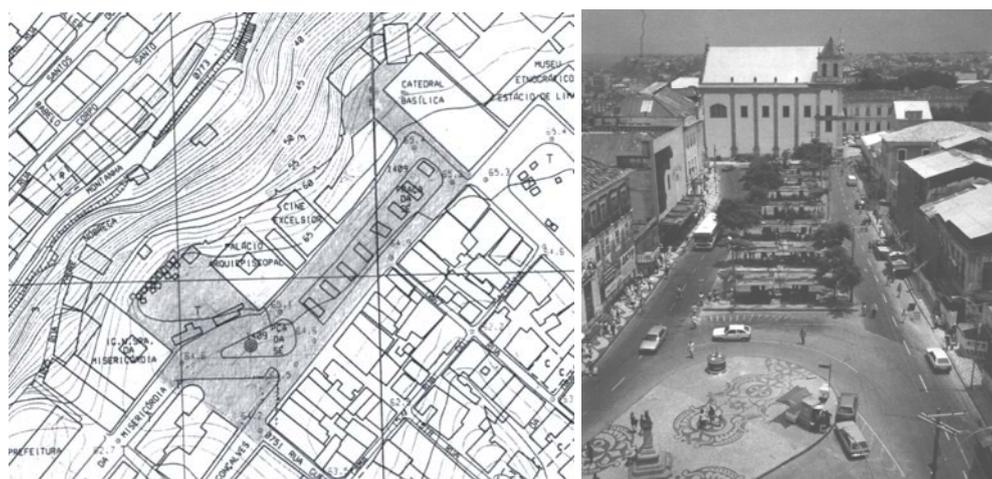


Fig.49i. Mais uma versão da imagem da Sé. Percebe-se a mudança no percurso desenvolvido pelos carros, que antes tinham que contornar a Praça do Terreiro de Jesus para chegar a Sé. Ao lado imagem da Sé onde se percebe a mudança de traçado viário. (fontes: arquivo do arquiteto Assis Reis e Y).



Fig.49j. Observa-se na imagem acima que foram retirados os pontos e abrigos pré-moldados da Estação de Transbordo da Sé de 1982. Lojas instaladas em cubículos metálicos ocupam o espaço do antigo Largo da Sé e seu Belvedere, 1997 (D1 e Y).

Pode-se dizer que os largos criados no espaço do terminal de transportes e o belvedere, que evoluíram até os anos 1980, sempre incorporaram na sua configuração dois espaços que se articulam por vizinhança, tendo bem

delimitadas as funções de terminal de transportes urbanos e circulação de veículos. O comércio e o espaço de lazer e mirante apresentam organização específica para esses fins, só existindo registro de pontos de encontro e estar no belvedere quando o uso comercial ou o serviço de transportes não o invadiram, transformando o seu uso.

b. Análise tipomorfológica – arquitetura do entorno e suas relações

Na atualidade, os espaços se conjugam em um conjunto quase único, formando um “L” invertido e apresentando um plano mais baixo que se caracteriza como Mirante da Sé. São dois retângulos articulados que contêm no seu perímetro edificações importantes como o antigo Palácio Arquiepiscopal, de arquitetura residencial única em Salvador (Ipac, 1984, p. 209), vinculado à antiga Sé, e outras edificações, que, mesmo quando posicionadas lateralmente, valorizam o espaço. Nesse caso, destacam-se a Santa Casa de Misericórdia, no seu perímetro sul, e ao norte, a Catedral.



Fig.50a.



Fig.50 b). a) Planta de Situação e b) Ortofoto da Praça da Sé (2006). Fonte F e K, respectivamente.

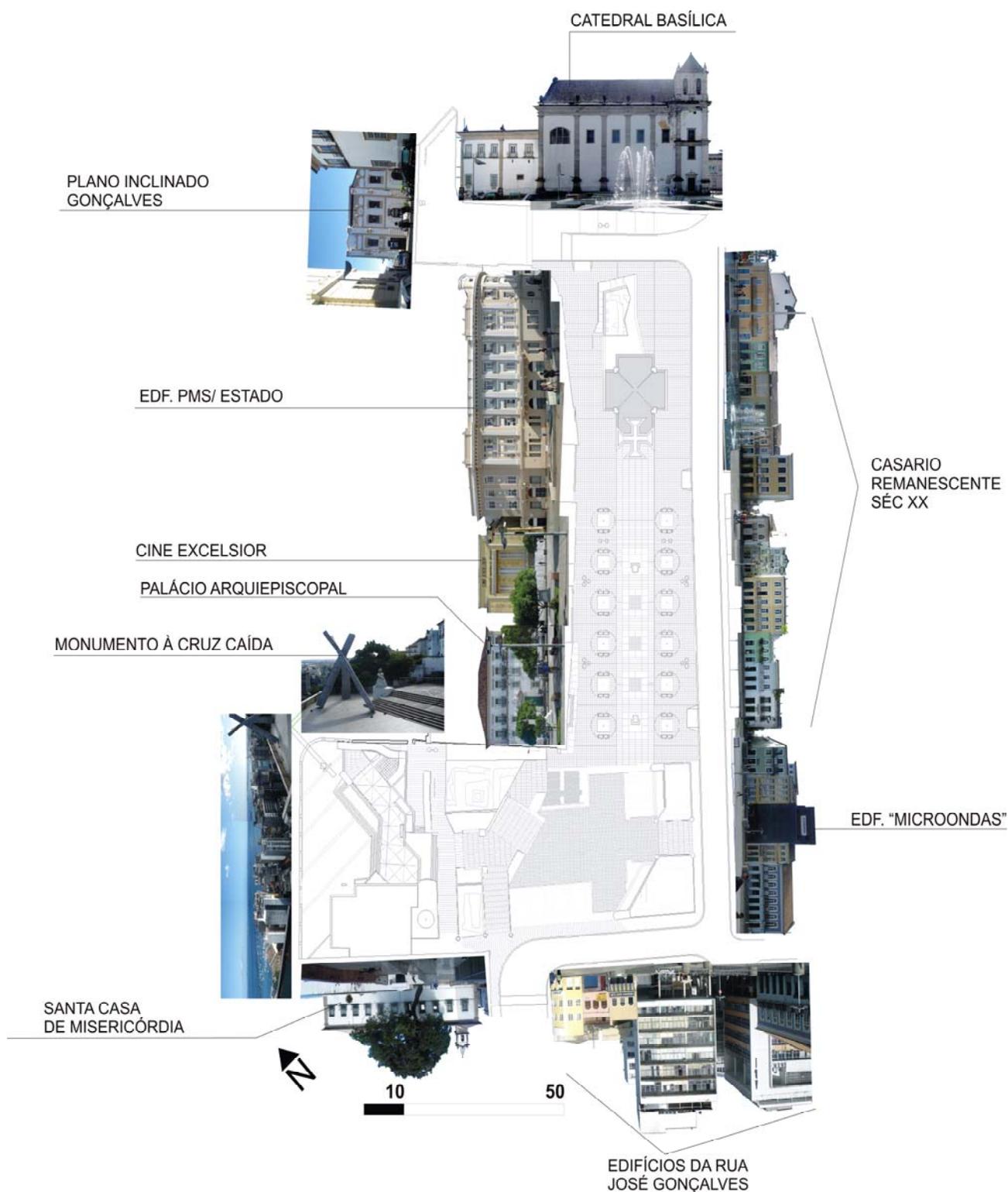


Fig.51. Edifícios de entorno da Praça da Sé (1998 -2005). Fonte C, D e I.

Atualmente, o acesso viário à praça se faz pela conexão entre as ruas José Gonçalves e Misericórdia e, no sentido do Terreiro de Jesus / Praça Municipal, em mão única, com largura de 7m e pavimentação em pedras (paralelepípedos). Há locais de estacionamento nas suas proximidades.

O entorno desse espaço apresenta um tecido urbano de parcelamento regular, com ocupação de toda a quadra, como o denominado Portal da Santa Casa de Misericórdia¹ na rua de mesmo nome, e os edifícios altos, com galerias de função comercial, na Rua José Gonçalves. Casas térreas e sobrados de até três pavimentos, característicos dos séculos XVIII e XIX, também se situam no entorno (figs. 50b).

Percebe-se o diálogo com elementos do entorno em alguns dos seus trechos, podendo-se ler na área do Memorial, de frente para a Baía de Todos-os-Santos, as laterais delineadas pela Santa Casa de Misericórdia e pela casa do arcebispo. São construções características, de pátio central e cobertura em telha de barro à vista, de apenas quatro águas (fig.51). As janelas de púlpito, com balcões e mesmo tipo de gradil de ferro, e as molduras em pedra bruta arestada que contornam esquadrias e quinas da edificação e ainda os brasões ou emblemas sobre as portadas principais, contribuem para estabelecer a ordem religiosa ou o grau de nobreza vinculado.²

Na atual visão da Catedral, desde a praça, predomina a lateral em pedra de cantaria, constituída por forte marcação vertical que se relaciona mais com as igrejas típicas do século XVIII, quando esses elementos indicavam organizações internas decorrentes de soluções estruturais ou por exposição estilística. Esse conjunto se articula à torre atrofiada, de padrão jesuítico (Ipac, 1984, p.23-24). A fachada lateral referida, nas suas origens não se apresentava exposta, como acontece após a derrubada do anexo e do Pátio de Estudos do antigo colégio e dos quarteirões residenciais. A demolição desses elementos deixa a descoberto a enorme empena, como figura de fundo da praça (fig.51). Assim ampliado, o espaço original agora se abre a novos objetivos, o que não elimina a contribuição da edificação na composição da praça, dada pelo caráter monumental, sóbrio e imponente de edifício religioso.

O antigo cinema Excelsior, com a sua atual fachada *Art Déco*, apresenta rigor geométrico e ritmo linear dotado de nobres elementos decorativos e

¹ Recente denominação que compreende conjunto formado por Igreja, Santa Casa da Misericórdia e edificações em frente, tombadas pelo Iphan em 1938 e faz parte do projeto maior de revitalização da cidade central de Salvador. (Conder/PMS – Seplan, 1999).

² O palácio Arquiepiscopal edifício principal da praça que esteve ligado à antiga Sé, através de um passadiço, possui belo portal de mármore português culminado por brasão com as armas de D. Sebastião Monteiro da Vide, arcebispo da Bahia no início do século XVIII. (Ipac, 1984).

marquise, típicos dos anos 30 do século XX. Nesse local funciona atualmente a Congregação Mariana de São Luís. A seu lado situa-se o edifício eclético datado de 1925, onde funcionam setores da Coelba e da Prefeitura Municipal de Salvador (fig.51). Em maior extensão de paramento que o anterior, apresenta fachada marcada pelo ritmo dos seus elementos de esquadria, separados por pilares simulados e ornamentados por capitéis, além de rompimento de aresta entre as fachadas frontal e lateral, por concordância circular.



Fig nº 52. Praça da Sé e sua dinâmica (1998). Fonte P.

Mantém-se ainda em pleno funcionamento o Plano Inclinado Gonçalves, recentemente recuperado e re-inaugurado. É edificação de escadão municipal, ocupando o local das antigas balanças do Colégio dos Jesuítas, em espaço anexo ao de análise, a Praça Ramos Queiroz, e constitui tradicional conexão entre os dois níveis da cidade.

Outras edificações da Praça, destinadas ao uso comercial, ocupam remanescentes de antigos sobrados que desde as reformas de 1933 têm sido sistematicamente alterados e substituídos. Constituídos em três e quatro pavimentos, fazem o perímetro da praça, tendo na atualidade recebido tratamento e valorização de fachadas, na intenção de retomar algumas características específicas, como: cornijas, púlpito, molduras nos contornos de esquadrias e quinas, além do seu colorido “exuberante”, supostamente denominado de colonial (fig. 51 e 52).

Em todas as faces e configurações adquiridas, a Praça da Sé sempre foi um espaço caracterizado pelas edificações à sua volta, com algumas

mudanças em suas fachadas, como foi o caso do Cine Excelsior e de outro exemplar situado entre o casario que se apresenta com fachada em vidro fumê e sobre o qual já foram feitos comentários. As edificações que se apresentam alteradas resultam de substituições ocorridas na segunda metade do século XX, constituídas por edifícios altos, dotados de galerias sob pilotis no térreo, para uso comercial, localizadas na esquina com a Rua José Gonçalves.³ Nesse sentido, destaca-se a construção do edifício Themis (fig. 51). As ruas que desembocam na praça são as mesmas, ora abertas para o tráfego, ora servindo apenas de passagem para os pedestres.

O entorno da praça constitui uma área de densidade média, tendo em vista o baixo gabarito de altura das edificações e a sua ocupação, utilizando praticamente toda a parcela. A predominância de atividades comerciais e serviços dirigidos aos interesses considerados prioritários para a área tornam o lugar cada vez mais específico.

c. A intervenção de 1998.

c1. Caracterização da proposta

Contemplado pela modernização realizada com vistas à “recuperação” do espaço central da cidade, no momento atual, a área apresenta uma relação diferente da Praça Municipal; como espaço de interesse comercial vende o acervo cultural para animação turística, caracterizando-se como o espaço da festa. A Praça Municipal, cívica, entendida pela tradição e por ações que se expressam no tempo, caracteriza-se como espaço do notório, como algo que transcende aos elementos físicos, mesmo que transformados, para denotar o lugar.

O projeto da Praça da Sé (fig.53) mostra-se consoante com as dinâmicas contemporâneas que indicam a valorização dos centros de cidade para novas formas de vida social e para o turismo. A proposta traz como objetivo principal localizar e expor os remanescentes das antigas construções enterradas: a antiga Sé e o Colégio dos Jesuítas. No entanto, quando da sua execução, o projeto sofreu algumas alterações, até chegar à sua versão final. A primeira

³ Decreto Lei 701/48 (Epuccs), reforçado pelas Leis nº 1855/66 e nº 2403/72.

modificação nesse projeto – por exigência do Iphan – foi a eliminação da proposta do Memorial da Sé, justificada pela existência dos alicerces do Colégio dos Jesuítas, encontrados nas escavações aí realizadas. O Iphan invoca a possibilidade de prejuízos às fundações de parte do antigo Colégio. O memorial deveria expor o acervo remanescente dessas estruturas e de outros processos vividos no espaço e na cidade.

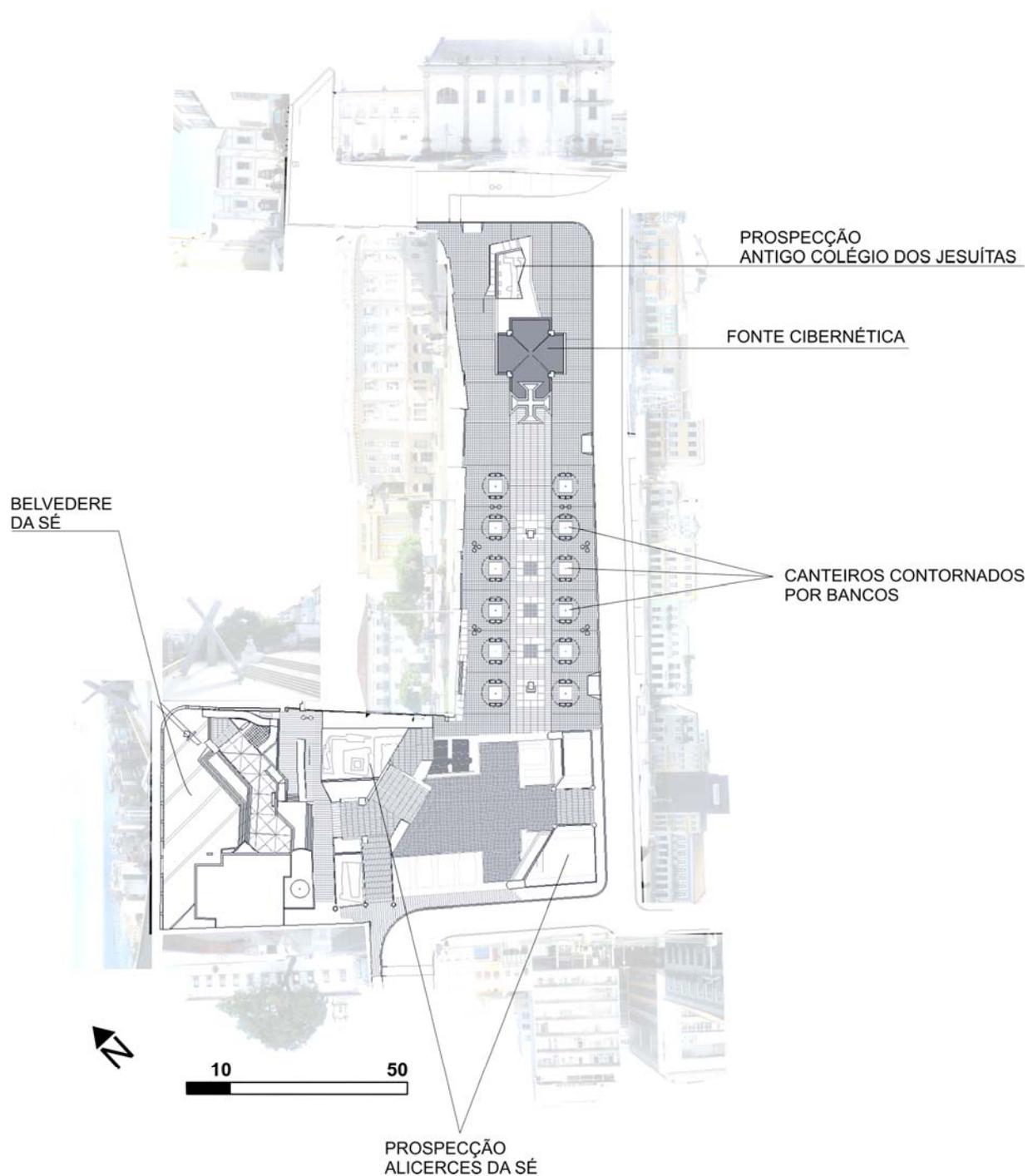


Fig. 53. Projeto do arquiteto Assis Reis, resultado de ajustes para intervenção da Praça da Sé.



Fig 54a. Primeira proposta elaborada pelo Arquiteto Assis Reis, não executada. Fonte C.

Com esse objetivo, o projeto trazia em seu bojo a ideia de um equipamento localizado em espaço protegido onde, de forma cronológica, seria exposto o acervo existente além de referências artísticas sobre a cultura da cidade. Sob a justificativa de um possível prejuízo nas estruturas seculares do antigo colégio, a proposta é abandonada.

Nos *croquis* de estudo do arquiteto Assis Reis para a primeira modificação do projeto original da Praça da Sé, vê-se que a segunda versão propõe uma arena para *shows* e apresentações diversas, ocupando o local previsto para o Memorial da Sé.

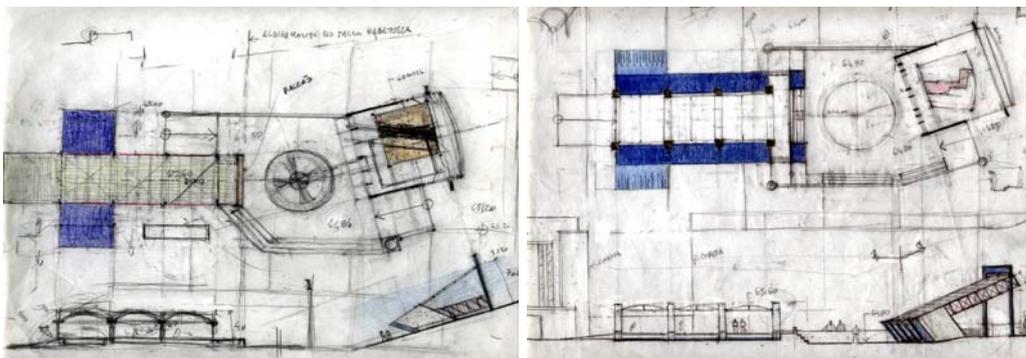


Fig. 54b.

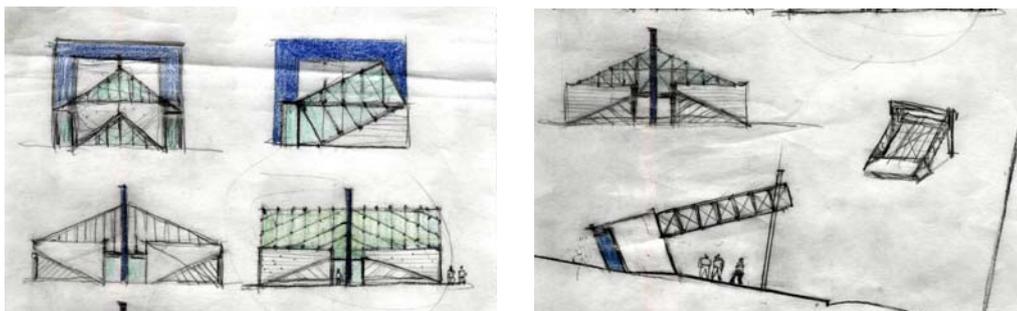


Fig.

54b. Segunda proposta para intervenção na Praça da Sé elaborada pelo Arquiteto Assis Reis. Fonte C.

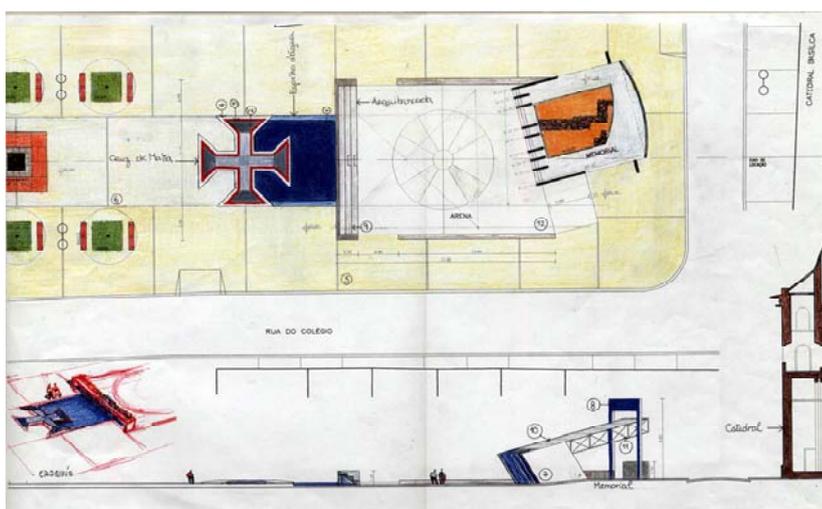
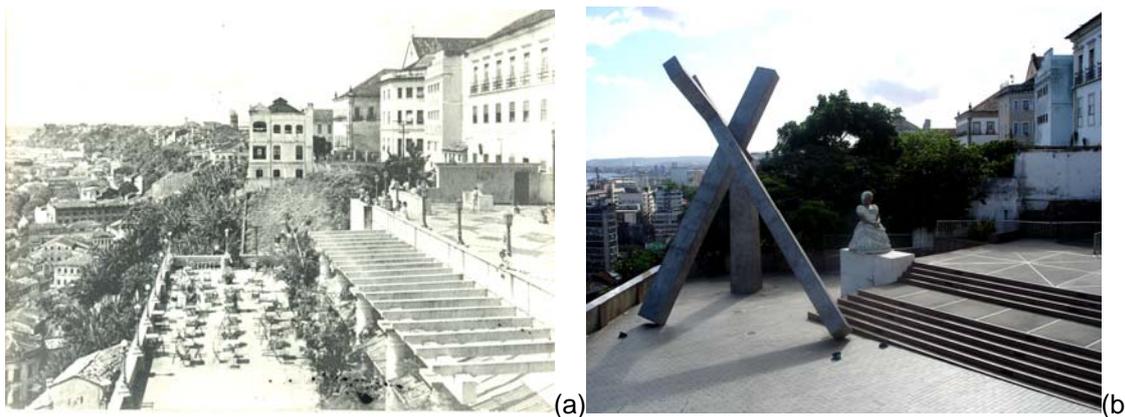


Fig.54c. Terceira

proposta para intervenção na Praça da Sé elaborada pelo Arquiteto Assis Reis. Fonte C.

A terceira proposta (fig.54c) apresenta uma fonte luminosa despejando água a partir do cruzamento de dois arcos a 3,50m de altura. Segundo Assis Reis, dessa vez o Iphan alegou que a altura dos arcos impediria a visão da lateral da Catedral Basílica, seguindo-se assim outra modificação que resultou na proposta executada na Praça da Sé, na qual se trocam os arcos da fonte por uma *fonte cibernética*. A obra foi concluída no ano de 2002.

Retomando a primeira proposta do arquiteto Assis Reis referente ao memorial, lembramos alguns exemplos que podem ser citados nesse mesmo sentido, como as escavações no largo de “Notre Dame”, na França, que exercem a função de memorial em formato de museu, registrando ao vivo as origens da cidade e os remanescentes de outras civilizações expostos pelas escavações com os elementos construtivos, maquetes, textos e outros objetos.



Figs. 55 (a) Memorial de Lina Bo Bardi (1986); (b) Mirante da Cruz Caída (1998). Fontes B e D, respectivamente.

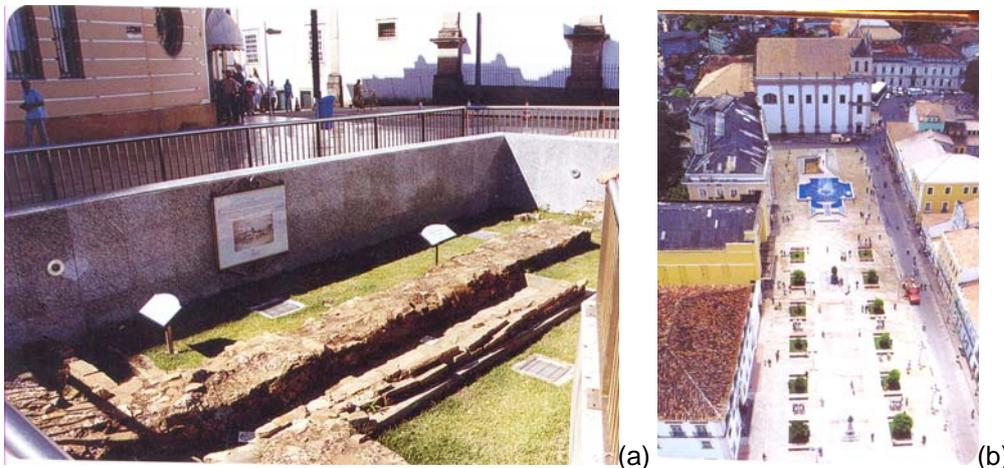
Conforme visto na evolução do espaço, o memorial da Sé substitui o anterior belvedere proposto pela Arquiteta Lina Bo Bardi em 1986, que por sua vez substituiu o belvedere projetado pelo professor Diógenes Rebouças.⁴ O traçado anterior apresentava o propósito de devolver ao espaço as características culturais vividas outrora, quando Praça D. Isabel (fig. 53 e 55b), lugar com tradição de palco para atividades artísticas e boemia (TEIXEIRA, 1978, p.XI 2). Foi demolido para a implantação da nova proposta, cuja estrutura valoriza remanescentes arqueológicos da antiga Sé. Compõe em outro formato a antiga ideia do mirante e faz uma homenagem à antiga Sé demolida, com a escultura intitulada “a Cruz Caída”, do artista plástico Mário Cravo. Com isso, busca retomar de alguma forma um marco, substituindo aquele que a antiga igreja definia na paisagem, a partir da visão desde o mar.⁵

Atualmente, os remanescentes arqueológicos diretamente expostos na área da praça organizam-se de forma a marcar as antigas edificações, as quinas da antiga Sé, a parte da ala de estudos do antigo Colégio dos Jesuítas, compondo, mesmo de forma irregular, o eixo longitudinal da praça que ganha força pela relação que estabelece com a Catedral Basílica de Salvador. No outro sentido se estabelece a articulação dos remanescentes da antiga Sé com a encosta e com a Cidade Baixa. Em conjunto com as laterais do Palácio Arquiepiscopal e da Santa Casa de Misericórdia, esses remanescentes

⁴ O primeiro belvedere foi projeto do Prof Diógenes Rebouças com sorveteria em cima e galerias em baixo, o segundo de autoria da arquiteta Lina Bo Bardi teve curta existência compunha-se de lugares para abrigar feira de artesanato e outras expressões populares.

⁵ O artista baiano traz para o espaço a ideia de anfiteatro da fé, fazendo analogia entre os pilares de apoio, a cruz e os corpos de Cristo e sua Mãe. Referência *in loco*.

estabelecem o segundo eixo que se organiza de forma assimétrica em relação ao centro do primeiro e em relação ao conjunto do espaço.⁶



Figs.56a) Escavações sobre os alicerces do antigo Colégio dos Jesuítas; (b) vista superior de parte da Praça da Sé (1998). Fonte P.

As escavações deixam visíveis, com as devidas proteções por gradis e chapas, os alicerces e as quatro quinas da igreja, o cemitério popular encontrado no antigo adro⁷ e parte dos pisos da praça D. Isabel, assim como, nas proximidades da atual Catedral, mostram os alicerces dos anexos que compunham o pátio de Estudos Gerais do antigo Colégio, permitindo a identificação do perímetro e das divisões internas do espaço educacional jesuítico (fig. 56b).

O espaço da Sé não apresenta ao longo da sua história tradição de ajardinamento, mas apenas árvores de médio porte alinhadas conforme os pontos do terminal de transportes, enquanto essa função permaneceu no espaço. A condição atual apresenta uma organização que, segundo o autor do projeto, constitui “uma alameda de árvores” e vegetação rasteira, organizada de forma simétrica em canteiros de dimensão reduzida e em geometria regular, espaçados no piso de pavimentação geral da praça.

⁶ Mesmo tratamento de cor e textura é dado aos dois elementos dificultando aos leigos a identificação da referência, a legibilidade entre o objeto exposto e os seus elementos de proteção.

⁷ Relatórios sobre escavação apontam a hipótese de que os esqueletos aí encontrados referem-se a índios, negros ou brancos pobres, considerando que até o século XIX Salvador não tinha cemitérios. Os mais abastados eram enterrados no interior das igrejas e os mais ilustres próximos do altar mor e nave principal. (UFBA, 2002).

c2. Mobiliário.



Fig.57a. Mobiliário da Praça da

Sé. Fonte D.

Pode-se observar certa discrição na escolha do mobiliário adotado (fig.57), desde os bancos, postes, luminárias e telefones públicos, cujos modelos discretos diluem sua presença no conjunto da praça. O material utilizado para o piso, em tons claros e com predominância do granito, apresenta alto grau de refletância luminosa e um grau de polimento que o deixa escorregadio principalmente quando molhado. As lixeiras constituídas em plástico resistente em tom azul, padrão da PMS, priorizam a praticidade do material. Os pequenos canteiros já citados apresentam integrados a dois dos seus lados, no sentido do eixo longitudinal da praça, bancos que organizam os espaços destinados ao estar; bancos esses em pés retangulares e assento em granito polido, sem encosto.



Fig.57b. Iluminação da Praça da Sé. Fonte P.



Fig.57 c)



d)



e)



Fig.57 f. Iluminação da Praça da Sé. Fonte

P e D.

O espaço apresenta um sistema de iluminação geral produzido por postes de 4m de altura com luminárias de uma, duas e quatro pétalas que se organizam de acordo com os usos locais em duas linhas paralelas ao eixo longitudinal da praça, uma na direção da Catedral e outra acompanhando a forma do “L”, no outro sentido da Baía de Todos-os-Santos.

Todas as edificações de entorno recebem focos de luz sobre as suas fachadas contribuindo com a iluminância geral, além de ter enfatizados os seus respectivos usos, que englobam desde o comércio de artesanato ao serviço público da Prefeitura e da Coelba, e os bens tombados como a casa do Arcebispo, a Catedral e a Santa Casa de Misericórdia (fig.57 b, c d, e). Da mesma forma os alicerces das ruínas expostas mostram parte dos seus

elementos enfatizados pelo efeito da iluminação através de focos diretamente localizados nos seus vãos. O belvedere apresenta um nível baixo de iluminância, destacando-se o monumento à Cruz Caída com projetores que valorizam sua forma (fig.57f). A fonte luminosa, como não poderia deixar de ser, tem seus efeitos musicais produzidos por programação assim como as alterações de cor e dos jatos de água.

O resultado luminoso alterna efeitos de zonas mais claras e outras em penumbra, contrapostos pelos destaques provocados por iluminação específica através de projetores. Todo esse efeito predomina em tons mornos, com exceção da fonte, criando uma ambiência que integra no conjunto as diferenças da praça.

Exceção feita à exposição das escavações da Igreja da Sé e anexos do Colégio dos Jesuítas, razão de ser da atual praça, todos os outros elementos celebram homenagens ao arcebispo Dom Pero Vaz de Sardinha, primaz da Igreja Católica no Brasil.⁸ O busto, em bronze, “simboliza a instalação do poder secular na fundação da cidade” (PMS, 2004, p.16), ficando sem função o pedestal onde antes existia a estátua de Tomé de Souza, recentemente transferida para a Praça Municipal.

Em todas as intervenções ocorridas na praça, (de 1933 a 1999) foram instalados equipamentos, esculturas e elementos decorativos, que nem sempre fizeram relação com a história do lugar, no entanto escreveram mais uma parte dela, criando interferências formais e funcionais. Como referência ao fato ora tratado, pode-se observar que na alteração de 1998 nenhum testemunho do terminal de transportes urbanos aí existente por aproximadamente 70 anos foi considerado. No entanto, cabe lembrar o processo desenvolvido exaustivamente na tentativa de resolver os problemas de transporte no centro da cidade, nesse período. Em cada uma dessas investidas, o espaço, de alguma forma, caracterizou-se por tripla função: lazer, comercial e terminal de transporte coletivo.

⁸ A escultura do arcebispo guardava anteriormente a posição do altar-mor da Velha Igreja.

d. Considerações sobre o conjunto resultante a partir de 1998.

Entende-se a Praça da Sé como um espaço não programado para o fim específico de praça, mas resultante da abertura na malha urbana da área central de Salvador pela demolição da igreja e de dois quarteirões, o que leva às seguintes reflexões: não existe uma edificação forte o suficiente que a defina como praça, mesmo considerando a lateral da Catedral Basílica ou as construções do lado da encosta, o Palácio Arquiepiscopal e o Cine Excelsior; as fachadas dos edifícios que formam as paredes laterais da praça abrem-se parcialmente para o espaço, e são mantidas as conexões com as vias principais de acesso ao entorno.

Ao longo dos seus setenta anos de existência como praça, o espaço tem passado por inúmeras intervenções de natureza urbanística prioritariamente voltadas para a questão da circulação de veículos e pedestres, como terminal de transportes e comércio; no entanto, a partir da última reformulação abdica dessa última referência e retoma os aspectos da cidade fundacional. Ou seja, a cada vez que se retoma um antecedente do lugar, apaga-se outro.⁹ Mas, traço típico de outras praças, lá estão ações de suporte montadas pelo escalão municipal – baianas anfitriãs dando ao espaço o aspecto de sala de visitas da cidade e dotando-o de novo caráter: a animação para o turismo e, naturalmente, a impressão de ser esta uma cidade alegre, bonita, receptiva e organizada.

Entende-se ainda que a última reforma desnuda parte da sua história sem ousar, entretanto, o suficiente para deixar um elemento forte que registre mais uma intervenção,¹⁰ com exceção daquele objetivo mais frequente nos projetos contemporâneos – a revitalização do espaço dando-lhe conservação e ao mesmo tempo renovando-o com a moderna e programada fonte de águas refrescantes e musicais. Como em quase todo espaço de estar, público e contemporâneo, essa fonte se encontra localizada sem qualquer relação de função ou propósito a não ser o comercial, relativo à inovação tecnológica que

⁹ Com esta observação não se está a defender a permanência do terminal ou ponto de transportes urbanos na área, mas algum elemento que possa se referir ao uso que perdurou por quase setenta anos.

¹⁰ Muitas dessas críticas podem ter reflexos na ação do Iphan, que vê impedimento em muitas ações de renovação de Centros Históricos.

busca apenas sofisticados recursos computacionais para produzir cores e música, competindo com outras fontes anteriormente instaladas.

Com o cuidado devido nas relações de escala e impacto produzido na composição da imagem e da paisagem, lembra-se aqui, como referência, a primeira torre do Elevador Lacerda. Introduzida no frontispício da cidade do Salvador na segunda metade do século XIX, apesar de todas as polêmicas geradas, cria definitivamente um marco para a cidade e para o lugar. De outra forma, também as polêmicas “Pirâmides de Vidro” introduzidas no espaço do Louvre, em Paris, passaram a ser uma das referências da cidade.

Convivem na praça construções de diversas épocas desde o século XVIII, representadas pela presença das laterais da Santa Casa de Misericórdia e da Catedral e da antiga casa do Arcebispado, pelos edifícios modernos, pelo ex-cinema Excelsior e pelas renovações surgidas nas antigas edificações residenciais na primeira metade do século XX. Essas renovações foram concomitantes às tentativas de resolução do lugar como terminal de transportes urbanos de Salvador, e a elas somaram-se a presença dos edifícios comerciais em altura, sobre pilotis e galerias¹¹, na direção sudeste do espaço, na conexão com a Ladeira da Praça. Apesar de todas essas modificações, credita-se a maior fragmentação tipomorfológica do espaço às alterações efetuadas em um dos casarões no lado leste da praça, com rompimento da continuidade rítmica do alinhamento nos paramentos dos antigos sobrados, das suas esquadrias e suas proporções, rompimento esse gerado pela inserção de uma fachada em vidro fumê, impessoal e estranha à linguagem preexistente. O novo edifício, também denominado “micro-ondas”, destaca-se de todo o conjunto por inversão de valores.

Como anteriormente comentado, o piso, apesar de algumas substituições em parte da área, traz grande desconforto térmico pela tonalidade clara adotada, resultando em alto nível de radiação térmica produzida e transferida ao espaço. Também não apresenta segurança nas alternativas adotadas para a utilização por pessoas com dificuldades de locomoção, por adotar pavimentação em pedra granítica em quase toda a área, piso com alto nível de polimento que o torna escorregadio e perigoso à circulação. No entanto, em

¹¹ Tipologia essa determinada por legislação do Plandurb/ 78.

que pesem as dificuldades referidas quanto a seu piso, as rampas constituem opções incorporadas aos acessos da praça, que de alguma forma permitem chegar até o atual mirante.

Assim, o espaço passa por um processo de transformação, sem, entretanto, apresentar-se efetivamente como praça, que, segundo o conceito aqui trabalhado, não pode ser entendida como qualquer alargado por confluência de vias ou por rompimento de monumentos, quarteirões ou ruas como na atualidade, mas como espaço que se consolida como lugar a partir do valor que lhe atribui a sua população. Santos (1991, p.121) diz que esse fato explica a falta de significado no lugar fundacional.

Na atualidade percebe-se um tipo de uso que é comum na praça: aquele que se expressa pela presença de turistas, fotógrafos e vendedores de produtos do artesanato local (no mirante) e se propõe no espaço de estar da praça propriamente dita, pela instalação de assentos favoráveis ao descanso momentâneo dos vendedores ambulantes à procura de turistas.

Então, com os processos de revitalização implantados na área central de Salvador, o espaço tenta afirmar-se como praça, mas, mesmo na atualidade, a sua consolidação acontece quase exclusivamente como ponto de encontro de turistas e vendedores ambulantes, invertendo-se qualquer lógica que assegure o conceito de praça central da cidade. “[...] Os turistas, que são homens de lugar nenhum, dispostos a estar em toda parte e que começam a repovoar, recolonizar, a refuncionar e a revalorizar, com a sua presença e o seu discurso, o velho centro”. (SANTOS, 1995, p.16).

3. 2. 3. Largo do Pelourinho - Praça José de Alencar

a. Caracterização do espaço.

Importante acervo arquitetônico da cidade colonial brasileira se encontra nesse espaço incluído nos limites de proteção rigorosa definidos pela Lei 3289/83 (fig. 34, p.127). No entanto, ainda que sob o título de “área preservada”, sua estrutura tem sido drasticamente alterada em decorrência da mudança de relação funcional assim

como pela absoluta desvinculação tipológica entre espaços internos e externos relacionados ao edificado e à organização de espaço central dos quarteirões. Disso decorre a alteração tipomorfológica da área, em parte devida à implementação do programa de recuperação das áreas do Centro Histórico de Salvador, a partir dos anos 90.

A antiga área residencial, que teve esse uso entre os séculos XVII e boa parte do XIX, sofreu processo de deterioração física e social, sobretudo no último período, devido à política de descentralização e desvalorização dos antigos centros urbanos e que deram lugar à marginalidade e à delinquência nesses espaços, tema tratado nos antecedentes históricos, no segundo capítulo.



Fig 58. Largo do Pelourinho, Los Rios / 1894, expansão norte da cidade. Fonte V.

O largo se apresenta constituído por ruas convergentes, em declive, ladeadas por casario tipo sobrado, construído em Salvador até o século XIX, com exemplares por vezes dotados de elementos neoclássicos, fato que torna o espaço um referencial da antiga cidade colonial (fig.58). Processos de desgaste provocados pelo tempo, pelo mau uso e pela falta de políticas de preservação do patrimônio favoreceram a sucessão de ruínas e a decadência das restaurações a que o conjunto foi submetido ao longo da sua existência.



Fig.59a. Ortofoto do Pelourinho (2006), fonte G.

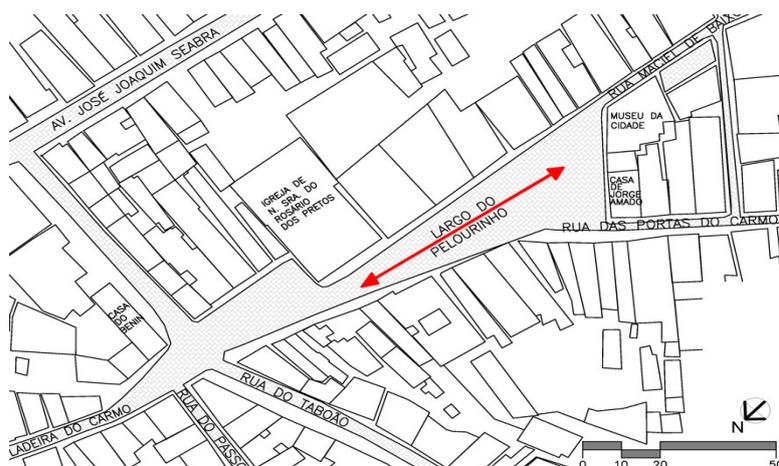


Fig.59b. Largo do Pelourinho (2006), fonte K.

Na atualidade o espaço faz parte de um processo de revitalização da área central de Salvador que, à luz da política de renovação dos centros antigos germina desde a segunda metade do último século. Inicia-se vagarosamente a partir dos anos 1960 por uma renovação nos moldes dos chamados processos de colagem em vigor na época, com reprodução de fachadas e volumetria em modelos produzidos predominantemente no século XIX e início do XX. Naturalmente, esse processo aconteceu nas edificações visíveis a partir das ruas principais.

b. Análise tipomorfológica – arquitetura de entorno e suas relações.

As ruas estreitas que compõem todo o espaço e convergem para o largo constituem-se por geometria não muito regular com a característica principal estabelecida pelo alinhamento das casas que as configuram (fig.60). Normalmente fechando a testada dos lotes, as casas trazem o sentido e a razão de ser da rua, tradição que vem do período medieval e desde o início caracterizou a tipologia

arquitetônica da cidade do Salvador. Esse diálogo estabelecido entre partes cria reciprocidades e um tipo de relação muito peculiar à maioria dos núcleos urbanos originários da época.



Fig.60 Tipologia de ruas do pelourinho (2004). Fonte D.

Os limites do largo se definem pelo casario (fig.61), e no meio deste, pela Igreja do Rosário dos Pretos,¹ uma edificação relevante do século XVIII. Seus acessos se fazem, além daqueles já citados, pelas ruas estreitas internas à trama e pelos edifícios garagens criados para dar suporte aos novos usos.

O Largo do Pelourinho, formado pela junção das ruas Portas do Carmo e Maciel de Cima e de Baixo e pela interrupção do quarteirão central, onde estava a porta de defesa, configura-se pela justaposição de dois trapézios que se sucedem mantendo a mesma organização, desde o rompimento da antiga portada de Santa Catarina. Na realidade, quando da demolição das portas, no século XVIII, a área já se encontrava relativamente bem estruturada. No largo, predomina o sentido do comprimento sobre as larguras, que se constituem variáveis, sobre o eixo central direcionado para a subida do conjunto do Carmo.

¹ Parcialmente construída, inicia suas celebrações em 1718; em 1780 tem a sua fachada e torres concluídas e contendo internamente corredores laterais. Hoje apresenta suas torres modificadas com terminação em bulbo, revestido por azulejo e frontão rococó.

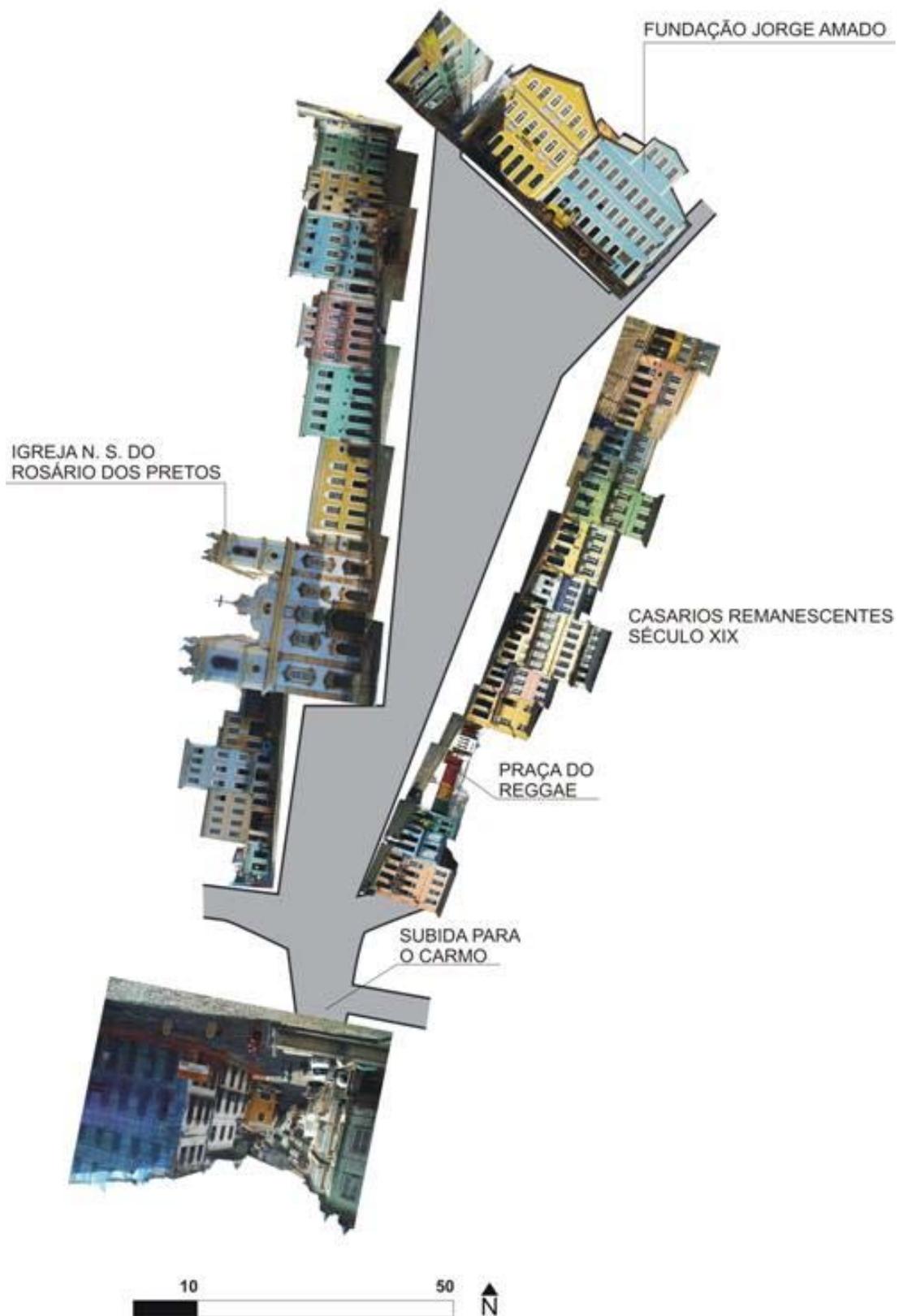


Fig.61. Tipomorfologia do Largo do Pelourinho e suas edificações, (2005). Fonte D e I.



Fig.62. Fachadas no Pelourinho nas suas relações de proporção, simetria e composição de ritmos, Fonte I.

O casario não perde a sua importância pela presença da igreja, ambos imponentes, cada um proporcional ao significado que lhe é associado, trazendo o registro da sua história e dos valores agregados ao longo do tempo (fig.61). A monumentalidade da igreja marca e contribui para a legibilidade do espaço, mas a apreensão do lugar somente se dá no conjunto, que se compõe desde a especificidade do seu piso em declive pavimentado por pedras irregulares, às ruas, becos e vielas de onde, pela irregularidade da sua forma, não se consegue uma leitura integral. Também contribui para a leitura do espaço, a sua rotina de vida, quer seja nos momentos atuais de festa ou sob uma forma de vida mais serena, de bairro residencial de centro de cidade.

Percebe-se no casario, que compõe o entorno do largo e que se repete em toda a área do Pelourinho, que as fachadas mantêm relações de proporção organizadas simetricamente e de alguma forma compõem ritmos com clara intenção estética. Obedecem a posturas estabelecidas no século XVIII, que se baseavam na aritmética e na geometria, determinando relações entre alturas e larguras e aspectos vinculados à estética (fig.62), como sejam: abertura de vãos, molduras de entorno, sistematização das janelas sacadas de 6x12 ou 5x10 palmos, e das “janelas de peito” de 6x4 palmos, dentre outros (CARITA; CARITA, 2000, p.189). Tais posturas indicavam também arremates para os telhados, sempre alinhados de modo a produzir a aparência de conjunto, ainda que as unidades fossem produzidas

individualmente; relação essa que pode ser lida na tipologia edificada da área do Pelourinho.

As dimensões tinham em vista uma composição estética através da proporcionalidade, o que caracterizava uma arquitetura urbana constituída por fachadas contínuas, alturas iguais, aberturas e vãos retos com sacadas que não ultrapassassem a dimensão de palmo e meio, posteriormente flexibilizada para “dous palmos e meyo”², posturas que se denominavam “arquitetura do ygal” (CARITA; CARITA, 2000, p.189).

Observando-se a estrutura das fachadas que compõem a área, verifica-se a permanência dessas proporções na constituição dos sobrados de oitão, cobertos por telha cerâmica, dotados de dois, três, eventualmente quatro, ou até mais pavimentos quando da existência de sótão ou, quando por acréscimo, cria-se esse elemento que se esconde em um segundo plano, afastado do paramento principal da fachada (fig.62). Apresentam rigorosa marcação de portas e janelas de “peito” e ou de “sacada” protegidas por grades trabalhadas com desenhos característicos da época. Os acessos através do pavimento térreo, sempre em maior número, já estabeleciam as entradas sociais e de serviços, ou tipos de comércio tão comuns na residência colonial, e que hoje atendem a novos usos.³

Como exemplar parcialmente colonial no Pelourinho, tem destaque a casa de número 13, localizada no largo (vista na fig.61, p.177, com fachada na cor rosa, do mesmo lado da igreja), onde atualmente funciona o Senac. Foi construída na segunda metade do século XVIII sobre as ruínas das Portas do Carmo⁴ e nasce sobre as muralhas da fortaleza que compõem parte das suas paredes laterais e empenas, sendo seccionada ao meio por outra muralha que lhe impõe adaptações e usos diferenciados (AZEVEDO / Ipac, 1984, p.267-268). No século XIX é reformada constituindo-se nesse período também por elementos neoclássicos. Sofre novas reformas entre 1971 e 1974, quando são acrescentados elementos estruturais, além de

² Posturas da Câmara da Cidade da Bahia fl.4. (CARITA; CARITA, 2000, p.189).

³ Descrição que caracteriza a casa portuguesa na sua relação com o espaço público e a sua variação (séculos XVI e XVII) e a casa colonial brasileira do séc XVIII (CARITA; CARITA, p.175 -189; REIS, p.67; ROSSA, p.425-434); tipologias que podem ser referidas a outras cidades portuguesas e outros espaços de Salvador, como no bairro do Santo Antônio e da Saúde, Rua do Sodré, dentre outros.

⁴ Estrutura que mede em alguns pontos até 7 metros de altura, por 1,80 de base, o que coincide com as cabeceiras leste da fortificação (OLIVEIRA, 2004; Ipac, 1984, p.267-268).

articulações internas entre as casas vizinhas, de números 15, 17 e 19⁵. O conjunto militar (as muralhas), acima referido, compunha-se de cavaleiro – espécie de plataforma elevada para fins de defesa –, restando dessa estrutura apenas um polígono aberto em três lados, em forma de "U".

Na leitura do largo, quase em frente à Igreja do Rosário dos Pretos, percebe-se um rompimento na sequência das fachadas com a consequente descontinuidade do tecido (fig. 63). É espaço onde foram demolidos três casarões em estado de ruína, para os quais, no processo de revitalização da área, não foi prevista a restauração, preferindo-se a lacuna e com ela a fragmentação e a substituição, quebrando as relações interior / exterior e público / privado. Nesse lugar, construiu-se a intitulada “Praça do Reggae”, que tem como objetivo sediar a promoção de *shows* e festas em geral, mais à frente tratada.



Fig.63. Descontinuidade rítmica das fachadas na constituição da “Praça do Reggae” (2005). Fonte D.

c. A intervenção de 1990

c1. Caracterização da proposta.

O Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador tem sido desenvolvido por etapas, sendo a intervenção na área do Pelourinho incluída entre as suas quatro primeiras etapas, no período de 92/95. O projeto foi denominado *shopping a céu aberto*, com uma abrangência que incluía desde o Terreiro de Jesus até o Carmo. Em perspectiva empresarial, foi usado como poderoso instrumento de

⁵ Todas se encontram sobre remanescentes das construções seiscentistas. (Ipac, 1984, p. 268).

marketing governamental associando lazer, cultura e consumo em ambiente histórico, a partir do pressuposto de que a dinâmica criada com a recuperação de alguns trechos contaminaria as quadras vizinhas (SANT'ANNA, 2003, p.46).

Com base nas alterações propostas, em finais do último século, nos chamados processos de revitalização, o antigo espaço foi direcionado para o atendimento de atividades turísticas, fato que alterou sua dinâmica antes produzida por uso misto, entre residencial, comércio e serviços de pequeno porte. Em contraponto, os usos atuais são produzidos para venda de artesanato, serviços de restaurantes e bares, atividades que o constituem como espaço da especulação, da festa e do turismo.

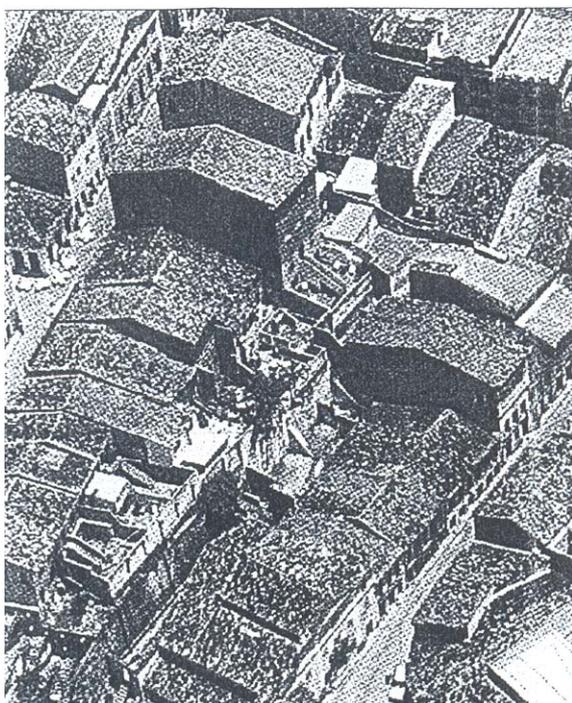


Fig.64. Vista aérea de quarteirão do Pelourinho

antes da reforma, início anos 1990, Fonte Z.

Assim, todo o espaço sofre drásticas alterações na sua dinâmica, embora as fachadas das edificações sejam totalmente mantidas e recompostas, preservando de alguma forma a sua relação física com a rua e com o entorno, sem alterar os alinhamentos e os volumes. O interior das edificações é reorganizado para atender às novas funções, assim como os quarteirões, que se abrem subvertendo muitas vezes as relações entre privado e público, como forma de ampliar e explorar os espaços, tornando-os cada vez mais coletivos (fig.64). Nesse contexto, foram criados espaços chamados de praças e largos situados na área central dos quarteirões, lugar de anexos e remanescentes dos quintais de outrora (fig.65).

Assim, o partido físico da intervenção perde muito em informações urbanísticas, com a eliminação de anexos e por rompimento das relações interior/externo e cheio / vazio, retalhando edificações ainda consolidadas e compondo novos espaços para permitir as atuais dinâmicas que em muito têm definido a característica principal da área – o espaço do *show*.



Fig.65. Antigos quintais transformados nas

chamadas “praças” (2004). Fonte D.

É então um espaço público que se direciona para a exploração comercial de bebidas e comidas, e para produção de *shows*. Quase sempre organizado por níveis, tem os bares e o palco em plano elevado. Nele se utilizam toldos em cores variadas, balcões de bar e ornamentações supostamente decorativas. O espaço resultante produz uma ambiência pobre, não condizente com um projeto intitulado de revitalização.

A falta de condições para manter uma clientela mais abastada no uso do empreendimento do Pelourinho fez surgir atualmente na área alguns usos e serviços

institucionais, assim como equipamentos culturais, que, segundo Sant'Anna, mostram o intuito de um re-direcionamento da iniciativa para o turismo regional.⁶



Fig.66. Praça do Reggae no lugar do proposto “Palco Móvel” (2005). Fonte D.

Dentre os espaços para eventos que ocupam a área central dos quarteirões do Pelourinho destaca-se aqui a “Praça do Reggae”. Como as outras praças retratadas nas figuras 65 (a), (b) e (c), nada mais são do que lugares para eventos festivos que aqui são correlacionados com os palcos e camarotes de carnaval e com os trios elétricos. São espaços delimitados e têm sua estrutura de apoio e para o conjunto musical organizados em níveis elevados e espaço para a plateia com pista de dança. A “Praça do Reggae” apresenta o espaço da venda e do controle visual por elevação de nível e demarcação por gradil, que contorna escadas, rampas e pisos com diferença de cota. A cobertura é feita com as tão atuais lonas tensionadas coloridas, repetindo o coloquial panorama da cidade contemporânea.

Sabe-se que propostas de reabilitação e conservação de um patrimônio cultural construído ao longo dos séculos que não contemplem interesses da indústria do turismo não produzem ressonância, muitas vezes não saindo sequer do papel e de intenções. Podem-se citar como referência as propostas apresentadas para a área central de Salvador pela arquiteta Lina Bo Bardi, em 1986, parcialmente executadas, como: o Teatro Gregório de Mattos, o Conjunto do Benin, Casa de Ogum, Ladeira da Misericórdia e Belvedere da Sé, todos alterados ou atualmente, sem funcionamento ou ainda demolidos (arquivo PMS / FMLF).

⁶ Constatado o predomínio de uso do espaço pela população da cidade, para atividades de lazer, o programa passa a investir em animação especializada local, tornando a área polo de lazer da cidade e da Região Metropolitana de Salvador - RMS. (SANT'ANNA, 2003, p.52-53).

Em 1994, o arquiteto Pasqualino Magnavita sugeriu para recomposição do tecido interrompido em frente à Igreja do Rosário dos Pretos, no local posteriormente ocupado pela “Praça do Reggae”, a construção de um grande palco móvel, equipamento que iria estruturar o espaço para grandes apresentações musicais da cultura local, nacional e internacional (fig.67a, b e c); um uso cultural, que, segundo o autor, seria voltado para espetáculos públicos ligados às vocações que a área apresenta. Atenderia, assim, à política de revitalização de centros históricos. (MAGNAVITA, 1995, p.123-124). Esse projeto será retomado no item de análise do largo.



Fig.67a. Croquis do Palco Móvel. Fonte D3.

c2) Mobiliário.

Conforme antes referido, toda a área está pavimentada em pedras irregulares assentes em terreno com considerável declividade devida à topografia local. É piso característico de espaço de origem colonial. Os telefones e cestos de lixo utilizados são convencionais (plástico resistente azul), repetindo o padrão amplamente utilizado nas vias públicas de Salvador. O sistema de iluminação adota focos de luz sobre as fachadas das edificações; em alguns trechos incorpora o sistema de catenária fixada entre fachadas opostas com luminária ao centro da via pública para aumentar o aclaramento. Esse sistema produz luz de cor fria à morna, atendendo satisfatoriamente aos usos aí propostos.

c3) Acessibilidade.

É área da cidade que mantém traços de urbanização dos séculos XVIII e XIX com resquícios da cidade colonial brasileira que, apesar das drásticas alterações a que tem sido submetida, ainda consegue manter a regularidade das suas ruas e as relações entre as fachadas. O desenho urbano que apresenta não mostra qualquer preocupação com as questões da acessibilidade, principalmente quando se trata de pessoas com dificuldade de locomoção. Assim a área apresenta ruas estreitas, um pouco desalinhadas e com pavimentação irregular.

As calçadas de pequena largura e em desníveis para acompanhar a topografia local são cortadas por elementos tipo degraus de acesso às edificações, anúncios comerciais, irregularidades diversas dentre outros obstáculos. Como solução que busca facilitar essa acessibilidade, por vezes são encontrados veículos automotivos de pequeno porte que fazem o circuito entre a Praça Municipal e o Pelourinho. Outras questões de infraestrutura e de serviço público previstos pela Lei 10098/2000 não são encontrados na área.

d) Considerações sobre o conjunto resultante a partir de 1990.

O largo, no contexto da área do Pelourinho em revitalização, evidencia projetos que trazem como elemento principal o caráter político e de comércio turístico, como promoção do Governo do Estado e serviços de vitrine que mostram a sua capacidade e eficiência – aquela que explora e ao mesmo tempo sustenta de modo paternalista e oneroso, como forma de assegurar o tipo/padrão de comércio, além da possibilidade de controle e de manutenção da área recuperada como sala de visitas, sempre arrumada para o turista (SANT'ANNA, 2003).

Sem regras consistentes, torna-se um empreendimento a critério das parcerias acima citadas, tendo a manutenção externa e das áreas comuns a cargo do Estado. A escolha dos candidatos para ocupação das áreas recuperadas e para os empreendimentos ocorre sem critérios pré-estabelecidos e, por outro lado, em atitude paternalista, favorecendo o oportunismo empresarial pelo baixo custo de instalação e manutenção (SANT'ANNA, 2003, p.52-55).

Entende-se assim que, no processo de descaracterização tipomorfológica da área, o lote entra em contradição total, desde a sua leitura por unidades tipológicas

de fachada em contraponto a um interior totalmente alterado à sua parte posterior, completamente destruída e unificada no miolo do quarteirão. Também são feitas modificações na ocupação do lote para dar passagem ao interior da quadra, com novos usos que criam mais uma lacuna, além de inverter o seu caráter, que de privado passa a público, e de quintal a palco de *shows*.

Os quintais existentes na parte posterior dos lotes eram os únicos espaços na área central da cidade onde se poderia assegurar a manutenção de áreas verdes, como elemento de articulação ecológica, condicionante fundamental no processo de equilíbrio do lugar e coadjuvante no clima da cidade. Nesse processo foi totalmente desprezada essa hipótese em nome da aplicação modernista de rompimento do quarteirão para criação de áreas de lazer. Tais espaços dão lugar aos grandes pátios pavimentados, destinados a espetáculos, bares ou equivalentes, configurando uma ação que neste trabalho se entende como ainda incorporada a princípios funcionalistas que se misturam aos programas de re-ocupação de áreas centrais, para atender aos objetivos de lucro máximo.

Do exposto, constata-se a dificuldade de leitura do tecido, subvertendo-se as relações anteriores, que passam de privado para público e alterando o uso com a entrega das edificações para a exploração de um comércio voltado para a população externa. A população aí residente é expulsa e transforma-se o espaço pela indústria do turismo, na animação, no folclore, no que se costuma chamar de “Disney Baiana”.

Reporta-se mais uma vez à proposta do arquiteto Pasqualino Magnavita relativa ao “Palco Móvel” concebido por articulações tipo gaveta (fig 67b), montado em estrutura metálica, com sistemas hidráulicos para sua movimentação (MAGNAVITA, 1995, p.125). A possibilidade de deslocamento do equipamento sobre o largo pretende cumprir de forma mais eficiente e inteligente a programação quase cotidiana do espaço, atendendo, por um lado, ao programa turístico de Salvador, que tem o lugar como alvo, e, por outro, à preservação das características espaciais, pois retoma a forma contida pelo alinhamento e pela volumetria do casario local, quando não em uso (fig.67c). Além disso, a estrutura de palco / sala, com instalações de conforto, apoio e áreas para exposições, em dois níveis, traz a diferença de outros equipamentos que são sistematicamente instalados no largo, de forma improvisada, sem qualquer critério de adequação, segurança e composição estética. Na figura seguinte vê-se a proposta em forma esquemática.

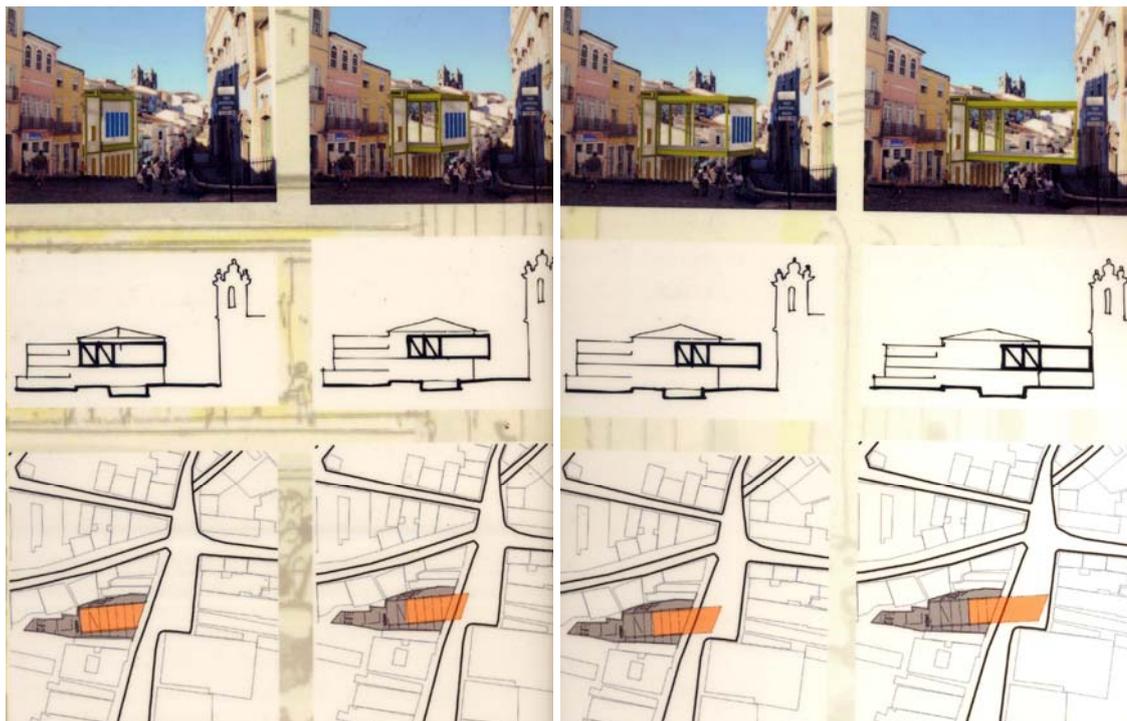


Fig.67b. Esquema de projeção do palco sobre a rua. Fonte D3.

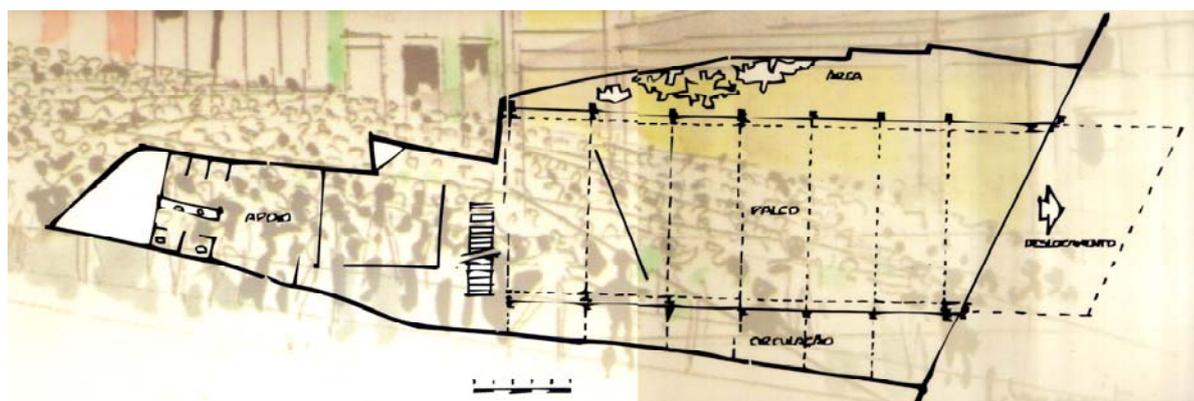


Fig.67c. Esquema de corte do palco. Fonte D3.

3. 2. 4. Praça da Inglaterra.

a. Caracterização do espaço.

Antiga Praça São João, ocupa o espaço onde existiu o Morgado de Santa Bárbara e a sua respectiva igreja (Ufba, 1998). Na área central do Comércio, posiciona-se entre o eixo viário norte / sul, que articula o centro da cidade à península de Itapagipe e à zona da Barra, e outro eixo no sentido leste / oeste, que

define a conexão entre os dois níveis da cidade: alta e baixa, por proximidade com os planos Inclinação Gonçalves e Pilar⁷ e o Elevador Lacerda.

Assim como toda a área da Cidade Baixa, a Praça também tem a sua gênese em espaços de aterro fronteiros ao mar e ao porto. Enquanto largo do mercado São João, tinha assegurada uma visão direta para a baía (fig.68a), mas nas duas primeiras décadas do século XX a área se amplia pelos sucessivos avanços sobre o mar, com a instalação da necessária infraestrutura de cais e armazéns para atender às atividades portuárias, em expansão na época (fig.68b). Esses elementos criam barreiras e impedimentos visuais para a baía, fechando a perspectiva.

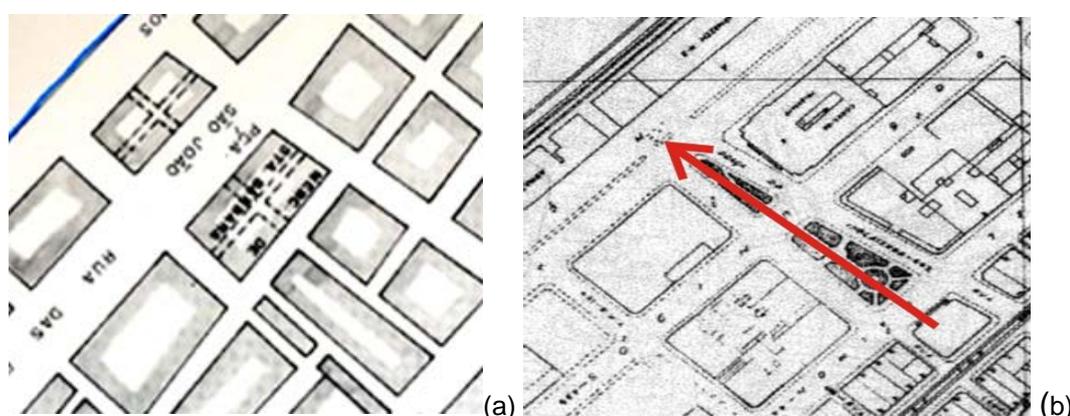


Fig.68 (a) Antiga Praça São João; (b) Praça da Inglaterra anos 1930. Fonte Q e O.

Nos anos 1920, a área do Comércio é marcada por imensa faixa de aterro que é loteada, com abertura de vias como as ruas da Bélgica e Portugal. Nesse contexto, a Praça da Inglaterra foi inaugurada. Ainda na implementação da política urbana determinada pelo governo Seabra no seu segundo mandato (Ipac, 1984, p.59), o espaço destinado à Praça é seccionado pela construção da Avenida Estados Unidos (fig.68a, b), fazendo-a nascer já fragmentada em duas partes. A área ocupada pela praça ao longo do seu processo de consolidação tem por característica uma farta arborização que consegue ser mantida até os dias atuais, apesar das recentes alterações sofridas (PMS / FMLF, 1997).

Originalmente a praça constituía um trapézio, com a sua maior base alinhada à atual Rua Miguel Calmon e a menor alinhada à Avenida da França (fig.68b e 69a). Seu traçado interno se organizava por eixo longitudinal, conectado por radiais

⁷ No bojo das políticas de revitalização da área comercial da cidade, considera-se a reativação do Plano Inclinado do Pilar, após 20 anos em desuso, conforme nota do Jornal A Tarde, 10/08/2005. Cidade. "Projeto de lazer e cultura no porto."

direcionadas a um centro geométrico onde se localizava a estátua de Rodrigues Lima. Em finais dos anos 40 do século XX, essa escultura foi substituída por um monumento em homenagem ao ex-governador J. J. Seabra (PMS/Seplan).⁸



Fig.69. a) e b) Praça da Inglaterra anos 1950; c) estátua a Rodrigues Lima (1935); d) estátua de J. J. Seabra (2005). Fonte L, L, U e D, respectivamente.

Com a política de desenvolvimento e modernização de Salvador no período entre 1970 e 1980, quando se constituem novas centralidades (comércio / serviço) na área do Iguatemi e da Avenida Tancredo Neves, e somado o “entendimento”⁹ de que a cidade deveria ser organizada em subcentros, presencia-se o deslocamento do setor comercial existente nessa área para os novos espaços, com o conseqüente esvaziamento e a desvalorização de toda zona do Comércio que, naturalmente, entra em processo de decadência por abandono e descaso. O desenho da praça

⁸ Obra do escultor de Antônio Caringi, que em 1949 substitui o antigo chafariz existente no espaço. Placa comemorativa, *in loco*.

⁹ O sentido da palavra “entendimento” vem de uma ação considerada como fenômeno mundial que encaminha as cidades de maior escala, com características metropolitanas, à descentralização. Ver CARVALHO, 1997.

nos anos 1980 apresentava-se de acordo com a planta reproduzida a seguir, preservando do traçado anterior apenas a vegetação e a escultura a Seabra.

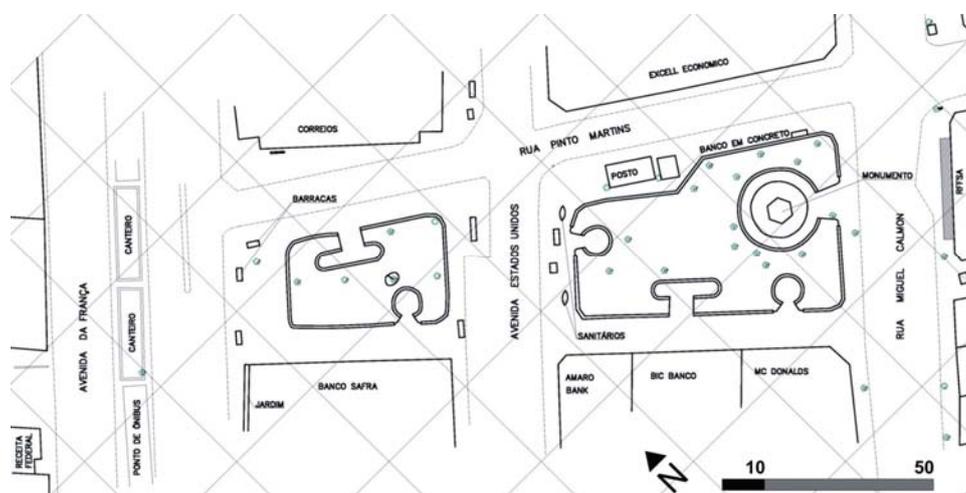


Fig nº 70. Praça da Inglaterra (1980). Fonte C.

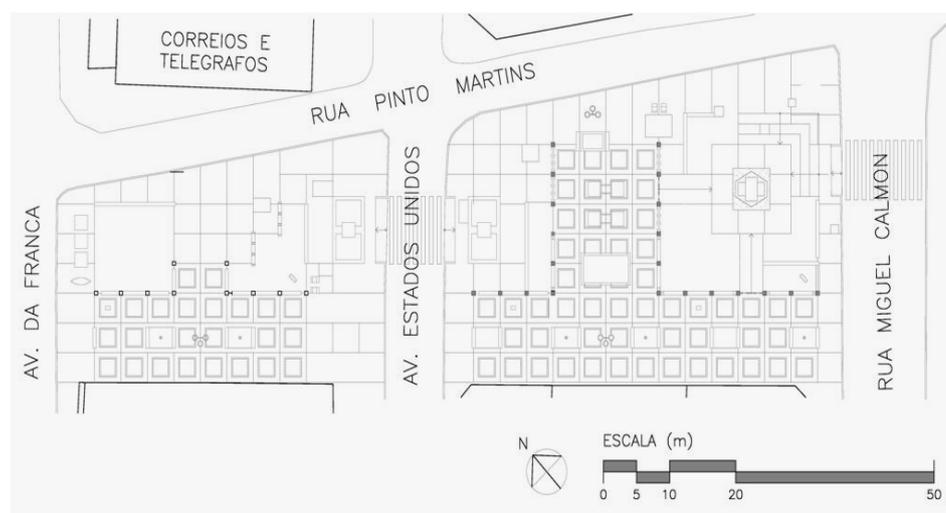


Fig.71a. - Situação da Praça da Inglaterra em 1997, fonte G.



Fig.71b. Ortofoto Praça da Inglaterra (2006), fonte K.

b. Análise Tipomorfológica – arquitetura de entorno e suas relações.

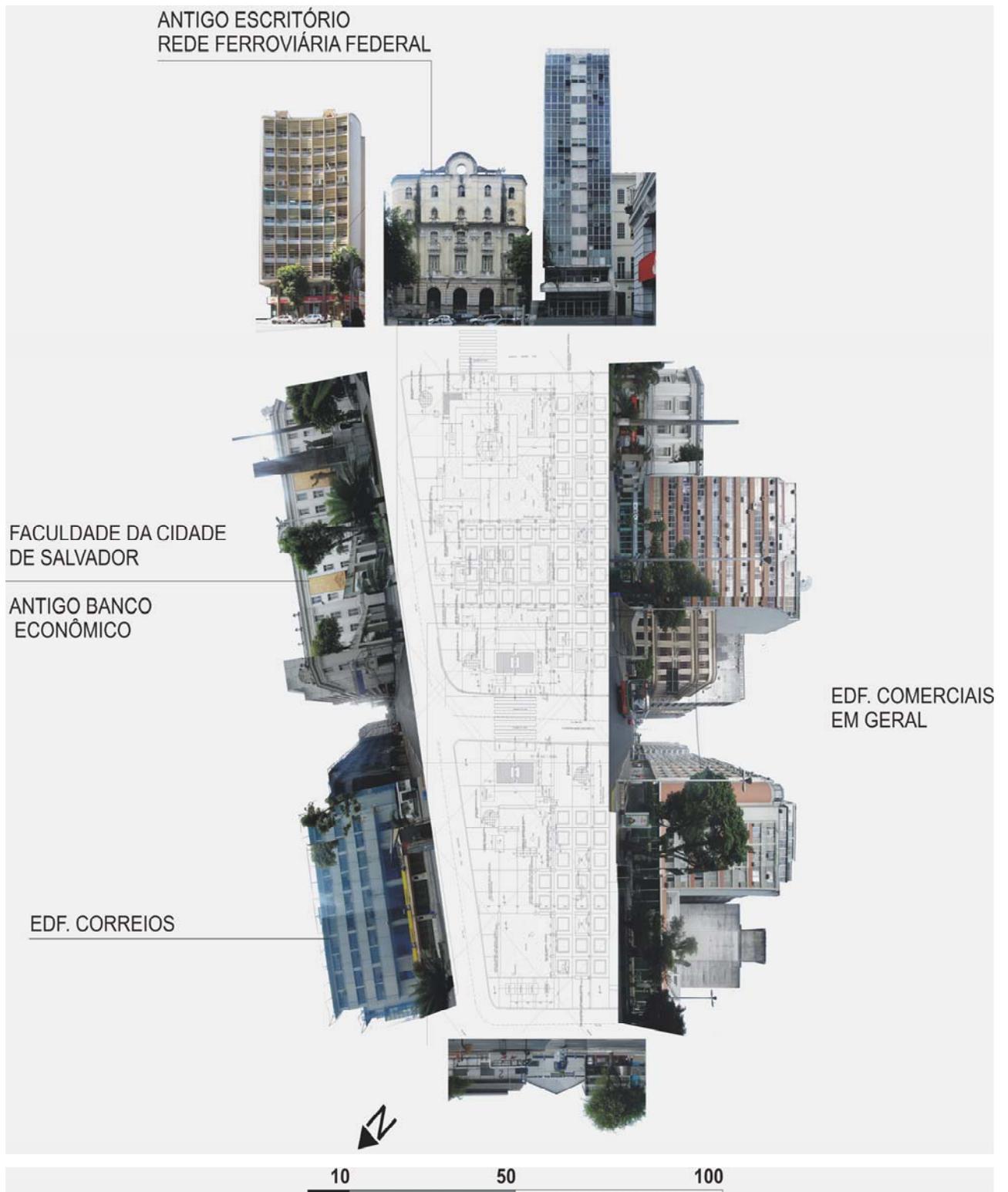


Fig. 72. Relação Tipomorfológica do espaço da Praça da Inglaterra e suas edificações. Resultado da intervenção 1997. Fonte C, D e I.

O atual edifício da Rede Ferroviária Federal, fronteiro à Praça da Inglaterra, foi construído em 1914 para ser sede dos Correios no local onde funcionou anteriormente o antigo mercado São João (AZEVEDO, 1985, p.38). Apresenta uma arquitetura eclética e ocupa toda a quadra (fig.72 e 73). Situa-se elevado em relação à cota da rua, tendo na parte inferior da fachada pequenas aberturas retangulares, protegidas por grades, para ventilação dos espaços semienterrados internos. Sua fachada é organizada por marcações verticais definidas por quatro colunas que destacam o conjunto de acesso ao edifício, composto por três portas principais, articuladas por larga escadaria externa que se desenvolve sobre a calçada pública. Apresenta chanfros entre as fachadas frontais e laterais em substituição aos ângulos retos voltados para os cruzamentos viários.¹⁰



Fig 73. Edifício da antiga Rede Ferroviária (2005). Fonte D.

Subdivisões horizontais complementam a definição da fachada do edifício da Rede Ferroviária que contém em cada uma dessas subdivisões dois pavimentos, com exceção da primeira cujo pé direito é duplo. A última subdivisão mostra coroamento com ornamento de forma ovóide. Suas esquadrias trazem um misto de terminações retilíneas e em arco, algumas com sacadas, enquanto outras complementam a sua marcação vertical com almofadas na parte inferior e superior. Constitui tipologia arquitetônica que mais à frente consolidaria uma referência local.

¹⁰ De acordo com as preocupações estéticas em vigor em Salvador, posteriormente oficializadas por lei municipal nº 1.146/26. (GARZEDIN, p.178- 181).

O edifício do Banco Econômico, onde hoje funciona a Faculdade da Cidade do Salvador, é de belíssima arquitetura e, pelas características que apresenta, relaciona-se com o entorno e com as outras edificações das primeiras décadas do século passado. Seus traços ecléticos configuram um prisma de quinas em chanfro, com cornijas superiores decoradas e simulação de colunas em trechos da fachada. Almofadas decorativas aparecem em parte das esquadrias e algumas janelas são sacadas (fig.72 e 74).



Fig nº 74. Primeira e atual Praça da Inglaterra, ao fundo edifício do Banco Econômico, atual Faculdade da Cidade do Salvador. Fonte P.

O atual edifício dos Correios e Telégrafos (1938), no momento em processo de reforma, tem a sua construção alimentada por posturas de projeto que indicam uma transição entre a arquitetura ainda remanescente no início do século e o pensamento que germina em Salvador nos anos 30, gerando uma tipologia edificada muito específica, que anuncia o edifício moderno.¹¹ Seu espaço de acesso apresenta escadaria coberta por marquise, onde três portas dão entrada a amplo saguão com pé direito elevado. Edificação fronteira ao perímetro da quadra em três lados, organiza suas fachadas através de saliências e volumes, valorizando a estrutura vertical por pilares que ganham destaque no primeiro pavimento, sobre a linha da marquise, e marca as linhas horizontais pelas esquadrias superiores (fig.72).

¹¹ Junto a outros exemplares produzidos nesse momento, inicia-se a introdução de características modernistas em edificações como: o Instituto do Cacau, a antiga agência do Banco do Brasil (Avenida Estados Unidos/Rua da Argentina), a Secretaria de Segurança Pública (39), o edifício do Jornal A TARDE (35), dentre outros. (Docomomo-Brasil, MAU-Faufba).

As esquinas que complementam a cercadura da praça mostram estilos dos mais diversos, desde os ecléticos das primeiras décadas do século XX aos modernistas e de transição, e a outros envidraçados e de fachadas impessoais, que retratam construções atuais (fig.72 e 75). Compõem um elenco de possibilidades tipológicas como: janelas em sacadas e organizadas em linha, cornijas, adornos, quinas chanfradas ou curvas, em contraponto a galerias, janelas em fita, marcações de fachadas por planos horizontais que se alternam aos verticais, platibandas, esquadrias em alumínio, além dos atuais paramentos envidraçados fumê, e fachadas postíças. Assim se mostra a composição do conjunto atual.¹²



Fig.75. Tipologias de fachadas no entorno da Praça da Inglaterra (2005). Fonte D.

c. A intervenção de 1997.

c1. Caracterização da proposta

Comparando fotografias do espaço atual e da primeira metade do século XX, (fig.74) pode-se perceber que a vegetação arbórea desenvolvida desde a sua estrutura original se mantém, assim como o monumento a J. J. Seabra. No entanto, a praça sofre grande redução na dimensão dos canteiros que predominavam no seu desenho original. Anteriormente a praça se desenhava por um eixo interno e específico que organizava o espaço e, de alguma forma, homologava o sentido leste/oeste de articulação entre os dois níveis da cidade. Esses elementos, além de estabelecer a circulação e o percurso interno da praça, orientavam as visuais para o seu objeto principal, o monumento.

¹² Em diferencial tipológico de edifícios, como sejam: a Companhia Ferroviária Leste Brasileira, o ex-Banco Econômico S. A. e a Central dos Correios e Telégrafos da Bahia.

A partir do programa municipal de adoção de praças em 1997, e tendo como parceiro o Banco Econômico (Excel), o arquiteto Assis Reis foi contratado para realizar a proposta de revitalização da praça. O novo projeto adota uma postura de rompimento com o espaço anterior, que, por sua vez, também não respeitara as organizações antecedentes.

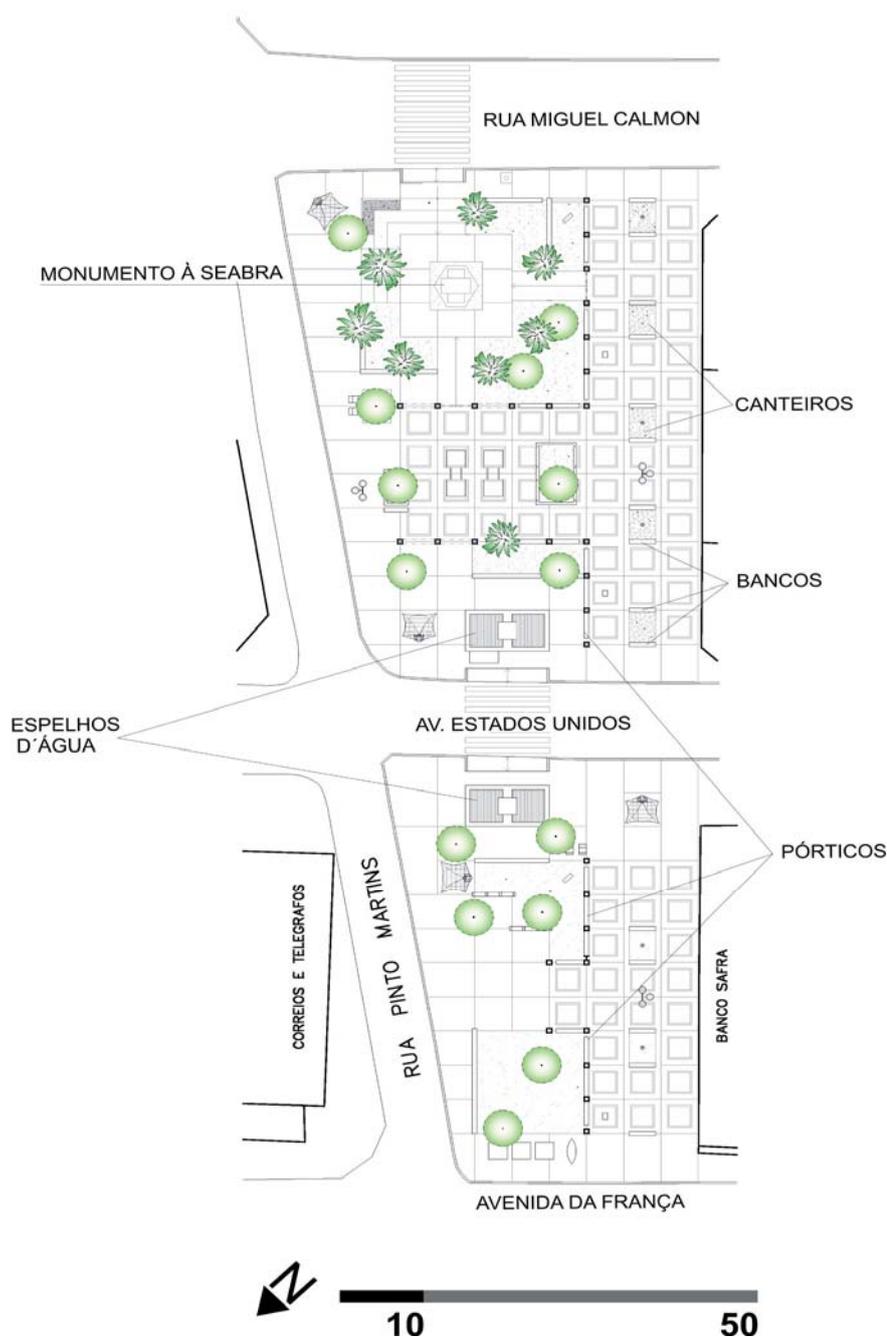


Fig nº 76. Projeto de intervenção da Praça da Inglaterra (1997). Fonte C, D e I.

O desenho renovado incorpora um dos acessos do entorno, correspondente à Rua Lauro Muller, ampliando as medidas e proporções no maior trapézio para:

63x46m e no menor: 46x28m,¹³ com áreas de 2.900m² e 1.300m² correspondentes, respectivamente, às duas partes da praça (PMS / FMLF, 2004, p.58). No perímetro, as fachadas compõem alturas variadas, alcançando de quatro a doze pavimentos, sendo a área limitada por gabarito que define o limite de 45m acima do nível do mar¹⁴.

O atual projeto, construído, anexa alegorias espaciais compostas por pórticos que se organizam delimitando subespaços, com o monumento na área central (fig.76 e 77). A espacialização pretende a marcação da rua incorporada ao espaço da praça e ao mesmo tempo sua organização, “separando-o em áreas de estar e de forma a valorizar o monumento”¹⁵ (PMS / FMLF, 1997).

A nova proposta cria esses espaços de estar, definindo-os pela composição dos pórticos citados, que se organizam em “U” ou “L” em sentidos variados, de maneira a indicar uma divisão de espaços e uma composição de perímetros (fig. 76 e 77). Articulam-se a essas estruturas os bancos de concreto, que, por vezes, se interrompem como procurando formar um espaço comum. Outros bancos de mesmo formato estão colocados em parte do perímetro dos canteiros existentes.

O monumento que faz homenagem ao governador J. J. Seabra constitui o único elemento que é preservado nesta e em todas as outras reformas. Passando somente por processos de recuperação física e conservação, mantém na íntegra as suas características originais. Também é marca na praça o seu primeiro “lugar referência”, representado por um obelisco, em desenho típico da Semana de Urbanismo de 1935. O obelisco homenageava outro ex-governador e, articulando-se ao desenho da praça, participava da sua estruturação, definindo com força o eixo estabelecido pela relação cidade/baía.

Os espelhos d’água, em número de dois, (fig.77), denominados no projeto como “virtuais,” são simétricos nas duas partes da praça. Localizam-se próximos aos limites com a Avenida Estados Unidos, trazendo cada um a função de abrigar, no pequeno pedestal localizado na sua parte central, um monumento, que nunca foi instalado. Desde algum tempo os próprios “espelhos” também foram desativados. Atualmente se encontram parcialmente encobertos por tela, como elemento de

¹³ altura do trapézio e base média.

¹⁴ Norma do Epuccs - Lei de Uso do Solo /1978, incorporada pela Lei 3289/83 e pelas Louos 1994/98/2001.

¹⁵ Depoimento do autor do projeto, o arquiteto Assis Reis.

proteção, sem qualquer perspectiva de recomposição (PMS/FMLF, 1997 e observações *in loco*).

A segunda parte da praça, aquela que articula a Avenida Estados Unidos à Avenida da França, mantém as características e elementos da primeira, inclusive o espelho d'água atualmente fechado por tela,¹⁶ organizando-se por inversão quase que simétrica, com exceção do monumento que é único e situa-se na primeira parte, aquela entre a Rua Miguel Calmon e a Avenida Estados Unidos. Complementam o conjunto o mobiliário urbano composto por bancos de concreto, a iluminação alta, telefones tradicionais, lixeiras e espaços para serviços.

c2. Mobiliário.

Para a pavimentação foi utilizado um granito rústico, formando desenhos geométricos pela articulação de peças em sobretons e em alguns trechos, desenhos associados a placas de concreto, compondo outros painéis.

Os bancos localizados nos espaços de estar da praça constituem-se em concreto, sem encosto e pintados, acompanhando de alguma forma a organização dos “modernos” pórticos (fig.77b). Pequenos canteiros circundam as árvores de porte pré-existentes no lugar, e foram introduzidas outras espécies vegetais, sem maior organização estética e instalações para a sua manutenção.



Fig. nº 77. Espaços da Praça da Inglaterra (a) 1997 e (b) 2005. Fontes P e D, respectivamente.

¹⁶ Os chamados “espelhos d'água” ficam dependentes das condições pluviométricas locais, variando assim entre totalmente secos a cheios de água.

A iluminação indicada no projeto executivo prevê uma distribuição geral, efetivada por postes altos com luminárias em pétalas, produzindo luz de cor amarela em nível uniforme, com lâmpadas vapor de sódio (fig.77a). Como complementação desse sistema foram introduzidos equipamentos de efeito decorativo, na escala dos pórticos, trabalhando a iluminação local por partes. Essa solução não se efetivou, provocando posteriormente a retirada desses equipamentos. Quanto ao monumento, este recebe iluminação específica por projetores, assegurando uma desejável valorização, em situação de manutenção adequada, (PMS/ FMLF, 1997 e observações *in loco*).

A oferta de pequenos serviços, como venda de lanches, revistas ou equivalentes encontra espaço em barracas do tipo tenda, em toldo de lona, previstas em cada um dos quadrantes da praça. Até o momento, só um desses equipamentos existe e em total estado de desgaste físico. A ausência de espaços apropriados faz, naturalmente, surgir as tradicionais barracas pré-fabricadas existentes em várias partes da cidade (PMS/FMLF, 1997 e observações *in loco*).

c3. Acessibilidade

Quanto à acessibilidade, a praça apresenta rampas localizadas junto aos semáforos; no entanto, não fica garantida a facilidade de locomoção diante da existência de pequenos desníveis entre estas e as pistas de rolamento. O problema se agrava pela divisão dos espaços produzida pela construção da Avenida Estados Unidos. Nesse sentido, o agente facilitador do acesso entre as duas partes da praça fica vinculado aos semáforos, que carecem da instalação de botoeiras à altura de cadeirantes e de efeitos sonoros, dentre outros recursos. Também o mobiliário pede um re-estudo, desde a organização dos pórticos à definição das cotas dos pisos internos e aos telefones públicos e outros equipamentos, no sentido de torná-los mais adequados aos portadores de necessidades especiais (Lei 10098/2000).¹⁷

Os usos observados no espaço referem-se quase exclusivamente à passagem e a vendedores ambulantes de café, água, lanches rápidos e serviços como aluguel de cartões telefônicos, que usam a área sombreada e os bancos para descansar,

¹⁷ Tem a função de estabelecer normas gerais e princípios básicos que viabilizem acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência e mobilidade reduzida, fazendo articulações com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

enquanto oferecem seus produtos. Não se percebe nenhum tipo de frequência habitual que venha a fazer do espaço um ponto de encontro, sentido maior de uma praça. À noite e nos finais de semana o espaço fica totalmente deserto, mesmo sem as grades de proteção existentes em outras praças.

c. Considerações sobre o conjunto resultante a partir de 1997.

Da análise efetuada, entende-se que o espaço atual da praça não apresenta uma localização e organização que sejam convidativas para o uso pela população como lugar de estar e de recuperação física, para os trabalhadores e estudantes locais, no intervalo de suas atividades e ao final do expediente. Percebe-se que, embora seja um espaço sombreado pela vegetação de porte existente e dotado de bancos para estar, falta-lhe algo que contribua para o prazer de nele permanecer: faltam manutenção, limpeza, espaços conjuntos e espaços reservados, tratamento de canteiros, dentre outros elementos, como em outras praças de Salvador.¹⁸

Os pórticos, em número e disposição que dificultam o entendimento geral do conjunto, denotam uma ideia de espacialização plena de impedimentos à completa visão do conjunto. Não se encontrou qualquer lógica que justificasse nesse espaço o uso dessas alegorias e das estruturas de adorno.¹⁹ Pela escala da praça, tais elementos entram em competição com os edifícios que fecham o seu perímetro, com o monumento a Seabra e com a vegetação local de porte, resultando em absoluta ausência de destaques.

Por fim, facilmente se percebe os habituais problemas de manutenção que sofrem os espaços públicos de Salvador. Resguardando as devidas proporções pela proximidade da intervenção, o espaço se encaminha para processos já vividos anteriormente. Considera-se que os critérios de preservação acontecem de forma diferenciada entre os espaços da zona norte e zona sul da cidade, não se fazendo com o mesmo rigor e eficácia presentes, por exemplo, no trato da Praça da Piedade, dentre outras. Assim, no momento atual, o espaço já apresenta carências

¹⁸ Não se trata de ausência de árvores de porte, mas sim de excesso de pavimentação, em detrimento de canteiros e tapetes verdes.

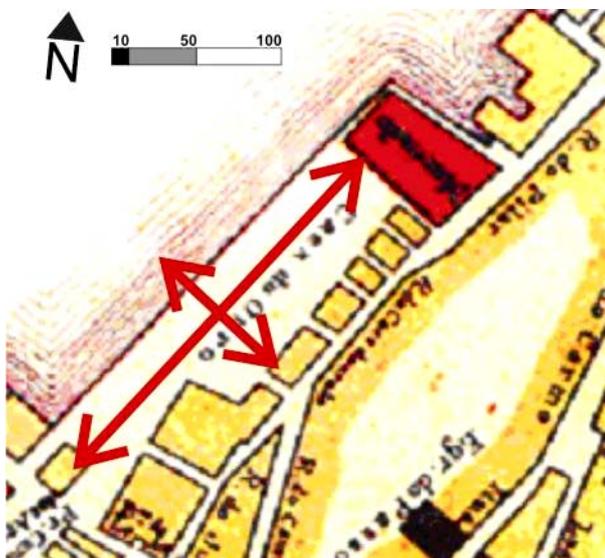
¹⁹ O uso de pórticos poderia até justificar-se em espaços mais amplos onde houvesse o predomínio da horizontalidade e a inserção desses elementos pudesse criar destaques e valorizações perante o entorno.

quer seja pela falta de preservação do seu mobiliário, das suas áreas verdes e canteiros e dos tão “contemporâneos” elementos: os espelhos de água.

3. 2. 5. Praça Marechal Deodoro

a. Caracterização do espaço.

A Praça Marechal Deodoro, antigo espaço alargado fronteiro e articulado ao Cais e ao Mercado do Ouro (fig.78), tem a sua história registrada a partir do século XIX (1879) como local do comércio de produtos que chegam ao cais provenientes do Recôncavo Baiano e de uma forma muito específica do metal ouro, quando Salvador torna-se polo de comercialização desse produto. Embora não haja unanimidade nessa versão, várias considerações levam a entender que a negociação do ouro fosse feita nesse local (TEIXEIRA, TEIXEIRA e MARCONI, 1978; FRANCO, 2004, p.67). Considerando a competência popular em relacionar fatos a usos e práticas cotidianas dos espaços, faz-se aqui esta correlação entendendo que não existe outra explicação plausível para essa denominação.



Figs. nº 78. Antigo “Cais do Ouro” e sua organização espacial para negócios em finais do século XIX;

Assim, a área de caráter comercial constituía inicialmente um largo estruturado por dois eixos: o primeiro, o eixo que define com mais clareza a relação cidade / porto, expresso no desenho da figura 78, e que ao longo do tempo se perde; e o segundo eixo, longitudinal, que originalmente apenas definia a geometria da área, mas, com a expansão da cidade no sentido norte, tem sua relação assegurada pelo desenho viário desenvolvido no século XX.



Figs. nº 79. Cais e Largo do Ouro, anos 1920/30. Fonte A e W1.

Com a sucessão dos aterros para consolidação da área portuária e criação do bairro do Comércio entre os anos 1920/70 (Ufba, 2001, anexos), o Mercado e o Largo do Ouro perdem o contato direto com os espaços de atracação dos saveiros provenientes das áreas do Recôncavo Baiano (fig.79 e 80). Ganham espaço as obras de infraestrutura de cais e galpões e o parcelamento sobre a área adquirida; a cidade cresce no sentido da Península de Itapagipe, com as novas facilidades de acesso. Como referência, cita-se a Avenida Frederico Pontes, mais conhecida como Jequitaia.

Com a construção do terminal rodoviário de Salvador, na Avenida Sete Portas, em 1961 (SAMPAIO, 1998, p.109), o espaço, que até então abrigava esse uso, passa a sofrer completo abandono, exposto aos desmandos de uma cidade sem um plano urbanístico mais amplo e, portanto, disponível para as demandas urbanas emergentes. Assim, com o crescente fluxo rodoviário das grandes cidades e a afinidade entre os usos anteriores e os que no momento ascendem na escala da cidade, o espaço passa a funcionar como estacionamento de caminhões e veículos pesados de carga (PMS/FMLF, 1997; FRANCO, 2004, p.66).



Fig.80. Praça Deodoro (1950). Fonte O.

Mantendo esse uso, a então praça preserva a sua farta arborização e a sua organização de acordo com a planta esboçada a seguir, permanecendo assim até 1997, quando o arquiteto Daniel Colina, a convite da Seplan, assume a coordenação da proposta de revitalização desse espaço, tendo nessa execução a participação de técnicos da PMS/FMLF.

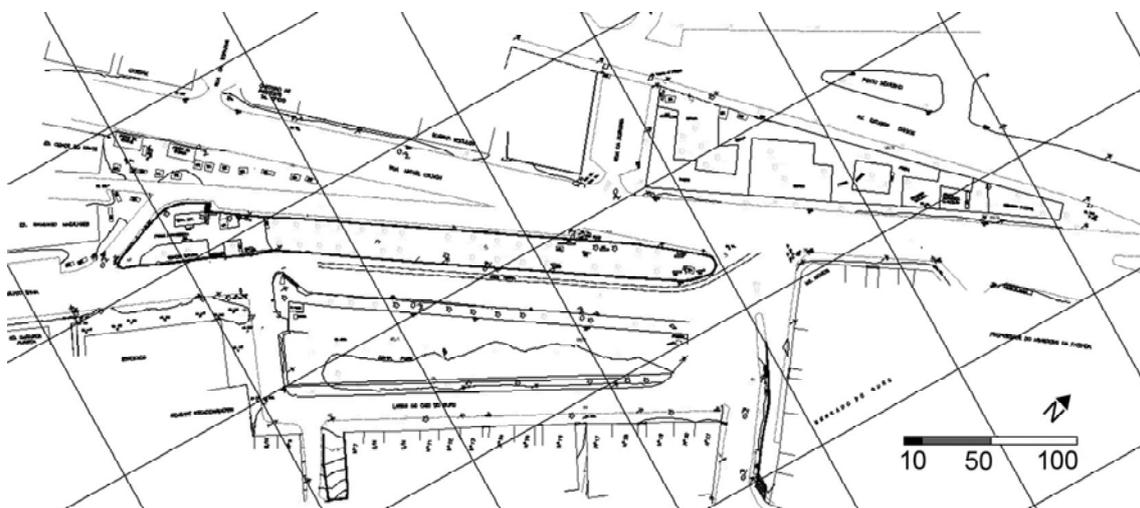


Fig.81. Desenho da Praça Marechal Deodoro anos 1960/70, constituía-se apenas por canteiros dotado de farta arborização de porte, separados por ruas estreitas, sem função. Condição apropriada para os estacionamentos; uso que deixa todo o seu entorno desorganizado e desvalorizado. Fonte C.



Fig.82. Planta de situação atual e fotografia do Largo Marechal Deodoro (2006). Fonte F e K.

b. Análise Tipomorfológica – arquitetura do entorno e suas relações.

A Praça Marechal Deodoro constitui-se em forma trapezoidal, em área que apresenta na direção sudoeste, no sentido das ruas Miguel Calmon e Conselheiro Dantas, um tecido constituído por edificações comerciais altas, com até doze pavimentos (fig.81, 82 e 83), sobre pilotis, com lojas térreas e sobrelojas²⁰. Seu perímetro articulado à Avenida Jequitaia, mais próximo da área portuária, é formado pelos maciços dos galpões do porto e das industriais, não encontrando paralelo com qualquer outra preexistência no entorno imediato.

²⁰ Ocupação prevista na legislação do Epucs, onde estão localizadas agências do Citibank, Bradesco, Sesc Comércio e lojas em geral.



Fig.83. Planta do entorno da Praça Deodoro 1997. Fonte C, D e I.

A ocupação do lado da escarpa ainda mantém sua antiga estrutura, constituída por sobrados altos remanescentes do século XIX e do século XX, casas populares e galpões comerciais (fig.83). O casario resultante, em muito reconstruído e adaptado à função de comércio local, constitui elemento fundamental na composição dos limites da praça, não mais pelos seus detalhes construtivos, mas pela linha contínua de fachadas, pela volumetria delineada, pelo gabarito de altura e pelos tipos de esquadrias, formando conjunto que se coloca no limite com a rua. Os elementos de esquadria apresentam, ainda que de forma rarefeita, janelas em púlpito, cornijas, óculos ou algum outro detalhe decorativo. Nessa área de entorno, em decorrência do controle de gabarito, é possível observar grande parte das edificações construídas na parte superior da encosta, com destaque para os conjuntos religiosos do Passo, Carmo e Boqueirão.

O Mercado do Ouro é a edificação principal da área (fig.84). Sem uma arquitetura bem elaborada, é valorizado por expressar a tipologia das edificações do século XIX destinadas ao abastecimento popular da cidade, mantendo-se como exemplar remanescente das características típico-espaciais dos mercados. Ocupa uma quadra que faz face à Avenida Jequitiaia, à Rua do Pilar, ao Largo de mesmo nome e ao acesso ao Ministério da Fazenda.



Fig.84 Mercado do Ouro, 2005. Fonte D.

O Mercado do Ouro, estruturado de acordo com as tipologias usuais para a função de abastecimento alimentar no século XIX, é edifício composto por um bloco construído nos limites do terreno, condição que permite o acesso direto em todo o seu entorno. É vazado na área central, onde antes existiam quatro outros pequenos blocos, demolidos para abrigar a Casa Cor de 2005. Sua organização interna

articulava-se a partir de dois eixos cruzados perpendicularmente, estabelecendo a circulação entre os blocos e desses com os quatro acessos principais (Ufba, 2001, p.16).

Embora apresente atualmente volumetria e fachadas bastante descaracterizadas por acréscimos à sua antiga estrutura, com alterações de aberturas, desenhos de esquadrias e outras marcações gerais da fachada principal, ainda permite a leitura do que foi, e de alguma forma continua a ser, parte do seu conjunto arquitetônico (fig.85). Do que resta das fachadas originais pode-se ainda perceber, na parte voltada para a praça, a composição rítmica definida pelas esquadrias em arcos de meio ponto, encimadas por óculos elípticos.



Fig.85 Mercado do Ouro, 2005. a) acesso através da Praça Marechal Deodoro, b) acesso através da Avenida Jequitaia. Fonte D.

Percebe-se que as alterações se apresentam em contraposição ao conjunto original por marcações retilíneas de predominância vertical, com acréscimo de volumes que se diferenciam entre si, estabelecendo relação espacial heterogênea (fig.85). Dentre as diversas propostas de alteração encaminhadas pelo projeto de requalificação do Comércio está prevista a transformação da edificação em espaço para eventos ligados a atividades culturais.²¹

c. A intervenção de 1997.

c1. Caracterização da proposta

²¹ Marcos Cidreira, Diretor do Escritório de Revitalização do Comércio, Entrevista, em 10/08/2005. Jornal A TARDE, Caderno Cidade, "Projeto de Lazer e Cultura no Porto."

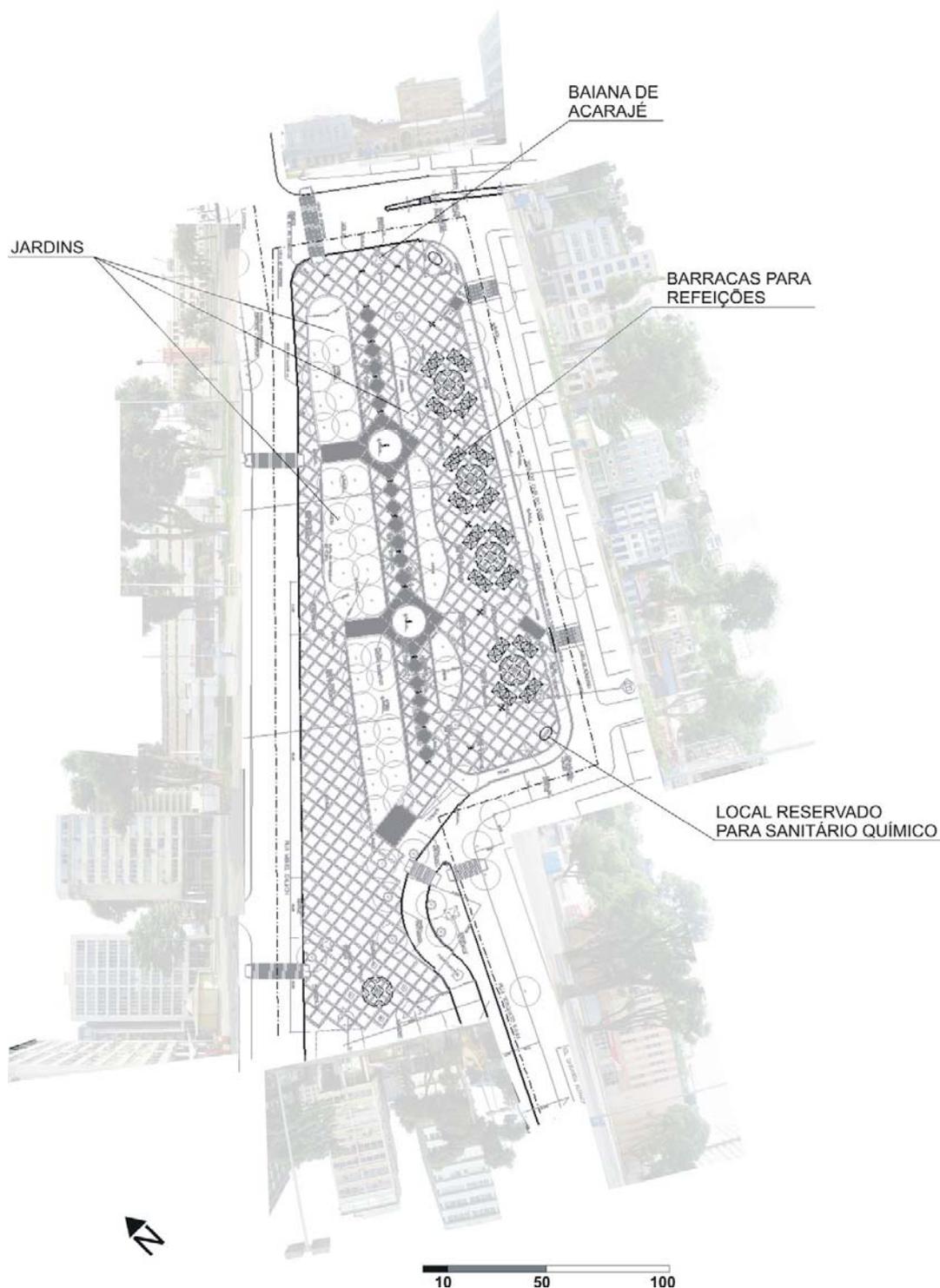


Fig.86. Projeto da Praça Marechal Deodoro, pelo arquiteto Daniel Colina, 1997, fonte C, D e I.

A Secretaria Municipal apresenta como diretriz principal para a intervenção e a recuperação da Praça Marechal Deodoro o resgate integral dos seus espaços, desde algum tempo abandonados pela administração pública, conforme visto nos estudos de evolução e transformação de algumas áreas da Cidade Baixa. Nesse

sentido, a proposta elaborada pelo arquiteto Daniel Colina e equipe encaminha para a unificação de todo o espaço que inclui a praça e os serviços e obras de infraestrutura que se fizeram necessários (fig.86 e 87).

Os canteiros verdes da antiga praça, separados pelo espaço resultante da apropriação das ruas internas da praça anterior, têm suas cotas de nível elevadas para conformar os novos percursos de circulação, a partir de calçadas (fig.87). A iniciativa resulta em uma área de convívio correspondente a cerca de 12.000m² para uso das diferentes atividades aí propostas. Os estacionamentos que ocupavam o espaço foram retirados e transferidos para a área de um antigo canteiro abandonado, nas imediações (PMS / FMLF, 1997, p.67).



Fig.87. Espaços da Praça Deodoro. Ao fundo o Mercado do Ouro (2005). Fonte D.

O projeto encaminha também para a recuperação física da vegetação existente e a recomposição dos canteiros, com plantas ornamentais e grama (fig.87). Assim, as antigas áreas verdes do espaço anterior foram preservadas e as suas árvores de porte receberam tratamento “fitossanitário” (PMS, 2004, p.67.), assegurando a sua permanência no espaço. Da mesma forma, os canteiros receberam forração de grama e plantas decorativas de jardim.

A articulação do espaço com a área da Associação Comercial e com as praças Conde dos Arcos e Riachuelo foi ampliada, sendo expandida a pavimentação da Praça Deodoro pela Rua Riachuelo em forma de calçada com o mesmo padrão, onde se instalam serviços e vendas populares em organizações improvisadas pelos

ambulantes que ajustam os espaços às suas necessidades específicas. Resta para o acesso e a circulação interna de veículos, entre a área da praça e outros acessos ao sopé da escarpa, a Rua Torquato Bahia, que conecta diretamente esse conjunto à Praça Conde dos Arcos.

A ampla área criada para a praça contempla, além das atividades sociais inerentes a esse tipo de espaço, outros serviços que se aliam às demandas da cidade. Nesse sentido, situam-se os transportes urbanos. Considerando a política de descentralização dos terminais de transportes urbanos iniciada nos anos 70/80 e parcialmente aplicada na cidade, e considerando as linhas com destino na Península de Itapagipe e áreas do subúrbio da cidade, o projeto da praça incorpora na sua organização a confluência de paradas de transporte urbano. Pode-se perceber a bateria de pontos de ônibus localizados na face lateral da praça, que se articula com a Avenida Jequitaia, e a reserva de espaço para criação de uma estrutura de atendimento aos serviços de comércio e infraestrutura que atendam a tal demanda.

Os espaços de estar configuram-se predominantemente nos trechos sombreados pela farta vegetação nas áreas centrais da praça, em bancos alinhados seguindo o perímetro dos canteiros. A praça tem reserva de amplo espaço livre no seu quadrante leste, para serviços de alimentação, venda de bebidas, frutas e revistas, dentre outros produtos (fig.88). Os equipamentos para vendas se organizam por barracas e sombreiros que abrigam mesas e cadeiras pertencentes aos comerciantes que exploram o espaço, mais à frente considerados.

c2. Mobiliário.

A pavimentação da praça se faz em placas de concreto pré-moldado, e em concreto texturizado que se sucedem em forma de mosaico, formando desenhos geométricos. Os espaços de circulação interna, entre canteiros, assim como suas conexões a partir da Avenida Jequitaia, recebem pavimentação por paralelepípedos, em padrão anteriormente existente na área. O traçado apresenta caixas de rua e calçadas reduzidas, tratamento que se prolonga até o espaço do Ministério da Fazenda, Rua e Ladeira do Pilar.

Os espaços de estar constituem-se basicamente por bancos que têm os seus assentos em placas de concreto, sem encosto, sobre pés cilíndricos,

preferencialmente localizados no alinhamento da alameda formada pela vegetação de porte existente na praça (Fig.88). Os espaços destinados a serviços de alimentação são organizados em barracas e sombreiros de lona, localizados em toda a área lateral leste da praça, com disposição de mesas e cadeiras em material plástico, figura 88 c) e d).

Os quiosques para venda, as lixeiras, os telefones e os módulos de sanitários públicos, nos modelos pré-fabricados, em fibra azul, que se dispõem ao longo da praça, seguem critérios de manutenção e tipos consolidados pela administração pública municipal.



Fig.88. Espaços da Praça Deodoro. a) Iluminação com lâmpada vapor de sódio dando, à noite, à sua alameda principal a cor amarela apesar da farta folhagem verde; b) Destaque para a escultura; c) ao fundo ocupação da encosta do Pilar / Santo Antônio; d) mobiliário geral da praça. (2005). Fonte D.

A iluminação é constituída por postes altos, com luminárias em duas pétalas, que produzem um nível geral de aclaramento com uniformidade, utilizando luz de vapor de sódio (fig.88a). O resultado é satisfatório para a circulação, as atividades de estar e os serviços aí incorporados, embora traga distorções aos elementos coloridos da vegetação presente. Essa iluminação é complementada por postes altos de luz fria para a iluminação geral das vias e focos menores também de luz fria,

localizados especificamente nos pontos de ônibus, considerados necessários diante da existência dos anteparos que constituem a cobertura desses elementos.

Como contribuição alegórica ao espaço, foi introduzida uma escultura cujo projeto e construção são devidos ao arquiteto e escultor Kennedy Ubiratan Ramos²². Essa composição representa duas mãos entrelaçadas, tendo em cada uma delas mapas das Américas do Sul e Central e da Península Ibérica, respectivamente, como forma de destacar e relacionar a amizade e os fortes vínculos culturais surgidos a partir dos processos colonizadores, mesmo que autoritários, que originaram a América Latina (fig.88b).

c3. Acessibilidade.

As questões de acessibilidade na Praça Deodoro são tratadas pela instalação de alguns dispositivos dentre os quais as rampas que se distribuem nas laterais da praça, permitindo a articulação desta com a Avenida Jequitaia, assim como com a rua de acesso secundária, por vezes em conexão ao sistema de semáforos da via de tráfego preferencial. No entanto, os pisos utilizados não apresentam um bom nivelamento e nem a devida manutenção, o que cria dificuldades e chega por vezes a constituir obstáculo à circulação de pessoas que apresentam dificuldade de locomoção.

Dos equipamentos de infraestrutura necessários ao uso público encontrados na praça observa-se que, dos telefones públicos, apenas um destes situa-se em altura adequada ao uso por cadeirantes, crianças ou pessoas de menor estatura. Os sanitários públicos encontrados, estrutura rara em praças de Salvador, são convencionais, sem atendimento às normas específicas no que diz respeito a dimensões e instalação de barras de proteção, como reza a legislação.

d. Considerações sobre o conjunto resultante a partir de 1997.

A ambiência da praça, embora fisicamente articulada de forma direta à Avenida Jequitaia, não estabelece qualquer interação com a via, pelo caráter que esta apresenta e pelo qual se consolidou – via de tráfego rápido. Estabelece, no entanto,

²² Profissional falecido em 2001.

um diálogo efetivo com os outros lados do contorno pela geometria que os define tipologicamente. É uma relação marcada pelo pano de fundo desenhado pelo Mercado do Ouro, pelo casario da encosta e, no sentido oposto, pelas edificações modernistas com tipologias previstas pelo Epucs.

Percebe-se grande dispersão entre a praça e a ocupação que acontece no outro lado da Avenida Jequitaia. A quebra de relação é entendida pelo afastamento provocado pela via e principalmente, pelo fluxo viário de velocidade que aí se desenvolve. Nesse caso, em muito também colabora o tipo de arquitetura existente, sem expressão ou qualquer tipo de relação com o contexto.

Pode-se perceber no espaço de análise, a importante contribuição que seria para o conjunto urbano, o resgate de relações entre o Mercado do Ouro e a Praça Marechal Deodoro. Provavelmente a inserção referida traria novas soluções que, poderiam recompor ou recriar novas relações tipomorfológicas com a área. No entanto, a simplificação do processo de intervenção com a opção pela resolução de questões absolutamente técnicas leva ao empobrecimento da proposta que, não chega efetivamente a definir uma revitalização da área.

Nesse sentido, percebe-se que a proposta da escultura apresenta uma relação de escala com o espaço e uma intenção expressa pelos elementos que a compõem; entretanto, sente-se a falta de um diálogo maior com as questões do lugar, a sua história e o seu cotidiano.

Destaca-se também a ausência de opções para inovação e experimentação de um *design* de mobiliário mais adequado e esteticamente mais articulado com a própria proposta arquitetônica. Nessa linha de raciocínio, faz-se referência aos quiosques para refeições e lanches, que se apresentam em estruturas tipo barracas, constituídas por enorme pobreza arquitetônica. Parece que a praça reedita os espaços de alimentação em moda em vários pontos da cidade, dentre os quais aqueles nas praias e nos *shopping centers*.

O local se apresenta com forte tendência para as conexões do transporte coletivo, e nesse caso deveria ser prevista infraestrutura mais adequada para esse fim, com sanitários em número e condições de atendimento e espaços para refeições rápidas em uma arquitetura articulada às questões conceituais envolvidas no projeto.

Com todas as ressalvas que se tem feito quanto à importância que o sistema viário e os estacionamentos têm para a cidade moderna e contemporânea, nesse caso a proposta foi executada recuperando grande parte do espaço que era reservado ao automóvel. O projeto elimina as vias internas que fragmentavam a praça e a constituíam por estreitos passeios entre os canteiros das árvores e as pistas de rolamento, que mais funcionavam como estacionamento para caminhões. O projeto cria ainda áreas para circulação e estar sob a vegetação de porte já existente, constituindo espaços sombreados, sem qualquer prejuízo para o sistema viário local e o estacionamento, que é transferido para outro local.

No entanto, a falta de uma infraestrutura mais convidativa ao uso propicia certo esvaziamento nos espaços da Praça Deodoro que, servem mais para o descanso dos vendedores ambulantes. Ficando à noite e em finais de semana, totalmente deserto, não assegurando as condições de segurança necessárias para atividades de estar e de circulação nesses espaços.

Da manutenção que a administração pública oferece, pode-se observar um menor grau de cuidado que aquele dado ao Jardim de Nazaré, que, por sua vez, também é inferior ao tratamento dado a praças como Piedade e outras consideradas em bairros mais nobres, como o Campo Grande e a Pituba. Isso, com referência ao nível de limpeza, ao nível construtivo e de conservação dos equipamentos que organizam o espaço.

Naturalmente, não se trata de dizer, diante das críticas feitas, que os espaços produzidos pelos processos de intervenção sejam desagradáveis ou antiestéticos, mas de destacar a importância do lugar frente aos diversos momentos urbanos e frente às políticas de revitalização adotadas, fundamentais na consolidação da memória da cidade. Não se postula um retorno ao passado, mas é necessário resolver as questões contemporâneas em contexto cultural. Pode-se referir como exemplo o destino traçado para o edifício do Mercado do Ouro: reabilitação ou revitalização? E as ruínas do Trapiche Barnabé? Onde acontecem as discussões a respeito das questões ora tratadas? Qual é o seu fórum? A quem interessam? Quais são as forças que se movimentam neste sentido?

3. 3. UNIDADES DE ANÁLISE - SEGUNDO NÚCLEO.

A delimitação desse conjunto de espaços inclui áreas de preservação rigorosa e áreas contíguas à de preservação (Lei 3289/83; fig.34, p.126), onde é grande o percentual de imóveis dotados de relevância arquitetônica: remanescentes de casarões antigos, que se misturam a edifícios religiosos e militares, instituições consideradas como bem público, localizadas em construções neoclássicas, modernas e contemporâneas, ao lado de usos variados. Essa delimitação tem como referência principal a Praça da Piedade, sua articulação no sentido da expansão sul, até o Campo Grande e, no sentido oposto, a sua conexão com a segunda cumeada, até a Praça Almeida Couto ou de Nazaré.

O lugar mostra facilidade de deslocamento para várias partes da cidade, em conexões diretas ou semidiretas, através das avenidas: de Contorno, Vale dos Barris, Joana Angélica, Vale de Nazaré, Fonte Nova/Dique do Tororó, J. J. Seabra (Baixa dos Sapateiros), Bonocô e Sete Portas, além dos percursos tradicionais norte/sul sobre as cumeadas e as suas antigas ladeiras.

Por décadas, o espaço recebe as atividades comerciais da Avenida Sete de Setembro e suas conexões com a Avenida Joana Angélica; e no momento em que o comércio do centro da cidade perde parcialmente a sua dinâmica para os grandes centros comerciais que se espalham pela cidade, constrói-se de forma arbitrária e contrária ao planejamento da época (Plandurb, Eust, Geipot) o terminal da Lapa¹, equipamento responsável por novo fluxo de pessoas e serviços que se alojam no seu entorno criando demanda para a manutenção do *Shopping Piedade*, já existente, e para a implantação do *Shopping Lapa*, ambos vizinhos à Praça da Piedade.

Nesse trecho, as características tipológicas mais representativas do século XIX concentram-se na Rua do Sodré e nas proximidades do Convento de Santa Tereza, dentro da poligonal de preservação rigorosa (figura 89). As relações tipomorfológicas são aí estabelecidas pelos códigos de postura de meados do século XVIII, que

¹ Em 1981, é realizado um Estudo e Processo de Organização da Área Central de Salvador, onde inúmeras transformações aconteceriam em função da implantação das medidas sugeridas pelo Transcol, visando inclusive o remanejamento dos terminais centrais, como o da Praça da Sé. A proposta que previa a construção de pequenos terminais periféricos (Terminal da França, Aquidabã, Campo Grande e Lapa), foi elaborada por uma equipe da Oceplan, sendo distorcida ao ser construído na Lapa, um terminal de grandes proporções.

definiam a chamada arquitetura do “yqual”² (CARITA E CARITA, 2000, p.189, REIS, 2000, p.66-67), de muita influência e já referida na área do Pelourinho. Entende-se, entretanto, que as transformações das fachadas nessa área acontecem com menor controle que no Pelourinho.



Fig.89 Tipologia edificada na Rua do Sodré (2005). Fonte D.

A diferença fundamental entre esta e a área do Pelourinho é que a mídia tem o último como alvo dos interesses da especulação turística enquanto este bairro, embora apresente uma tradição e relação tipomorfológica entre os seus espaços, que apresentam potencial para a preservação, ainda não instalou, efetivamente, um processo de revitalização. Assim, o espaço sofre alterações por intervenção de investimentos menores da indústria hoteleira e pelas reformas para usos comerciais e habitacionais.

A denominação “Rua do Sodré” vem do grande sobrado – o solar do Sodré,³ onde viveu e faleceu em 1871, o poeta Antônio Frederico de Castro Alves. A partir do século XX aí funcionaram diversas instituições. Atualmente o sobrado abriga o Colégio Estadual Ypiranga. O prédio foi tombado pelo Iphan em 1938 (Ipac, 1984).

O tecido misto do entorno é constituído por parcelamento regular (fig.33, p.122), formado por edifícios comerciais de grande porte nas avenidas Sete de Setembro, Carlos Gomes e na Rua da Faisca. Em grande parte de características modernas, essas edificações são dotadas de galerias no térreo, destacando-se de

² Referência usada para orientar critérios das definições de posturas urbanísticas que estabeleçam as relações entre os espaços das ruas e os volumes gerados pelas suas edificações, através de: larguras, alturas, número de pavimentos, modulações, dimensões de sacadas, elementos de adornos, dentre outros.

³ Em homenagem a Jerônimo Sodré Pereira, seu primeiro proprietário, que, em 1661, aqui chegando determina sua construção na rua que ainda hoje lhe guarda o nome. (IPAC, 1984, p. 227-228).

outras, vizinhas, sem qualquer recuo. Diferem também da ocupação originada pelas construções térreas e de sobrados do Largo Dois de Julho e seus acessos, e de outras que apresentam pequenos recuos frontais ou laterais, localizados no lado norte do Largo dos Aflitos, nas ruas Tuiuti, Ladeira dos Aflitos e Gamboa de Cima. Pertencem ainda à área as grandes edificações públicas e institucionais como o quartel e o forte, o Passeio Público, e casas de um e dois pavimentos, em parcelamento irregular, implantadas na encosta da Gamboa de Baixo. Todas essas características são auxiliares para o entendimento do processo de evolução e expansão desses espaços da cidade.

No sentido dos Barris percebe-se uma ocupação mais recente, predominantemente mais elaborada e referente à primeira metade do século XX (fig.33, p.122). Embora muitas dessas construções já estejam bastante modificadas ou substituídas por edifícios de alturas variáveis, podem ser encontrados exemplos de parcelamento regular (lotes mais largos e menos compridos), casas com recuos e jardins fronteiros e edifícios baixos, no caso da Rua General Labatut, ou edifícios altos, no Largo Rockefeller. Diferentemente, na encosta que dá para o Terminal da Lapa, encontram-se edificações populares, sem regularidade de traçado, para uso residencial e de serviços.

Observa-se um tecido heterogêneo entre a Avenida Joana Angélica e a Praça Almeida Couto, com edifícios altos e de médio porte ao longo da Avenida Joana Angélica, acessos ao Jardim Baiano e ao bairro do Tororó, além de outras transversais (fig.33,p.122). No interior de bairros como a Palma e a Saúde são encontradas estruturas parcelares regulares em ruas de 5m e 7m e edificações fronteiras ao lote, em casas térreas ou sobradas de até quatro pavimentos, já bastante modificadas e muitas vezes transformadas em pequenos edifícios de uso residencial ou comercial. Esse conjunto mostra-se ajustado a um parcelamento que vem se desenvolvendo ao longo de três séculos, em contraponto aos prismas altos e regulares localizados nos vales laterais à avenida referida.

O tecido próximo ao Forte de São Pedro compõe um conjunto que mantém a volumetria e obedece a gabaritos de altura em consonância com a proximidade do Forte e conforme a Lei Municipal 3289/83 (Louos, 2001). Registra-se que a maior transformação nessas edificações diz respeito à organização interna dos seus espaços para atendimento à mudança de usos, de residencial para um predomínio

comercial. Situa-se como referência o conjunto de casas ainda existente na antiga Rua Visconde de São Lourenço, hoje Rua Forte de São Pedro, dentre outros, e a sede da Cruz Vermelha, que podem ser considerados como exemplares da arquitetura de finais do século XIX e início do XX.

A partir da década de 1960, quando é construída a Avenida Lafayette Coutinho (Contorno), a Gamboa, área que fazia conexão entre o Forte de São Paulo (Gamboa) e a casa militar localizada no Largo dos Aflitos, tem grande parte do seu entorno fragmentado, constituindo o que veio a ser chamado Gamboa de Cima e Gamboa de Baixo (FMLF). A primeira consolida-se como área imediata ao largo e a última, como sobra de área entre a nova via e a praia, marginaliza-se. Constitui uma área de ocupação irregular, com habitação de pescadores.

Considera-se boa referência de intervenção urbana o trabalho executado pelo programa Viver Melhor, na Gamboa de Baixo, que levou ao ordenamento, estruturação e qualificação das áreas de ocupação informal. No entanto, pode-se interpretar a ação empreendida pelo Estado também como união entre as necessidades de reurbanização da área e de recomposição paisagística, pela elitização produzida na orla vizinha, ocupada pelos “nobres” espaços do Solar do Unhão, pelo Parque das Esculturas e pela Marina.

Assim, a intervenção na Gamboa de Baixo constitui real melhoria da condição de vida da população local carente, respondendo também à necessidade de tratamento associada ao valor paisagístico que lhe é inerente como alvo visual, perceptível a partir de diversos pontos da organização do entorno, como a partir dos espaços acima citados e do destaque que recebe desde o mirante dos Aflitos.

3. 3. 1. Praça da Piedade.

a. Caracterização do espaço.

Área que nas suas origens ganha identidade de bairro residencial, com presença de equipamento religioso, logo à frente passa a abrigar arsenal de forças armadas e espaço para reunião de tropas, assumindo nesse contexto também a função de lugar de punição com a incorporação de elementos como força e piedade

(Ceab, 1998; FRANCO, 2004, p.43). Finalmente, em finais do século XIX, com a expansão da cidade, passa a espaço comercial, no centro urbano. Com desenvolvimento para um regime republicano, uma política nacional de melhorias para as áreas centrais das grandes cidades fez surgir no período da nova república diversas obras urbanas, como: correção e alargamento de vias, implantação de áreas verdes, construção de praças, dentre outras, cujo objetivo maior era obter benefícios nas questões de salubridade e produção de uma estética urbana. Nesse contexto surge a Praça da Piedade (fig.90).

O espaço em frente à Igreja da Piedade, fruto de modificações na sua morfologia natural, constituía um largo que de início, mesmo sem tratamento estético, contém um chafariz no centro, para distribuição de água nas imediações. Como praça, o espaço foi inaugurado em 1891 (fig.90 e 91), originalmente em forma trapezoidal próxima a um quadrado e com traçado que a organizava por meio de dois eixos, dispostos em cruz.



Fig.90. Gravura da Igreja e Largo da Piedade, finais do século XVIII. Fonte P.

A área consolida-se inicialmente por composição de tecido regular, com edificações residenciais, tipo casas térreas e sobrados alinhados, formando unidade com os conjuntos religiosos vizinhos de São Bento, de São Pedro, do Rosário, de São Raimundo e, pelo lado da encosta para a baía, com os conjuntos do Sodré e de Santa Tereza (fig.91). Essas duas últimas áreas apresentam alta densidade e se configuram por ruas e lotes estreitos e compridos, ocupados por casas térreas e sobrados, como ainda hoje permanecem (Ufba, 1998).

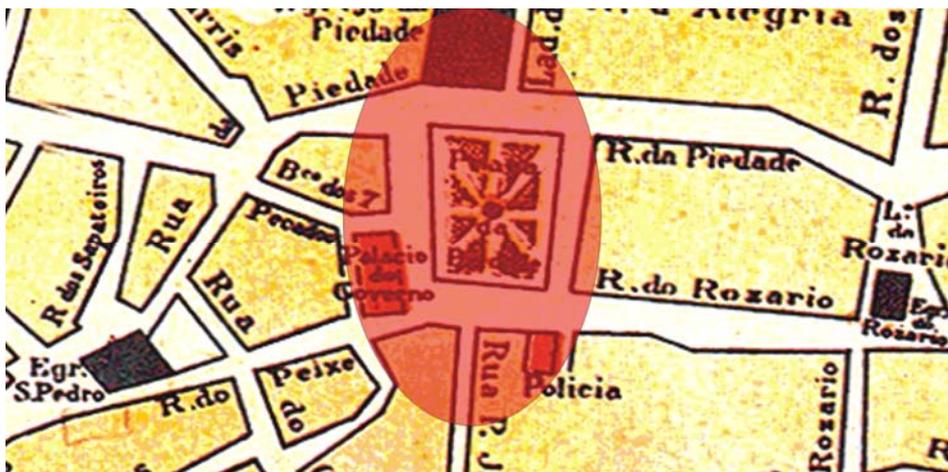


Fig.91 a. Planta da Praça da Piedade de Los Rios (1894), fonte V.



Fig.91b. Edifício do Senado no início do século XX. Fonte B.

A ocupação do entorno da Praça se altera e se transforma em comercial e serviços entre as reformas de J. J. Seabra de 1912 e 1916 (fig.91), e nos anos 1950/60 são substituídos os sobrados, que de residências passam a edifícios comerciais e, de início, sofrem pequenas adaptações para mais adiante serem substituídos por edifícios em grande parte de concepção modernista. (Lei 701/48 do Epucs). São edifícios altos, sobre pilotis, dotados de galerias como forma de ampliar as calçadas e as transformar em espaço de uso público, e outros por vezes dotados de chanfros ou linhas de concordâncias entre fachadas, acompanhando o desenho das esquinas. Esse foi um padrão amplamente adotado na caracterização dos edifícios comerciais de Salvador com as reformulações e o desenvolvimento da área entre finais da primeira metade do século XX e início da sua segunda metade - figuras 92a e b, (Leis 1855/66 e 2403/72). (GARZEDIN, 2004, p. 245-254).



Figs.92: a) Praça da Piedade, ao fundo o edifício de Segurança Pública; b) edifícios da Avenida Sete de Setembro



Figs.92 c)- Praça da Piedade. Iluminação pelo quarto centenário de Salvador (1949). Fonte A, A e L.



Fig.93. Planta de Situação e Ortofoto da Praça da Piedade (2002). Fonte G e H, respectivamente.

b. Análise tipomorfológica – arquitetura de entorno e suas relações.

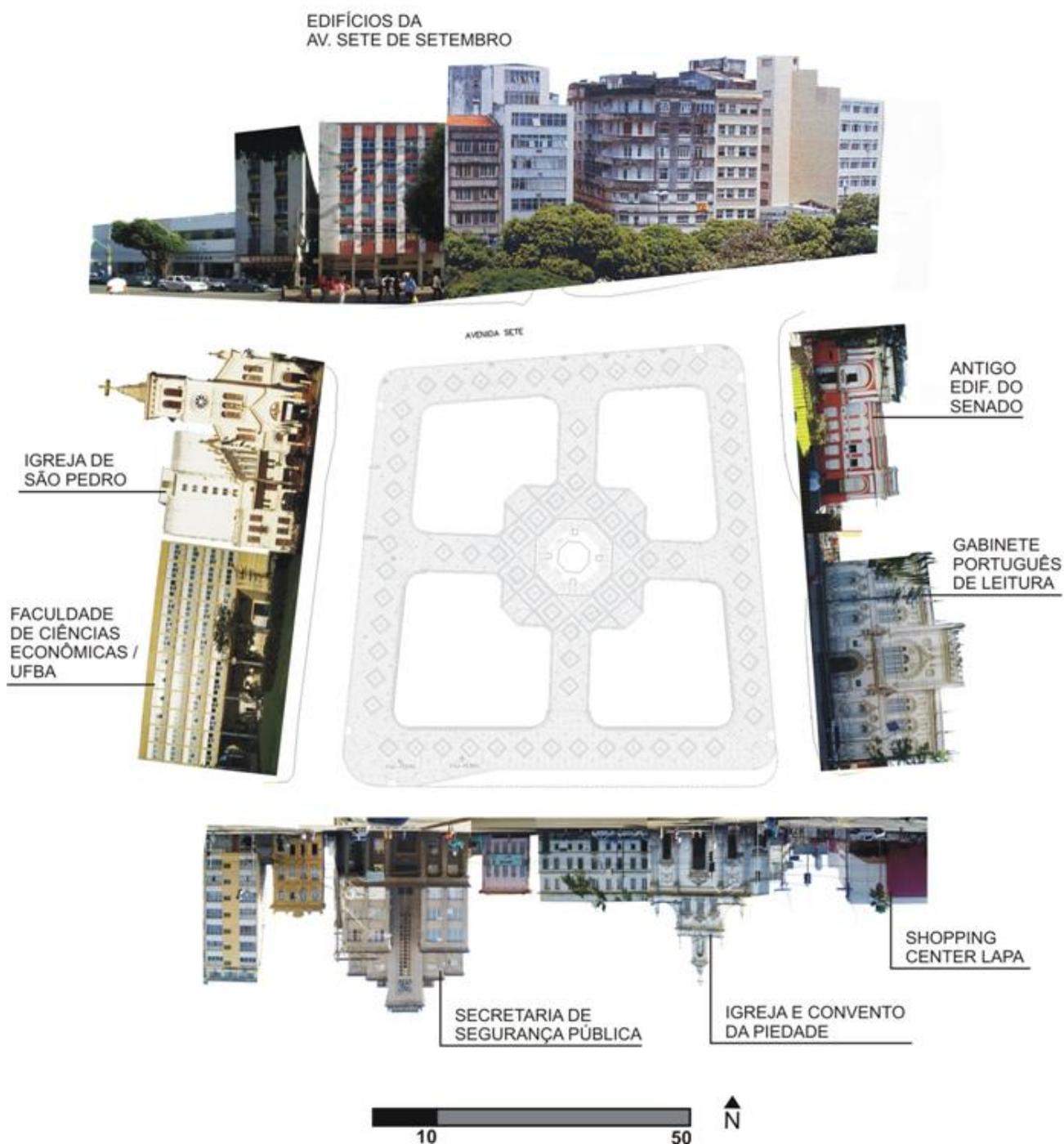


Fig.94. Praça da Piedade (1998) e seu entorno. Fonte C, D, I e P.

A praça abriga edifícios da maior importância para a cidade, ainda preservados, em contraste com as alterações a que foi submetida a Avenida Sete de Setembro

para uma adaptação de uso, hoje predominantemente comercial (fig.94). Têm destaque no espaço aberto a Igreja e o Convento de N. S. da Piedade (construções do século XVIII), o antigo Senado, do final do século XIX (restando apenas uma das suas alas), o Gabinete Português de Leitura (1918), a Igreja de São Pedro (1920), a Secretaria de Segurança Pública (1939), a Faculdade de Ciências Econômicas da Ufba – FCE (1960) e outros edifícios muito alterados pelos ajustes sofridos para uso comercial, destacando-se, no entorno, o edifício Aliança, situado na Avenida Sete de Setembro (fig.94).

O Gabinete Português de Leitura é inaugurado em 1918. Edifício eclético que mostra referências de um neomanuelino, com fachada na qual se abre um portal que franqueia o acesso à escadaria em dois lances, sob a arcada do vestíbulo⁴, levando ao salão nobre. Constitui edifício de presença marcante. A proposta da edificação parece tentar preservar a volumetria do edifício a seu lado, estabelecendo marcação de esquadrias em arco, alinhadas e simétricas. Valoriza a área da portada principal, também em arco, através de marcação vertical e criação ilusionista de mais um plano de fachada, complementada por janela em púlpito no pavimento superior e coroada por elementos ricamente ornamentados. Acrescenta detalhes decorativos sobre e sob as cornijas, molduras nas esquadrias e esculturas sobre pedestais, deixando à vista a cobertura cerâmica em quatro águas (fig.94).

O sóbrio edifício do Senado, ao lado do Gabinete Português de Leitura, sofre radicalmente com as intervenções Seabra, (ver figuras 91 e 94), quando é demolida a metade da edificação para permitir a construção da Avenida Sete de Setembro. A base original de sua planta era formada por um retângulo de aproximadamente 41x15m, com destaque para o volume central, marcado por colunas, portada e janela superior em púlpito, conjunto este encoberto por pequena semicúpula que parece ter a função de ventilação. O que ficou do edifício ainda consegue evidenciar as suas principais características, embora tenha perdido enormemente em volumetria e equilíbrio formal.

A Igreja da Piedade, embora alterada ao longo dos séculos, consegue manter as suas características gerais, crescendo em proporções de capela à igreja e acompanhando a evolução da área de entorno (fig. 90 e 94). Da edificação do início

⁴ Apresenta em sua parede frontal alegorias relativas a primeira missa no Brasil, e Adamastor e Camões salvando os Lusíadas. Gabinete Português de Leitura - arquivo local e observações *In loco*.

do século XVIII guarda ainda elementos principais, como cúpula, torre recuada, as três portas fronteiras em plano avançado em relação ao paramento principal e separadas por quatro colunas. No entanto, os dois elementos decorativos, tipo pinhões invertidos, localizados em lugar das tradicionais torres sineiras, são retirados, e o frontão, dotado de aberturas tipo janelas em relação de proporcionalidade com as portas inferiores, é modificado e elevado, assim como os elementos decorativos superiores, de suporte à pequena cruz.

As principais alterações na consolidação formal do conjunto da Igreja e do Convento da Piedade até a sua versão atual aconteceram em finais do século XVIII (1789), quando da planificação da área que mais à frente constituiria a praça. Construiu-se um anexo articulado à igreja, com função de hospedaria para os membros da ordem em missão pelo Brasil (PMS, 2004, p.40). Pela leitura da fachada obtida nas aquarelas da época (fig.90), esse anexo se apresentava como uma edificação simples, com acesso independente da igreja, e tudo leva a crer que as pequenas aberturas alinhadas na fachada correspondiam a pequenas celas.

Atualmente, o conjunto religioso tem sua estrutura organizada em três pavimentos marcados por janelas e estruturas em linha, na frente e na lateral, que criam destaque para os diferentes níveis. Mantém o frontão com alterações formais, assim como a antiga cúpula e a torre sineira em níveis recuados, com parte de seus elementos inferiores encobertos pela elevação geral da edificação. Considera-se, entretanto, essas modificações como perda do equilíbrio formal anterior (ver figuras 90 e 94). Contíguas a essa edificação ainda existem algumas unidades tipicamente residenciais, que incorporam atividades de serviços.

Quase ao lado dessa edificação, situa-se a Secretaria de Segurança Pública (fig.94 e 95), edifício ocupado por guarnição policial de escalão estadual (1939) e exemplar típico que, segundo Sampaio (1998, p.84), não estabelece um único estilo, mas encaminha para a arquitetura moderna. Incorporando aqui também a visão de Lamas (2000, p.270-273), poderia ser classificado como exemplar da arquitetura do período entre guerras, rica na experimentação formal e que busca uma relação com o desenho da cidade; arquitetura aqui entendida como constituinte de referenciais que marcam um novo momento e que em muito contribuiu com a arquitetura

brasileira do período, influenciando posturas para intervenções públicas em cidades de grande porte, como Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador.⁵



Fig.95. Secretaria de Segurança

Pública/ Ba, 2005. Fonte D.

O edifício da Secretaria de Segurança Pública marca a sua entrada principal por galeria em duplo pavimento, sustentada por pilares de seção variável, base e coroamento. Implanta-se em declive, ganhando na profundidade do terreno pavimentos semienterrados. Inverte os planos de fachada apresentando o centro recuado e as laterais avançadas em jogo de paralelepípedos encaixados que criam reentrâncias e saliências extremamente interessantes na volumetria.

Recebe destaque o acesso principal da Secretaria, pela galeria acima citada e também por elevação do saguão contido sob o prisma recuado, que se destaca em relação à volumetria geral do edifício. As esquadrias, em vãos não muito grandes, marcam o ritmo das fachadas e complementam a sua composição, deixando transparecer os sete pavimentos superiores, assim como os inferiores, ganhos por diferenças de nível, visíveis pelas laterais da edificação.

O edifício onde funciona a Faculdade de Ciências Econômicas da Ufba (fig.94), de traço modernista, originário dos anos 60 do século XX, é constituído por volume

⁵ As perspectivas e as grandes visuais das avenidas, dos edifícios públicos e das instituições, as praças e os monumentos, são elementos que são assumidos como definidores de um padrão estético e, organizados, definem a forma e a composição urbana do espaço público.

único em forma prismática, sobre pilotis, com pé direito duplo (cerca de 10m), o que dá um sentido amplo à sua entrada principal. A organização do acesso ao edifício, estabelecido por norma específica para as áreas centrais de Salvador (Lei 701/48), confere monumentalidade à edificação e ao mesmo tempo parece querer integrá-la com a praça pelo pé direito avantajado, relacionando-o em altura com o porte arbustivo, relação essa mais tarde complementada pelos canteiros de vegetação existentes sob os pilotis, que mais uma vez procuram integrar as massas verdes, presentes nos dois espaços.

O edifício da Faculdade de Ciências Econômicas ainda mantém relação com a Secretaria de Segurança Pública de Salvador a seu lado, pela monumentalidade do acesso dos dois edifícios, pela estrutura dos pilares e pela marcação ortogonal das fachadas, correspondentes aos sistemas estruturais que de forma modular definem as respectivas esquadrias.



Fig.96. Igreja de São Pedro /Avenida Sete de Setembro, 2005 . Fonte D.

A Igreja de São Pedro, transferida para essa praça em 1917, tem tipologia totalmente diferenciada da original, demolida no primeiro mandato do governo Seabra (fig.94 e 96). Parece querer conversar com a Igreja da Piedade ao se organizar a partir de uma torre central, em corpo que sobressai do conjunto, mas gera desproporção entre comprimento, largura e altura. Com valores aproximados de 32x12x30m, mostra prevalência vertical em relação às dimensões horizontais,

também perdendo a relação de proporção lateral com as edificações vizinhas na Avenida Sete de Setembro cujas alturas se igualam e ultrapassam a torre da igreja. A “nova” igreja se apresenta com elementos de fachada ecléticos, entre arcos sobre esquadrias, rosáceas, decoração da cornija, marcação de linhas horizontais e angulares, dentre outros.

As edificações da Avenida Sete de Setembro, como já referido, alteradas e reconstruídas nos dois processos principais de renovação vividos na cidade central do século XX, incluem novas edificações ou ajustes com mutilação total ou parcial, para dar lugar aos alargamentos viários (fig.94). Essa reorganização urbana foi regida por legislação que estabelecia principalmente elementos de fachada tais como grades de ferro, esquadrias, bandeiras, dentre outros, motivados por uma nova estética. A abrangência das normas envolvia todas as edificações, mesmo as não atingidas pela reforma urbana. No entanto, Pinheiro (2002, p.238) destaca que nesse momento as fachadas, no seu conjunto, praticamente não se alteraram, mantendo a modulação das esquadrias e as proporções.

Dentre os exemplares construídos na Avenida Sete de Setembro em meados do século XX pode-se citar o Edifício Maísa, por constituir um bom exemplo remanescente desse período e localizar-se no perímetro da praça em estudo (fig. 97).



Fig.97. Edifício Maísa, Avenida Sete de Setembro/Rua da Forca, 2005. Fonte D.

O Edifício Maísa, implantado entre a Rua da Forca e a Avenida Sete de Setembro, constitui-se por paramento contíguo às edificações vizinhas. Sua fachada mostra marcação horizontal, denunciando a organização dos volumes, dos cheios e

vazios, configurados por varandas / balcões e fechamentos, alternados entre si. O edifício rompe com a previsível aresta que se formaria entre as ruas onde está implantado, desenhando concordâncias geométricas em curva. Apresenta loja no pavimento térreo e dá acesso aos pavimentos superiores pela Rua da Forca.

c. A intervenção de 1998.

c1. Caracterização da proposta.

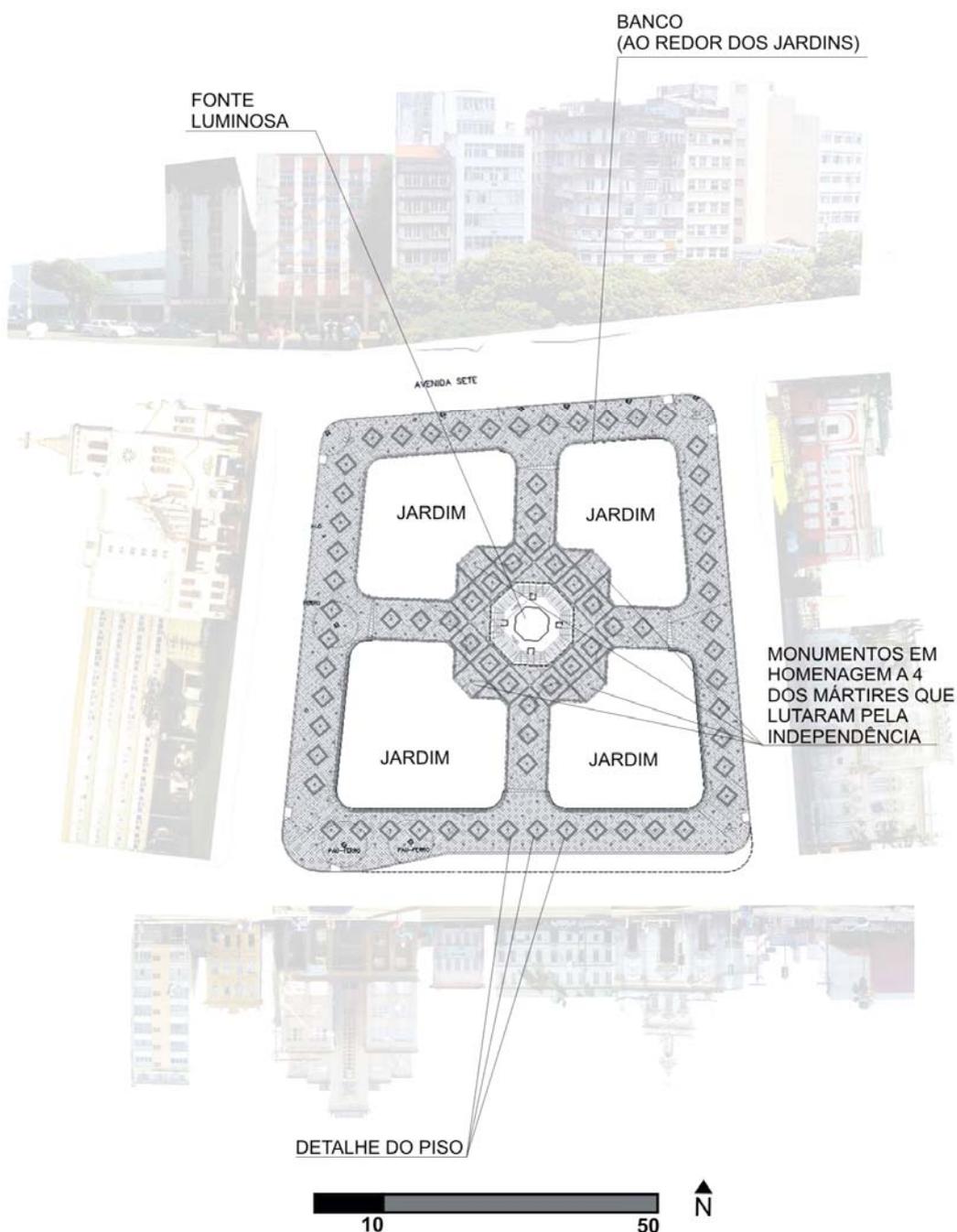


Fig.98. Praça da Piedade, projeto 1998, arquiteto Daniel Colina, fonte C.

Praça de caráter eminentemente público representa o lugar da manifestação e das expressões culturais e artísticas. Mantém intenso uso durante o dia, principalmente em horários comerciais, reduzindo bastante seu uso à noite e em finais de semana. É marcante a presença de idosos que habitualmente parecem re-estabelecer suas relações sociais nesse espaço - a tradição aponta essa como uma praça de aposentados e de ambulantes, os quais, após a delimitação do espaço por grades, situam-se nas áreas externas expondo suas mercadorias. Por fim, é lugar também dos iguanas que têm aí o seu habitat e livremente passeiam sobre as árvores e sobre o gramado.

Embora em área central, constitui um espaço fartamente arborizado, cuja reforma conservou a vegetação existente e acrescentou novos espécimes vegetais, complementando os atuais canteiros e ajustando seu desenho (fig.99).



Fig.99. Praça da Piedade desde o alto do edifício de Segurança Pública; ao fundo edifícios da Avenida Sete de Setembro (1998). Fonte P.

A praça ainda mantém a base do seu primeiro traçado neoclássico (fig.99), oriundo de um momento em que no Brasil, e em específico em Salvador, eram almeçadas praças dotadas de cuidados estéticos como espaços de encontro e lazer bucólico. Constituída por dois eixos ortogonais⁶, perde as proporções iniciais após

⁶ Ocupava quase todo o espaço entre a Igreja de mesmo nome e as edificações da antiga Rua do Rosário, reduzida apenas por ruas e calçadas estreitas, contornada por edificações que variavam em dois e três pavimentos (Ufba, 1998).

as reformas Seabra, assim como perde grande parte da estrutura do entorno na adequação das tipologias arquitetônicas regidas pela legislação do Epucs (Lei 701/48) que estabelecia a área como de transição, e em atendimento aos fluxos de circulação viária. Isso ocorre em conformidade aos pressupostos da época, que encaminham para a redução dos espaços de convívio e para a ampliação dos circuitos viários. Nesse período são construídas edificações com pé direito duplo e pilotis, sobre galerias.

Em sua última intervenção (1998) para recuperação, atualização e manutenção dos seus equipamentos, com proposta de autoria do arquiteto Daniel Colina, a Praça recebe um redesenho dos canteiros, bancos e ajardinamento, assim como alguns outros elementos recuperados do passado. Nesse sentido, a atual praça homenageia quatro das vítimas aí penalizadas, relacionadas ao movimento em prol da independência denominado Conjuração dos Alfaiates ou Inconfidência Baiana,⁷ incorporando na articulação dos eixos principais à área em torno da fonte, em cada lado, um dos bustos que se posiciona sobre pedestal (fig.100).



Fig.100. Homenagem às vítimas da Inconfidência Baiana, busto em pedestal, (2005). Fonte D.

Atualmente a praça se caracteriza e traz na sua identidade a presença das instituições religiosas, dos espaços culturais e educacionais, dos edifícios públicos, do comércio e da propriedade privada. Hoje, o espaço volta a ser fechado por grades, fruto da recente reforma inspirada nos valores que imperam nos centros

⁷ Movimento inspirado nos ideais de liberdade igualdade e fraternidade para todo cidadão nascido na Colônia, independente da sua cor: branco, negro ou mulato. Data de 8 de novembro de 1799. FRANCO, 2004, p. 43.

urbanos brasileiros – o isolamento e o fechamento dos espaços como forma de assegurar a sua manutenção e segurança.⁸

Sua fonte se mantém majestosa e substitui uma anterior, que, por sua vez, tomou lugar do antigo chafariz, elemento de distribuição de água para toda a cidade nos séculos XVIII e XIX. Quatro esculturas alegóricas à independência são restauradas e recolocadas no entorno da fonte luminosa que expõe jatos de cor amarelada combinando com a cor noturna geral da praça (fig.101). A fonte, posicionada na área central da praça, articula-se diretamente às suas portas pelos eixos ortogonais.



Fig.101. Fonte luminosa na Praça da Piedade, (2005). Fonte D.

c2. Mobiliário.

O mobiliário utilizado, à exceção dos bancos, apresenta-se em modelos padronizados pela Prefeitura Municipal do Salvador, como: os telefones públicos e as lixeiras, assim como os pontos de transporte coletivo que se organizam em baterias diretamente conectadas com a Rua Direta da Piedade, e postes e luminárias a seguir descritos (fig.102 a), b, e c). Os bancos adotam o mesmo

⁸ No contexto da Praça da Piedade, espaço por vezes fechado quer seja para proteção do seu chafariz em meados do séc XIX ou quando recebeu novo ajardinamento e reservou todo o seu espaço, entre finais do séc XIX e aproximadamente 1928. (FRANCO, 2004, p.42). Relação aqui estabelecida com a crítica de isolamento que se faz às cidades contemporâneas. (ARANTES, 1993).

princípio de disposição que a praça anterior trazia, organizando-se sobre a mureta canteiro, revestidos atualmente com o mesmo material utilizado para os pisos – o granito – em substituição às saudosas pedras portuguesas⁹. (fig.100 e 102 a, e b).



c) Fig.102. Mobiliário e iluminação da Praça da Piedade, fonte P e D.

A iluminação da praça, executada por órgãos vinculados à Prefeitura Municipal do Salvador, se faz por postes altos, dotados de luminárias tipo pétalas, produzindo uma distribuição geral na praça em tons quentes, com lâmpadas vapor de sódio que alteram consideravelmente as cores da vegetação nos jardins. Em complementação, foram incorporados projetores para destaque dos canteiros de plantas rasteiras que, nesse caso, adotam luz fria, possivelmente na tentativa de buscar o equilíbrio da atmosfera de cor na formação da paisagem noturna. A fonte luminosa é o elemento

⁹ Em nome da maior resistência dos materiais, as chamadas “pedras portuguesas” foram banidas de todas as praças que sofreram intervenções em Salvador, enquanto em outros lugares do mundo esse tipo de piso continua a ser fartamente utilizado – pode-se usar como referência a área da Expo 98 em Lisboa e diversos outras praças na mesma cidade.

que complementa o sistema de iluminação da praça com os seus fluxos coloridos que variam de cor e produzem sons musicais, como em todas as fontes instaladas na cidade e no mundo contemporâneo.

c3. Acessibilidade.

As questões de acessibilidade se veem parcialmente contempladas no projeto da praça pela presença de rampas posicionadas em proximidade às passagens controladas por semáforos, permitindo assim conexão com as áreas de entorno nas quatro direções que organizam o espaço. A praça constitui-se por pisos bem nivelados, revestidos por granito que embora não muito polido deixa sempre a preocupação quanto à sua capacidade de deslizamentos quando molhado.

A observação do espaço não mostra qualquer outra preocupação em atendimento à legislação específica (Lei 10.098/2000), como telefones públicos em altura adequada, sinalizadores de piso e destaques para diferenciais no espaço, botoeiras e tipos de semáforos sonoros, dentre outros recursos.

d. Considerações sobre o conjunto resultante a partir de 1998.

O projeto desenvolvido em 1998 mostrou respeito às características principais da praça pelos seus aspectos funcionais e à atual dinâmica de espaço público. Substituiu alguns materiais, revitalizou e atualizou equipamentos, recompôs a sua vegetação, acrescentando ao espaço novas grades de proteção, dessa vez com modelo desenhado pelo artista plástico Carybé¹⁰, em alusão à cultura baiana. Entende-se a importância e o valor que são incorporados ao espaço da praça pela população soteropolitana e, nesse sentido, a preocupação em tratá-la como um espaço que corresponda ao patrimônio construído, a ser preservado.

A solução adotada pelo sistema de iluminação opta pela mistura de fluxos luminosos que em alguns casos pode até produzir bons resultados quando os

¹⁰ Carybé (1911-1997), de nacionalidade Argentina é naturalizado brasileiro e sua obra reflete o folclore baiano e cenas do cotidiano popular.

Julho, quando recebe um chafariz da Companhia do Queimado, com alegorias comemorativas à data. Essa fonte, como tantas outras na cidade, tinha como objetivo contribuir para o abastecimento de água de seu entorno (fig.103c). Atualmente a fonte se encontra no Largo dos Aflitos, em frente ao Quartel (NASCIMENTO, 1986, p.81).

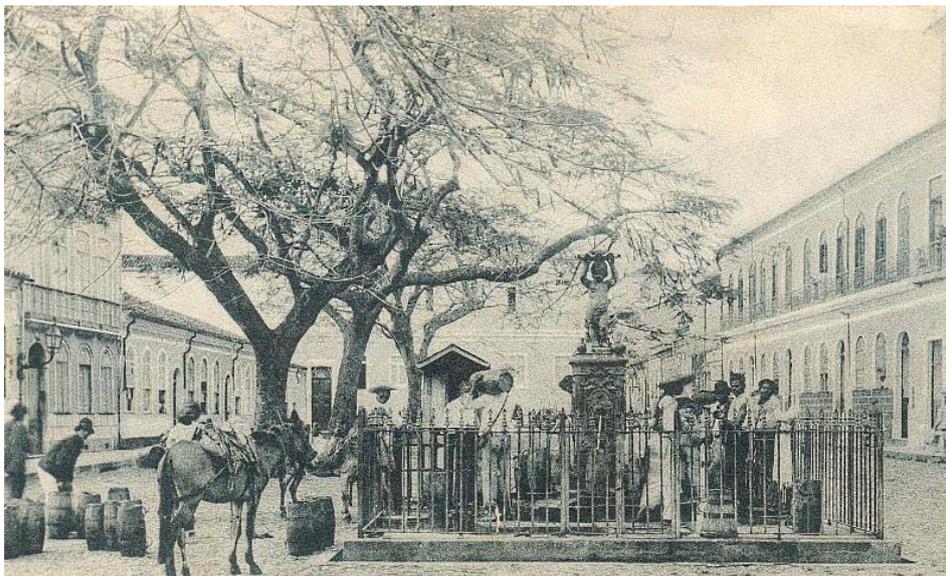


Fig.103 b) Largo Dois de Julho, Chafariz conhecido como da Libertação ou da Independência da Bahia aí permanecendo até 1975 , fontes B.



Fig.103c. Abastecimento de água, aguadeiros em fila, início do século XX (fonte W1).



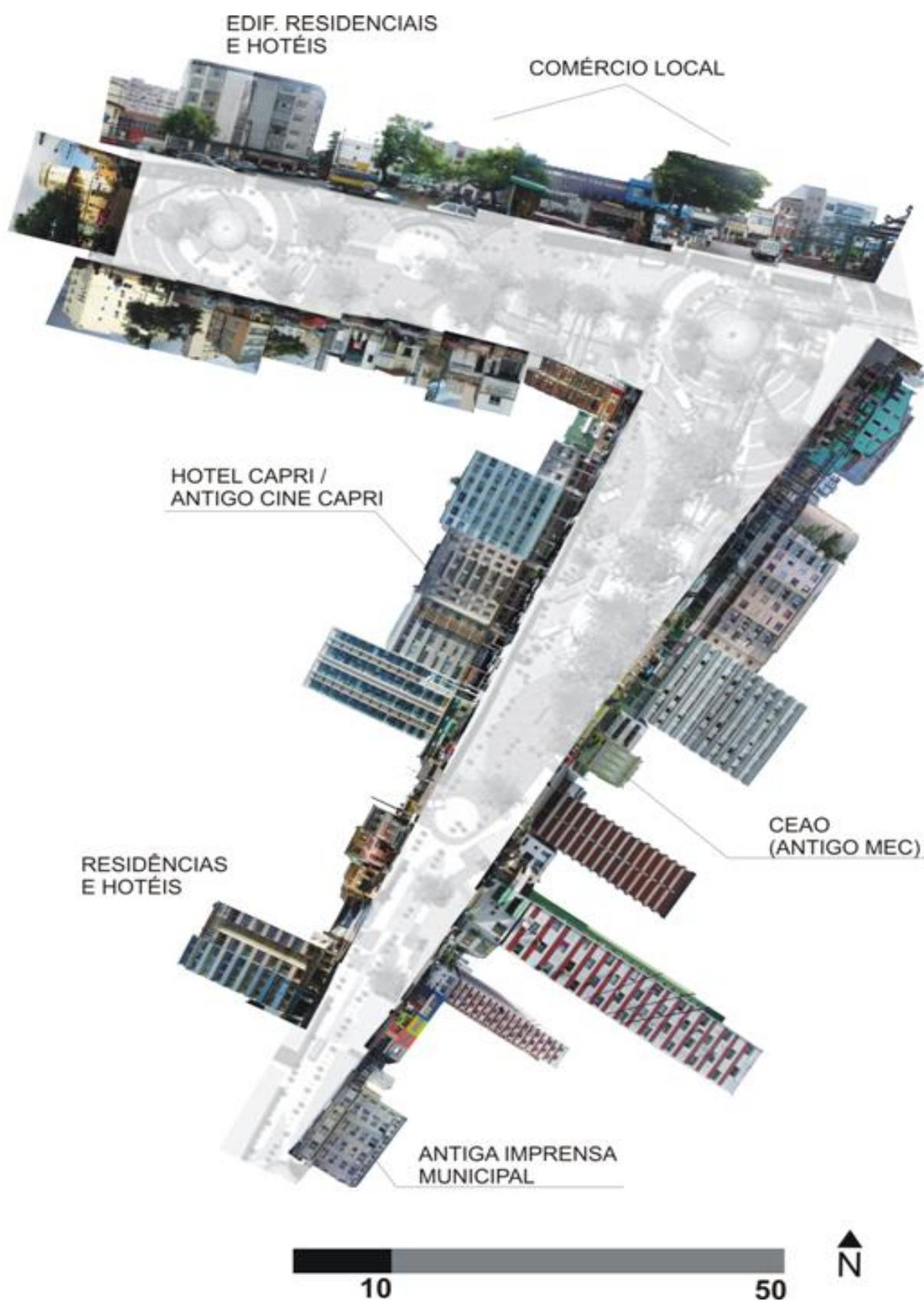
Fig.103d - Largo Dois de Julho como terminal de transportes. O local serviu para circulação de micro-ônibus desde 1960, conexão entre a Cidade Alta e Baixa, através dos percursos: Rua Barão Homem de Mello (Ladeira da Montanha) e, em menor escala, a Rua Visconde de Mauá e a Ladeira de Santa Teresa / Ladeira da Preguiça. Em 1972 o meio de transporte passa a ser ônibus já em pleno uso a Avenida de Contorno. O serviço se amplia também para passagem entre pontos da Cidade Alta e Baixa, causando impacto ao comércio já consolidado da Praça. Perdura até 1983, quando a rede de transportes públicos é reestruturada e o espaço deixa essa função, fonte C e L.



Fig.103e - “Mercado das Flores” desde 1950, no Largo Mucambinho, articulação entre a Avenida Carlos Gomes e a área do Dois de Julho, fonte L.

Em forma de “L” invertido, o espaço se constitui por largos conjugados, assumindo eixo no sentido norte/sul – o Largo Dois de Julho, e na direção leste/oeste, a Praça General Inocêncio Galvão (fig.104a, b e 105). Esses dois espaços, quando aqui referidos de forma genérica, serão tratados no seu conjunto como Largo Dois de Julho, denominação que tradicionalmente indica o lugar, em Salvador. São espaços integrados por relação de proximidade e pelos usos comuns. Guardam ambiência de largo de área urbana central de uso misto, constituída por comércio desordenado, serviços e residências, sendo atualmente a atividade comercial aquela que mais contribui para a caracterização do espaço.

b. Análise Tipomorfológica – arquitetura do entorno e suas relações.



do mercado das flores, a inauguração do cinema Capri e em meados dos anos 1960 com a inauguração da Avenida Lafaiete Coutinho (Contorno).

Fig nº 105. Edificações de entorno do Largo Dois de Julho e Praça Inocência Galvão. Fonte C, D e I (2002/2005).



Fig.106 a) Acesso à Rua do Cabeça desde o Largo; b) Praça Inocência Galvão. Fonte D.

Localizado no Largo Dois de Julho, próximo à entrada da Rua da Faísca, encontra-se um exemplar da arquitetura do século XIX. É edificação onde já funcionou um setor do MEC e hoje abriga o Ceao – Centro de Estudos Afro-Orientais da Ufba (fig.105). Em três pavimentos, apresenta predominância de marcação horizontal na fachada formada por linha de balcão¹² que, em vão único, articula as quatro janelas do primeiro andar. As esquadrias dessa edificação, em mesma modulação nos três pavimentos, são dotadas de rica ornamentação que cria articulação vertical entre o primeiro e o segundo pavimentos. A fachada lateral da casa, com acesso recuado e pátio, mantém a modulação das esquadrias, recebendo em uma delas balcão isolado e sustentado por pilares que se superpõem à fachada, criando pequena proteção ao acesso à casa.

A Rua Democrata, antiga Rua do Hospício, é pequena e pouco movimentada, apesar da presença do Clube Fantoques da Euterpe que, fundado em 1884, tem a sua sede aí construída em 1937, ocupando grande casarão com a parte frontal voltada para a Baía de Todos-os-Santos.

O entorno das praças começa a ser alterado de forma crescente desde os anos 1960, como em outras áreas da cidade central, pela renovação urbana assegurada por legislação específica que permitia a criação de zonas de transição para uso misto comercial/residencial, na tipologia de edifícios constituídos por galerias em pé

¹² O conjunto de sacadas é protegido por guarda-corpo, constituído por desenhos trabalhados em relevo e vazados em tecnologia de argamassa, sustentado por elemento estrutural que funciona como suporte ricamente decorado na fachada principal. Análise *in Loco*.

direito duplo sob pilotis (Epucs, Lei 701/48). A característica de bairro central de fácil articulação com várias partes da cidade potencializa o seu uso segundo interesses especulativos, para a hotelaria. A partir daí, as edificações residenciais são substituídas por hotéis, pensões e alojamentos que predominam principalmente no espaço do Largo Dois de Julho e nos lados sul e oeste da Praça General Inocêncio Galvão. Esse movimento, de alguma forma favorece a desvalorização da área, acelerando seu declínio e descaracterização (PMS/FMLF, 2002).

Ainda hoje alguns edifícios de uso comercial se destacam nessa área pela característica construtiva implantada nos anos 1960 a 70 (fig.105). Sobre os amplos acessos sob pilotis ergue-se o paramento principal da edificação, marcado pela linha das esquadrias em alumínio e vidro, praticamente ocupando quase toda a largura da fachada, em seis pavimentos. Por vezes, percebe-se discreta marcação vertical, caracterizada por elementos estruturais, revestimento e pintura ou ainda discreto painel em sobretons na cor predominante, criando uma articulação entre pavimentos. Como referência, pode-se citar a edificação do antigo Cinema Capri, hoje hotel de mesmo nome.

Na Praça General Inocêncio Galvão, no lado onde se fazem as conexões com as ruas do Sodré e Areal, percebem-se edificações remanescentes do século XIX e da primeira metade do XX, embora o seu conjunto tenha sido sistematicamente alterado (fig.105). O pavimento térreo é o mais castigado, perdendo as principais definições de esquadrias para adaptação à atividade comercial, enquanto os níveis superiores ainda permitem alguma leitura, na marcação das suas aberturas e nas eventuais sacadas, cimalthas, platibandas e oitões. A maioria dessas edificações conta com dois ou três pavimentos.

No lado leste da praça, com exceção de um edifício sobre galerias e outro na esquina com a Rua do Cabeça, que apenas simula pequeno recuo no plano da fachada ao nível do pavimento térreo e sobre lojas, as relações entre edificações acontecem de forma fluida. São construções atuais, cada uma na sua especificidade, em alturas variáveis, principalmente quando se aproximam da Rua da Faísca, chegando a atingir vinte pavimentos. São edifícios em formas, acessos, elementos de modulação, marcação e revestimento diversificados, ausentes de qualquer compromisso com as características do lugar (fig.105).

c) A intervenção de 2003.

c1. Caracterização da proposta.



Fig.107a. Proposta de intervenção para o Largo 2 de Julho (2002). Especificação de usos no espaço na fig 107b, p.243, Fonte T.

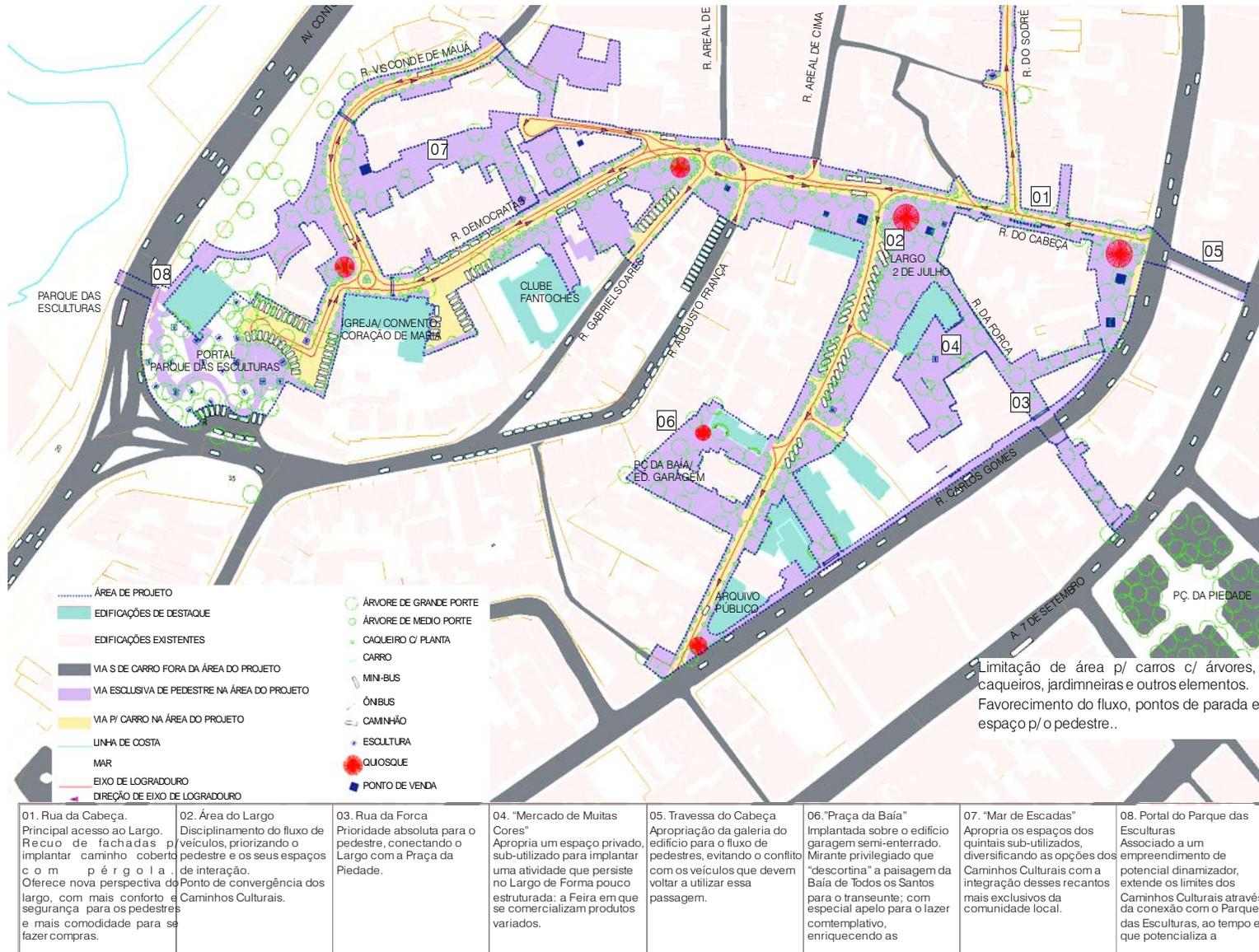


Fig. 107b. Identificação dos elementos de intervenção no conjunto do Largo Dois de Julho, 2003, fonte T.

O espaço foi contemplado por recente proposta de intervenção, fruto de concurso público articulado por instâncias da PMS, Seplan, FMLF e IAB.

Realizado entre os anos de 2001 e 2002, o concurso teve como vencedora a proposta elaborada pela equipe coordenada inicialmente pelo Arquiteto Sérgio Sá e depois pelo arquiteto canadense Sean Patrick Bradley. O projeto foi apenas parcialmente implantado e seus resultados ainda não respondem aos problemas apresentados no edital do concurso.

Nesse edital foram encaminhadas metas para requalificação do bairro Dois de Julho, tendo como referência principal a sua praça e/ou largos, onde se indicava: a busca da funcionalidade do espaço através do fortalecimento das suas referências urbanas, a identidade e a história; a organização estética do conjunto; o sistema viário local e a disciplina do comércio, com recuperação do mercado de flores e de ervas; a recuperação do antigo espaço cultural e da boemia; a maior integração entre as duas partes do largo; a reintegração do largo com a área residencial do entorno; soluções para o problema de estacionamento, carga e descarga do comércio presente; a inclusão de equipamentos de infraestrutura, mobiliário, e outros (PMS/FMLF, 2001).

Da implantação da proposta vencedora, observa-se que as ações, quase de forma isolada, vão se efetivando em processo lento, desde 2003. Essas ações, praticamente só foram implementadas nas áreas específicas dos largos Dois de Julho e do Mocambinho, fato que, de alguma forma, dificulta a leitura dos resultados parcialmente produzidos, ainda sem qualquer possibilidade de uma visão de conjunto.

A proposta de intervenção no Largo Dois de Julho apresenta o princípio da integração das áreas de abrangência do projeto, tendo como pressuposto possibilitar a convivência no bairro (fig.107a). Para isso usa o recurso da articulação dos largos Dois de Julho, do Mucambinho e da Praça Inocêncio Galvão, e incorpora ao conjunto algumas partes centrais dos quarteirões (quando aí existem ruínas, fundos de quintais sem uso) e a encosta para a Avenida de Contorno. Essa ação se desenvolve até o parque das esculturas, em cota inferior à Avenida de Contorno.

Nesses espaços, com maior ou menor abrangência, são criados recantos com funções específicas como o chamado Mercado Multicores, proposto no lugar de

ruínas, para abrigar a tradicional feira local; o Mercado de Flores e ervas, também um uso tradicional na área, acontece atualmente no Largo do Mucambinho; a Passarela da Boemia, espaço de articulação já existente entre a Avenida Carlos Gomes e o Largo Dois de Julho é incorporado pelo projeto, com adaptações nos bares e cobertura central, para ampliação de seu uso; o Mundo das Crianças, espaço criado com as reservas de fundos de quintal, próximo ao centro cultural local e áreas da encosta para a Contorno, é espaço que propõe recuperar as relações entre o tecido urbano de centro de cidade e o elementos da natureza, trazendo a intenção do lúdico e do poético também para os jovens; a “Praça da Baía” pertencente ao conjunto articula-se ao complexo garagem, constituído por dois estacionamentos já existentes e cria um mirante voltado para a baía; e o Portal das Esculturas é espaço que antecede e propõe anunciar a articulação e a passagem sob a Avenida de Contorno, acesso ao memorial de mesmo nome (fig. 107b).

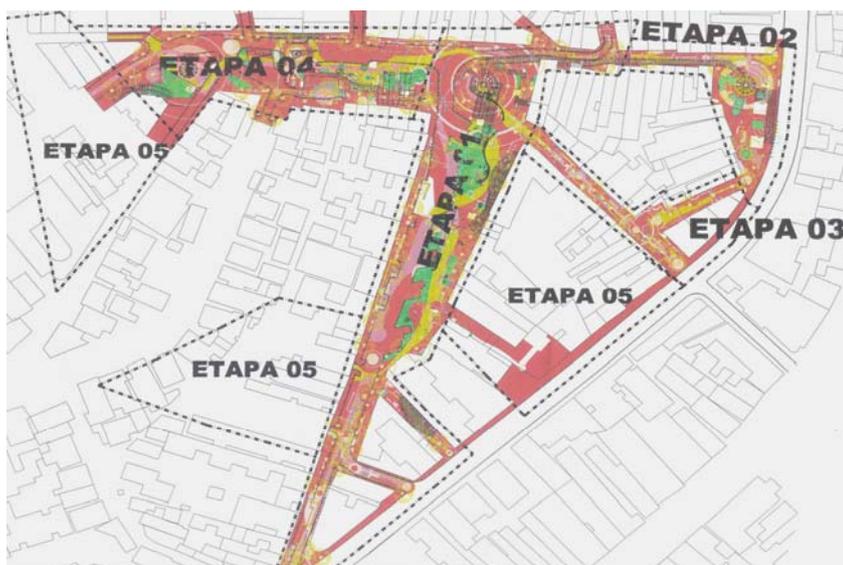


Fig.108. Etapas para intervenção do Largo Dois de Julho (2002). Fonte T.

O projeto apresenta um encaminhamento para implantação em etapas de intervenção, consideradas por grau de prioridades que foram nomeadas pelo edital e incorporadas por seus propositores, de acordo com figura 108. No entanto, naquilo que foi executado, as etapas se misturam ou não são cumpridas conforme o previsto, parecendo não haver perspectiva da continuidade das obras.

Mesmo a proposta tendo preservado toda a vegetação local e a ela ter acrescentado outras espécies, toda a vegetação de porte foi derrubada na área da atual intervenção. Sob a justificativa de total falta de condições para recuperação da

arborização referida¹, as árvores foram sacrificadas e substituídas por outras mudas que, ainda em desenvolvimento, deixam toda essa parte do espaço a descoberto. O espaço verde se limita apenas a canteiros reduzidos em dimensão e quantidade, com vegetação de jardim, deixando a área com problemas de conforto ambiental, principalmente nos horários de maior insolação. Nesse sentido, são introduzidas estruturas espaciais em forma de pérgula, sob a justificativa de funcionar como apoio à vegetação que aí deve ramificar-se, quando plantada nos canteiros circulares localizados lateralmente (fig.109a e b).



Fig.109. Largo Dois de Julho. a) antes da intervenção (2001); b) depois da intervenção (2005). Fonte C e D respectivamente.

A altitude e a morfologia do sítio favorecem a ventilação produzida em Salvador pelo corredores naturais gerados pelas variações de topografia que canalizam a brisa produzida nas relações entre o continente e as áreas marinhas, grande responsável pelo conforto ambiental de toda a área urbana do centro da Cidade Alta, além de criar visuais que podem ser caracterizadas como elementos surpresa gerados pelo cruzamento de vias locais que se debruçam sobre a Baía de Todos-os-Santos.

As estruturas da pérgula (fig.111) assumem organizações que mais se parecem a pórticos justapostos para fins decorativos, tão em moda, e sistematicamente usados para a criação de efeitos ornamentais nos espaços públicos contemporâneos.²

¹ Depoimento dos projetistas e de funcionários de Seplan que declaram que a vegetação de porte após análise efetuada por botânicos teve o diagnóstico de problemas de "fitonose", que indica doença e falta de condições de recuperação física.

² Visto o seu uso em locais nos mais diversos níveis de inserção urbana, em Salvador pode-se citar: Jardim de Nazaré, Praça da Inglaterra, Jardim dos Namorados, Praça das Esculturas, dentre outros. Em contraponto àquela outra, implantada no Campo Grande nos anos de 1940, em outro tipo de relação.

Nesse contexto está a fonte, dessa vez em formato diferente, organizada como uma espécie de cascata produzida por escalonamento gerado pela articulação entre as diferentes cotas dos espaços da praça. A circulação da água, em processo de reaproveitamento, percorre uma calha embutida no piso que, quando aparente, desenvolve-se de forma sinuosa e produz jatos organizados por programação. Pressupõe-se que o conjunto aquático esteja a fazer referência à outra fonte, a antiga, que se localizava nessas proximidades (fig. 110) (PMS / FMLF, 2001).



Fig.110. Largo Dois de Julho (2005): a) Elementos de cascata; b) jatos de água direcionados por calha embutida no piso. Fonte D.

Aproveitando a diferença de nível entre as duas praças, surge uma espécie de podium: é o quiosque, parcialmente encoberto pelas citadas estruturas espaciais que se articula com a pérgula e é contornado por degraus. O conjunto escalonado, também classificado no projeto como centro de atenções do conjunto, cria saliências e reentrâncias de forma a dar espaço para apresentações variadas ou servir de arquibancada para exposições na parte inferior. No entanto, apresenta-se em dimensão reduzida como pode ser visto na figura 110.



Fig.111. Quiosque sobre espécie de podium, criando o chamado centro da Praça. Fonte D.

O Mocambinho ou como também é chamado Largo das Flores, destinado ao comércio deste produto, é organizado em formato triangular e tem delimitação entre as ruas Carlos Gomes e do Cabeça. Nele situam-se também casas comerciais. Faz conexão com a Avenida Sete de Setembro pelo beco também denominado Mocambinho, junto à Rua da Força, que marca a história do espaço.³ Esses largos, também contemplados pelo mesmo edital do concurso, mantêm o mesmo padrão de organização e os mesmos modelos definidos para o Largo Dois de Julho, ou seja: pisos, bancos, pérgulas e grandes canteiros circulares tipo vasos ornamentais, que recebem a vegetação para a ramificação (fig.112).



Fig.112 a) Largo do Mocambinho antes da intervenção, fonte C.



Fig.112 b) depois da intervenção, 2002 e 2005, fonte D.

Assim, a venda de flores acontece no Largo do Mocambinho em barracas tipo quiosques que têm a sua construção anterior à intervenção, elemento registrado nas

³ A denominação Rua da Força remete às maiores torturas legalizadas em nossa história remota registrada nesse trecho do bairro. Trata-se do último percurso que os condenados à morte faziam: saindo da casa da Câmara e Cadeia, subiam a Rua de Baixo de São Bento, atual Carlos Gomes, até a altura do Largo do Mocambinho, dobavam a direita à Rua Gustavo dos Santos (Rua do Cabeça) até chegar ao Largo do Acioli, daí retornavam por rua geometricamente retilínea, também chamado de corredor da morte, de onde ao fundo os condenados podiam avistar todo o arsenal armado, que os aguardava, na Praça da Piedade. (Ceab,1998).



Fig.113 b)

Fig.113b. Proposta de separação entre fluxo viário e de pedestres na Rua do Cabeça, 2002.

Fonte T.

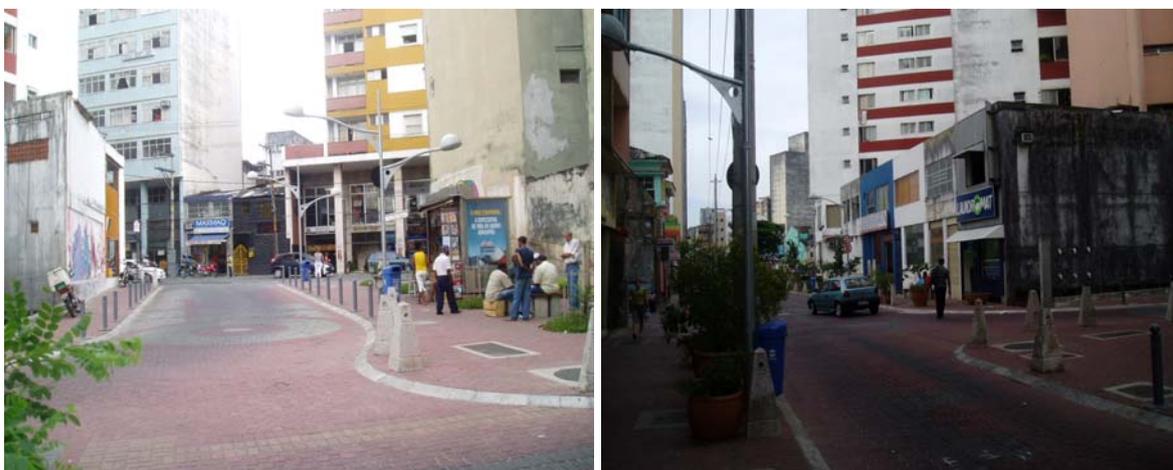


Fig.113 c. Novo acesso ao Largo Dois de Julho (2005). Fonte D.

A articulação viária acima referida acontece atualmente pela Rua da Faísca.⁵ Com a demolição de duas ruínas vizinhas ao edifício que pertenceu ao Arquivo Público Municipal, entre a Avenida Carlos Gomes e a Rua da Faísca, cria-se uma pequena via transversal para dar novo acesso à praça sendo o aumento do fluxo viário produzido nessa rua resolvido mediante o seu alargamento, possibilitado pelo recuo da calçada correspondente (fig.113c). A saída dos largos para a Avenida Carlos Gomes mantém-se pela mesma via. A solução é incorporada ao projeto no seu processo de ajuste, por ser considerada importante para a liberação da Rua do

⁵ O nome Faísca é devido ao paiol da cidade, o depósito de pólvora e munição. Na metade do século XVIII, num temporal um raio atingiu o paiol causando um grande pânico na cidade; mais tarde, o paiol foi transferido para uma área na época menos povoada, hoje Campo da Pólvora. Arquivo da Polícia Militar - Quartel dos Aflitos.

Cabeça no sentido da organização do comércio local.⁶ Para as demais articulações mantêm-se aquelas vias tradicionalmente utilizadas entre os largos e Avenida de Contorno, Avenida Visconde de Mauá e Ladeira da Preguiça, com o Largo da Conceição.

c2. Mobiliário.



Fig.114. Mobiliário urbano (2005), fonte D.

O espaço de intervenção apresenta-se excessivamente pavimentado, condição que predomina nas recentes intervenções das praças reformadas em Salvador. Diferentemente de outros pisos, graníticos, nesse caso trata-se de piso em placas de concreto, organizado em composições que formam um mosaico definido por três cores em sobretons. Essa pavimentação avança para a pista de rolamento e também permite o acesso de veículos aos edifícios que tiveram suas garagens distanciadas da rua que lhes dá acesso (fig.114). Embora técnicos (PMS /Seplan/FMLF) tenham assegurado a capacidade de resistência do material, fica a preocupação sobre os aspectos de durabilidade no que diz respeito à desagregação das partículas pelo atrito produzido pelo tráfego de veículos, considerando o intenso fluxo viário que a área apresenta.

Ainda quanto à pavimentação na área da praça, pode-se perceber problemas de drenagem criados pelo assentamento do piso em base não suficientemente

⁶ Na constituição de espécie de portal das fachadas com as unidades comerciais recuadas. (PMS/FMLF, setor da projetos).

compactada e nivelada gerando, nas ondulações decorrentes da acomodação do solo, o acúmulo de água no período das chuvas tão comuns na cidade. Na separação entre as vias e espaços da praça são adotados elementos tipo piquetes a uma altura de aproximadamente 0,60m que, em alguns trechos, não deixam muito claras as delimitações pelo excesso de elementos agregados ao espaço.

Todo o restante do mobiliário adotado não foge à regra geral ordenadora de outros espaços da cidade, padrão da PMS. Os postes são metálicos, com luminárias duplas, tipo gafanhoto, e há projetores localizados sob a estrutura das pérgulas com objetivo de criar destaques; as lixeiras e telefones públicos nos tradicionais tons azuis; os bancos, em nome da diversidade, são apresentados em grande número de modelos. Na fotografia da figura 114 pode-se verificar dois tipos, um ao lado do outro: em concreto com assento em granito e outro, também conhecido como “modelo cavalinho”, com pés de ferro e corpo em tiras de madeira,⁷ tradicionalmente utilizado em praças consideradas históricas. Esse conjunto complementa a ambiência do largo.

Pode-se observar que, da proposta de iluminação encaminhada no projeto executivo do concurso, pouco foi executado. As instalações foram parcialmente localizadas na área do Largo Dois de Julho e no Largo do Mocambinho, no entanto não trazem reflexos maiores, pela fragmentação geral de execução da proposta.

c3. Acessibilidade

Do projeto executado no trecho do Largo Dois de Julho pode-se observar pequenas diferenças de nível entre as cotas da rua e da praça que se articulam por rampas de baixa declividade, o que favorece o acesso à praça, dificultado, no entanto, pelos bloqueadores de piso e pelas ondulações produzidas na execução da pavimentação. Tais condições produzem obstáculos para os portadores de dificuldades especiais. Considerando ainda a grande diferença de nível entre o Largo Dois de Julho, a Praça Inocência Galvão e a Rua do Cabeça, percebe-se na

⁷ Considerados confortáveis do ponto de vista ergonômico e por isso largamente utilizados em espaços públicos.

articulação entre os espaços apenas a presença de degraus e a pista de rolamento, com declividade superior a 6% (Lei 10 098/2000).⁸

c) Considerações sobre o conjunto resultante a partir de 2003.

Considerando ser esse um espaço público que até então não entrou na rota dos interesses turísticos soteropolitanos, a conservação dessa área ainda se faz de forma precária, não somente em relação aos espaços verdes, mas principalmente no que diz respeito à limpeza e iluminação pública, sobretudo em locais próximos a barracas de vendedores ambulantes. É uma postura que se alinha à lentidão com que se implanta no lugar a proposta vencedora do concurso público de 2002, indicadora da intenção de não execução do projeto e, com isso, de um desrespeito às equipes que à época do concurso se mobilizaram para participar. O desrespeito atinge também a população local que sequer tem alguma definição do que ainda será feito na área e, enfim, ainda diz respeito ao dinheiro público, mal investido em obra que tudo indica ter apenas objetivos políticos de *marketing*.

Sabe-se também que, de forma geral, a ideia da implantação de um projeto por etapas sofre muito pelos processos de descontinuidade administrativa vividos no Brasil e principalmente na Bahia, onde as subsequentes intervenções normalmente acontecem sem consideração com o projeto base, criando apenas uma ilusão para o projetista e para o cidadão. A indicação por parte da equipe responsável pelo projeto em pauta, apesar da intenção de priorizar e organizar a execução, perdeu-se por falta de ação da administração municipal.

Observando a parte do projeto executada até então, percebe-se ainda grande falta de articulação entre os elementos introduzidos e o contexto, com os problemas apresentados no edital ainda sem resposta, ou seja: o lugar apresenta-se confuso, mostrando conflitos entre o sistema viário, as atividades comerciais e os espaços de estacionamento. O Largo Dois de Julho, que por tradição exercia grande atrativo pela existência de vegetação de porte, mesmo sem a devida manutenção, transformou-se em espaço árido e desconfortável.

⁸ Lei que regulamenta e estabelece parâmetros que garantam a locomoção de portadores de dificuldades especiais.

O projeto excede em informações com a introdução de alegorias em formatos comuns ao mundo contemporâneo e a criação de muitos elementos e detalhes construtivos, com pórticos, quiosques, fontes, diversos tipos de bancos, dentre outros elementos que, por acúmulo, constituem certa confusão visual. Ou seja, a variedade de informações do conjunto produz um efeito visual negativo.

Os pórticos e pérgulas, entendidos como elementos que, por vezes, podem produzir bons resultados no espaço quando criam efeitos de destaque e contraste com os elementos de entorno e constituem aspectos diferenciais e efeitos surpresa, não atuam da mesma forma quando obedecem apenas ao modismo, tão comum no mundo contemporâneo (CULLEN, 1983; PANERAI, 1979; PANERAI, 1980).

O conjunto aquático também é entendido como mais uma referência aos espaços públicos de nível nacional e internacional, presente em muitos trabalhos de intervenção no mundo da globalização. Tal equipamento parece ter-se tornado imprescindível às praças, calçadões e largos contemporâneos ou em processo de revitalização. Entende-se, entretanto, que, no caso presente, não contribui com a organização estético-funcional do largo/prança e não consegue fazer referência à antiga fonte antes localizada no mesmo espaço. Além disso, cria mais uma dificuldade aos portadores de necessidades especiais de locomoção.

Se por um lado o projeto mostra preocupações com a recuperação e a preservação dos recursos naturais, como a manutenção da permeabilidade do solo e o contacto com elementos da natureza, na área reservada para crianças e jovens e nas proximidades com a encosta da Avenida de Contorno, na área das duas praças principais excede em pavimentação; uma condição que mais se acentua porque as antigas árvores foram sacrificadas e substituídas por mudas de tipos equivalentes que deixam toda essa parte do espaço a descoberto e completamente árida.

Ainda quanto a essa acessibilidade, observa-se a ausência de qualquer tipo de equipamentos que venham a atender a esse fim, incluindo a criação de rampas com declividade máxima de 6%, problema agravado pelo desnivelamento de pisos, marcação por excesso de bloqueadores, falta de manutenção de calhas ou por ausência de telefones e banheiros públicos, dentre outros obstáculos e dificuldades.

3. 3. 3. Largo dos Aflitos.

a. Caracterização do espaço

Espaço localizado entre o Quartel da Polícia Militar e a Igreja N. S. dos Aflitos, ficou caracterizado desde a sua origem como lugar de serviço para artilharia militar. No decorrer do tempo a ele são incorporadas as atividades religiosas da igreja situada lateralmente ao espaço, de frente para a baía (fig.115a). Isso favoreceu e constituiu uma organização específica para o conjunto que, apesar do quartel e igreja terem origem nos séculos XVII e XVIII, respectivamente, só recebe alguma estruturação a partir do século XIX, no processo de evolução física de Salvador (PMS, 2004, p.75).

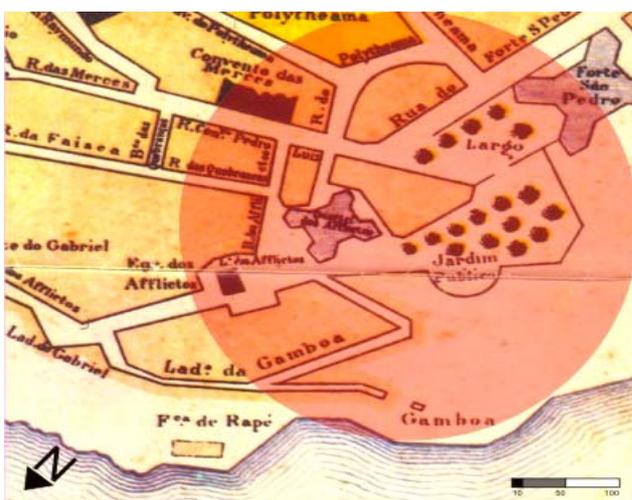


Fig.115a. Largo dos Aflitos: (a) por Los Rios (1894).



Fig.115b) - b) Ortofoto da área, 1998. Fonte V e H, respectivamente.

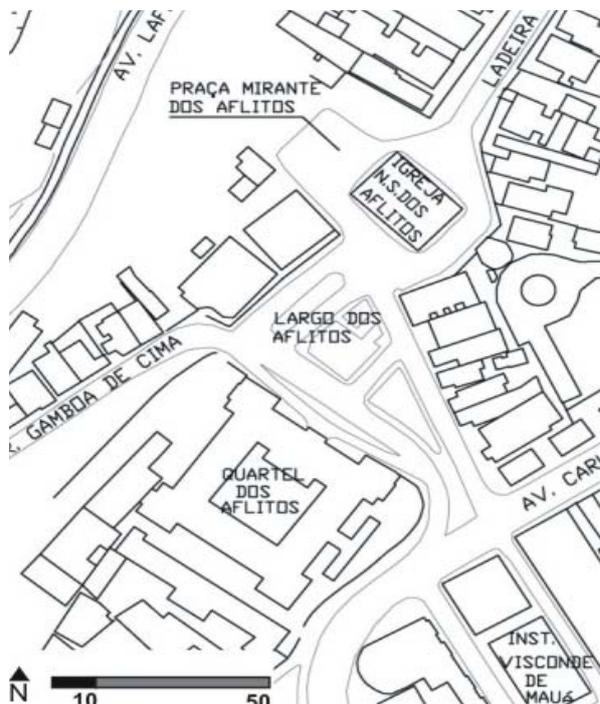


Fig.115c - Planta de Situação Largo e Mirante dos Aflitos, Fonte G.

Incorporando espaço do entorno, o largo assume atualmente uma forma que se aproxima de um trapézio definido no perímetro sul pela Casa Militar e inclui uma estreita conexão entre este espaço e o Passeio Público, que dele se avizinha (fig.115 b e c). No sentido da escarpa, localiza-se o edifício onde funciona o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ladeado por passagem estreita que dá acesso ao amplo adro da igreja, em forma retangular e posicionado como mirante para a baía. O perímetro norte se inicia pela lateral da igreja, conecta-se de forma transversal à Ladeira dos Aflitos e, na sequência, a edificações de baixo porte, elevando-se o gabarito nos limites da Avenida Carlos Gomes. O sentido leste coincide com a menor dimensão do largo e se configura por estreitamento proveniente da sua própria forma. Estabelece importante conexão com a Avenida Carlos Gomes, podendo ser vislumbradas altas edificações.

Assim, o espaço se caracteriza pela configuração de um bolsão pertencente à Avenida Carlos Gomes, ao qual se conecta (fig.115), em forma retangular, o adro da igreja, de onde se vislumbra a Baía de Todos-os-Santos. O espaço somente é percebido quando se passa diante de seu acesso e a circulação no seu interior constitui uma série de efeitos surpresa pela sucessão de articulações e peculiaridades intercomunicantes que apresentam. Experimentam-se sensações

diversas, desde o espaço reduzido e convencional produzido no largo ao sentido de amplidão gerado na perspectiva da baía, e de calma, aconchego e interiorização, provocados pelos recantos e partes sombreadas do jardim vizinho; incluem ainda os efeitos do fluxo viário proveniente da Ladeira dos Aflitos.

O largo consolida a sua ocupação a partir do século XIX, acompanhando a expansão da cidade. Constitui-se predominantemente como bairro residencial, com edifícios de pequeno porte e residências, ainda em grande parte exemplos de sobrados revestidos por azulejos e dotados de pequenos recuos ou jardins privados característicos do período, que podem ser encontrados nas ruas Tuiuti e Gabriel Soares ou Ladeira dos Aflitos.¹

A primeira estruturação espacial do Largo dos Aflitos acontece em 1860,² com o nivelamento do piso e a plantação das tradicionais palmeiras, ainda existentes. A articulação entre a área militar e o adro se faz através de apêndice estreito, entre a lateral da igreja e a linha de bordo da vertente, em conexão que funciona como uma fragmentação do espaço de análise. Entre as duas funções, o espaço passa a ser denominado “Largo dos Aflitos” ou “Trem dos Aflitos”³.

O mais antigo uso do espaço, o quartel, tem a sua origem em 1639, como antiga “Casa dos Fogos” e depois “Casa do Trem” ou “Trem Militar”.⁴ Estrategicamente situada na cumeada, no limite com a escarpa, tinha à sua volta o Forte de São Paulo ou da Gamboa, o baluarte da Ribeira (na atual área da Escola de Aprendizes Marinheiros) e o Forte de São Pedro. A interpretação de Oliveira (2004, p.230) define-o como construção sem terraplenos ou assentos para as peças de artilharia que caracterizavam os fortes, condição que leva ao entendimento de que o equipamento não exerceu a função de forte.

Sua história é marcada pela função de guarnecer os fortes do entorno e como casa de guarda de toda a artilharia das fortalezas da cidade que iam sendo

¹ A casa nº 27 constitui sobrado ligeiramente recuado em relação à rua, em dois pavimentos mais sótão em oitão, que pelo tratamento caracteriza edificação nobre; apresenta fachadas revestidas em azulejo, platibandas com adornos e jardim com bancos embrechados por conchas. (Ipac, 1984,105-106).

² Arquivos da Polícia Militar do Estado da Bahia, em anotações intituladas: Notícias sobre a Polícia Militar da Bahia, do séc XIX, pelo Maj. PM ARAÚJO. Referências sobre A Casa do TREM, não publicado, 2004.

³ Casa do Trem provém de expressão portuguesa: “trem de artilharia,” que compreende todo o material bélico, destinado à defesa de uma cidade. Notas em web, do Iphan Nacional.

⁴ Arquivos da Polícia Militar do Estado da Bahia, Notícias sobre a Polícia Militar da Bahia do séc XIX - A Casa do TREM, anotações, Maj. PM ARAÚJO, 2004.

desativadas, como a das portas de São Bento, o laboratório de fogos de artifícios da Jequitaiá, a Casa do Campo da Pólvora de Nazaré, dentre outros.⁵

Oliveira (2004, p.230-232) considera que, com a expansão da cidade no sentido sul desde meados do século XVIII, o espaço militar, já desativado, servia para outras atividades. Além da função de provimento e guarda de materiais de artilharia aí fabricados, com destaque para a pólvora, a edificação funcionou como abrigo para os revolucionários da Sabinada (1836) e como hospital militar até 1856. Na sequência, passa a acolher o batalhão de infantaria e, finalmente, em 1876, já em ruínas, é recuperado e reformado, passando efetivamente a alojar o corpo de infantaria do regimento policial militar, a partir de 1893.⁶

A Igreja do N. S. dos Aflitos, devoção trazida pelos portugueses, instala-se no espaço em 1748. Do mesmo modo que a antiga Sé posiciona-se como mirante para a baía, de costas para a cidade⁷, contornada por adro que constitui o que hoje é denominado de Mirante dos Aflitos. Esse adro integra-se lateralmente ao largo já existente, em frente a então Casa do Trem. A força e o prestígio da igreja logo se apresentam dando nome ao espaço – Largo Senhor dos Aflitos, ou Largo Trem dos Aflitos, hoje conhecido apenas como Largo dos Aflitos.⁸

Como referido no segundo capítulo, o Passeio Público, executado no início do século XIX, também contribui para a consolidação da área. Espaço de estrutura neoclássica, farta vegetação, obelisco e mirantes, nasce em lugar estreito entre a Casa Militar e a escarpa e se desenvolve até o Largo do Forte de São Pedro, sobre a topografia acidentada. Constitui remanescente exemplar da história dos primeiros espaços públicos que apresentam a valorização da natureza e de mirante enquanto espaço que se apresenta para o fim específico de visualização da paisagem (SEGAWA, 1997). Em oposição às praças de uso militar e religioso, esse era o espaço da socialização, no estilo das praças europeias do século XVIII. Constituíam

⁵ Arquivos da Polícia Militar do Estado da Bahia, Notícias sobre a Polícia Militar da Bahia do séc XIX - A Casa do TREM, anotações, Maj. PM ARAÚJO, 2004.

⁶ Arquivos da Polícia Militar do Estado da Bahia, em anotações intituladas: Notícias sobre a Polícia Militar da Bahia, do séc XIX, pelo Maj. PM (Araújo), tratam de referências sobre A Casa do TREM, não publicado, 2004.

⁷ Na atualidade em Salvador é a única igreja que se mantém na situação privilegiada de localização em área de borda, com fachada principal e adro diretamente voltados para a baía, sobre estreita faixa inferior de ocupação.

⁸ A história traz a vinculação entre a irmandade do Senhor dos Aflitos às causas de sofrimento, punição e desesperança, sempre remetendo a implantação dos seus edifícios religiosos a locais onde eram cometidos os castigos. No caso de Salvador, o historiador Cid Teixeira declara não existir essa relação, visto os castigos serem aplicados na Praça da Piedade.

assim um só conjunto, o Largo dos Aflitos, incluído o adro da igreja, o Passeio Público e o antigo Largo do Forte de São Pedro.⁹

O espaço ganha maior impulso a partir da década de 60 do século XX quando é construída a Avenida Lafayette Coutinho (Contorno), fundamental conexão entre a Cidade Alta e Baixa e desta com as avenidas de vale, projetos que guardam articulações entre si. Por outro lado, com a implantação da avenida sobre a escarpa, cria-se o rompimento entre as áreas de cumeada e encosta superior da via e todo o espaço abaixo desta, que passa a ter uma relação mais direta com a praia. A desarticulação com o entorno e a fragmentação da Gamboa de Baixo foram razões fundamentais para que a área passasse a viver um processo de segregação no contexto da cidade. De quase não ser vista, passou também a facilmente esquecida pela administração pública, por mais de três décadas.¹⁰

Em 1983 o espaço ganha ajardinamento, com chafariz alusivo à independência da Bahia, um equipamento que já percorreu a Praça da Piedade, o Largo Dois de Julho e a Praça dos Reis Católicos, voltando, na sequência, ao Largo Dois de Julho (FMLF/PMS, arquivo). A partir de 2000, a praça passa por processo de recuperação dos seus espaços, com projeto de autoria do arquiteto Assis Reis, sob a coordenação da PMS/FMLF.

b) Análise Tipomorfológica – arquitetura dos largos e suas relações.

A atual Casa Militar, diretamente fronteira ao Largo dos Aflitos (fig.116), tem a sua arquitetura bastante alterada em relação à original, constituída por fachadas sóbrias, cegas, em planta de base quadrada, articulada por pátio central. Como resultado das diversas alterações sofridas, existe hoje um edifício eclético que apresenta uma fachada totalmente descaracterizada, com acréscimo de um pavimento e de conjunto de janelas, portadas e adornos. Esses elementos

⁹ Conjunto fragmentado pela construção da Avenida Sete de Setembro e pela inclusão do Palácio da Aclamação, atualmente o Passeio Público constitui espaço tranquilo, afastado do movimento de entorno e sem a animação daqueles ditos revitalizados. Traz a característica de jardim público, embora carente de manutenção, desde o seu mobiliário aos canteiros.

¹⁰ A Gamboa de Baixo, área predominantemente ocupada por pescadores, na década de 1990 participou de programa de reabilitação de favelas, promovido pelo governo do Estado da Bahia.

caracterizam as reformas de finais do século XIX e da primeira metade do XX (Oliveira, p.230-232).

EDF. AV. CARLOS GOMES

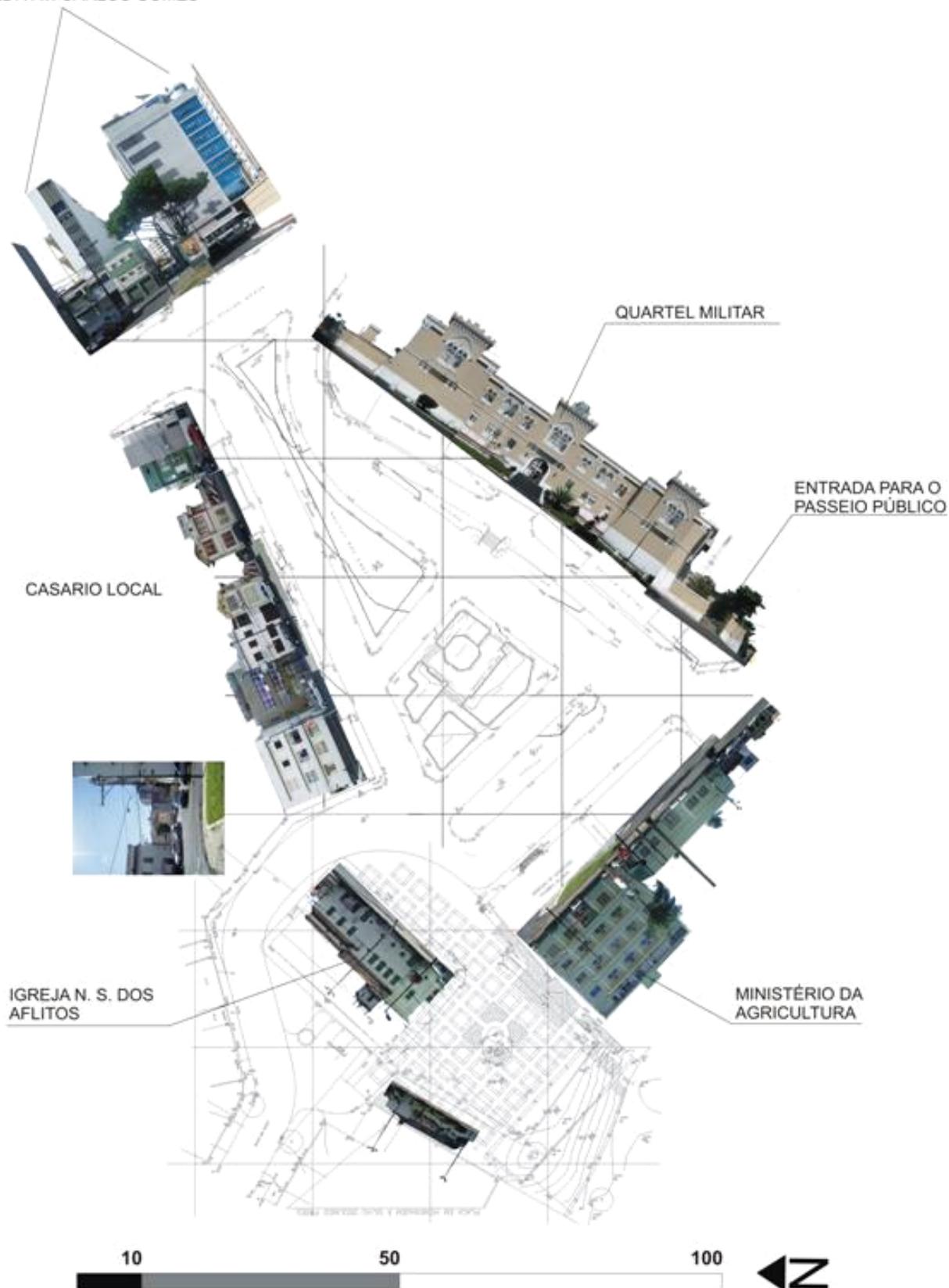


Fig.116. Tipomorfologia do conjunto dos Aflitos(1998/2005). Fonte C, D e I.

O Edifício do Ministério da Agricultura, construção da primeira metade do século XX, sem grandes méritos arquitetônicos, edificada em base retangular, apresenta fachada frontal ao Largo dos Aflitos e fachada lateral quase paralela à lateral da igreja onde se faz o acesso ao mirante (fig.116 e 117). Os elementos de sacada do edifício do Ministério, tipo varandas, estabelecem o predomínio da marcação horizontal, complementada pela linha de esquadrias nas fachadas. Seu acesso é feito diretamente pelo largo. O edifício também apresenta alterações, como a substituição de parte das suas esquadrias, o fechamento do balcão e elementos de coroamento do último pavimento. Portanto, a edificação se insere em relações comuns à área, pelas sistemáticas descaracterizações permitidas pela legislação em vigor,¹¹ onde cada intervenção prende-se a questões relativas ao seu lote.



Fig. 117. Ministério da Agricultura (2005). Fonte D.

As edificações de menor porte, resultantes de reformas das residências remanescentes do século XIX e da primeira metade do XX, fazem parte do contexto pela sua presença ainda discreta e pela manutenção da sua volumetria. Em geral, vinculam-se a atividades comerciais e de serviços.

A Igreja N. S. dos Aflitos, edificação tombada pelo Iphan, tem preservado os traços principais de um edifício religioso de características coloniais, com fachadas simples que Azevedo classifica como inconclusas (Ipac, 1984, p.105-6). Constitui-se por divisão de pilastras que se desenvolvem até a cornija, formando três corpos que

¹¹ Como a edificação não faz parte de qualquer tipo de preservação, a legislação atual (Louos/2001) é permissiva com relação a alterações individualizadas, sem estabelecer qualquer relação de conjunto com a cidade.

sinalizam corredores laterais (fig.118). Complementa o volume da fachada a torre sineira, decorada pela policromia do mosaico de louça. O conjunto arquitetônico, típico do século XVIII, mantém o exercício das atividades religiosas de acordo com a programação geral da Igreja Católica.



Fig nº 118. Igreja Nossa Senhora dos Aflitos (2005). Fonte D.

c) A intervenção de 1997.

c1. Caracterização da proposta

Percebe-se claramente que o processo de revitalização dirige atenção apenas ao espaço do mirante e do antigo adro da igreja, enquanto o espaço específico do Largo dos Aflitos mantém a sua estrutura tradicional, tendo recompostos, parcialmente, elementos de calçada, o antigo chafariz com os elementos simbólicos da independência da Bahia e a iluminação específica desse elemento. Sua condição mais se caracteriza pelas soluções de conservação geral do espaço, encaminhadas para opções de mobiliário e acessórios normalmente utilizados nos espaços públicos. O desenho da proposta encontra-se na figura 120.

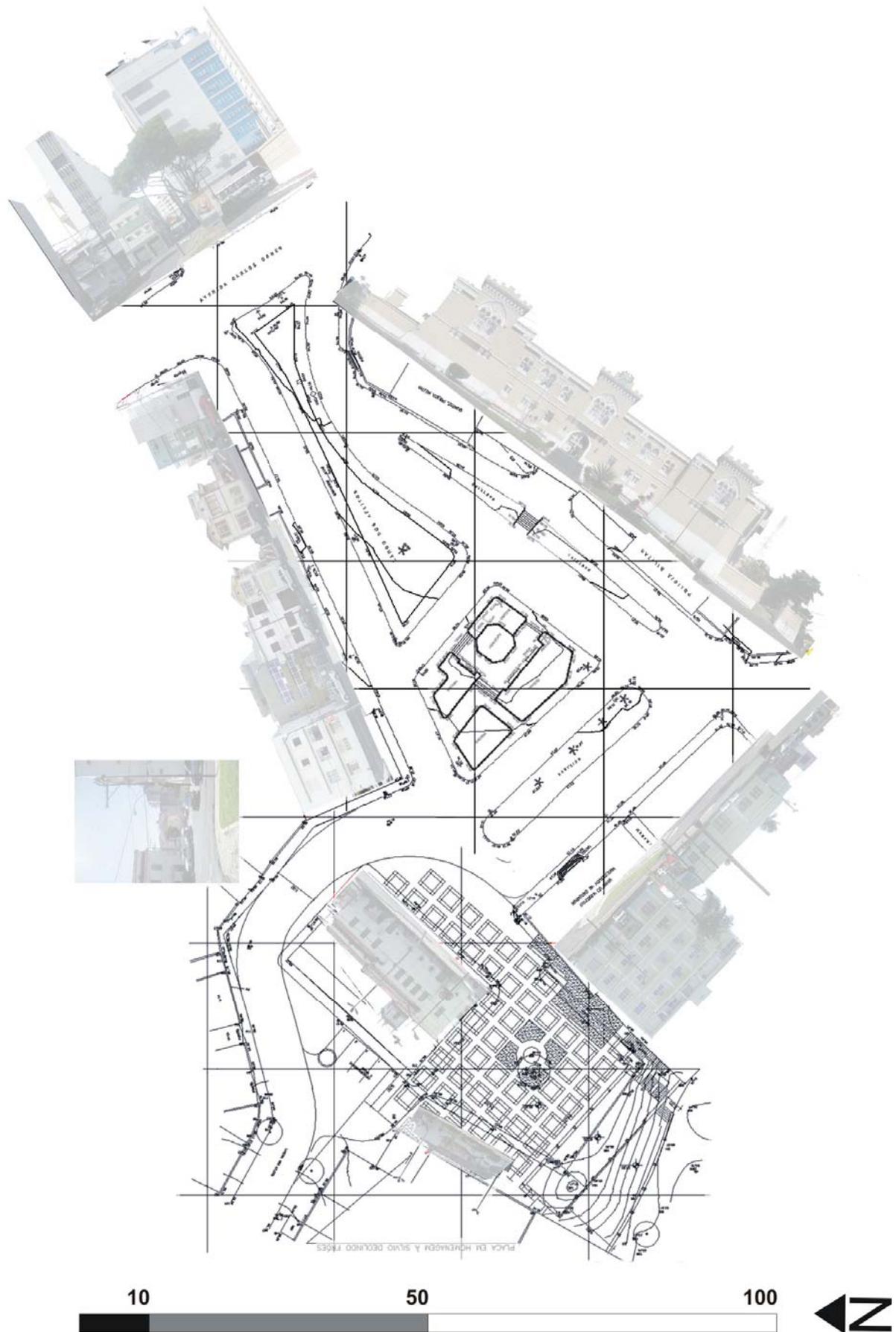


Fig.119. A proposta de intervenção 1997, do arquiteto Assis Reis, fonte C.



Fig.120. Largo dos Aflitos, em frente a Casa Militar (2005). fonte D.

O largo dos Aflitos organiza-se por três reduzidos canteiros, sendo central o que contém o chafariz, e organização por eixos em cruz definindo quatro canteiros revestidos por vegetação rasteira e palmeiras imperiais. Contorna todo o conjunto pavimentação em pedras portuguesas (fig.120).

A intervenção é justificada pelo discurso da administração pública sobre a importância de assegurar a permanência de pessoas nesse espaço (PMS, 2004, p.74). Para atender a tal objetivo, a proposta do arquiteto Assis Reis, em 1997, incorpora a área ganha pela eliminação da circulação viária na frente e nas laterais da igreja e a anexa ao antigo largo que chega até os limites da encosta para a Baía de Todos-os-Santos, de onde se pode vislumbrar fantástica paisagem. Trabalha na área do adro/mirante, redefinindo-o em espaços de circulação, predominantes, canteiros verdes, alguma infraestrutura pública e mirante.

O Mirante dos Aflitos complementa-se pela infraestrutura do café-restaurante situado na meia encosta que antecede à Avenida de Contorno. Protegido por guarda-corpo em grade metálica, deixa à mostra a paisagem da Baía de Todos-os-Santos, desde a Contorno, com o conjunto do Solar do Unhão, até a polêmica estrutura da Marina, o Forte de São Marcelo e parte das edificações da Gamboa. Posicionado em frente à igreja, funciona também como palco de *shows* e eventos, criando dificuldades para a circulação, inclusive para o acesso à igreja (fig.121a e b).

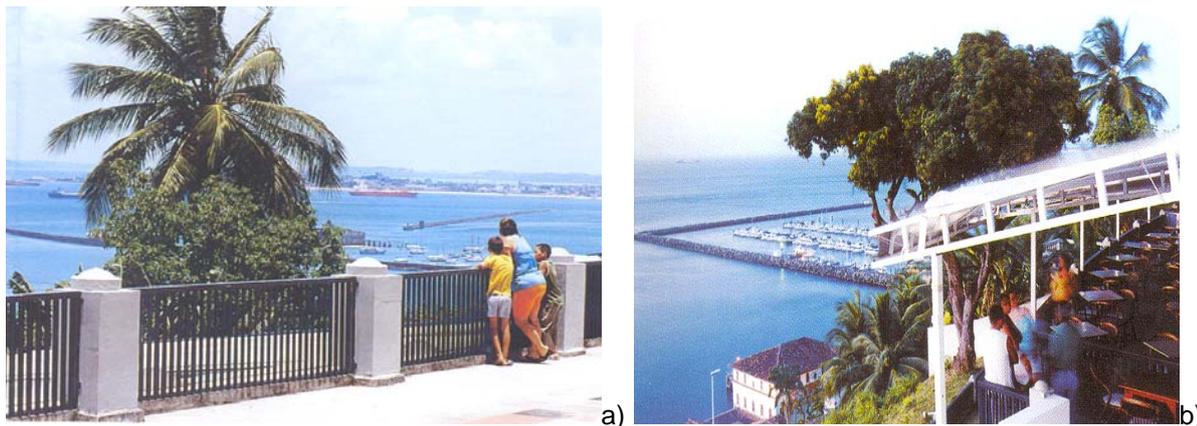


Fig.121. Visuais desde o Mirante dos Aflitos (2004): (a) Quebra mar; (b) A Marina. Fonte P.



Fig.121c - Avenida de Contorno e parte da Gamboa de Baixo (2005). Fonte D.

Sobre a vertente que liga o Largo dos Aflitos à Avenida de Contorno está instalado o restaurante e bar “Bahia Café”, equipamento privado que oferece infraestrutura para aqueles que desejam permanecer por mais tempo no espaço e se dispõem a pagar pelos serviços disponíveis. Usando essa estrutura e o espaço do largo em frente à igreja, são produzidos *shows*, com alguma frequência, quando se instala um palco que invade quase o acesso principal da antiga casa religiosa. Com essas atividades, o espaço tem sofrido aumento considerável do uso noturno, principalmente no período da alta estação de festas em Salvador, entre o mês de dezembro e o carnaval.

Assim, a última intervenção apenas traz ajustes, como a redefinição viária que aqui fica entendida como uma tentativa de recuperar o espaço do cidadão, perdido para o automóvel desde o início do século XX, quando se inicia o fechamento de uma ou mais laterais de contorno das praças para circulação de automóveis (fig.119). Nesse caso, o impedimento viário acontece entre as laterais e a frente da

igreja passando o fluxo viário proveniente da Ladeira dos Aflitos diretamente por traz da igreja até o largo produzindo circulação mais direta a este e dando, assim, mais unidade ao adro da igreja, atual Mirante dos Aflitos.

Observa-se que a maior dinâmica no espaço resulta da movimentação do Quartel da Polícia Militar, do fluxo de passagem de veículos provenientes da Cidade Baixa via Ladeira dos Aflitos, e de forma bastante discreta das atividades das edificações do entorno, inclusive aquelas religiosas e de eventuais observadores, no mirante.

c2. Mobiliário

A pavimentação é recuperada com a adoção de piso de concreto texturizado, em forma de mosaico desenhado por granito e pedra portuguesa (fig.122b), com introdução de rampas de acesso, serviços de drenagem, contenções e taludes e a constituição do novo mirante, sobre a encosta da Avenida de Contorno. Os bancos instalados são de pés retangulares com tampos em concreto, organizados no perímetro da mureta do mirante e no perímetro dos canteiros que delimitam as laterais do largo (fig.122b). Complementam o conjunto serviços de telefones públicos em formatos plásticos padrão PMS.



Fig.122 a) Mobiliário especificamente do Largo da Igreja dos Aflitos (2005), fonte D.

A proposta acrescenta ao espaço, como elemento decorativo, um poste restaurado e transferido do antigo Belvedere da Sé, (fig.122a) que passa a conviver com dois outros, altos e dotados de luminárias duplas (fig.122b), sendo que esses últimos é que efetivamente atuam, articulados ao serviço de iluminação artificial de toda a área, mais à frente analisado. Os postes altos e dotados de luminárias em

quatro pétalas que produzem cor de luz morna como para dialogar com a cor da luz solar de final de tarde(fig.122b); esses são, efetivamente, os equipamentos responsáveis pela iluminação de toda a área do mirante, organizados em volta do antigo poste recuperado e trazido do mirante da antiga Sé .



Fig nº 122 b). Iluminação do Largo da Igreja de N. S. dos Aflitos e seu efeito sobre o piso diagramado em concreto texturizado, mosaico desenhado por granito e pedra portuguesa.

c3.Acessibilidade

As questões de acessibilidade foram consideradas apenas na articulação entre a pista de rolamento que vem da Ladeira dos Aflitos e o entorno da igreja, e se concretizam pela instalação de rampas de articulação, não corretamente niveladas com a rua, e por vezes com buracos nas passagens. Dentre o mobiliário instalado na área, o único específico para portadores de dificuldades especiais refere-se a um telefone público com altura adequada a pessoas de menor estatura, crianças e cadeirantes.

d) Considerações sobre o conjunto resultante a partir de 1997.

O espaço do largo conforme anteriormente descrito é constituído por dois trechos. Configura-se na parte que contém a casa militar de acordo com as definições de largo por confluências de vias, cercado por edificações cujos acessos

provêm desse espaço principal, à exceção da Igreja que se coloca de costas a ele, voltada para seu adro, caracterizando o que se poderia chamar de anexo ao primeiro espaço. Assim, a parte do largo em frente à igreja, única edificação que para ele se volta, traz características similares ao adro da antiga Igreja da Sé,¹² condição que se consolida quando a última intervenção, em 1997, fecha a rua que contornava as laterais e a frente da igreja.

Entende-se que as ações aplicadas ao Largo dos Aflitos deveriam incluir todo o circuito, desde o largo religioso e a encosta, passando pelo largo militar e pela ampla área verde que constitui o Passeio Público e Praça da Aclamação – como um conjunto que, embora tenha se formado em momentos e por circunstâncias diferenciadas, foi estabelecendo relações entre as partes, agregadas de acordo com a função desempenhada no contexto social da cidade. Assim foi composto o espaço articulado que ainda hoje existe e que poderia, no programa da intervenção, valorizar e evidenciar esse repertório histórico cultural.

O encaminhamento aqui assumido leva ao entendimento de praça ou largo como parte de uma estrutura mais abrangente, através dos vínculos que se estabelecem com o espaço urbano de forma ampliada e ao mesmo tempo complexa. Tal entendimento considera as relações do conjunto pela composição dos elementos constituintes do espaço e por ações derivadas do uso, que se expressam no contexto, em processo histórico social e político. Disso resultam referências entre o espaço e a cidade que extrapolam em muito as questões do desenho da praça e das fachadas das edificações de seu entorno imediato.

Assim, o que de fato se constata, é que o projeto da Prefeitura Municipal do Salvador oferece ao espaço nova roupagem, através de mobiliário e de questões de infraestrutura, e isso confere ao antigo largo o título de praça. Tudo como se esta denominação, de alguma forma, estabelecesse prestígio e as atuais intervenções servissem para atingi-lo. Ou seja, a suposta promoção passa pela introdução de acessórios, sistema de áreas verdes e elementos de decoração, como a iluminação e seus acessórios, elementos esses que parecem ser entendidos como suficientes para o estabelecimento de um conceito de “processo de revitalização do espaço público” e, mais ainda, do conceito de praça.

¹² Espaço reservado para atos religiosos – contendo apenas o acesso da igreja e as edificações laterais que fecham os outros dois lados –, abre se para a Baía de Todos-os-Santos, como cenário maior.

“[...] O uso é uma leitura na relação humana das suas correlações contextuais [...] uma praça só encontra seu caráter contextual no momento em que é flagrado numa seleção de usos que lhe atribui significado” (FERRARA apud SANTOS NETO, 1991, p.121). Falta nesse espaço algo que lhe agregue o sentido de praça, o que vai muito além do desejo da administração municipal.

3. 3. 4. Praça Dois de Julho ou Campo Grande.

a. características do espaço

É espaço que ainda na primeira metade do século XIX ganha alguma organização base que o levará, posteriormente, à condição de espaço fartamente arborizado com forte referência do Passeio Público da época, situado na sua vizinhança (fig.123a e b). Constitui-se sob os cuidados do Reverendo Parker, pastor da igreja vinculada à colônia anglo-americana sediada no entorno, que “revela gosto e habilidade” nos cuidados dispensados ao que mais à frente virá a ser o Campo Grande.¹³

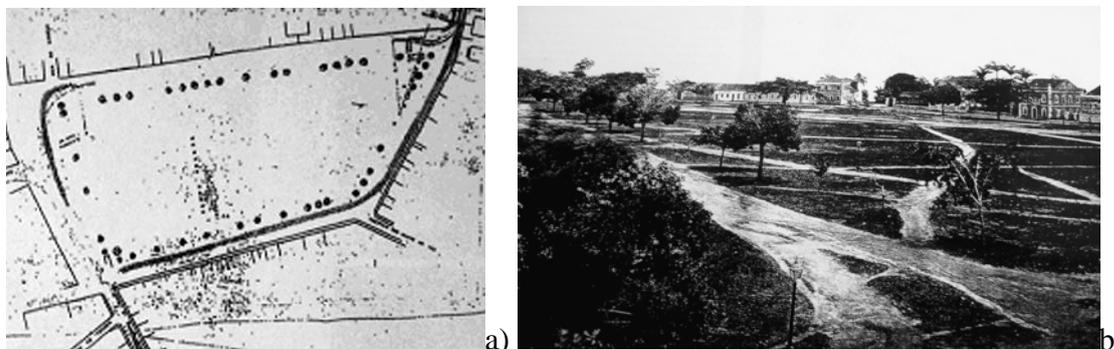


Fig.123. Campo Grande - Evolução Física: a) e b) - Primeira planta de arborização do Reverendo Parker e fotografia correspondente: 1840 e 1846, respectivamente, fonte B.

Localizado no vetor de crescimento sul da cidade, durante a segunda metade do século XIX passa por processo de organização e recomposição da sua topografia, com aterros e nivelamento, aproveitando a mão de obra escrava à disposição da província¹⁴. Recebe também espécimes arbustivos, tornando-se espaço para o ócio dos moradores da área e também da cidade, que se expande

¹³ Ufba – Faufba – Ceab, 1997a, p.44.

¹⁴ Fala de Francisco Gonçalves Martins na Assembleia legislativa em 1º de março de 1851. (MARTINEZ, 1997, p.7).

nessa direção (fig.123c e d). O espaço apresenta alguns palacetes e muitas casas de campo, ajardinadas e cercadas por gradis, passeios do lado da Vitória e trilhos de bondes puxados a burro.

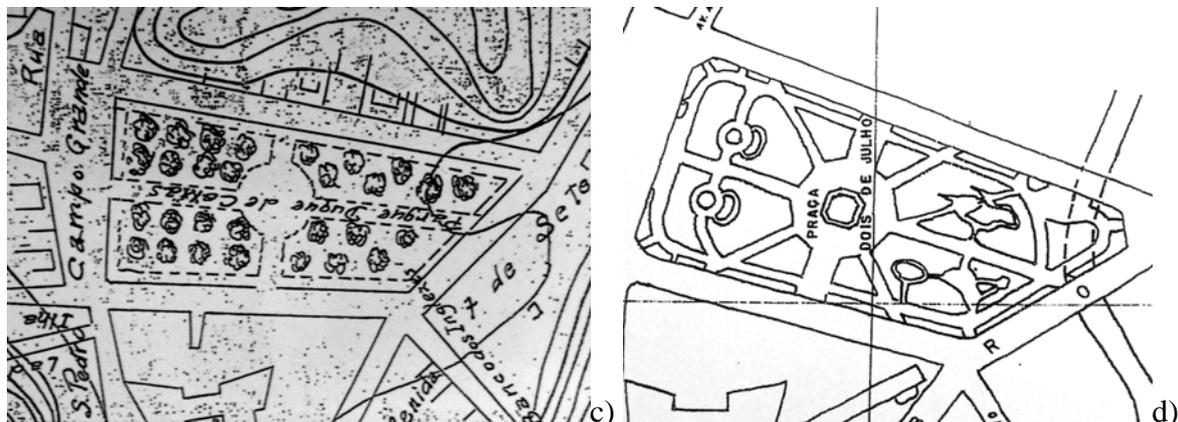


Fig.123. Campo Grande - Evolução Física: c) traçado original, 1895; d) evolução do traçado anos 1930/40, respectivamente, fonte C.



Fig.124. Festa de inauguração da Praça do Campo Grande, (1895). Fonte B.

Com a expansão da cidade, em finais do século XIX, ganha conotação de praça que se desenha por princípios baseados na postura iluminista francesa incorporada ao ecletismo (fig.124). Essas ideias foram trazidas como referência para as cidades brasileiras no período entre o Brasil Império e a República e tiveram uma primeira aplicação na então capital, o Rio de Janeiro. Foi nesse período e a partir da capital do país que atingiram outras cidades, chegando a Salvador (SEGAWA, 1997).

Passando de largo arborizado de topografia acidentada à praça exuberante plana e definida pelo traçado de eixos em cruz, o espaço tem o monumento

comemorativo como alvo e centro das atenções, e mostra sua primeira forma em trapézio ainda em finais do século XIX (PMS/FMLF, 1998). O espaço recebe a denominação de Parque Duque de Caxias e afirma a ideia de lugar de encontro e lazer bucólico vigente, mas ainda não consolidada na época, em Salvador.¹⁵

Como referido no desenvolvimento dos espaços públicos de Salvador, o Campo Grande chega ao século XX com a introdução de novos exemplares arquitetônicos, em processo de renovação construtiva que deixa resquícios neoclássicos como a ex-residência Arqueiepiscopal, para aí transferida nos anos 1930 (PMS/FMLF, 1998) e a predominância das substituições modernistas, com destaque para a conhecida Casa das Rosas de arquitetura *Art Nouveau*, hoje ocupada pelo Tribunal de Contas do Estado na esquina entre a Rua João das Botas, a Avenida Araújo Pinho e o largo.

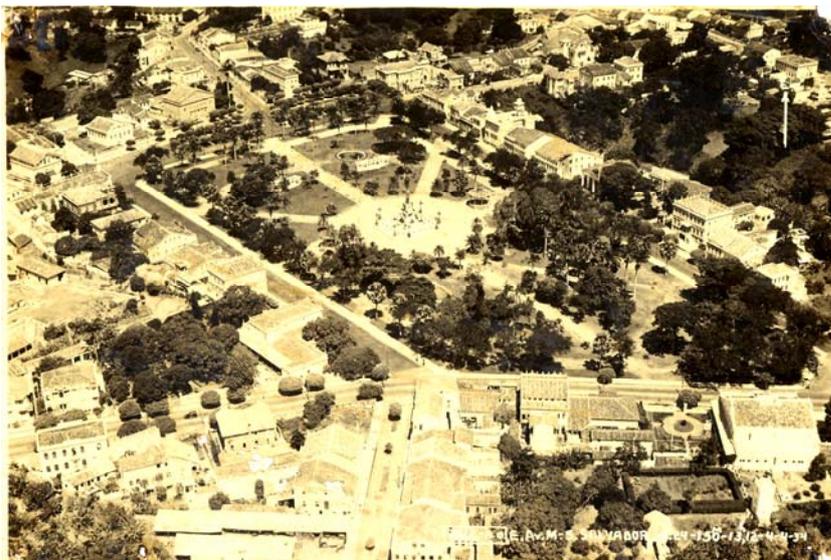


Fig.125. Evolução do traçado do Campo Grande em 1934.Fonte L1.

Assim a área arborizada, contornada por caminhos de bonde e por habitações de dois e três pavimentos, isoladas e ajardinadas, características da residência burguesa construída entre os séculos XIX e XX, passa a ser organizada e adornada e tem bem definido o traçado para circulação viária no seu entorno. Diversifica os seus usos e com isso inicia o processo de verticalização, ainda que rarefeito, nas edificações construídas a partir da metade do século XX (fig.125).

¹⁵ Na época, o único espaço existente em Salvador que, ainda sem a complementação de jardins, apresentava-se em ambiência bucólica, direcionado à ostentação e pompa social, era o Passeio Público. (SEGAWA, 1997).

Até os anos 40 do século XX, o largo, que se apresentava em destaque em relação ao conjunto, mostrando-se para o exterior e ao mesmo tempo permitindo a visão de diversos pontos da cidade através de aberturas e jardins pertencentes a edificações do entorno, passa a constituir-se como espaço contido no seu lugar, claramente demarcado por limites que resultam de uma maior concentração habitacional. Assegura ainda assim, embora de forma parcial, a troca de visuais com a cidade (PMS/FMLF, 1997). Ao longo do tempo, a praça que se denomina Largo do Campo Grande e simultaneamente Praça Dois de Julho mantém sua forma desde o primeiro desenho.

b) Análise Tipomorfológica – arquitetura do entorno e suas relações

Na modernização do entorno da praça, edifícios como o Teatro Castro Alves e o Hotel da Bahia são referências modernistas e, cada um na sua especificidade, cria marcos visuais importantes para o lugar e para a cidade.

Na atualidade, essa arquitetura relaciona-se com o contexto, dentro da sua especificidade funcional e formal, constituindo construções exemplares e típicas dos períodos em que foram construídas.¹⁶

Na década de 1970, a especulação imobiliária ganha força na cidade, demolindo grande quantidade de edificações características na área considerada, substituídas por outras, entre elas a Igreja Anglicana e a antiga Assembleia Estadual. Os serviços tomam conta do espaço para vendas ambulantes e terminais de transporte urbano, mas ainda são mantidas as atividades de cunho cívico e os diversos tipos de manifestações, como o carnaval, feiras culturais e eventos políticos. A partir desse período, os demais exemplares arquitetônicos são pouco a pouco substituídos, com a inclusão de usos diversificados, em gabaritos elevados, modificando sistematicamente a relação da praça com o seu entorno.¹⁷

¹⁶ O primeiro exemplar é projeto dos arquitetos Bina Fonyat e Humberto Lemos Lopes em 1957, o segundo, projeto dos arquitetos Diógenes Rebouças e Paulo Antunes em 1949. (PMS / FMLF, 1998).

¹⁷ Alguns exemplares daquele importante conjunto original resistem à euforia de desenvolvimento, naturalmente por legislação, que impõe limite de gabarito nas proximidades do Forte como é o caso do Hotel da Bahia ou ainda por ser de propriedade pública, como é o caso do edifício onde funciona o Tribunal de Contas.

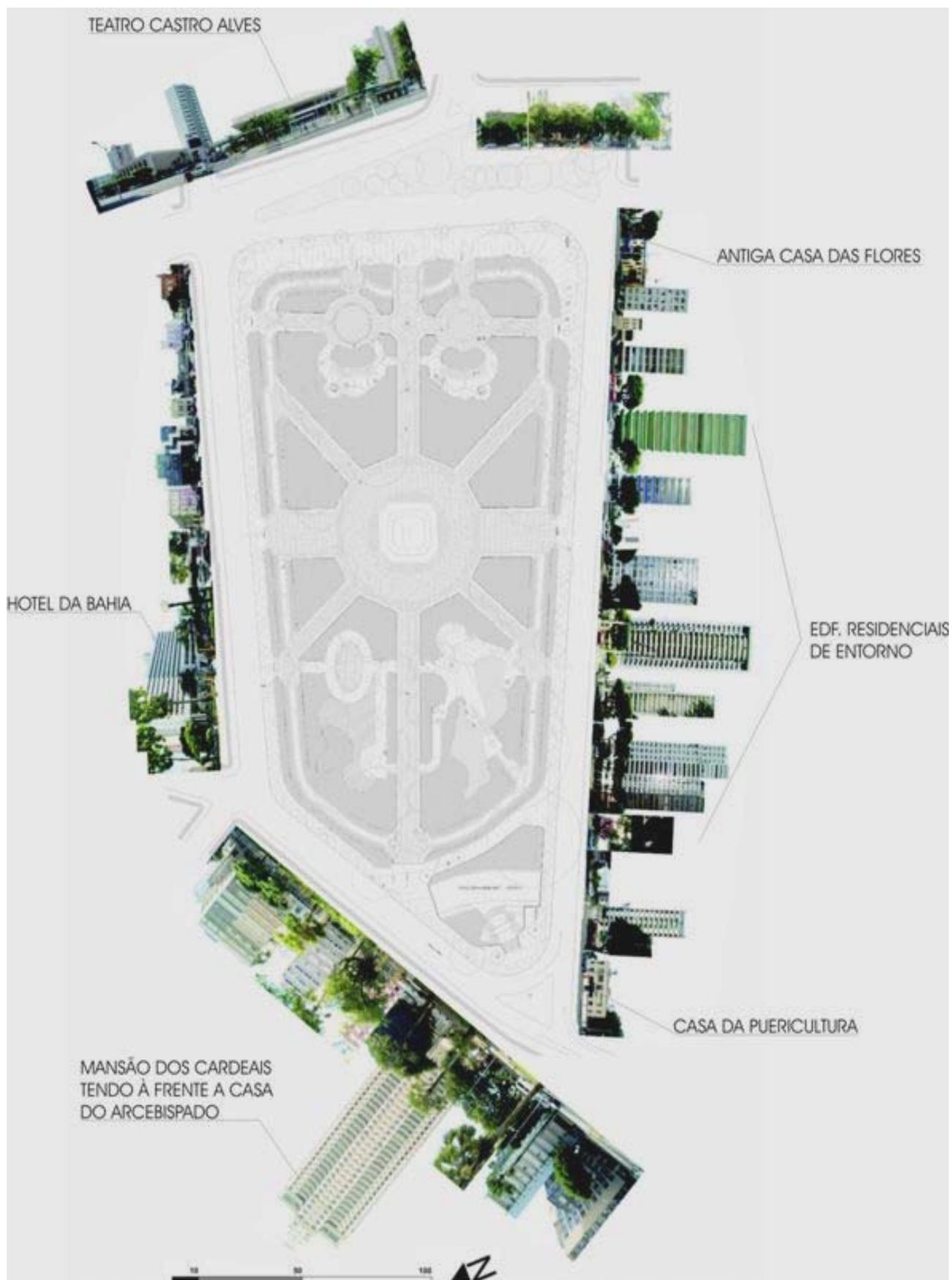


Fig.126. Relação tipomorfológica do espaço Campo Grande e suas edificações. 1997/ 2005, fonte C, D e I.

Comparando as variações acontecidas na praça desde fins do século XIX até o período atual (figuras 124 e 126), pode-se fazer a leitura de uma relação invertida e de afastamento entre as edificações e a praça. Enquanto as primeiras versões compunham-se por proximidade e diálogo direto, localizando todos os elementos quase no mesmo plano, com edificações de, no máximo, três pavimentos, as demais versões acontecem pelo deslocamento vertical entre os objetos de comparação, produzindo uma sensação de grande fosso entre o topo das edificações e o plano da praça. Pode-se dizer que a Lei 2403/72 e as anteriores já encaminham para uma condição de utilização máxima na área central, com elevação do gabarito e uma nova relação com os afastamentos laterais, resultando no processo de ocupação retratado.

Os edifícios do entorno, predominantemente residenciais, apresentam-se de acordo com as imposições do mercado imobiliário, em prismas de grande altura e fachadas com marcações verticais (fig.126), revestidas em cerâmicas, pastilhas ou equivalentes que denotam sentido contrário ao que o arquiteto Aymonino (1984, p. 98) chama de “contentores”.¹⁸ Essa prática que alinha especulação imobiliária e legislação permissiva é implantada em todas as áreas consideradas nobres da cidade, usando-se como exemplo a Mansão dos Cardeais aí localizada, que compõe um verdadeiro paredão detrás da ex-casa do arcebispado. Há outras tantas referências no Corredor da Vitória, Barra, Ondina, Itaipara, Horto Florestal, dentre outros bairros.¹⁹

Ainda no trato da ocupação por edificações no Campo Grande, a Mansão dos Cardeais constitui “exemplar” que tem referência no corredor da Vitória, no Canela, na Graça e em outros bairros tidos como da “elite social soteropolitana” e que ainda apresentam remanescentes dos casarões do século XIX. Nesses exemplos pode-se perceber que o artifício de manter a mansão na frente do novo edifício não é suficiente para garantir a preservação do antigo exemplar, que se comprime junto às proporções do novo construído, incluindo-se aí tanto o edifício grande e alto normalmente na parte posterior, quanto as estruturas de alambrados para quadras, passarelas de articulação, dentre outros elementos.

¹⁸ Contentor indica mais volumetria e relaciona-se a soluções urbanas integradas a propostas de organização e distribuição. O contentor surge como passagem entre a composição urbana e a solução arquitetônica autêntica e adequada.

¹⁹ Posturas adotadas no contexto contemporâneo, que tiram a possibilidade da definição de lugares, com toda a sua lógica de apreensão e percepção, na relação tipomorfológica aqui defendida.

O tecido do entorno originado pela ocupação do século XIX, com modificações introduzidas ao longo do XX, compõe-se assim por grandes volumes prismáticos, recuados lateral e frontalmente, constituindo jardins privados, em parcelamento regular de uso residencial, com comércio e/ou serviços no andar térreo.

Bairros como Garcia, Canela, Corredor da Vitória, pelo amplo processo de especulação a que a cidade vem sendo submetida, foram sistematicamente substituindo os antigos casarões ecléticos pelos atuais e grandes edifícios residenciais e comerciais, em um processo que chega trazendo conflitos para a infraestrutura local. Na área do Campo Grande tal situação vem sendo amenizada pelas aberturas viárias para o vale, como forma de fluidificação e subdivisão do tráfego. A via de articulação entre o Campo Grande e a Avenida Reitor Miguel Calmon (Vale do Canela) ainda apresenta ocupação rarefeita pela sua curta existência no processo de ocupação da cidade e pelos parâmetros urbanísticos estabelecidos pela Louos quanto aos limites de uso.

c. A intervenção de 1998.

c1. Caracterização da proposta

O projeto recentemente executado resultou de contrato firmado entre a PMS/Seplan/FMLF e o escritório profissional das arquitetas Arilda Cardoso e Maria Ângela Cardoso, não tendo sido implantado na íntegra. O projeto respeita a arborização existente, o traçado original, o monumento, como elemento cívico símbolo (fig.127). Mantém o caráter da praça enquanto espaço do notório, da manifestação pública, do lazer e do estar, destacando alguns dos seus elementos considerados prioritários, comentados a seguir.

O monumento, símbolo da data magna da Bahia (fig.127), avaliado como em boas condições de integridade (PMS/FMLF, 1998), passa por processos de restauração e se mantém como elemento central “maior” da praça. Embora tenha nascido em escala que lhe permitia destaque a partir do entorno, nesse momento perde em verticalidade para a espessa vegetação de grande porte aí desenvolvida e pelas edificações do entorno, que extrapolam em muito o gabarito de altura da área central. Assim, o marco simbólico fica parcialmente encoberto a partir dos diversos

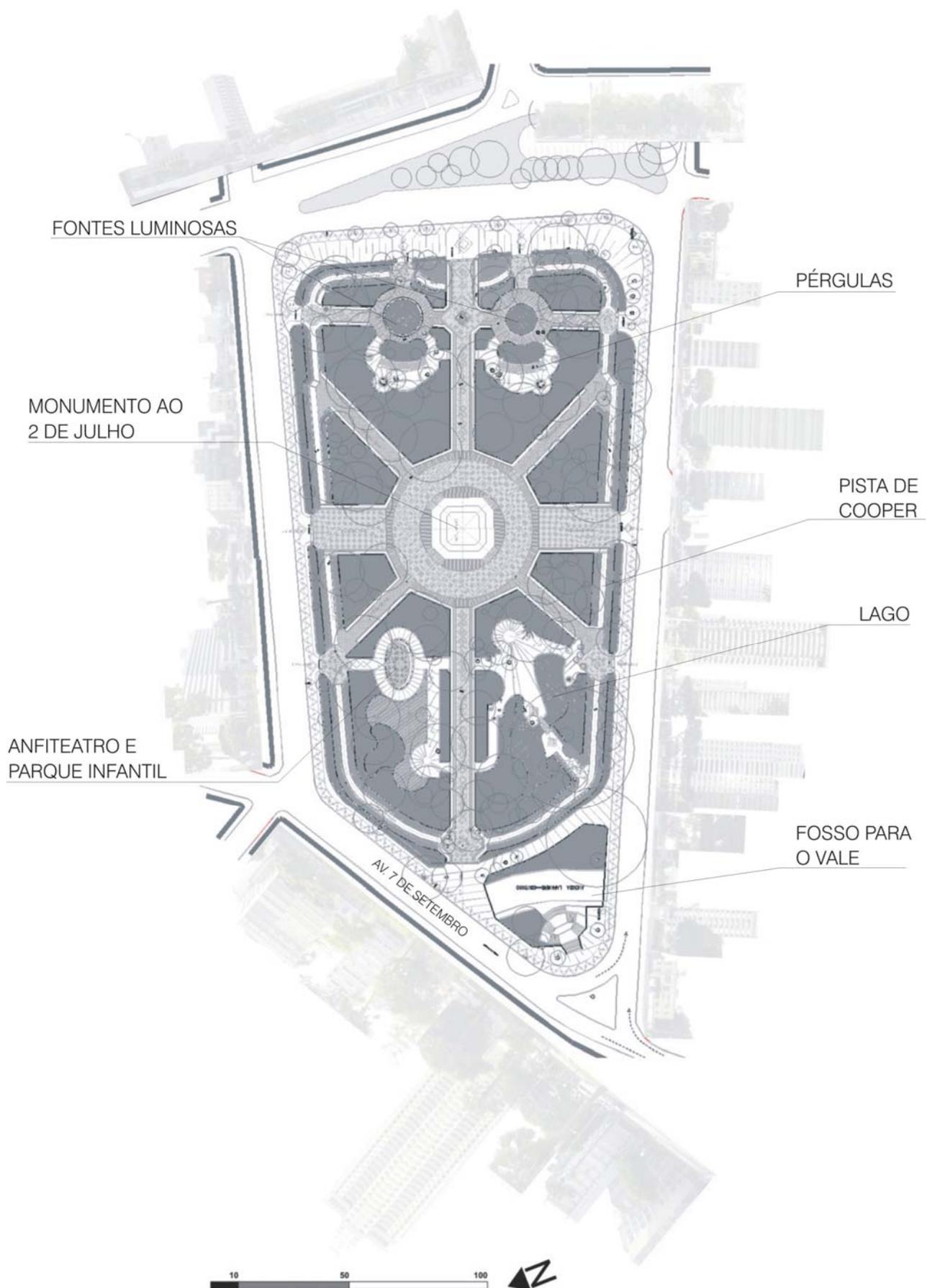


Fig.127. Campo Grande. Proposta de intervenção 1997 e entorno 2005. Fonte C, D e I.

ângulos visuais que o espaço permite, ganhando destaque apenas nas proximidades da ilha central onde está localizado. Sua importância no espaço não decorre somente da escala que apresenta, mas principalmente pelo valor simbólico que expressa, além da sua qualidade artística.



Fig.128. O Monumento ao Caboclo (2005). Fonte D.



Fig.129. O lago e áreas de estar, (2004), fonte D.

A proposta tira partido da ambiência configurada pelo lago, parcialmente encoberto por bambuzal e encaminha a sua re-apropriação para atividades de apresentação e pequenos eventos, com inclusão de palco para orquestra dentro do lago e reserva para plateia no seu entorno, elementos esses não contemplados na execução do projeto (fig.129). A indicação é aqui entendida como interessante, na medida em que permite o retorno da realização de eventos de pequeno porte, como os musicais que tradicionalmente aconteciam nos coretos de outrora, sem produzir

tumultos e danos ao espaço, tão característicos dos *shows* atuais. Os coretos, elementos originais da praça, perderam-se ao longo do tempo, entendendo-se como sem sentido sua reconstituição (PMS/FMLF, 1998).

As áreas de estar, distribuídas por todo o espaço da praça, são organizadas em grupos, compondo espaços menores e indicando uma disposição propícia à socialização (fig.130 e 133). Localizam-se próximas a equipamentos tipo parque infantil, anfiteatro, lago, ou acompanham o perímetro dos eixos de circulação (fig.130). Os espaços maiores oferecem condição própria a relações mais individualizadas. Na borda externa da calçada, sentido leste, em frente ao Teatro Castro Alves, encontram-se outras fileiras de bancos organizados por oposição do encosto, criando assim um espaço de estar fora do fechamento que a praça apresenta, mais à frente referido. O projeto adota bancos com assento e encosto em tiras de madeira, em desenho ergonômico, mais conhecido como modelo “cavalinho”, tradicionalmente utilizado em projetos de revitalização. Os conjuntos de mesas de ferro com cadeiras de braço, localizados sob o espaço da pérgula foram propostos na ideia de espaço para reuniões, dentre outras atividades.



Fig.130. As pérgulas, mobiliário, espaços de estar e parque infantil, 2004, fonte D.

As harmoniosas pérgulas são então equipadas para constituir áreas de estar, estudo e lanches, criando articulações interessantes na dinâmica da praça, propícia a reuniões sistematicamente observadas no espaço (fig.130). Sobre a pérgula foram construídas coberturas semitransparentes, no objetivo de propiciar a instalação de serviços para venda de sorvetes e lanches em geral, favorecendo as condições de manutenção do espaço.

Observa-se, no entanto, que os serviços acima citados não foram incorporados à pérgula, condição que é aqui entendida como favorável ao espaço, evitando-se as sistemáticas áreas de alimentação iniciadas nos *shopping centers* e que têm invadido as praças públicas urbanas, invertendo as relações de apropriação entre público e privado, em nome da criação de espaços autossustentáveis, tão veiculados no mundo contemporâneo.



Fig.131. Escadaria articulação entre a Praça e o Vale do Canela. 2004, fonte D.

O projeto também propõe recompor simbolicamente a superfície perdida pelo fosso escavado na praça na década de 1960, constituindo nesse lugar a estrutura administrativa da praça, o que não foi executado. Assim, na ligação com a Avenida de Contorno redesenha a escadaria em lances alternados, entremeada por canteiros verdes e floridos, valorizando um espaço até então apenas aberto para permitir a passagem e a articulação entre os dois níveis – da praça e da avenida de vale (fig131).

O parque infantil retoma o seu espaço inicial, mas, em nome de aspectos como higiene e manutenção dos seus revestimentos, adota piso em grama sintética, fato entendido como contraditório visto ser este um material de baixa resistência para o tipo de atividade a que se vincula (fig.130). Considera-se também a sua baixa capacidade de absorção de impactos, além da falsa semelhança com as gramas naturais localizadas em áreas adjacentes. Os brinquedos são de fabricação comercial. O anfiteatro articulado ao programa cultural infantil, disposto lateralmente ao parque das crianças é recomposto e fica disponível para a recreação em geral, além da sua função primeira.



Fig.132. Fonte vista através de um dos portões e esculturas, (2004)Fonte D.

As fontes luminosas retomam suas funções como elementos que participam da composição da praça desde a sua inauguração (fig.132). Este é um equipamento que nas recentes intervenções é insistentemente utilizado, ganhando nova versão, programada, colorida e cibernética, contemplada em quase todas as praças de Salvador.

Ao longo do tempo a praça se ajusta às necessidades dos usuários locais e daqueles que se deslocam de outros pontos da cidade, constituindo usos e práticas que se consolidam e se incrementam por acréscimos e modificações, passando a constituir marcos de referência no espaço. Nesse sentido, têm lugar as pérgulas, o lago e a ponte, como equipamentos importantes de adorno presentes nos anos 1940; o parque infantil e o anfiteatro, como inserção necessária ao bairro residencial que aí se mantém caracterizado.

São acrescentadas ao uso da praça as chamadas “pistas de Cooper”, estrutura aqui considerada excedente no conjunto e que, de alguma forma, cria interferência com a sua organização tradicional, criteriosamente definida ainda no século XIX. Apesar de conhecer a grande afluência de pessoas que objetivam o desenvolvimento de atividades físicas diárias, entende-se que a extensiva largura dos quatro eixos pavimentados (aproximadamente 20m, 10m, 8m e 8m) e suas articulações, além da calçada de contorno da praça, teria sido suficiente para tais atividades.

As estatuetas acrescentadas ao espaço, com fins decorativos, reportam-se a elementos do romantismo (fig.132). Constituem um trabalho sem qualidade artística ou qualquer mérito por antiguidade. Em confecção atual, distribuem-se por todo o espaço ao longo dos eixos, em suas articulações e em frente às portas. Não fica

claro qual é o objetivo dessa inclusão, visto não se ter notícias de que tais elementos tenham participado do espaço em alguma época,²⁰ ou mesmo o que realmente desejam expressar.

Por fim, as grades de fechamento do espaço são retomadas em nome da preservação da estrutura implantada na praça e sua proteção contra o vandalismo que impera em Salvador (fig.133). Ou seja, o espaço é público, mas se apresenta com acesso reduzido e controlado por dez portões que se articulam com as circulações internas. O controle é realizado pelo pessoal que detém a função de administrador da praça. Independente do tipo de desenho da grade, o ponto aqui apresentado leva à reflexão sobre quais são os reais motivos que levam ao cercamento e proteção em determinados espaços públicos da cidade, enquanto outros com estrutura equivalente se colocam totalmente abertos ao público, a qualquer hora do dia e da noite.



Fig.133. Campo Grande – grades, portões e bancos na calçada externa (2005). Fonte D.

Pela classificação hierárquica das áreas verdes da cidade, no Plandurb (1978), o espaço do Campo Grande é identificado como praça pública, com características de centro distribuidor de tráfego que articula todo o fluxo viário de cumeada no sentido norte-sul para a zona central, além das articulações por vale, desde a Avenida Reitor Miguel Calmon (Vale do Canela), Avenida Lafayette Coutinho (Contorno) e Avenida Centenário.

Concentra área verde de grande valor para o centro de Salvador, tendo sido registrado no relatório produzido através do Projeto Executivo (PMS/FMLF, 1997, p. 32-35) o cadastro de 274 espécimes vegetais arbustivos e de grande porte, alguns

²⁰ Ainda que tivessem composto esse espaço de alguma forma, pelo fato de não terem deixado remanescentes de qualquer ordem, não se justificaria a sua inclusão, ainda mais com exemplares absolutamente novos, sem qualquer relação com a realidade local.

seculares, outros replantados, na tentativa de assegurar a manutenção das espécies atualmente raras. Ao existente, foi acrescentada vegetação rasteira e de baixo porte, de efeito decorativo, para a recomposição dos canteiros prevista na proposta.

Assim, apresentando tipos e idades variadas, a vegetação existente e o canteiro renovado compõem uma massa verde no espaço central da cidade, que desde algum tempo vem perdendo substancialmente parte do seu solo permeável, o que, de forma acumulativa, reduz os níveis de infiltração da água no solo. A presença do verde favorece a formação de sombras e espaços para descanso no centro da cidade, atrelando-se a uma política que, de alguma forma, vem se apresentando com bastante ênfase na literatura internacional e de maneira enfática na academia portuguesa (MAGALHÃES, 2001).²¹

c2. Mobiliário

Os equipamentos de infraestrutura e mobiliário, de fabricação comercial, trazem a imagem tradicional dos exemplares utilizados no espaço público, sem inovações. Nesse sentido, algumas propostas foram elaboradas para confecção de novos modelos, não sendo, entretanto, adotados na construção.



Fig 134 a. Iluminação artificial geral do Campo Grande (2005, fonte D).

²¹ A substituição de casarões por edifícios de grande porte, com impermeabilização de suas áreas ajardinadas e quintais para acomodar amplo programa habitacional e elementos de infraestrutura impostos pela realidade contemporânea, como é o caso das super e especializadas quadras esportivas, saunas, bondinhos com porto exclusivo, dentre outros.

A iluminação resultante da intervenção, projeto da arquiteta Esther Stiller, constitui atmosfera fria e densa, com alto nível de iluminância, apresentando espaços para leitura e atividades que requerem luminosidade correspondente. Esses aclaramentos são quase uniformes por toda a área, produzidos pelo tipo de luminárias utilizadas, com globos de difusor leitoso que apresentam a capacidade de produzir a sensação de multiplicidade da luz, com destaque das bolas brancas luminosas que à noite podem ser lidas como os elementos mais valorizados da praça.



Fig.134. Iluminação do Monumento e das portas Campo Grande (2005), fonte D.

Os portões também são objetos de destaque na iluminação da praça. Constituem uma espécie de colunas de seção quadrada, na altura dos portões, a aproximadamente 3,5m. Revestidas de material translúcido branco leitoso, similar àquele utilizado pelas luminárias acima descritas, produzem aclaramento branco em mesmo tom daquele produzido na luz geral da praça, trazendo o diferencial de luz produzida desde o piso até a altura final dos portões (fig.134). Esses elementos definem uma espécie de marcação vertical nas entradas da praça.

O monumento ao caboclo recebe iluminação específica a partir dos seus antigos candelabros recuperados, que mantêm o mesmo tipo de luz geral da praça, com acréscimos produzidos por projetores direcionados para a escultura, esses últimos em luz de coloração morna, produzindo um leve tom amarelado no conjunto escultural com algum efeito de realce(fig.134). As fontes, no seu formato padronizado e tons coloridos, apresentam iluminação de destaque, específica e submersa no espelho d'água, além de focos de luz direcionados, em proporção aos jatos de água produzidos.

Como outras praças soteropolitanas, a pavimentação adotada é granito, sob a justificativa da durabilidade e da facilidade de manutenção do material.

c3. Acessibilidade

O acesso à praça também se faz por rampas que se articulam às faixas de segurança nos semáforos. Localizadas em três das vias que a contornam, não se apresentam no lado que se limita com a Avenida Sete de Setembro. Embora a praça apresente alguns pequenos desníveis, as articulações se fazem por degraus e também por rampas em declives perfeitamente acessíveis aos diversos tipos de mobilidade. Dos equipamentos instalados no local, alguns telefones públicos encontram-se em altura adequada ao uso por cadeirantes e crianças; no entanto, não existem quaisquer outros recursos que facilitem a circulação e a permanência de portadores de dificuldades especiais como: sanitários, semáforos, sinalizadores de pisos, dentre outras especificidades.

d) Considerações sobre o conjunto resultante a partir de 2003.

Constitui espaço central consolidado por densa edificação que, apesar da forte demarcação de limites, por verticalização, apresenta-se em uma escala que lhe confere autonomia, mesmo tendo sistematicamente alterada a sua configuração. Nesse sentido, a relação tipomorfológica da área vem se modificando ao longo do século XX, passando por diversos estágios desde aqueles constituídos por articulações entre o largo e os palácios neoclássicos, os bangalôs e casas de campo à atual, em que perde o contato direto entre unidades, assumindo apenas uma interação de conjunto.

A primeira referência foi perdida por distanciamento entre partes, após a substituição de unidades individualizadas por pluridomiciliares e pela diversificação de usos sofrida. Atualmente, percebe-se que os edifícios que dão forma ao espaço e compõem o seu tecido urbano estabelecem relação com a praça em ausência de diálogo²² (fig.135). São unidades quase totalmente voltadas para o seu interior,

²² A exceção pode ser feita às edificações situadas no lado norte da praça que por legislação mantém grande parte dos seus exemplares de finais do século XIX e início dos XX (Lei 3289/83), sendo essas apropriadas predominantemente para uso de órgãos do governo, comercial e em alguns casos institucional.

caracterizando uma certa autonomia, principalmente quando se referem às denominadas “mansões” – edifícios pessoais que poderiam ser implantados em qualquer outra área da cidade: de frente para a borda marítima, ou para uma praça especial como é o caso, ou mesmo em áreas sem qualquer atrativo paisagístico.



Fig.135. Campo Grande - fotografia aérea 1998. Fonte H.

Assim, em amplas dimensões, o espaço constrói a sua identidade através do contexto a que está submetido, quer seja pelo seu traçado, pelo monumento cívico comemorativo, pela farta vegetação existente, quer seja pela posição que assume perante a cidade, como praça central, envolvida por área residencial e mista, direcionada às classes socioeconômicas de média a alta, em importante ponto de distribuição viária.

Percebe-se ser o espaço do Campo Grande multifuncional, trazendo um misto de praça, jardim e pequeno parque, tudo levando a crer que isso tenha sido provocado pela sua histórica evolução de campo alargado à praça ajardinada, guardando ao longo do tempo um pouco de cada um desses elementos e, principalmente, guardando um pouco da dinâmica oferecida por cada um desses períodos, visto a inclusão das pistas de Cooper, parque infantil, canteiros floridos, espaços para leitura e estar.²³

²³ Rever conceitos estabelecidos para praça, jardim e parque, no Capítulo: “INSTRUMENTAL DE ANÁLISE E SUA ABRANGÊNCIA”.

O espaço constitui-se em palco de eventos diversos dentre os quais o carnaval, a festa do dia 2 de julho e de 7 de setembro, as várias formas de atos públicos, além da sua disponibilidade para feiras, entre as quais a de artesanato. Pela rotina que apresenta como espaço de lazer para adultos e crianças atende à população tanto das edificações residenciais do entorno quanto de outras partes da cidade. É espaço para aposentados, idosos, jovens, estudantes e circulantes em geral que usam as áreas de estar, sombreadas, para conversas e descanso, além de atividades como leitura, estudos ou reuniões, em horários diurnos e noturnos, nas mesas localizadas ao lado das pérgulas ou nos tradicionais bancos.

Apesar dos usos observados nas várias horas do dia e da noite, percebe-se que a proposta adota excedentes de níveis luminosos usando como pressuposto que esse recurso ajuda na melhoria das condições de segurança da cidade (PMS/FMLF, 1998). Essa é uma condição já debatida e amplamente conhecida como realidade social que extrapola os recursos de projeto, diante dos elevados níveis de violência a que estão submetidas as cidades brasileiras, independente de horários e recursos de iluminação.

Assim, entende-se que os elevados níveis de luminância produzidos no espaço do Campo Grande pelo sistema de iluminação direta, difusa e fria, aliados à exposição das luminárias sobre postes em forma dos globos leitosos deixam em evidência esse elemento, provocando na ambiência noturna uma proliferação de bolas brancas com conseqüente confusão visual, além do efeito de ofuscamento. O mesmo pode ser dito da marcação dos portões, com placas luminosas brancas e leitosas como antes descrito, com o agravante de que o foco de luz localiza-se de forma contínua desde o nível do piso, criando no entorno dos portões um maior nível de ofuscamento. Resta nessa ambiência o monumento que sobressai do conjunto pela alteração de cor dos fluxos a ele dirigidos, mostrando de forma discreta os seus elementos.

Na questão da acessibilidade, o desenho da praça reflete muito bem a preocupação de possibilitar percursos democráticos em todos os seus espaços; no entanto, percebe-se a ausência de rampas na face da praça que faz conexão com a Avenida Sete de Setembro, principalmente na direção do corredor da Vitória, fato que dificulta ou quase inviabiliza o acesso de cadeirantes, considerando a dimensão

Senhora de Nazaré, solares e casarões, com destaque para a casa do barão do Rio Real,²⁴ antigo Colégio N. S. de Lourdes (Ufba, 1998; PMS, 2004, p.50).

Até a primeira metade do século XX, a praça ganha mais estrutura, consolidando-se com a construção do conjunto educacional religioso Salesiano, a Igreja N. S. Auxiliadora, além dos Hospitais: Santa Luzia, Naval, a Maternidade Climério de Oliveira e o Sanatório Manoel Vitorino. Constitui-se como jardim aberto, em forma de grande trapézio com a menor base no sentido da Avenida Joana Angélica na altura do atual Colégio Nossa Senhora de Lourdes (PMS, 2004).



Fig 137a, Praça Almeida Couto - Deusa Flora, 1923. Fonte B.

Do seu primeiro tratamento como praça, em 1923, além das referências já citadas e relativas a seu Patrono, Conselheiro Almeida Couto, apresenta a figura mitológica da Deusa Flora, símbolo da natureza, das florestas e espaços verdejantes, dos animais, do jardim e das flores²⁵ (fig.137a). Entende-se essa homenagem como uma relação direta entre a figura e o espaço fartamente arborizado, residencial, tranquilo, permitindo contato direto com a essência do lugar, na relação bosque/cidade. A praça se estruturava por eixo longitudinal que nascia no pórtico da fachada principal do Hospital da Misericórdia, valorizado pelas esculturas,

²⁴ Uma das primeiras edificações que ocupa o espaço, o solar é desenvolvido em dois pavimentos, mirante e porão, tem fachada simétrica dotada de cinco vãos que delimitam as esquadrias e os seus respectivos balcões. (AZEVEDO, 1984, p.201-202).

²⁵ Em depoimento, a Sra. Yolanda de Carvalho Souza, uma moradora da área durante os anos 40 do século XX, relata a presença de tais elementos na praça e notas levantadas sobre "O Ramo de Ouro" - literatura que retrata o significado das figuras mitológicas greco-romanas. Flora é a deusa da primavera, apresenta-se como protetora da flora, ensina a honrar tudo o que cresce na natureza, representa a ecologia e a sua potência feminina, a fertilidade (FRAZER, 1989). Elementos esses considerados necessários ao entendimento dos princípios que nortearam o projeto da praça, da época.

desenvolvendo-se no sentido da Igreja N. S. de Nazareth e circulação de entorno. Em 1949, a imagem da deusa foi substituída pela estátua de D. Pedro II, e desapareceu²⁶.

Espaço fartamente arborizado e gramado, constituído por caminhos entremeados por canteiros de grama, apresentava topografia irregular, bancos e um emblemático relógio (PMS, 2004, p.51) colocado em uma altura de 6m, que mais uma vez se interpreta como uma forma de recolocar a praça / jardim no seu contexto. Esses elementos estão hoje desaparecidos, não deixando qualquer tipo de referência (fig. 137b).



Fig.137b, Praça Almeida Couto,

vegetação e mobiliário, anos 1940. Fonte L.

Entre os anos 1940 e 1950, parte do espaço é subtraída para implantação de pequena edificação para abrigo da Biblioteca Monteiro Lobato²⁷ que se instala de forma integrada e lateralmente no limite norte da área da praça. Entre os anos 1950 e 1960 a antiga edificação é substituída pela atual (fig.138) e rompe com a relação direta entre o Hospital e a Igreja, que estabeleciam os limites do largo (PMS/FMLF, 1999). O então novo edifício, posicionado de costas para a praça, apresenta volumetria em forma de “H” e constitui edificação moderna, em dois pavimentos; guarda estrutura modular, deixando à mostra elementos estruturais como pilares, laje e marquise. Apresenta grandes vãos de esquadria, envidraçados, característicos da arquitetura da época.

²⁶ A deusa Flora foi após algum tempo reaparece na Praça Municipal e depois na extinta Praça Brasil na Avenida Manoel Dias da Silva até anos 1970 (depoimento do Professor Isaias Santos Neto). Na atualidade a escultura encontra-se no Parque Getúlio Vargas.

²⁷ Iniciativa da bibliotecária Denise Tavares, que indica a necessidade de criação desse espaço cultural infantil, Depoimento do Professor Isaias Santos Neto e PMS, 2004, p.52.

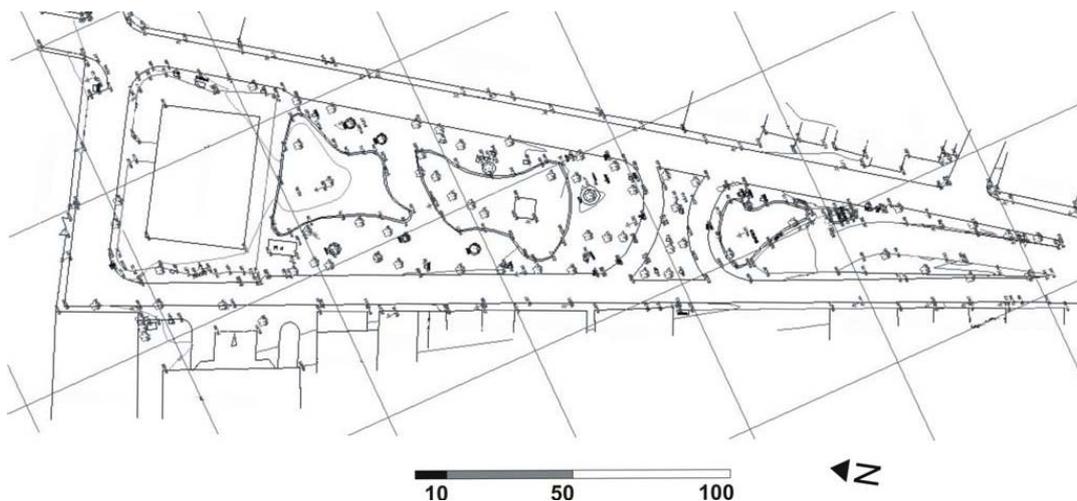


Fig.138. Praça Almeida Couto dos anos 1970, já incluindo articulações com o Vale. Fonte C.

b. Análise tipomorfológica – arquitetura de entorno e suas relações

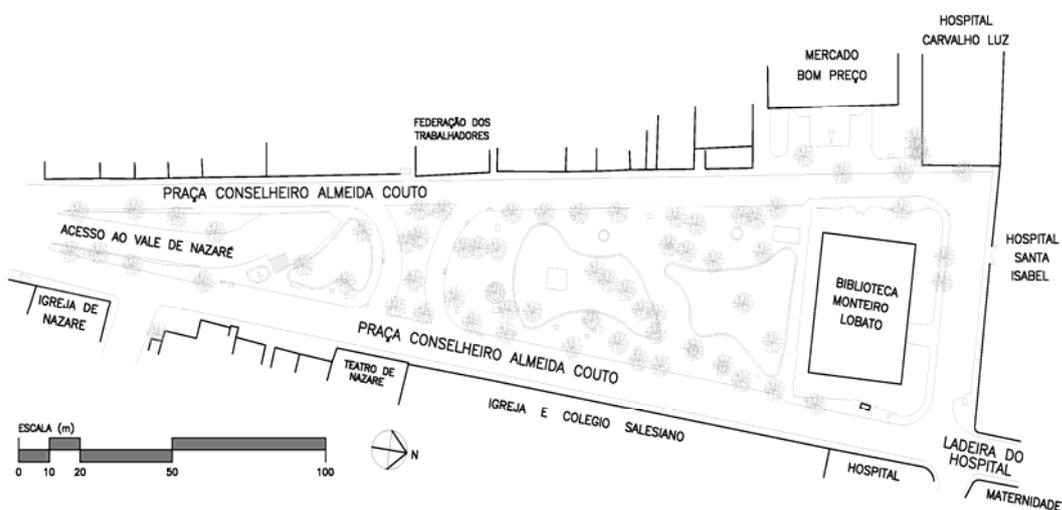


Fig.139. Praça Almeida Couto - foto aérea (2005) e Planta de Situação. Fonte K e C.

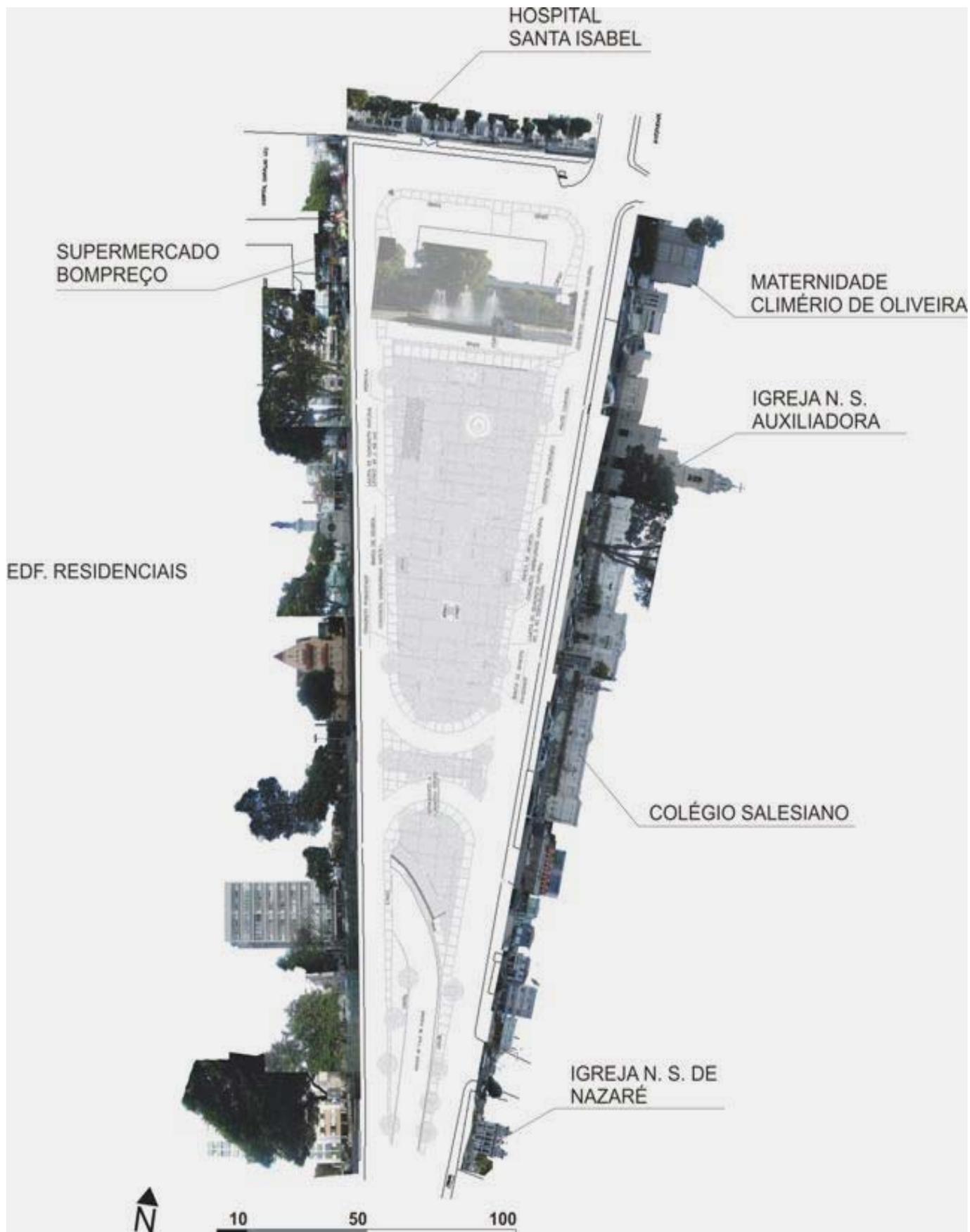


Fig.140. Praça Almeida Couto: proposta de intervenção 1999 e entorno 2005. fonte C, respectivamente.

A praça situa-se no eixo que articula o centro da cidade à sua área norte (fig.139), no sentido do Barbalho e tem como principal articulador o Vale de Nazaré por onde também se conecta com o núcleo da cidade central através da Avenida J. J. Seabra (Baixa do Sapateiro), assim como pelas avenidas Bonocô, Fonte Nova / Dique do Tororó e Djalma Dutra ou Sete Portas com os bairros da terceira cumeada.

Além das edificações já citadas como referência na origem do lugar, outras constituem e auxiliam na produção do caráter da Praça Almeida Couto, como: os hospitais Naval, Climério de Oliveira e Manoel Vitorino; os colégios N. S. de Lourdes e Severino Vieira; as igrejas N. S. Auxiliadora e N. S. de Nazaré; o supermercado Bom Preço; e edifícios residenciais (fig.139).



Fig.141. Praça Almeida

Couto - Hospital Santa Isabel. Fonte D.

O Hospital Santa Isabel,²⁸ edificação do século XIX, inicia a consolidação do espaço (fig.140 e 141). Caracteriza-se por arquitetura neoclássica, identificada como solar barroco europeu típico do século XVII e início do XVIII (Ipac, 1984, p.165-167). Ainda segundo a mesma fonte constitui edifício organizado em eixo, alinhado desde a entrada principal até o seu corpo interna, constituindo articulações através de pátios: principal e secundários. Sua fachada principal é marcada por pórtico saliente, sustentado por colunas coríntias que se apoiam na estrutura em abóbada. Reforçado por cariátides, o conjunto constitui espécie de podium de onde nascem

²⁸ Implanta-se em posição diametralmente oposta à Igreja N. S. de Nazaré, como para estabelecer as reais delimitações do espaço da praça.

colunas. A escadaria monumental desenvolvida sobre a citada abóbada, faz o acesso diretamente ao primeiro andar.

Compõe ainda o conjunto acima amplo pátio formado por pisos embrechados por seixos e conchas, fartamente arborizado, delimitado por muro com grades e belíssimo portão central trabalhado em ferro. Nesse espaço encontra-se também uma estátua em mármore, do século XIX, que homenageia o Conde Pereira Marinho (Ipac, 1984).

A Igreja N. S. de Nazaré, construída em 1726, apresenta na fachada algumas semelhanças com a Igreja de N. S. Sant'Ana do Campo da Pólvora. Típica do século XVIII pela composição e forma das janelas, que já anunciam tendências ao neoclássico e torres que apresentam inspiração pombalina, é marcada por subdivisões que estabelecem os seus acessos. Em nave única, tem a sua arquitetura bastante alterada ao longo do século XIX, com substituição de talhas e altares por outros, de estilo eclético. Apesar das suas origens, no contexto atual não se apresenta como uma arquitetura com grandes méritos (fig 142).



Fig.142. Praça Almeida Couto – Edificações de entorno com destaque para Igreja N. S. De Nazaré. Fonte D.

O Colégio Salesiano, centro educacional implantado em cota elevada em relação à rua, forma a grande lateral da praça que se desenvolve em direção à Igreja N. S. de Nazaré e, em sentido oposto, à de N. S. Auxiliadora. A última das igrejas referidas, com suas aberturas em arco e decorações em nichos e rosáceas, apresenta saliência no seu corpo central, que se coroa por torre única, terminada em

cruzeiro. Essas relações asseguram ao conjunto a extensão e a repetição sistemática de elementos (fig.143).



Fig.143. Colégio e Igreja N. S. Auxiliadora do Salesiano (2005). Fonte D.

O Colégio apresenta características dos edifícios das primeiras décadas do século XX, como as colunas duplas no seu vão central que corresponde ao acesso principal da edificação e marcações que destacam os níveis dos pavimentos e as cornijas, dentre outros. Anexo ao conjunto, mas sem qualquer característica de integração, está o antigo cinema do bairro que atualmente mantém a função de teatro da Instituição de Ensino. Alterado da sua arquitetura original, na atualidade apresenta desenho contemporâneo, e se relaciona mais com as casas vizinhas.

Serviços se instalam em ex-residências do início do século XX alterando as suas características com a adoção de painéis de publicidade e luminosos, que marcam no espaço a presença de componentes contemporâneos presentes em toda a cidade.



Fig.144. Praça Almeida Couto - Edifícios altos substituem o casario do século XIX. Fonte D.

Outras alterações acontecem pela transformação de unidades edificadas em pluridomiciliares – algumas de pequeno porte e outras duas, de oito pavimentos,

junto ao supermercado Bom Preço. Esse fato mais uma vez favorece a constituição de fachadas típicas do mercado imobiliário soteropolitano em substituição aos casarões antes presentes. Pode-se registrar ainda a expressiva verticalização assumida a partir da passagem subterrânea para o vale, assegurada por legislação municipal que permitia elevação dos gabaritos de altura nas áreas centrais.

O ex-Hospital Naval, (fig.144) atualmente Professor Carvalho Luz, constitui uma construção eclética da primeira metade do século XX. Localizado ao lado do Hospital Santa Isabel, é separado da rua por pequeno jardim gradeado. Outros hospitais, também do início do século XX, com características bastante alteradas pelos ajustes exigidos pela demanda contemporânea, constituem edificações não diretamente voltadas para a praça. A exceção é o Hospital Santa Luzia, localizado diretamente na praça, em arquitetura contemporânea, sem nenhum mérito.

A Biblioteca Monteiro Lobato, na atualidade, fecha-se ainda mais para a praça com a instalação de grades em todo o seu entorno (fig.145). A estrutura em pórtico, recentemente instalada (1999) entre a praça e a biblioteca, reafirma esse rompimento e categoricamente estabelece os limites de cada espaço²⁹, quebrando qualquer interação de usos porventura criada. A biblioteca é espaço cultural direcionado à população infantil, o que atrai um uso específico, incrementado por programação cultural diária e trazendo uma frequência permanente de crianças de escolas públicas e privadas. É lugar único na cidade com essa especificidade.



Fig.145. Praça Almeida Couto: Biblioteca infantil Monteiro Lobato, frente e fundo da edificação.

Fonte D.

²⁹ Como já referido, o pórtico colocado na última intervenção da praça só traz contribuições negativas favorecendo ainda mais o isolamento do edifício da biblioteca. Em relação ao espaço da praça não contribui, sequer cria qualquer destaque, considerando que a relevância vertical do espaço é dada principalmente pelo porte da vegetação e auxiliada pelos edifícios de entorno.

Compõem assim o entorno da praça: edifícios mais antigos, que datam do século XIX e primeiro período do XX, constituindo grandes massas de predomínio horizontal, destinados a uso institucional, público ou privado, em contraponto aos grandes edifícios que a partir da metade do século XX substituem antigos casarões, localizados predominantemente do lado oeste da praça e mais característicos de uso residencial. O espaço apresenta um parcelamento regular, ainda com algum resquício de edificações residenciais que, embora alteradas, permitem a leitura de algumas das suas características originais: recuos frontais e laterais, em pequenos jardins.

c. A intervenção de 1999.

c1. Caracterização da proposta

A praça atual, embora tenha definição longitudinal, perde o seu eixo longitudinal de origem e apresenta como estrutura principal densa arborização, na qual constitui elemento fundamental de caracterização o conjunto das palmeiras imperiais. Marca o espaço do jardim a estátua do Imperador D. Pedro II³⁰, instalada no que resta do seu eixo principal (fig.147). No mesmo alinhamento, em direção sul, está o busto do Conselheiro Almeida Couto, situado em um dos fragmentos constituídos no espaço (PMS/FMLF).

A reforma atual, datada de 1999, traz para a praça os equipamentos contemporâneos – a fonte luminosa computadorizada, pórticos e pérgulas, os serviços de infraestrutura, terraplenagem e pavimentação, além da recuperação e preservação da vegetação, que se complementa com grama e espécimes ornamentais (FRANCO, 2004, p.51-52). Entretanto, pode-se perceber a redução dos espaços dos canteiros, que se limitam quase ao entorno das árvores existentes (fig.148).

³⁰ Esculpida em bronze, foi construída em 1937 e instalada na praça D. Pedro II, Campo da Pólvora, somente vindo para Nazaré em 1949; referencia as visitas que o imperador fazia ao espaço, em meados do século XIX. (FRANCO, 2004).

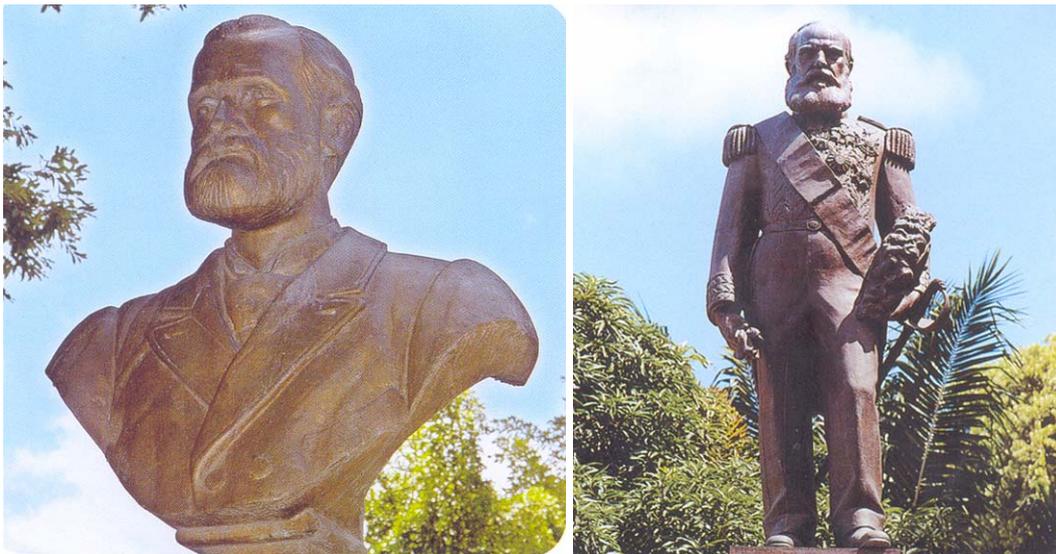


Fig.147. Praça Almeida Couto: a) Busto do Conselheiro Almeida Couto; b) estátua de D. Pedro II. Fonte P.

A pérgula compõe um espaço de estar, na lateral oeste da praça. Define-se por estrutura de concreto aparente, trazendo algum tipo de relação com o pórtico por sua estrutura de pilares (fig.148). O espaço dá lugar a atividades como jogos, reuniões, lanches, dentre outras. Pode-se observar que a estrutura destinada a criar uma ambiência, sombreada por vegetação, foi localizada sob a arborização já existente, de maneira a delimitar um espaço de estar composto por mesas e bancos. Entende-se que a solução carece de alguma lógica, visto ser esse um espaço fartamente sombreado que, de certa forma, também já oferece uma delimitação pela própria organização das copas das árvores.



Fig.148. Praça Almeida Couto: fonte luminosa e pérgula (2005). Fonte D.

O avanço das áreas de pavimentação repete a postura geral adotada de forma predominante na reorganização das antigas praças de Salvador onde, ao que tudo

indica, abdica-se do uso de espaços ajardinados e de contato mais direto com os elementos da natureza para assumir o lazer ativo do espaço contemporâneo.

Nesse contexto, o espaço apresenta características parciais entre praça central e praça de bairro,³¹ em uma relação estabelecida pelos serviços prestados nos espaços do entorno e os ambientes de calma constituídos nas sombras das árvores, atribuindo sentido intermediário ao lugar. Tal fato faz lembrar as características de jardins públicos³², não existentes em Salvador.

Embora seja caracterizada como praça de bairro, pode-se perceber que sua estrutura é equivalente a outros espaços desse porte na área do centro antigo da cidade, como a sua composição por edifícios monumentais de caráter institucional, público ou privado. Entende-se assim que esse espaço apresenta uma variante da praça de bairro central, cercada por área residencial, o que, nas suas diferenças, pode também ser remetido a aspectos contidos no Largo Dois de Julho. Ou seja, nela podem ser encontrados o sentido de bairro e, ao mesmo tempo, as relações específicas das áreas centrais.

Seguindo esse raciocínio, verifica-se que a cidade do século XIX, não contida no núcleo matriz, se expande atingindo os espaços no sentido norte sul, na segunda e terceira cumeadas, onde consolida o bairro de Nazaré e seu largo que, de alguma forma, servem como lugar para abrigar de maneira sóbria e requintada a extensão dos edifícios suntuosos implantados no período da colonização. Como exemplo tem-se a Santa Casa de Misericórdia que também tinha o seu lugar na área central e avança para o bairro de Nazaré (Ufba, 1998). Também se pode referir o Colégio Salesiano, nascido no lugar como espaço destinado à educação dos filhos das famílias abastadas residentes no bairro e nas suas imediações.

³¹ Aquela que tem associação direta com a estrutura central da cidade, em contraponto a do convívio com a vizinhança, com o efetivo espaço de estar.

³² A referência entre os dois tipos de espaços não significa similaridade, mas uma rarefeita aproximação tipológica, considerando que em Salvador não existe o jardim público de acordo com o conceito aqui tratado – espaço onde se entra em contato direto com a natureza, onde há ambiência para atividades sociais mas também para a reclusão, a contemplação e onde a dinâmica da cidade não interfere (CARAPINHA, 1995). O espaço da cidade que em alguma época trouxe alguma coisa mais próxima nesse sentido foi o Passeio Público, hoje fragmentado, reduzido e abandonado pelo poder público.

c2. Mobiliário.



Fig.149. Mobiliário da Praça Almeida

Couto: iluminação, posteamento, pavimentação, telefone público, fonte P.

A iluminação local ganha características contemporâneas, valorizando as atuais referências aí estabelecidas – a estátua do Imperador D. Pedro II, o busto do seu patrono, o Conselheiro Almeida Couto, a fonte cibernética, além de todo o conjunto. Pode-se perceber a iluminação geral produzida por postes altos (cerca de 7m) dotados de conjuntos de pétalas, que emitem luz branca de atmosfera fria (fig.149). No entorno das esculturas são outros os tipos de luminárias, em globos leitosos brancos e, mais diretamente voltados para a escultura, fachos mornos como forma de valorização do objeto exposto. Pode-se assim perceber na iluminação geral da praça condições de desenvolvimento de atividades diversas desde a leitura e a circulação à reunião para jogos e estar, dentre outras atividades.

A pavimentação da praça organiza-se em pisos de concreto pigmentado com padrão xadrez (fig.149), bancos de granito rústicos, mesas de jogos e espaços para vendas de produtos alimentícios. A calçada de contorno do conjunto da praça é pavimentada em concreto vassourado, sob a justificativa da necessidade de maior resistência pelas suas relações diretas com as vias que circundam a área. As mesas e bancos sob o quiosque são confeccionados em placas de concreto rústico e os bancos de estar, em granito também rústico. As lixeiras e telefones públicos, azuis, são aqueles tradicionalmente utilizados em grande parte da cidade.

c3. A acessibilidade.

A acessibilidade da praça também se faz através de rampas localizadas ao longo das suas laterais; entretanto, essas ações parecem acontecer de forma burocrática, sem os ajustes necessários entre a pista de rolamento e a rampa, gerando desnivelamento que dificulta a locomoção. Conforme antes referido, a praça se mostra fragmentada pela passagem do tráfego viário de retorno; entretanto, o acesso a cada uma das suas partes por meio de rampas somente se faz pela via principal, não havendo esse recurso ou qualquer outro elemento de ligação interna entre os espaços. Dos telefones públicos instalados, somente um se apresenta com altura adequada para o uso de cadeirantes.

d) considerações do Conjunto Resultante a partir de 1999.

É um espaço que tem os seus princípios enraizados na ideia de jardim e, ao mesmo tempo, de praça de bairro, pelas nobres características do entorno delineadas nas suas origens. Apresenta elementos que levam a considerá-lo como especial e, por isso, alvo das maiores preocupações quanto à sua conservação e preservação. No entanto, a ausência de uma política estratégica não permitiu dar resposta às demandas advindas do desenvolvimento da cidade, trazendo para a área perdas de alguma forma irreparáveis.

A multiplicidade dos conhecimentos que entram em ação nos processos de intervenção urbana exige o diálogo e a interação interdisciplinar para a adoção de opções que venham atender à evolução da cidade e aos processos de dinâmica social, com a produção de resultados de ordem estética. Nesse sentido, entende-se que a manutenção desse princípio possibilitaria às intervenções realizadas soluções menos drásticas do que um rompimento da praça para acesso viário ou para instalação de edifícios públicos, totalmente dissociados da relação com o espaço.

Observa-se nesse momento que é a fonte luminosa o equipamento que marca o eixo longitudinal da praça, alinhada à estátua de D. Pedro II e, na sequência, ao busto do patrono Almeida Couto, em lugar onde antes existia a escultura da deusa greco-romana. Ou seja, são invertidos os elementos que dão valor ao lugar,

substituídos de forma banal, representando um tipo de ação que se repete em outras praças soteropolitanas.

Se o pórtico rompe com a praça, no sentido oposto dialoga com as alegorias que se instalam na mais recente intervenção do espaço, como os elementos estruturais da cobertura e o vigamento exposto da biblioteca, pela predominância linear compassada por pilares em concreto aparente. Esse conjunto se configura também pela trama proveniente da vegetação existente no canteiro que separa os dois edifícios.

Sob a pérgula, o mobiliário específico conforma grupos de mesas e bancos de concreto, em modelos simplificados e formatos circulares, bem menos confortáveis do que aqueles existentes nas praças localizadas em espaços da cidade considerados nobres e componentes da rota turística. Esse é outro fato que colabora com a ideia aqui defendida de tratamento diferenciado por atribuição de *status* aos espaços da cidade. Nesse sentido, pode-se observar que a fonte luminosa e os canteiros ornamentais não necessitam de proteção como em outras praças.³³

Observa-se que a excessiva pavimentação das praças em muito acontece como processo facilitador da manutenção dos espaços públicos.³⁴ Perde-se, no entanto, o contato direto com o solo e os sistemas a ele relacionados, e com as áreas gramadas que envolvem o estar, relação fundamental que a praça trazia na sua origem.

Ressalta-se a proposta de iluminação executada por técnicos da Prefeitura Municipal que, apesar de se apresentar de forma simplificada e sem grandes detalhamentos, define de forma bem satisfatória, sob o ponto de vista técnico e de atendimento, a ampla dinâmica da praça enquanto lugar que apresenta diferentes formas de fruição, entre horários diurnos e noturnos, compatíveis com um bairro residencial de centro urbano. Falta-lhe, entretanto, uma adequada manutenção.

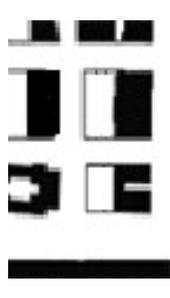
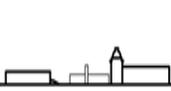
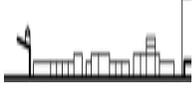
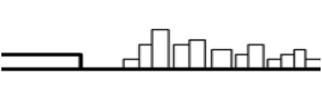
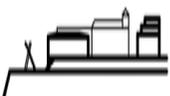
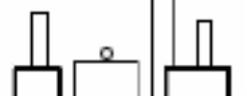
Apesar dos prejuízos, observa-se ser a Praça Almeida Couto – o “Jardim de Nazaré” – ainda um lugar que preserva características próprias à sua dinâmica, configurando um espaço agradável e extremamente importante para a cidade do Salvador.

³³ Essa afirmação não significa a defesa das grades de proteção, em torno das praças, mas uma definição de postura em relação à manutenção dos espaços públicos, perante os bairros onde estão inseridos.

³⁴ Depoimento de técnico de FMLF, arquiteto: Jorge Moura, em janeiro/2006.

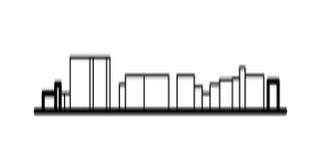
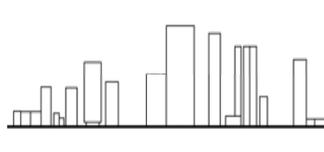
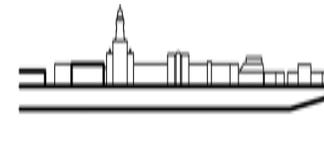
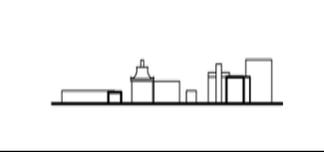
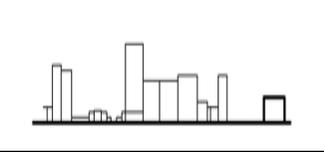
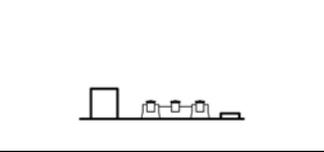
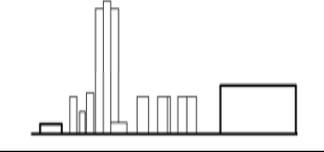
3.4. QUADRO COMPARATIVO ENTRE AS PRAÇAS E LARGOS ANALISADOS.

3.4.1. Núcleo 1

Local Aspecto	Praça Municipal	Praça da Sé	Largo do Pelourinho	Praça da Inglaterra	Praça Mal. Deodoro
Planta Baixa					
Vista longitudinal					
Vista transversal					
Tipo, forma, circulações e visuais.	Praça seca, de configuração parcialmente quadrada fechada em três dos seus lados e relação de fluidez no perímetro norte, pela falta de definições dos limites do Palácio Tomé de Souza. Aberta para a vertente, compõe mirante para a baía e parte da Cidade Baixa.	Espaço retangular, com canteiros de vegetação, incorpora adro da antiga Sé com predominância no comprimento e formato em "L". Inicialmente fechada por elevações do Belvedere e que na junção entre áreas ganha unidade e abertura parcial para a falésia, compondo o "Mirante da Sé".	Largo seco formado por bifurcação de duas outras vias que, por sua vez, recebem contribuições laterais. Em forma triangular profunda e fechada nas laterais por fachadas de antigos sobrados e Igreja N.S. Rosário dos Pretos. Espaço constituído em declive e piso irregular.	Praça ajardinada, em forma trapezoidal parcialmente fechada por edificações comerciais. Sofre rompimento pela implantação da Avenida Estados Unidos e cria interface nos outros três dos seus lados com fluxo viário intenso diurno do Comércio, fato que reduz significativamente aos passageiros automotivos a percepção da Praça.	Praça retangular ajardinada, fechada e estendida em forma de calçada à adjacências, o que reforça a sua afinidade tipológica (Praça dos Arcos, casario da encosta e Rua do Pilar e Mercado do Ouro). Abertura e fragmentação com a Avenida Jequitaia pela criação de veloz eixo viário.
Acessos x sistema viário	Organizada por via de conexão entre as ruas Misericórdia / Chile, estabelece eixos norte / sul e por acesso direto ao Elevador eixo leste / oeste. Em nível com a rua, usa	Circulação viária bastante fluida em três dos seus lados, por fazer articulação entre áreas do Terreiro de Jesus, Pelourinho e entorno, preferencialmente	Acessos desde o Terreiro de Jesus, estacionamentos da Avenida J. J. Seabra (Baixa dos Sapateiros). Circulação viária para abastecimento da área e acréscimo de serviço	Abdica de um dos lados transformado em calçada, articulando os outros ao sistema viário de velocidade média entre as partes da praça. Perda parcial de percepção do espaço. Local de	Sistema viário de velocidade média à alta na passagem pela Avenida Jequitaia. Conecta o Comércio à Itapagipe, Subúrbio, dentre outras partes sentido norte da cidade.

	bloqueadores de piso, que delimitam a circulação de veículos, exceção daqueles oficiais que usam a estrutura subterrânea da Prefeitura. Tráfego de baixa velocidade.	para veículos de passeio. Também cria retorno entre as ruas José Gonçalves e da Misericórdia. Tráfego de baixa velocidade.	intitulado “Jardineira”, para turistas e pessoas com dificuldade de locomoção.	conexão entre a área do comércio, Itapagipe, Subúrbio, Vale de Nazaré, Campo Grande dentre outras áreas da cidade.	
Predomínio	Leste / oeste	Norte / sul	Norte / sul	Norte / sul	Norte / sul
Rel. C / L / H	60x45x variável (18,0 a 9,0m)	160x30xvariável (7 à 20,0m)	110x22x variável (7 à 20m)	Prisma: 63x46x45m; 46x26x45m.	210x70x variável (7 a 45,0m)
Usos e observações gerais	Local de encontro, exercício da cidadania, negócios públicos, estar, contemplar e de passagem. Relações tipomorfológicas parcialmente mantidas pelas delimitações pré-estabelecidas e entre as massas dos edifícios já consolidadas. Espaço de ocupação pública, protegido sob legislação específica.	Local do encontro e estar de domínio turístico, comércio, contemplação e passagem. Espaço protegido submetido à legislação própria. Relações tipomorfológicas parcialmente mantidas pelas proporções asseguradas pelos monumentos presentes, alinhamento de fachadas e gabaritos, assegurando inclusive a relação: público / privado, da área.	Local de grande acervo colonial, do comércio turístico, da festa e de passagem. Relações tipomorfológicas mantidas entre as ruas e as fachadas principais. Entretanto rompe a tipologia interna das edificações e abre os quarteirões, subvertendo aí a relação público / privado. Local sob legislação de proteção rigorosa.	Local do comércio e serviço, do estar específico em horário comercial e de passagem. Área ocupada por grandes investimentos privados que se avizinham a outros de ocupação pública, tendo a rua e a praça como mediadores entre domínios. As edificações presentes na sua maioria atingem o limite máximo de gabarito de altura permitido, 45m em relação ao nível do mar, condição limite à infraestrutura disponível e à garantia de visuais importantes a serem preservadas.	Predomínio do comércio informal, do bar e da refeição comercial, ponto de transportes urbanos. Área parcialmente protegida na encosta do Pilar, alcançando o limite de gabarito de 45m em relação ao mar, na linha das quadras sobre aterro, condição fundamental de ser preservada sob pena de encobrir toda a encosta da falha geológica, elemento fundamental na produção da imagem de Salvador, desde a baía.

3.4.2. Núcleo 2.

Local Aspecto	Praça da Piedade	Largo 2 de Julho	Largo dos Aflitos	Campo Grande	Jardim de Nazaré
Planta Baixa					
Vista Longitudinal					
Vista transversal					
Tipo, forma, Circulação e visuais	Formação retangular ajardinada, circulação nos quatro lados. Entorno bem delimitado por edificações públicas, institucionais, e comerciais da Avenida Sete de Setembro e da Rua Direita da Piedade. Apresenta em todo o seu entorno circulação de tráfego de centro de cidade.	Largo formado por dois retângulos estreitos que compõem um "L" invertido, arborizado, com circulação em três dos seus lados. Fechado por edificações de gabarito de altura variável, desde sobrados (séc. XIX-XX) alterados, edifícios de galerias (séc XX) e outros contemporâneos. Surgimento de frestas de visuais para a Baía.	Largos articulados entre formas triangulares e retangulares por incorporação do espaço militar e o adro da Igreja. Parcialmente arborizados com circulação em torno do Largo deixando o adro isolado. O Largo militar é reduzido e totalmente fechado com passagens enviesadas; enquanto o largo religioso tem três lados fechados e o quarto em amplexão para a baía onde	Praça ajardinada trapezoidal. Circulação por quatro lados e conexão de pedestres com o Vale. Contornada por altos edifícios espaçados entre si por definições de afastamentos laterais (Louos-2001), à exceção no seu lado norte, que traz em parte fachadas em limite de altura, alinhadas e contínuas por proximidade ao Forte de S. Pedro, lei 3289/83.	Praça ajardinada, formação trapezoidal. Circulação em todos os seus lados, com três rompimentos do espaço para passagem de veículos. Praça de profundidade, fechada por edificações em alturas variáveis desde residências reformadas dos sécs. XIX / XX, a edifícios de médio à grande porte, após 1970. Praça fechada, à exceção do lado que parcialmente abre-

			se compõe um Mirante.		se para o vale de Nazaré.
Acessos x sistema viário	Articula várias partes da cidade desde o centro norte / sul, às avenidas de vale (Barris, Nazaré, Contorno e outras) sentido leste / oeste.	Circulação viária direta com o centro da Cidade Alta e Baixa pela Av. Carlos Gomes e Av. de Contorno, e conexão a várias partes da cidade pela fácil articulação com os vales.	Articulação entre o centro da Cidade Alta e Baixa, pela Av. Carlos Gomes e Av. de Contorno, forte circuito de passagem, além das articulações com a Casa Militar.	Terminal de transportes coletivos e pontos de parada. Grande articulador entre a expansão sul da cidade, o centro da Cidade Alta e Baixa.	Grande articulador entre o centro da cidade e os bairros da sua área norte. Conexão com linhas da Cidade Baixa.
Predomínio	Norte /sul e	Sul / oeste	Sul / norte	Norte /sul	Norte/ sul
Rel. C / L / H	75x80xvariável (9 à 30m)	Dois de julho: 160x30x (7 à 20m); Inocêncio Galvão:110x20x (7 à 60m).	L. Militar:90x10x (9 à 35m); Adro Ig: 25x40x15 à 8m.	260x140x (9 à 100m)	300x16x (7à 34m)
Usos e Observações gerais	Na Praça observam-se usos comerciais, institucionais religiosos e serviços. Mantém relação direta com os edifícios institucionais pelas características e diálogo que estabelecem entre si, sofrendo perdas qualitativas pela verticalização e tipologias apresentadas na Av. Sete de Setembro.	Usos predominantes: comércio serviços, residencial e institucional. Inversão da predominância horizontal anterior por alteração de gabarito de altura, o que leva a risco de perdas de referências e da área, e verticalização elevada (legislação permissiva).	Usos predominantes: comércio serviços, residencial e institucional. A permanência das volumetrias pela forte presença da Casa Militar, da Igreja N. S. dos Aflitos e do Ministério da Agricultura, além do casario reformado, ajudam a manter a imagem do lugar. Conexão enviesada com o acesso ao Passeio Público, sem qualquer ênfase, não estimula ao seu acesso.	Uso predominante: institucional, comercial, serviço e residencial. A intensa circulação de veículos no entorno da praça cria perda parcial de percepção do seu espaço. Forte inversão das relações horizontais x gabarito de altura; grandes cortes entre as relações pública x privada pelo afastamento entre a superfície da praça, os fechamentos dos edifícios e o seu afastamento vertical do solo. Risco de descaracterizar a área pela permissiva elevação de gabaritos de altura das edificações e o uso das antigas mansões da área como anexos de "novas mansões".	Presença abundante de unidades de estabelecimentos de assistência à saúde como hospitais, clínicas públicas e privadas; centros educacionais e religiosos definem o caráter da Praça central em bairro residencial. Pela consolidação das unidades institucionais, o espaço mantém a sua relação tipomorfológica com o entorno. Entretanto sofre verticalização após espaço de ruptura da Praça para conexão com o vale do Canela; condição que pode vir a ser acentuada com a liberação de gabaritos na área.

3.4.3. Síntese conclusiva sobre as Praças e Largos estudados

A partir do exposto nos quadros anteriores e em todo o capítulo que trata das praças e largos sob intervenção recente no centro antigo de Salvador, pode-se dizer que a cidade definia seus espaços através da emergência de usos urbanos ligados aos edifícios e sua destinação, e essa relação de entorno e uso do construído caracterizava o espaço. Nesse sentido, nos moldes da urbanização portuguesa, sem muito rigor, surgiram as principais demandas de uso do núcleo urbano: o administrativo, o religioso e o militar, ainda sem muita definição comercial que se ia implantando onde existisse um alargado. Foi esse o processo gerador do sentido de especialização das praças que avançou e perdurou até o século XIX.

Sob o aspecto físico formal, as praças e largos nasceram predominantemente secos e com um dos seus lados voltados para a Baía de Todos-os-Santos, mesmo quando fechados, como sempre foi o caso do Terreiro de Jesus e da porta militar do Carmo, que se avizinhava do Ribeirão das Tripas. Entretanto, a partir do século XIX, com exceção das áreas do Porto de Salvador e do Passeio Público, esses espaços adotam uma organização diferente: já nascem fechados e envoltos pela malha urbana. Os princípios higienistas da época orientam para um tratamento de jardim, o que de alguma forma traz interferências em toda a cidade preexistente.

Os programas atuais de re-qualificação da cidade central e das praças se inscrevem em parcerias tipo a “Nossa Praça”, uma espécie de apadrinhamento entre o espaço público e uma empresa pública ou instituição.¹ No entanto, as novas intervenções tomam a direção de “novas demandas” e, na maioria das vezes, deixam de lado registros que podem fazer emergir a memória do lugar – os fatos e usos que em algum tempo definiram o seu caráter. Cita-se como exemplo a substituição do uso como terminal de transportes urbanos que a Praça da Sé abrigou durante aproximadamente setenta anos², sequer considerado na intervenção mais recente. Outro exemplo pode ser citado no caso do atual Cais / Largo do Ouro / Praça Deodoro da Fonseca, lugar do mercado entre os séculos XIX e início do XX e lugar das grandes negociações entre a capital e as cidades do

¹ Em contrapartida será autorizada a instalar um engenho publicitário de 3m² no espaço adotado. O anúncio deverá informar que a empresa ou entidade adotou o local e veicular uma mensagem específica sobre sua atividade econômica ou social, sem entrar em detalhes comerciais. O adotante também receberá da prefeitura o título de “Empresa Amiga da Cidade”. Depoimento do Sr. Secretário de Planejamento da PMS em 30/06/2005.

² Com essa referência, não se está a defender o uso do Terminal de Transportes na Praça da Sé, mas sim deixar o registro de tal função.

Recôncavo, que passa a ser espaço de transportes, de passagem, de alimentação, e de fluidas permanências. O Jardim de Nazaré / Praça Almeida Couto, nesse mesmo sentido, perde o vínculo com as questões da natureza e seus elementos simbólicos.

Ainda em processo de execução, situa-se também o Largo Dois de Julho e seus usos tradicionais como lugar das manifestações cívicas, com a fonte compondo a alegoria da data, e também lugar das noites culturais e de boemia, da venda especializada de flores e ervas, percebendo-se que o encaminhamento dado até então à proposta vencedora do concurso público não faz registros significativos nesse sentido e, ao que tudo indica, não abordará tais registros com a profundidade requerida.

Percebe-se que as intervenções contemporâneas trazem como princípio a memória parcial, valorizando de alguma forma a Salvador colonial³, sempre associadas aos novos valores considerados convenientes para a imagem de uma cidade exemplar, recuperada segundo uma ação política acertada, atrelada à administração municipal. Entende-se que, independentemente da pertinência de determinadas ações e novos usos propostos, os espaços apresentam na sua estrutura anterior, atributos importantes que devem ser referidos.

Salvador começa a incorporar as questões da acessibilidade ao espaço público com algum tempo de atraso e ainda de forma lenta, tímida e superficial. A questão é regulamentada por força de lei, mas não devidamente fiscalizada, o que facilita execuções parciais e burocráticas. Nesse sentido, observa-se que as intervenções atuais nos espaços públicos ainda não consideram a questão com a abrangência e a seriedade requerida, homologando barreiras físicas que, por sua vez, constituem barreiras sociais por não possibilitar uma acessibilidade igualitária e democrática. Na análise de cada uma das praças foi possível perceber que, mesmo naqueles espaços considerados privilegiados por melhor qualidade de execução e manutenção dos seus espaços e equipamentos, as questões da acessibilidade não são estudadas de forma aprofundada e criteriosa.

Entende-se, também, ser esta a cidade da diferença social e econômica, estabelecida desde o tempo da administração portuguesa e da hierarquia mantida

³ Ainda que de forma superficial nas chamadas revitalizações de fachadas, como o processo vivenciado no espaço do Pelourinho.

nos tempos do Império e da República e que perdura até os dias atuais, quando se desdobram a cidade turística e a cidade subúrbio: os bairros considerados nobres na sua zona sul e outros populares, na zona norte e miolo da cidade; as linhas de borda marítima da cidade baixa e as conexões imediatas no limite da falésia; entre outras referências.

No mesmo sentido, mesmo entre aquelas praças consideradas relevantes para a cidade e, portanto, merecedoras de processos de intervenção, percebe-se um tratamento diferenciado. Pode-se citar como exemplo os espaços considerados como salas de visita para os turistas, com destaque para a Sé, o Pelourinho, a Praça Municipal, a Piedade, o Campo Grande e outras mais utilizadas pela população da cidade, que mantêm uma rotina de vida urbana cotidiana e preservam seus registros de memória. Nesse caso, situam-se a Praça da Inglaterra, a Praça Marechal Deodoro, a Praça Almeida Couto, o Largo Dois de Julho. Entre as primeiras, menciona-se o Campo Grande, entre outras.

Ainda no que se refere ao tratamento diferenciado entre as praças acima destacadas, acrescenta-se a Praça N. S. da Luz, na Pituba,⁴ em contraponto às praças Almeida Couto, em Nazaré, Inglaterra e Deodoro da Fonseca, no Comércio, largos Dois de Julho e dos Aflitos, além de outras praças de bairro. As diferenças se mostram, quer pela definição de pisos e mobiliário urbano, quer pela manutenção dos seus espaços e dos seus equipamentos. Percebem-se enormes diferenças e questiona-se – qual o motivo para tanta disparidade? Ou, é somente coincidência? O que determina serem agraciados com revestimentos mais nobres, com canteiros floridos e farto policiamento exatamente aqueles espaços localizados na rota turística da cidade? Enquanto se buscam respostas, as outras praças, por azar ou sorte, recebem tratamento simplificado e sem a devida manutenção. Em contrapartida, tornam-se espaços de efetivo uso público, destinado ao livre exercício da cidadania.

Por fim a questão polêmica sobre as grades, esse elemento delimitador que traz o sentido de separação entre o público e o privado. Seu uso na praça homologa um atestado da incapacidade de resolver os problemas sociais urbanos que assolam

⁴ Praça não analisada nesta dissertação, mas que também pode ser usada como referência, pelo recente processo de revitalização sofrido dentro da política urbana de Salvador em áreas consideradas nobres na cidade.

as cidades brasileiras, adotando-se soluções paliativas, na contramão de qualquer programa educativo, em um país que se diz em desenvolvimento. Cada vez mais se fecha o que é necessário preservar, criando-se os condomínios habitacionais, os *shopping centers*, as praças consideradas especiais, dentre outros espaços. Ou seja, entende-se o uso da cidade vinculado às ações do mundo capitalista que provocam a elitização do espaço por um viés autoritário, em formato de coibições, e levam ao ordenamento, à manutenção e à preservação dos espaços de uso público segundo moldes de uma territorialidade diferenciada. Essa questão alcança uma profundidade que extrapola a área deste trabalho e a sua competência, mas tem reflexos que interferem nas formas de uso e fruição do espaço público, na tipomorfologia da cidade e, portanto, na estruturação da sua paisagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho discutiu-se o processo de constituição dos espaços públicos de Salvador, suas praças e largos e o seu papel na constituição da paisagem, com ênfase nas recentes intervenções. Embora resultados parciais tenham sido progressivamente apresentados, cabe aqui destacar algumas observações de caráter mais conclusivo, de forma a construir um panorama geral. Entende-se que essas observações possam servir como referência para fundamentar outras posturas e, quem sabe, abrir outras frentes de estudo que direcionem o trato dos espaços relevantes para a cidade do Salvador, especificamente suas praças históricas.

Entende-se também que este trabalho, em absoluto, não esgota a questão até porque são muitos os pressupostos objetivos e subjetivos que permeiam as decisões em qualquer projeto de arquitetura que intencione a transformação de um espaço como resposta a uma demanda. A esse fato agrega-se a complexidade do espaço público como lugar constituído por variáveis das mais diversas ordens, inicialmente explicitadas.

Salvador, por tradição, é uma cidade cuja construção histórica tem sido definida por projetos e planos, sem uma efetiva articulação de planejamento entre as esferas da administração política. Esse é um processo vivido desde o seu período colonial, onde os espaços surgem por emergência e geram expansões que se vão moldando às condições existentes e aos interesses que as promovem. Nesse sentido, o problema se apresenta grave e torna-se motivo de discussões maiores a partir da Semana de Urbanismo de 1935, avançando com o Epucs para um plano na escala urbana. Mais tarde essas discussões e ações de planejamento ganham corpo no Plandurb, que em parte já sofreu ajustes e por vezes distorções e cujas diretrizes

acabaram por perder-se na sequência do tempo, sob justificativas de falta de recursos e por posturas ideológicas e / ou tecnológicas diferenciadas.

A revisão histórica mostra que os centros urbanos quase sempre tiveram a sua estrutura organizacional construída pelo diálogo entre os edifícios e seus espaços de entorno, em parte perdidos por posturas higienistas que avançam para imposições funcionalistas e, na atualidade, para os efeitos especulativos e da ação política. Nesse sentido, Salvador, a partir da administração do início do século XX, incorpora esses princípios em nome da modernidade e abdica de trabalhar o contexto através das relações urbanas para buscar intervenções em trechos ou unidades isoladas, movidas pelos valores de consumo e fruição do momento, em atitude bastante presente nas cidades contemporâneas. Dentre várias opções podem ser citados: “o Forte de Santo Antonio da Barra ou o Farol da Barra” para expressar forte símbolo do turismo e do carnaval soteropolitano, “a Marina da Avenida de Contorno” para expressar o espaço de *shows* das elites e das festas populares privadas, o *Shopping Plaza Show*, o Aeroclube, para denominar um empreendimento comercial vazio e sem expressão, constituindo o que aqui se entende como o não lugar.

Naturalmente, existem critérios gerais e princípios nas intervenções contemporâneas, mas nesse caso, como não poderiam deixar de ser, estão associados à cultura globalizada que vem dominando desde os finais do século XX. Isso pode ser percebido nos chamados processos de re-qualificação urbana, nos quais o espaço público passa a ser submetido a ações integradas e correspondentes a programas internacionais,¹ onde um “modelo” é levado à cidade como critério de investimento. São ações que transformam o espaço urbano em objeto de consumo a partir de soluções arquitetônicas produtoras de efeitos de animação, estimulando usos pré-estabelecidos, em correlação direta com a política urbana e as estratégias do momento. Essas ações se repetem em várias partes da cidade e em várias cidades do mundo.

Entende-se ainda que os programas de re-qualificação das áreas centrais no contexto atual trazem como requisito a elaboração de um conjunto de ações que, de alguma forma, impõem condições de autossustentação do espaço.² Normalmente

¹ A integração referida não estabelece vínculo local, contextualizando, mas sim de acordo com os critérios de qualidade definidos internacionalmente.

² Dentre os diversos programas de revitalização de sítios históricos urbanos pode-se citar aqueles que usam recursos internacionais do BID – Banco Internacional de Desenvolvimento – para revitalização do Centro

isso ocorre em detrimento de outros critérios que indiquem uma coerência social-urbana para a sua reabilitação, respeitando valores que guardem a significância da vida passada e observando a existência de usos já consolidados no lugar pela dinâmica da vida cotidiana, dentro de uma lógica de permanência da população, tanto por razões do habitar como também por aí manter o seu sustento.

Em tal contexto, ao mesmo tempo em que se percebe uma redução significativa do diálogo entre edificações e cidade, principalmente nas novas expansões aonde essa relação chega a apresentar-se completamente transformada,³ percebe-se nos centros antigos e consolidados, ainda de forma muito incipiente, uma procura por valores que tragam de volta parte dessas relações. Nesse sentido, verificou-se em quase todas as praças analisadas a necessidade de ampliação dos seus espaços, a redução da circulação viária no seu entorno, por vezes em detrimento do sistema viário local, como pôde ser visto na Praça da Sé, no Pelourinho, na Praça da Inglaterra, no Largo dos Aflitos, no Largo Dois de Julho, na Praça Marechal Deodoro e na Praça Municipal.

Percebe-se uma tendência internacional, ainda sem reflexos em Salvador, que se expressa na procura e por vezes na recriação de espaços de contemplação e de recolhimento, com redução dos espaços pavimentados, promovendo ao máximo o contato com os elementos da natureza. Criam-se parques públicos, jardins e também se recuperam tradicionais praças ajardinadas, em centros urbanos. Como referência, pode-se citar os jardins da Fundação Calouste Gulbenkian, em pleno centro de Lisboa, e a recuperação dos Jardins do Marquês de Pombal, também no mesmo centro, dentre outros espaços.

Em Salvador a atenção se prende ainda à manutenção do ajardinamento em reduzidos canteiros como forma de assegurar a alargada pavimentação, considerando a facilidade de manutenção das áreas públicas, diante das dificuldades financeiras municipais para sua conservação. Esse tipo de tratamento se verifica em todas as praças estudadas, com destaque para o Campo Grande, a Praça Deodoro da Fonseca, a Praça da Inglaterra, o Jardim de Nazaré e outras fora da área de abrangência, como a Praça N. S. da Luz.

Histórico de Salvador, através das ações do MONUMENTA. Dentre as suas definições de ação estão indicações para a autossustentação dos espaços revitalizados.

³ Transformada por caráter quantitativo, que se estabelece por legislação, a partir da definição de recuos e afastamentos calculados por fórmulas.

Entende-se como fato natural que as ações devam constituir-se nos espaços públicos de acordo com o contexto atualmente vivido, mas devem também pautar-se por soluções criteriosas, considerando que o seu campo é a cidade consolidada, e como tal, comprometida com valores sociais e de memória que devem ser afirmados e articulados ao potencial da área. Considera-se na reutilização dos espaços valores de uso e de troca, com vistas à manutenção de uma rotina cotidiana e que desenvolvam o potencial do espaço no sentido de ser plenamente vivido pela sua população e não apenas para ser visto, como um cartão postal.

Ressalvando a área de “Proteção Rigorosa”, a legislação local de alguma forma é indutiva e alinhada aos interesses da especulação do solo urbano que impõem a utilização máxima, sem qualquer tipo de relação com o conjunto urbano. E mesmo no campo de análise restrita a órgãos como Ipac e Iphan, observa-se que por vezes acontecem ações na contramão dos interesses da preservação ou de uma revitalização criteriosa. Referência pode ser feita ao edifício de fachada fumê na Praça da Sé, que quebra a continuidade do casario destacando-se de forma negativa do conjunto arquitetônico regular, interrompido. Outro exemplo de ação desse porte, permitida, é a construção da Praça do *Reggae*, quando opta por adaptar ao tecido urbano rompido por incêndio e demolição de dois casarões antigos, a instalação de bar e espaços para *shows*.

Assim, a cidade vai sendo redesenhada sem mostrar uma preocupação maior em articular as relações entre morfologia e tipologia. Tem sido alterado um tecido que consolidou o espaço e que representa um registro fundamental na identificação das áreas centrais. Essa é uma postura incorporada pela administração pública que de alguma forma define-se como produção política, como ação que promove a cidade pelo viés de um *marketing* global de alcance mais amplo do que aquele que reflete a rotina da população local.

Entende-se também que os programas de revitalização para uma área da cidade devem ser constituídos por uma abrangência muito mais ampla do que a que se tem apresentado em Salvador. Trata-se de recompor partes de uma cidade que ao longo do tempo cresceram, evoluíram e sofreram intervenções múltiplas, muitas vezes sem a consideração relativa aos impactos produzidos. Tal fato continua a se repetir na atualidade. Não se trata de congelar o espaço desprezando os seus processos de desenvolvimento, nem mantê-lo preso a uma visão historicista, mas de

trabalhar em larga compreensão, considerando e respeitando os elementos que produzem seu contexto.

De outra forma, quando os programas de intervenção trazem apenas interesses de promoção política, que visam somente mais uma inauguração, e as propostas de intervenção incluem processos de negociação no sentido de incorporar parcelas de solo privado na área pública, fica clara a falta de interesse do poder público na negociação, na qual, inclusive, usa da sua fragilidade econômica para não proceder às desapropriações por vezes necessárias. Nesse processo acontece muitas vezes uma supervalorização do parcelamento. Inclui-se nas duas situações o projeto da área do Largo Dois de Julho, onde somente a primeira e a segunda etapa foram construídas de forma parcial e precária, não havendo previsão de construção das etapas subsequentes por ausência de recursos e de uma efetiva negociação para aquisição das áreas necessárias às soluções propostas. Como resultado, as áreas entram no campo da especulação imobiliária para investimentos futuros.

Ainda no rol das dificuldades, percebe-se a ação do poder público de forma fragmentada, não impondo ao processo uma sistemática de registro suficiente para a preservação da memória dos espaços da cidade. Somada a tudo isso é cada vez maior a ausência do mundo acadêmico na produção de uma crítica sistemática sobre as ações públicas na cidade, fato que não contribui para a formação do profissional e sequer o educa para o uso do espaço social que lhe é reservado, perdendo-se cada vez mais a prática da produção de diagnósticos precisos.

As variações de contexto e as posturas profissionais que se incorporam aos processos de intervenção urbana são normalmente desiguais e por vezes sem definição clara de critérios, principalmente nos processos de seleção simplificada para projetos, fato que torna as propostas e as ações fluidas e por vezes superficiais, não contribuindo para uma melhor qualidade dos resultados obtidos na execução.

Percebe-se assim que essas ações são carentes de qualquer critério arquitetônico, caminham em sentido diametralmente oposto ao que se pode chamar de tipificação, não partem de referências relativas a algum tipo, como o uso e a forma do espaço, ou a sua gênese por exemplo, para a partir daí compor o lugar. Na realidade, associam-se a padrões que se repetem nos mesmos moldes, quaisquer que sejam as circunstâncias locais, em formato de cópias que são apenas re-

editadas. Pode-se tomar como exemplo os sistemáticos pórticos, pérgulas, espelhos de água, fontes cibernéticas, pavimentação granítica que são “gratuitamente” distribuídos nos espaços públicos de Salvador e em qualquer cidade no Brasil e no mundo.

As mudanças culturais sistematicamente se refletem na apropriação e uso do espaço, o que, naturalmente, altera a leitura do objeto arquitetônico. Nesse sentido, o trabalho prioritário da arquitetura na atualidade é o de construir sobre o construído, em uma re-apropriação do espaço na busca de adaptá-lo a uma nova forma de viver. E pode-se perceber que muitas vezes a adaptação de edificações antigas de funções diversas para usos contemporâneos tem dado respostas muito boas, por vezes até melhores do que projetos desenhados para o atendimento específico daquele uso. Isso mostra que a forma não traz um tipo de relação tão intrínseca à função, como postularam os funcionalistas.

Entende-se a importância da implantação de políticas públicas amplas, no sentido de inserir a discussão do espaço público em uma pauta comum, encaminhando ações mais coletivizadas. Dentre outras questões, devem ser estabelecidos critérios, em escala de prioridades que indiquem a necessidade de intervenção nos espaços urbanos, diante dos problemas que apresentam no contexto, indicando também as respostas esperadas como resultado da intervenção, dentre outros aspectos específicos a cada realidade. Esses conteúdos, certamente, devem ser reproduzidos nos editais de concurso público.

Então, retoma-se a questão do concurso público como veículo de fundamental importância e como instrumento mais eficaz para a re-qualificação dos espaços urbanos pela socialização das informações e pelo estabelecimento de critérios que fundamentem as concepções propositivas. Entende-se ainda que a própria competição gerada nesse processo estimula a discussão pela exposição pública do objeto proposto, pela busca de soluções mais comprometidas com as ações sociais e melhor fundamentadas por posturas introspectivas, prospectivas e criativas.

Os concursos públicos privilegiam a criatividade, o talento e a capacidade técnica independentemente dos nomes e dos currículos que estejam por trás das propostas apresentadas. É importante salientar que muitos arquitetos jovens tiveram o seu grande impulso profissional após serem premiados em concursos públicos, e como referência podem ser citados os irmãos Marcelo e Milton Roberto para a Sede

da Associação Brasileira de Imprensa no Rio de Janeiro, nos anos 1930. De lá pra cá, diversos outros concursos tiveram entre seus vencedores jovens arquitetos para os quais essa premiação abriu as portas do mercado profissional, propiciando o reconhecimento do seu trabalho na arquitetura brasileira e internacional.

Então, no trabalho de arquitetura, do edifício e da cidade, em todas as modalidades de sua elaboração, sem dúvida a consideração do contexto histórico, cultural e social, sua base física e suas transformações e relações são fundamentais. Assim, apesar das alterações relacionais, entende-se de grande valia a análise da cidade a partir de uma leitura que a integre no seu conjunto, sem separação de estudos individualizados de edificações e do tecido urbano, como se cada elemento não fizesse parte do todo e o desenhasse. Ou seja, mostra-se importante a apropriação de métodos que incorporem as questões da morfologia e da tipologia aos estudos do espaço urbano público e privado.

Entende-se que este trabalho pode contribuir ainda com a re-apropriação dos métodos de análise e de intervenção que venham a tomar a cidade como referência maior da intervenção, não abdicando de análises menores restritas ao lote e à legislação local pertinente, mas entendendo que o projeto cria uma obra para a cidade e como tal mantém uma relação ao todo.

Concluindo, apesar de todas as dificuldades destacadas, espera-se que o trabalho aqui produzido possa de alguma forma contribuir para uma abertura da discussão sobre os processos de intervenção nos espaços públicos, objetos principais na constituição da paisagem urbana, também para uso de sua população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABREU, J. C. da Gama e. Zoneamento nas Cidades. In: **Semana de Urbanismo: Conferências (1935)**. 1ª Comissão do plano da cidade. Salvador: Cia. Ed. Gráfica da Bahia. 1937.
 2. ALEXANDER, Christopher. **El modo intemporal de construir**. Barcelona: Gustavo Gili, 1981.
 3. _____. **Urbanismo y participación: el caso de la Universidad de Oregon**. Barcelona: Gustavo Gili, 1976.
 4. ALFAIADE, M. T. **Expressão dos Valores do Sítio na Paisagem**. 2000. Tese (Doutorado em Arquitectura da Paisagem) - Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
 5. ALVES, F. M. Brandão. **Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano**. Proposta Metodológica. Lisboa: Ministério da Ciência e Tecnologia / Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
 6. ANDRESEN, M. T. L. M. B. **Para a Crítica da Paisagem**. 1992. Tese (Doutorado em Arquitectura da Paisagem) - Universidade de Aveiro, Aveiro.
 7. ARANTES, Otília. A Ideologia do “Lugar Público” na Arquitectura Contemporânea (Um Roteiro) In: _____. **O Lugar da Arquitectura Depois dos Modernos**. São Paulo: EDUSP / Nobel, 1993.
 8. _____. **Urbanismo em fim de linha: outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
 9. ARAÚJO, Ilídio Alves. **Problemas da Paisagem Urbana**. Lisboa: Ministério de Obras Públicas - Direcção Geral Dos Serviços de Urbanização, Centro de Estudos de Urbanismo, 1961.
 10. _____. A Protecção da Natureza das Paisagens no Planeamento da sua Gestão. In: Catálogo de Exposição do Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus. **Utopia e os Pés na Terra**. Portugal: Projecto Cooperacional da Cultura, União Europeia – FEDER, 2003.
 11. ARAÚJO, H. **Inventário da legislação Urbanística de Salvador: 1920-1966**. 1993. Dissertação (Mestrado em Arquitectura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitectura, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
 12. ARAÚJO, O. Moreira de. **Notícias sobre a Policia Militar da Bahia – A Casa do TREM (século XIX)**. Anotações não publicadas. Salvador: 2004.
-

13. ARAÚJO, S. S. **Iluminação em áreas de Interesse Histórico Cultural. Uma Contribuição Metodológica.** 1989. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
14. ARGAN, Giulio C. **História da Arte como História da Cidade.** Martins Fontes. São Paulo, 1992.
15. ARNHEIM, Rudolf. **La forma visual de la arquitectura.** Colección Arquitectura Perspectivas. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1978.
16. ARTIGAS, João Batista Vilanova. **Caminhos da Arquitetura.** São Paulo: Pini-Fundação Vilanova Artigas, 1986.
17. ÁVILA, Eugênio. **Arquitetura dos Mosteiros Beneditinos no Brasil Século XVI a XIX.** 2004. Tese (Doutoramento História da Arte) - Universidade do Porto, Portugal.
18. AYMÓNINO, Carlo. **O Significado das Cidades.** Original em 1975. Editorial Presença, LTDA. Lisboa, 1984.
19. AZEVEDO, Paulo O. de. **A Alfândega E O Mercado.** Memória e Restauração. Secretaria de Planejamento e Tecnologia do Estado da Bahia. Salvador, 1985.
20. BANDINI, Micha. Aldo Rossi. In: **AA Files**, nº 1. Londres: 1981.
21. _____. Typology as a form of convention. In: **AA Files**, nº 6. Londres, 1984.
22. BARATA, F. T. e Mascarenhas, J. M. de. **Preservando a Memória do Território.** O Parque Cultural de Tourega / Valverde. Edição Edition. Centro de Estudos de Estudos de Ecossistemas Mediterrânicos. Universidade de Évora, 2002.
23. BENÉVOLO, Leonardo. **História da Arquitectura Moderna.** Editora G. Gili, 5 volumes, Barcelona, 1977.
24. _____. **A Cidade e o Arquitecto.** Col. Arte e Comunicação. Edições 70. Lisboa , 1984. Tradução de La Città i l'Architetto. Laterz. Bari.
25. BLOCH, Marc. **Introdução à história.** Publicações Europa - América. Lisboa, 1963.
26. BRANDÃO, M. D. de Azevedo. Estrutura Física, organização social, e dinâmica do crescimento de Salvador. In: **Cidade do Salvador: aspectos geográficos, históricos, sociais e antropológicos.** Salvador: OABa, 1960. Coleção Estudos Baianos, nº. 1.
27. _____. Uma Proposta de Valorização do Centro Histórico de Salvador. P.101-102 In: GOMES, M. A. (organizador). **Pelo PELÔ: história,**

- cultura e cidade.** Editora da Universidade Federal da Bahia, FA - MAU, Salvador, 1995.
28. BUENO, B. Siqueira. Desenho e desígnio – o Brasil dos engenheiros militares. In. OCEANOS. **Construção do Brasil Urbano.** N.º 41, janeiro / março 2000.
 29. BYRNE, Gonçalo. **Documentos de arquitectura.** Obras e projectos. Editorial Blau, Ltda., Lisboa, 1998.
 30. CABRAL, Francisco Caldeira. **Fundamentos da Arquitectura Paisagista.** Editor Instituto de Conservação da Natureza. Lisboa, 1993.
 31. CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis.** Tradução Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
 32. CÂMARA, Marcos Paraguassu de Arruda. **Conceição e Pilar.** Freguesias seculares do centro econômico e do porto de Salvador até o século XIX. 1989. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador.
 33. CAMPOS, Márcio C. **Dois concursos, duas cidades, dois buracos.** Minha Cidade – Salvador, Brasil / Viena, Áustria. Vitruvius. Dezembro de 2001.
 34. CANNIGIA, G., Maffei, G. **Tipologia de la Edificacion estructura Del espacio antropico** (Lettura dell'edilizia di base), Celeste ediciones, Madrid. 1979/1995.
 35. CARAPINHA, Aurora Conceição. A Arte da Paisagem e dos Jardins no Brasil Colonial. In: **V Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte.** Instituto do patrimônio Artístico Nacional Rio de Janeiro, Universidade de Algarve – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Ed. Universidade de Algarve, 2001.
 36. _____. **Da Essência do Jardim Português.** 1995. Tese (Doutoramento Arquitectura Paisagista) – Universidade de Évora. Portugal.
 37. _____. Jardins da Fundação Calouste Gulbenkian. In **Architécti** revista de arquitectura e arquitectura paisagista n.º 25, 1994.
 38. _____. **Utopia e os Pés na Terra.** Catálogo de Exposição. Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus. Projecto Cooperacional da Cultura, União Europeia – FEDER, 2003.
 39. CARITA, R. e CARITA, H. Modelos, instituições e personagens. A urbanização do espaço atlântico nos séc. XV e XVI. **OCEANOS. Construção do Brasil Urbano.** N.º 41, 2000.
-

40. CARVALHO, Anna Dias da Silva. O crescimento recente da cidade do Salvador. In: **Cidade do Salvador: aspectos geográficos, históricos, sociais e antropológicos**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1960. Coleção Estudos Baianos, nº 1.
 41. CARVALHO JR, Álvaro P. D. de. **Algumas Notícias do Palácio Rio Branco e sua Praça nos 450 anos da Cidade do Salvador**. Revista da Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória da Bahia. Salvador, 1999.
 42. CARVALHO, Ilce M: M: de. **A centralidade em Salvador: parâmetros para um debate**. 1997. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.
 43. CARVALHO, Jorge. **Ordenar a Cidade**. Quarteto Editora. Coimbra, 2003.
 44. CAUQUELIN, Anne. Paisagem, Retórica e Patrimônio. In: RUA nº 8 – **Patrimônio: Maquinaria e Memória**. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003.
 45. CHAVES, Mário João. Paisagem Urbana Moderna. In: **Architecti**-revista de arquitectura e Construção, nº 14, 1992.
 46. CENTENO, Yvette K. e LIMA de Freitas (coordenação). **A simbólica do Espaço – Cidades, Ilhas Jardins**. Lisboa: Editorial Estampa, 1991.
 47. CERASI, Maurice. Methode de Notation du Paysage In: **Architecture d’Aujourd’hui**, n.º 172. 1972.
 48. _____. **La lectura del ambiente**. Título del original italiano: La lettura dell’ambiente, CLUP, 1967. Impreso en la Argentina, 1977.
 49. _____. **El espacio coletivo de la ciudad; Construcción Y Disolución Del Sistema Público En La Arquitectura De La Ciudad Moderna**. Ed. Oikos-Tau. Col de Urbanismo, 1990.
 50. Chagas, Maurício de Almeida. **Modernismo e Tradição: Lina Bo Bardi na Bahia**. 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
 51. CHOAY, Françoise. Sémiologie et Urbanisme. In: **l’Architecture d’Aujourd’hui**, nº 132, 1969.
 52. _____. **O urbanismo; Utopias e Realidades**. Uma Antologia. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
 53. _____. **A regra e o modelo: sobre a teoria da Arquitetura e do Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1985. Coleção Estudos, 88.
-

54. CONSIGLIERI, Victor. **A morfologia da Arquitectura**. Lisboa: Referência, Editorial Estampa, 1994.
 55. CORREA, A. Bonet. **Morfologia y ciudad**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1978.
 56. COSTA, I. C. **Um olhar sobre o direito à Cidade em Salvador: ACESSIBILIDADE AO MEIO FÍSICO NO CENTRO DA CIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia. Salvador.
 57. COSTA, J. L. de A. Propaganda de Urbanismo. In: **Semana de Urbanismo** (1ª): Conferências (1935). Comissão do plano da cidade, Salvador. Cia. Editora e Gráfica da Bahia. 1937.
 58. COSTA, Lúcia M. **Paisagem e Cultura: Agachee a entrada do Brasil**. Paisagem & Ambiente: ensaios. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, nº 13, 1997.
 59. CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1983.
 60. D'ABREU, Margarida C. (Organização). **Paisagem**. Edição: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Campo Grande, Lisboa. 1997.
 61. DEL RIO, V. **Introdução ao Desenho Urbano, no processo de planeamento**. PINI. São Paulo, 1990.
 62. DIAS, Pedro (coord.). **Actas do colóquio a universidade e a arte, 1920-1990**. Coimbra: Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993. (Jardim botânico de Coimbra).
 63. DOURADO, Odete. Por um Restauro Urbano: novas edificações que restauram cidades monumentais. In RUA nº 8 – **Patrimônio: Maquinaria e Memória**. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003.
 64. ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. Perspectiva. São Paulo, 1983.
 65. ETCHEVARNE, Carlos Alberto. **Pátio dos Estudos Gerais do Antigo Colégio dos Jesuítas**. Departamento de Antropologia, Ufba. Salvador, 2002.
 66. FERNANDES, A. Consenso sobre a cidade? In: BRESCIANI, M. S. (org.) **Palavras da cidade**. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2001.
 67. _____; Gomes, M. A. F. Idealizações urbanas e a construção de Salvador moderna: 1850-1920. In _____.(orgs.). **Cidade & história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX**. Salvador: MAU/Faufba; Anpur, 1992.
-

68. _____; Sampaio, A. H.; _____. A constituição do urbanismo moderno na Bahia (1900-1950): constituição institucional, formação profissional e realizações. In: LEME M. C. da S. (Org.). **Urbanismo no Brasil –1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel; Fauusp; Fupam, 1999.
69. FERRARA, Lucrécia D. A. **Ver a cidade: cidade, imagem, leitura**. Nobel. São Paulo, 1981.
70. _____. **Olhar periférico: Informação, linguagem, percepção ambiental**. Edusp. São Paulo, 1993.
71. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1978.
72. FERREZ, Gilberto. **Bahia: Velhas Fotografias 1858/1900**. Rio de Janeiro: Kosmos; Salvador: Banco da Bahia Investimentos, 1988.
73. FLEXOR, M. H.; CÂMARA, M. P. de A. A Praça Municipal da Cidade do Salvador. In: TEIXEIRA, Manuel C. **A Praça da Cidade Portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
74. FRAZER, James. **O Ramo de Ouro**. Rio: Editora Guanabara. Rio de Janeiro, 1982/1989.
75. GARZEDIN, Maria A: S. **A Negação da Figura e a Legalização do Vazio**. Urbanismo Moderno, Arte e Espaço Público em Salvador, Bahia – 1935-1974. 2004. Tese (Doutorado) – Espacio Público Y Regeneración Urbana: Arte Y Sociedad. Faculdade de Belas Artes da Universidade de Barcelona.
76. GERMEN – Grupo de Recomposição Ambiental. **Parque São Bartolomeu**. Relatórios: dezembro, 2004.
77. GOMES, M, A, A. de F.; FERNANDES, A. Pelourinho: Turismo, Identidade e Consumo Cultural. P47-58. In: GOMES, M. A. (organizador). **Pelo PELÔ: história, cultura e cidade**. Editora da Universidade Federal da Bahia, FA, MAU, SSA, 1995.
78. GONÇALVES, José K. S.. **A retórica da perda**. R.S.; Ed. Ufrj/lphan, 1996.
79. GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA E PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR. **1º. Seminário de Imagem Ambiental**. Salvador, 1984.
80. _____; Prefeitura Municipal do Salvador – Secretaria Municipal do Planejamento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Fundação Mário Leal Ferreira, Fundação Gregório de Mattos. **Polígono de Identidade Cultural**. Salvador, 1999.
81. GREGOTTI, V. **Território da Arquitetura**. Título original: Território dell'Architettura, Milano, 1966. Perspectiva, 1975.
-

82. GUSMÃO, Artur N. **Cidades e História**. Ciclo de conferências promovido pelo serviço de Belas-Artes. Fundação Calouste Gulbenkian. Ministério da Ciência e Tecnologia. Lisboa, 1987.
 83. HABERMAS, Jürgen. **A Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 1984.
 84. HENRIQUES, F. M. A. e JORGE, V. F. (Organização). **Sociedade para a Preservação do Patrimônio Construído** - Cadernos SPPC 1. Évora, Portugal, 1996.
 85. HERNÁNDEZ, M. Alejandra. **Santo Antônio: um Passo no Carmo além do Boqueirão**. 2001. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
 86. HERTZPERGER, Herman. **Lições de Arquitetura**. Martins Fontes. São Paulo 1996. Original: Lessons For Students In Archirecture, Amsterdam, 1991.
 87. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 1 ed. 1936.
 88. IPAC-Ba – **INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL**; monumentos do município do Salvador, 2ª edição, Secretaria da Indústria Comércio e Turismo do Estado da Bahia. Salvador, 1984.
 89. JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. Martins Fontes. São Paulo, 2000.
 90. JACQUES, Paola B. Patrimônio Cultural Urbano: espetáculo contemporâneo? In: RUA nº 8 – **Patrimônio: Maquinaria e Memória**. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003.
 91. JENCKS, Charles. **Modern Moviments in Architecture**. London, 1973. Tradução portuguesa: Movimentos modernos Em Architectura. Edições 70. Lisboa, 1985.
 92. JORGE, Virgolino F. Patrimônio e Identidade Nacional. In: **CENTROS HISTÓRICOS**. Revista da associação portuguesa dos Municípios com Centros Históricos. Nº 6, 2001.
 93. KLIASS, Rosa G. **Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade**. São Paulo: Pini,1993.
 94. KOHLSDORF, Maria Elaine. **Manual de técnicas de apreensão do espaço urbano**. Brasília: IAU-UnB, 1990.
 95. KRIER, L. **Houses, Palaces and Cities**. Ed. Demetri Porphyrrios, 1984.
-

96. LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000.
97. LAURIE, Michael. **Introducción a la Arquitectura Del Paisaje**. Barcelona: G. Gilli, 1983.
98. LE GOFF, Jaques. **História e memória**. São Paulo.; Ed. Unicamp, 1994.
99. LEITE, Maria A. Faggin Pereira. **Destruição ou desconstrução?** Questões da paisagem e tendências de regionalização. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 1994.
100. LEME, Maria Cristina da Silva (Organização). **Urbanismo no Brasil 1895-1965**, 2ª edição. Programa de Arquitetura e Urbanismo da Ufba. Edufba. Salvador, 2005.
101. LEMOS, Carlos A. C.. **Arquitetura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos; Edusp, 1979.
102. LYNCH, Kevin. **Imagem da cidade**. Lisboa: Ed. 70, 1980.
103. _____. **Planificacción del sitio**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1980.
104. MACEDO, S. Soares. **Quadro do Paisagismo no Brasil**. São Paulo: Col. Quapá, v.1, 1999.
105. MAGALHÃES, Manuela R.. **Arquitetura Paisagista**. Morfologia e Complexidade. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.
106. MAGNAVITA, Pasqualino R. Quando a História Vira Espetáculo: Palco Móvel do Pelô. p. 121-131. In: Gomes, M. A. (organizador). **Pelo PELÔ: história, cultura e cidade**. Editora da Universidade Federal da Bahia, FA – MAU, Salvador, 1995.
107. MAHFUX, E. da Cunha. **Ensaio sobre a Razão Compositiva**. Universidade Federal de Viçosa, Imprensa Universitária, Belo Horizonte: Apoio cultural, 1995.
108. MANGIN, D.; PANERAI, P. **Projet Urbain**. Collection Eupalinos. Série Architecture et Urbanisme. Éditions Parenthèses, Marseille, 1999.
109. MANSO, Álvaro. **Espaços exteriores urbanos sustentáveis**. Guia de concepção ambiental. Lisboa, 2002.
110. MARETTO, P. S. **História Operante di Venezia**. Venezia. 1960.
111. MAROCCI, Gina. V. P. **Salvador, século XIII: a emergência de novos padrões urbanísticos**. 1996. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e

- Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
112. MARTINEZ, M. S. T. **2 DE JULHO**. A Festa é História. Prefeitura Municipal do Salvador, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Fundação Gregório de Mattos. Salvador, 2000.
 113. MARX, Murilo. **A cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos / Edusp, 1980.
 114. _____. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.
 115. _____. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: Edusp, 1988. Série Espaço e Desenho.
 116. MARX, Roberto Burle. **Arte e Paisagem**. Conferências escolhidas. São Paulo, Nobel, 1987.
 117. MATTOS, Waldemar. **Evolução histórica e cultural do Pelourinho**. Rio de Janeiro: Barbero, 1978.
 118. MATTOSO, Kátia M. de Q.. **Bahia, Século XIX – uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
 119. _____. **A Cidade do Salvador e o seu Mercado no Século XIX**. Editora Hucitec Ltda, São Paulo e Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Prefeitura Municipal do Salvador, 1978.
 120. MELO, João Joanaz; CARLOS, Pimenta. **Ecologia e Ambiente**. Lisboa: Divisão Cultural – Sociedade Editorial e Livreira, Ltda. 1993.
 121. MELO, Marcus A. B. C. de. Política de Habitação e Populismo: O Caso da Fundação da Casa Popular. In: **RUA**. v. 4/5. Faculdade de Arquitetura – Ufba. 1990.
 122. MURATORI, S. “Il discorso del Roxi”, 1963. In: CASTEX, J.; COHEN, J. L, DEPAULE, J. C., **Histoire urbaine, anthropologie de l’espace**. Paris: CNRS Editions, 1995.
 123. MOUDON, A. V. Getting to Know the built Landscape: typomorphology in ordering space, types. In: **Architecture and design**. eds Karen Franck, Lynda Schennkloth. N. York: VNR, 1994.
 124. NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez Freguesias da Cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX**. Salvador. Fundação Cultural do Estado da Bahia. Egba, 1986.
 125. Oceplan – Plandurb. **Estudo de áreas verdes e espaços abertos**. Salvador. 1976.
-

126. Oceplan – Plandurb. **EPUCS** – uma experiência de planejamento urbano. Salvador, (Estudos Informativos, nº 1). 1976.
 127. Oceplan – Plandurb. **Estudo de imagem ambiental urbana**. Salvador. 1977.
 128. Oceplan – Plandurb. **Evolução física-urbana de Salvador**. Salvador. 1978 (xerox).
 129. OLIVEIRA, de A. Heloisa. **Inventário da legislação urbanística: 1920/1966**. As novas regras do jogo para o uso e abuso do solo urbano. 1993. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
 130. OLIVEIRA, F. de. **O elo perdido: classe e identidade de classe**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
 131. OLIVEIRA, Mário M. de. **As fortificações portuguesas de Salvador quando cabeça do Brasil**. Fundação Gregório de Mattos. Salvador, 2004.
 132. OLIVEIRA, Milton da Rocha. Conferência de Abertura. In: **Semana de Urbanismo (1ª): Conferências (1935)**. Comissão do plano da cidade, Salvador. Cia. Editora e Gráfica da Bahia. 1937.
 133. _____. As cidades-Jardim. In: **Semana de Urbanismo (1ª): Conferências (1935)**. Comissão do plano da cidade, Salvador. Cia. Editora e Gráfica da Bahia. 1937.
 134. OLIVEIRA, Waldir Freitas. **Antônio Lacerda 1834 – 1885**. Registros e Documentos sobre sua vida e obra. Fundação Gregório de Mattos. Salvador, 2002.
 135. PADILHA, Nino (organizador). **Cidade e Urbanismo**. História, teorias e práticas. Salvador, 1998.
 136. PANERAI, P.; DEPAULE, J. C.; DEMORGON, M.; VEYRENCHE, M. **Elements d' Analyse Urbaine**. Archives d' Architecture Moderne. Paris: Editions, 1979.
 137. _____; _____; _____. **Analyse Urbaine**. Marseille: Editions Parenthèses, 1999.
 138. _____; CASTEX, J., DEPAULE, J. C. **Formas Urbanas: de la manzana al bloque**. Tradução: Santiago Castán. Gustavo Gili, S:A: Barcelona, 1986. Título original: Formes urbaines: de l'îlot à la barre. Paris: Bordas, 1980.
 139. PERES, Fernando da Rocha. **Memória da Sé**. Salvador: Macunaíma, 1974.
-

140. PINHEIRO, E. P. **Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos.** Edufba, Salvador, 2002.
 141. PORTAS, N., Domingues, A. e João C. **Políticas Urbanas.** Tendências, estratégias e oportunidades. Fundação Calouste Gulbenkian. Ministério da Ciência e Tecnologia. Lisboa, 2002.
 142. _____. Causas, Organizações, Ideias e Formas In: **Utopia e os Pés na Terra.** Catálogo de Exposição - Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus. Projecto Cooperacional da Cultura, União Europeia: FEDER, 2003.
 143. _____. Os tempos das formas nas cidades lusas do Brasil. OCEANOS. **Construção do Brasil Urbano.** N.º 41, janeiro / março 2000.
 144. PESSOA, José. **Território e Paisagem na Urbanização da América Portuguesa.** Instituto do Patrimônio Artístico Nacional, Rio de Janeiro, Universidade de Algarve – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Ed.Universidade de Algarve, 2001.
 145. Pinto, R. I. Burlacchini P. da S. **A Praça na História da Cidade.** O Caso da Praça da Sé – Suas faces durante o século XX (1933 / 1999). 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
 146. PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR. **Salvador da Bahia.** Praças Históricas. Coordenação: FRANCO, T. Salvador, 2004.
 147. _____.; FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS. **Regimento do Governador e Capitão General Tomé de Souza dado em Almeirim, Portugal, a 17 de dezembro de 1548 - “Constituição previa” do Estado do Brasil.** Salvador, 1998.
 148. _____.; FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. **Projeto Executivo de Paisagismo da Praça 2 de Julho.** Levantamento histórico, 1997.
 149. _____.; _____. **Projeto executivo: Praça da Sé.** Salvador, 1998.
 150. _____.; _____. **Projeto executivo: Praça da Piedade.** Salvador, 1998.
 151. _____.; _____. **Projeto executivo: Praça da Inglaterra.** Salvador, 1997.
 152. _____.; _____. **Projeto executivo: Praça Deodoro.** Salvador, 1997.
 153. _____.; _____. **Projeto executivo: Largo Dois de Julho.** Salvador, 2003.
 154. _____.; _____. **Projeto executivo: Largo dos Aflitos.** Salvador, 1997.
-

155. _____; _____. **Projeto executivo: Largo do Campo Grande.** Salvador, 1998.
 156. _____; _____. **Projeto executivo: Praça Almeida Couto (Nazaré).** Salvador, 1999.
 157. _____; _____. **Projeto executivo: Praça Thomé de Souza (Municipal).** Salvador, 2005.
 158. _____; _____. **Projeto executivo: Praça Cairú.** Salvador, 2003.
 159. _____ / Seplan. **1º Seminário sobre a Imagem Ambiental Urbana.** Anais. Salvador, 1984.
 160. RAPPOPORT, A. **Aspectos humanos de la forma urbana.** Col. Arquitetura/Perspectivas. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1978.
 161. _____. Simbolismo y diseño Del entorno. In: RAPPOPORT, A. **Aspectos de la calidad del entorno.** Barcelona: La Gaya Ciência.
 162. REBOUÇAS, Diógenes. **Salvador da Bahia de Todos-os-Santos - No século XIX.** Pintura Documental. Notícias e Notas. Godofredo Filho. Odebrecht. Salvador, Bahia, 1996.
 163. REIS FILHO, N. G. **Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil.** São Paulo. Pioneira e Edusp, 1968.
 164. _____. As principais cidades e vilas do Brasil – importância da vida urbana colonial. In: OCEANOS. **Construção do Brasil Urbano.** N.º 41, janeiro / março 2000.
 165. _____. **Quadro da arquitetura no Brasil.** Editora Perspectiva, São Paulo, 1970.
 166. _____. Notas sobre o urbanismo barroco no Brasil. In: **Cadernos do LAP. nº 3.** FAU-USP, São Paulo, 1994.
 167. REIS, Assis. Centro de Identidade Cultural. In: **Revista AU – Arquitetura e Urbanismo.** Seção Espaço Aberto. Junho 1986.
 168. ROBINSON, J. **The question of type in Ordering spaces, types in Architecture and Design.** Eds Karen Franck, Lynda Schennkloth, VNR, N. York, 1994.
 169. ROSSA, Walter. **A Urbe e o Traço.** Uma Década de Estudos Sobre o Urbanismo Português. Coimbra: Editor Livraria Almedina., 2002.
 170. ROSSI, Aldo. **A Arquitectura da Cidade.** Lisboa: Editora Cosmos, 1977.
 171. _____. L' Habitat e la Ville. In: **L' architecture d' Aujourd'hui, n.º 174.** Paris, 1974.
-

172. SAMPAIO, A. H. L. **Formas Urbanas**. Cidade Real & Cidade Ideal. Quarteto Editora, Salvador, 1998.
173. _____. O Centro Histórico de Salvador: Uma Agenda de Questões. In: GOMES, M. A. (organizador). **Pelo PELÔ: história, cultura e cidade**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, MAU, 1995.
174. _____. A ideologia do Movimento Moderno e a cidade. In: CARDOSO, L. Antônio; OLIVEIRA, Olívia F. (org.). **(RE) Discutindo o Modernismo**. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 1977.
175. SAMPAIO, Consuelo Novais. **50 anos de urbanização**. Salvador da Bahia no Século XIX. ODEBRECHT. Sindicato Nacional dos Editores de Livros, Rio de Janeiro, 2005.
176. SANT'ANNA, Márcia. A Recuperação do Centro Histórico de Salvador: origens, sentidos e resultados. In: RUA nº 8. **Patrimônio: Maquinaria e Memória**. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003.
177. _____. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)**. 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
178. Santos, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói, Universidade Federal Fluminense: Eduff. Projeto, São Paulo. 1988.
179. SANTOS, Milton. **O Centro da Cidade do Salvador**. Estudo de Geografia Urbana. Salvador: Publicações da Ufba, 1959.
180. _____. **Contribuição ao estudo dos centros de cidades: o exemplo da cidade do Salvador**, Separata de: boletim Paulista de Geografia, São Paulo, nº 32,1959 b.
181. _____. Salvador: centro e centralidade na cidade contemporânea. In: GOMES, M. Aurélio (Org.) **Pelo Pelô: história, cultura e cidade**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, MAU / FAUFBA, 1995.
182. SANTOS, Mário Augusto da Silva. Crescimento Urbano e Habitação em Salvador (1890-1940). In: **RUA – Revista de Arquitetura e Urbanismo**. Faculdade de Arquitetura – Ufba. V.3, Nº 4/5. 1990.
183. SANTOS, NETO I. de. **Centralidade Urbana; espaço e lugar**. 1991.Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo.
184. SANTOS, Paulo F. **Formação de Cidades no Brasil Colonial**. Coimbra: V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1968.
-

185. SARAIVA, M. G. A. Neto. **O Rio Como Paisagem**. Gestão de Corredores Fluviais no Quadro do Ordenamento do Território. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Fundação Calouste Gulbenkian. Ministério da Ciência e Tecnologia. Lisboa, 1999.
 186. SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. Título original: Landscape and Memory. Tradução Hildergad Feist. Editora Schwarcz - LTDA. São Paulo, 1996.
 187. SCHNEEKLOTH, L.; FRANCK, K. **TYPE: Prison or Promise in Ordering Space**, Types in Architecture and Design, eds Karen Franck, Lynda Schennkloth, VNR, N. York, 1994.
 188. SCHULZ, C. Norberg. **Genius Loci**. Paysage, Ambience, Architecture. Bruxelles, Liège: Pierre Mardaga éditeur, 1981.
 189. _____. A Paisagem e a Obra do Homem. In: **Arquitectura, n.º 102**, 1968.
 190. SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: Jardins no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
 191. Semana de Urbanismo (1ª): **Conferências (1935)**. Comissão do plano da cidade, Salvador. Cia. Editora e Gráfica da Bahia. 1937.
 192. SENNA, Francisco S. **Largos e Praças de Salvador**. Revista da Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória da Bahia. Salvador, 1999.
 193. SENNET, R. **O declínio do homem público; as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
 194. SILVA, Liliane de Araújo. **De Paisagem a Cenário: a Construção da atual Orla Marítima de Salvador**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2002.
 195. SIMAS, Américo F. de. Sugestões para o plano director da Cidade do Salvador. In: Semana de Urbanismo (1ª): **Conferências (1935)**. Comissão do plano da cidade, Salvador. Cia. Editora e Gráfica da Bahia. 1937.
 196. SIMAS, A. F. **A Propósito De Luís Dias, Mestre de Obras da Cidade do Salvador e Decano Dos Arquitetos Brasileiros**. Fundação Gregório de Mattos. Salvador, 1998.
 197. Simth, Robert. **Revista do Patrimônio Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, nº 26, 1997.
 198. SIQUEIRA, Vera Beatriz. **Burle Marx**. Espaços da Arte Brasileira. São Paulo, COSAC & Naify, 2001.
-

199. SITTE, Camillo. **Construction de la ciudades segun principios artísticos**, (der Stadtebau nach seinen kunstlerischen grundsätzen), Ed. Gustavo Gili, Barcelona, 1889/ 1980.
 200. SOUZA, A. Gordilho. **Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX**. Salvador, Edufba, 2000.
 201. STEENBERGEN, Clemens; REH, Wouter. **Arquitectura y Paisaje**. / Original: Architecture and Landscape. The Design Experiment of the Great Gardens and Landscapes. Holanda. Tradução castelhana de Luís Ramón-Laca M. de Lúcaro, 2001 para Editorial Gustativo Gili, AS, Barcelona, 2001.
 202. SUAREZ, Naia A. **Morfologia urbana em la ciudad de Salvador, Brasil: nuevos Barrios proyectados y su relación com la ciudad heredada**. Madrid: tese (Doutorado). Universidade Politécnica de Madrid, Madrid, 1995.
 203. TAINHA, M., In: **Arquitectura e Vida**. N.º 2, Março, 2000,
 204. TEIXEIRA, C., TEIXEIRA C. e MARCONI, R. **A Grande Salvador**. Posse e Uso da Terra. Projetos Urbanísticos Integrados. Governo do Estado da Bahia, Secretaria de Saneamento e Desenvolvimento Urbano, Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbano. Salvador, 1978.
 205. TEIXEIRA, M. C. e VALLA M. **Urbanismo Português**. Séculos XIII – XVIII Portugal - Brasil. Livros Horizonte, Lisboa, 1999.
 206. TELLES, Gonçalo Ribeiro (coordenação). **Plano Verde de Lisboa**. Edições Colibri, Lisboa, 1997.
 207. _____. In: FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN - EMBAIXADA DO BRASIL. **Sobre Roberto Burle Marx**. Lisboa, 2000.
 208. _____. **A Paisagem Global In Utopia e os Pés na Terra Catálogo de Exposição**. Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus. Projecto Cooperacional da Cultura, União Européia – FEDER, 2003.
 209. _____. O Homem Perante a Paisagem. In: **Cidade Nova** (s.n.t.). Lisboa, 2001.
 210. _____. Propósito de Ecosistema Urbano e Conservação da Natureza. In: **Serviço de Estudos do Ambiente**. Conservação da natureza. Lisboa, 1982.
 211. _____. **O suporte cultural e ecológico da cidade do futuro**. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, Câmara Municipal dos Açores], 1999.
-

212. TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: Um estudo de Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. São Paulo: Difel, 1980. Original: Tophofilia – A study of Environmental Perception, Attitudes, and Values, 1974.
213. _____. **Espaço e lugar**. Diefel. São Paulo, 1983.
214. UFBA – FACULDADE DE ARQUITETURA - CEAB. **Evolução Física de Salvador**, Centro Editorial didático da Bahia. 1979a, V.I.
215. _____. **Evolução Física de Salvador**. Centro Editorial didático da Bahia. 1979b, V.II.
216. _____. **Evolução Física de Salvador**. Fundação Gregório de Mattos, Pallotti. Salvador, 1998, (Edição Especial).
217. _____.; ISTITUTO UNIVERSITARIO DI STUDI SUPERIORI; UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI PAVIA. **Seminário Internacional de Projeto**. Requalificação Urbana e Cultura da Cidade. Salvador, 2001.
218. UNESCO. **Convenciones y recomendaciones de la Unesco sobre la protección del patrimonio cultural**. Lima, Peru: Editorial Gráfica Pacific Press, 1990.
219. _____. **Apresenta cidades com história, cidades com memória**. Organização das cidades do património mundial. Québec, 1997.
220. VALADARES, CLARIVAL PRADO. In: FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN – EMBAIXADA DO BRASIL. **Sobre Roberto Burle Marx**. Lisboa, 2000.
221. VENTURI, Robert. **Complejidad y contradicción en la arquitectura**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1986.
222. VILHENA, Luís dos S. **A Bahia no Século XVIII**. Coleção Baiana, Vol II. Salvador: Editora Itapuã, 1969.
-